Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples
(não Conversíveis em Ações), da Espécie sem Garantia nem Preferência, em duas Séries, de Emissão da



CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 06.981.176/0001-58
Avenida Barbacena, 1200 –12º andar, ala B1 – Belo Horizonte – MG 30190-131

ISIN: BRCMGTDBS005 - 1ª série ISIN: BRCMGTDBS013 - 2ª série

R$ 992.916.496,75

Fitch: A+(bra) Moody´s: Aa3.br

Distribuição Pública de 62.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, divididas em duas séries, de 31.250 debêntures cada da 1ª Emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”, “Companhia” ou “Emissora”), todas nominativas e escriturais, sem garantia nem preferência, com garantia fidejussória, sendo 31.250 Debêntures da 1ª Série, com valor nominal unitário de R$ 15.641,490773 e 31.250 Debêntures da 2ª Série, com valor nominal unitário de R$ 16.131,837123 (“Debêntures”), no dia 1º de novembro de 2006 (“Data de Emissão”), no valor total de R$ 992.916.496,75, (“Emissão” ou “Oferta”). A Oferta foi aprovada na 22ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 20 de fevereiro de 2006, cuja ata foi retificada pela 37ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 23 de novembro de 2006. A ata da 22ª RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Gazeta Mercantil” e “O Tempo” em 08 de agosto de 2006, bem como nos jornais “O Estado de São Paulo”, em 23 de dezembro de 2006, e “Hoje em Dia” em 22 de dezembro de 2006. A ata da 37ª RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “O Tempo”, “O Estado de São Paulo” e “Hoje em Dia”, em 19 de dezembro de 2006 e no jornal “Gazeta Mercantil” em 20 de dezembro de 2006. A garantia fidejussória será prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e foi autorizada na 372ª Reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais “Gazeta Mercantil” e “O Tempo” em 1º de setembro de 2006. A presente Emissão de Debêntures tem por objetivo a permuta obrigatória das debêntures da 1º Emissão da CEMIG realizada nos termos da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, dividida em Duas Séries, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (a “1ª Emissão da CEMIG”) celebrada em 04 de outubro de 2001, conforme alterada, pelas Debêntures da presente Emissão à razão de uma Debênture para cada debênture da 1º Emissão da CEMIG, conforme disposto na Escritura de emissão da 1º Emissão da CEMIG. As Debêntures serão colocadas, para efeitos da permuta, exclusivamente junto aos titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

Os Investidores Devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas Páginas 24 a 40.

O Prospecto Será Colocado à Disposição dos Titulares das Debêntures da 1ª Emissão da Cemig nas Sedes e nas Páginas da Rede Mundial de Computadores – Internet - da Emissora, da Cemig, do Coordenador Líder, da CVM e da CETIP.

A 1ª e a 2ª Séries da presente Oferta foram registradas na CVM sob os nºs CVM/SRE/DEB/2007/[•] e CVM/SRE/DEB/2007/[•], em [•] de [•] de 2007.

“A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das debêntures.”

“O Coordenador Líder desta emissão tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (i) as informações constantes neste Prospecto sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, e (ii) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre a Oferta”.



“Apresente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.”

Coordenador Líder



A data deste Prospecto Definitivo é 30 de março de 2007.

ÍNDICE

Definições **10**

Sumário da Emissora **14**
Visão Geral 14
Breve Histórico 15
Pontos Fortes 15
Principais Estratégias 17

Sumário dos Termos e Condições da Oferta 18

Identificação de Administradores, Consultores, Coordenadores e Auditores 23

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder 24

Fatores de Risco 25
Riscos Relacionados A Fatores Macroeconômicos 25
Riscos Relativos ao Setor de Energia Elétrica em Geral 28
Riscos Relacionados à CEMIG D que Afetam a Garantidora 33
Riscos Relacionados ao Controle da CEMIG pelo Estado de Minas Gerais 36
Riscos Relacionados às Atividades da Emissora e da CEMIG D 36
Riscos Relacionados às Debêntures 40

Destinação dos Recursos 42

Informações Relativas à Oferta 43
Composição do Capital Social 43
Características e Prazos 43
Contrato de Distribuição de Debêntures 53
Contrato de Garantia de Liquidez/Estabilização de Preço 55
Destinação dos Recursos 55
Classificação de Risco 56
Informações Complementares 56

Informações Financeiras e de Mercado 57

Informações Financeiras Selecionadas 58
Sumário Financeiro Operacional da Emissora 58
Sumário Financeiro Operacional da CEMIG 61

Capitalização da Emissora 71

Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG 72
Comparação dos resultados operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006. 72
Desempenho Econômico - Financeiro Consolidado do exercício social do ano de 2006 e 2005 73
Desempenho Econômico - Financeiro Consolidado do exercício social do ano de 2005 e 2004 79
Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial 84
Endividamento Total 100
Eventos Recentes 101

Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora 102
Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial 106
Endividamento Total 112
Impacto dos Custos da Oferta 113
Capacidade de Pagamento da Emissora 113

O Setor de Energia Elétrica no Brasil 115
Geral 115
Fundamentos Históricos 115

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Concessões 117
Multas 118
Principais Autoridades 118
O Novo Modelo Para o Setor 119
Ambiente de Contratação Regulada 121
Ambiente de Contratação Livre 122
Limitações à Participação 126
Capacidade de Geração 127
Remuneração das Geradoras 127
Tarifas pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão 127
Remuneração das Transmissoras 129
Tarifas de Distribuição 129
Taxas Regulatórias 130
Mecanismo de Realocação de Energia 131
Racionamento 131
Pesquisa e Desenvolvimento 131
Gestão Ambiental 131

Desverticalização 135
Introdução 135
A Desverticalização da CEMIG 135
Estrutura do Grupo CEMIG 137
A Desverticalização e a Presente Oferta 138

Negócios da Emissora 139
Visão Geral 139
Breve Histórico 140
Pontos Fortes 140
Principais Estratégias 141
Estrutura Organizacional 142
Relações com o Governo do Estado de Minas Gerais e com o Governo Federal 143
Geração de Energia Elétrica 143
Transmissão de Energia Elétrica 148
Fontes de Receita 154
Vendas de energia 154
Faturamento e Cobrança 156
Perdas de Energia 157
Investimentos 158
Pesquisa e Desenvolvimento 158
Propriedades e Equipamentos 158
Seguros 159
Propriedade Intelectual 159
Concorrência 159
Sazonalidade 160
Empregados e relações trabalhistas 160
Aspectos Ambientais 163
Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo à Cultura 166
Tecnologia 167
Prêmios 167

Negócios da Garantidora 168
Histórico 168
Estrutura Societária e Operacional 169
Estratégia de Negócios 171
Visão Geral dos Negócios da Garantidora 172
Geração 174

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Transmissão 179
Ampliação de Rede de Transmissão 181
Distribuição de Energia Elétrica 182
Ampliação da Capacidade de Distribuição 186
Desempenho do Sistema de Distribuição da CEMIG D 187
Fontes de Receita 190
Vendas de energia 191
Análise de Demanda 192
Perdas 196
Outras Atividades 197
Investimentos 199
Aquisições Recentes 200
Pesquisa e Desenvolvimento 200
Propriedades e Equipamentos 200
Seguros 201
Propriedade Intelectual 201
Concorrência 203
Sazonalidade 203
Empregados e Relações Trabalhistas 203
Aspectos Ambientais 207
Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo à Cultura 210
Sistema de Gestão Certificados 210
Tecnologia 211
Prêmios 212

Administração da Emissora 213
Conselho de Administração 213
Diretoria Executiva 213
Conselho Fiscal 214
Planos de Opção de Compra de Ações 214
Contratos com Administradores 214
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Emissora 214

Administração da CEMIG 215
Conselho de Administração 215
Diretoria Executiva 220
Remuneração dos Conselheiros e Diretores 222
Conselho Fiscal 222
Planos de Opção de Compra de Ações 222
Contratos com Administradores 222
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG 222

Descrição do Capital Social 223
Política de Dividendos da Emissora 223
Política de Dividendos da CEMIG e da CEMIG D 224

Práticas de Governança Corporativa 225
Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC 225
Conselho de Administração 226
Conselho Fiscal 226
Acordos de Acionistas 226
Política de Divulgação de Informações 226
Política de Negociação com Valores Mobiliários 227
Conduta Ética 227
Governança Corporativa - Nível 1 228
Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 228
Sanções 229
Sarbanes-Oxley 229

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Principais Acionistas 230
Acordo de Acionistas da CEMIG 231

Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 232
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Emissora 232
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG 232
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG D..... 235

Contratos Relevantes..... 236
Contratos Financeiros Relevantes da Emissora 236
Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG 242
Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG D 243

Contingências Judiciais e administrativas da Emissora..... 252

Contingências Judiciais e administrativas da Garantidora 254

Contingências Judiciais e Administrativas relacionadas com a Light 260

Operações com Partes Relacionadas..... 262

Operações com o Coordenador Líder da Oferta..... 266

Anexos..... **267**

Anexo A – Escritura Emissão. **269**

Anexo B – Estatuto Social da Emissora...... **303**

Anexo C – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2006. ..... **317**

Anexo D – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de novembro de 2006. ..... **323**

Anexo E – Ata da reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006. ..... **327**

Anexo F – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes...... **331**

Anexo G – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes...... **413**

Anexo H – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes...... **479**

Anexo I – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes...... **647**

Anexo J – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e Parecer dos Auditores Independentes...... **797**

Anexo L – Informações Anuais - IAN da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)...... **931**

Anexo M – Informações Anuais - IAN da CEMIG relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)...... **955**

Anexo N – Súmulas de Rating **1077**

Anexo O – Declaração do artigo 56 da Emissora e do Cordenador Líder. **1085**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

1ª Emissão da CEMIG	1ª Emissão de Debêntures da CEMIG, nos termos da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG", celebrada em 04 de outubro de 2001, aditada em 27 de novembro de 2001, 20 de dezembro de 2004, 31 de outubro de 2005 e 31 de outubro de 2006.
ABRATE	Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação BOVESPA FIX
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CEMIG ou Garantidora	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas e coligadas
CEMIG Capim Branco Energia	CEMIG Capim Branco Energia S.A.
CEMIG Controladora	CEMIG considerada individualmente, sem suas controladas e coligadas
CEMIG D	CEMIG Distribuição S.A.
CEMIG GT, Companhia ou Emissora	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Conta CCC	Conta de Consumo de Combustíveis.
Contrato CRC	Termo de Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC celebrado entre a CEMIG e o Estado de Minas Gerais em 31 de maio de 1995, conforme aditado.
Contratos de Concessão	Contratos de para Geração e Transmissão de energia elétrica.
Contratos de Concessão para Geração	Contratos de Concessão da Emissora para a exploração da atividade de geração de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os nºs 002/1995, 006/1997, 007/1997, 008/1997, 014/2000, 101/2000 e 102/2000.
Contratos de Concessão para Transmissão	Contratos de Concessão da Emissora para a exploração da atividade de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente sob os nºs 006/97 e 079/2000.
Contribuição Social	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CPMF	Contrubuição Provisória Sobre Movimentação Financeira.
CPTS	Contrato de Prestação de Serviços de Transmição
CRC	Conta de Resultados a Compensar
CUST	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Desverticalização	Significa o processo de reestruturação societária implementado pela CEMIG, conforme descrito na Seção “Desverticalização”, deste Prospecto.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Emissão ou Oferta	Primeira distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações da CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Energia Assegurada	A Energia Assegurada é determinada pela ANEEL como a máxima produção de energia, em MW Médio, que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas 365 dias por ano, 24 horas por dia, com fator de risco de 5% de não atendimento à carga.
Escritura de Emissão	Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência, da CEMIG Geração e Transmissão S.A. celebrada em 28 de fevereiro de 2007.

FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente.
Furnas	Furnas – Centrais Elétricas S.A.
Gasmig	Companhia de Gás de Minas Gerais.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo CEMIG	A CEMIG e suas subsidiárias e controladas.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado.
Imposto de Renda	Imposto incidente sobre a Renda.
Infovias	Empresa de Infovias S.A.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrumento Particular de Cessão de Direitos	Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
NYSE	*New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova Iorque).
ONS	Operador Nacional do Sistema.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
Permuta Obrigatória	Permuta obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.

Plano Diretor CEMIG	Plano Diretor 2005/2035 – Planejamento Estratégico CEMIG – Edição 2004
Programa de Racionamento	Racionamento de energia elétrica imposto pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.295/01.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar da 1ª Emissão de Debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A.
RGR	Reserva Global de Reversão.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos.
Sá Carvalho	Sá Carvalho S.A.
SEC	*Securities and Exchange Commission*.
SND	Sistema Nacional de Debêntures.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
Sistema Interligado	Sistema elétrico que se estende por uma vasta extensão territorial, composto por diversas usinas interligadas entre si e com os centros de consumo pela rede de transmissão.
SEB	Southern Electric Brasil Patricipações Ltda., *joint-venture* formada pela AES Força e Empreendimentos Ltda. (multinacional de energia elétrica norte-americana), Mirant Corporation (multinacional de energia elétrica norte-americana) e Opportunity (banco de investimento brasileiro).
SELIC	É a taxa básica de juros da economia, divulgada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.
Taxa DI	Índice de remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
Unibanco ou Coordenador Líder	União de Bancos Brasileiros S.A.
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termelétrica
UTE Barreiro	Usina Termelétrica de Barreiro S.A.
UTE Ipatinga	Trata-se da usina termelétrica localizada em Ipatinga.

SUMÁRIO DA EMISSORA

Apresentamos a seguir um sumário das atividades, informações financeiras, operacionais, realizações, bem como dos pontos fortes e estratégias da Emissora. Este sumário não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento. O investidor deve ler atentamente todo o Prospecto para uma melhor compreensão das atividades da Emissora e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas Seções "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" e as demonstrações financeiras da Emissora, e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto.

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o 3º mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilísticas e metalurgia. As atividades da Emissora compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada em Minas Gerais.

A Emissora tem participação nos consórcios dos Aproveitamentos Hidrelétricos Aimorés (49,00%), Funil (49,00%), Igarapava (14,50%), Porto Estrela (33,33%), Queimado (82,50%) e Baguari (34,00%) que está em fase de construção, que juntos representam uma capacidade total instalada de 453 MW, o que corresponde a 7% da capacidade instalada da Emissora provenientes de 43 usinas hidrelétricas, 2 usinas térmicas e uma eólica, localizadas, principalmente, nas regiões centro, sul, sudeste e sudoeste do Estado de Minas Gerais, com destaque para as maiores usinas tais como: São Simão (1.710 MW), Emborcação (1.192 MW) Nova Ponte (510 MW), Jaquara (424 MW), Miranda (408 MW), Três Marias (396 MW) e Miranda (408 MW).

A Emissora está ampliando sua capacidade de geração em 47,6 MW por meio da construção da UHE Baguari. Ademais, a Emissora criou o Programa Minas PCH que tem como objetivo ampliar o parque gerador do Estado de Minas Gerais por meio da implantação de PCHs. Atualmente, a Emissora participa da construção de 2 PCHs no âmbito desse programa (PCH Cachoeirão e PCH Pipoca), que adicionarão 23MW à sua capacidade instalada.

A atividade de transmissão de energia elétrica consiste no transporte de energia elétrica de suas instalações geradoras às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e concessionárias distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2006, a rede de transmissão da Emissora consistia em 4.862 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.176 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.934 quilômetros de 345 kV e 752 quilômetros de 230kV, bem como 32 subestações de transmissão e 52 de geração, com total de 22.154 MVA instalados.

A tabela a seguir apresenta a RAP de cada concessão da Emissora nos períodos indicados:

	2005	2006
Contrato de Concessão 006/97	R$306.472.355,76	R$348.635.416,63
Contrato de Concessão 079/00	R$18.887.694,84	R$20.997.111,79

Ademais, a Emissora está envolvida em inúmeros projetos de melhorias e modernização do seu parque transmissor. Cabe destacar, ainda, a implantação da Linha de Transmissão Aimorés – Mascarenhas, com 12 km de extensão e 230 kV, liga a SE da usina de Aimorés à SE de Mascarenhas. Os principais empreendimentos de transmissão recentemente implantados ou em implantação, cujas concessões foram conquistadas em leilões patrocinados pela Aneel, pertencem a sociedades de propósito específico, com distintas participações da CEMIG Controladora.

A receita operacional bruta da Emissora em 2005 e 2006 foi de R$2.493 milhões e R$2.913 milhões, respectivamente, sendo que a receita líquida para referidos períodos foi de R$1.964 milhões e R$2.374 milhões.

A evolução da receita da Emissora superou o incremento dos custos operacionais, propiciando maior geração operacional de caixa medida pelo EBITDA. O EBITDA totalizou R$1.187 milhões em 2005 e R$1.336 milhões em 2006.

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do seu processo de Desverticalização, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Emissora e os ativos de distribuição foram transferidos à CEMIG D, ambas subsidiárias integrais da CEMIG, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. (Para mais informações a respeito da Desverticalização da CEMIG, vide Seção "Desverticalização", deste Prospecto.)

Dessa forma, a Emissora opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal e que pertenciam diretamente à CEMIG (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de sociedades de propósito específico permaneceram com as próprias sociedades de propósito específico controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de Desverticalização, referidos contratos foram devidamente aditados de forma que as concessões de geração e transmissão de energia elétrica foram transferidas para a Emissora.

Por ter 100% do capital social da Emissora, a CEMIG Controladora detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG Controladora, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG Controladora atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A administração da Emissora é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- *Flexibilidade e segurança ao negócio de geração.* As receitas da Emissora são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais (estabelecidos no âmbito do *ambiente de contratação regulada - ACR*) e os contratos com clientes livres (estabelecidos no âmbito do *ambiente de contratação livre – ACL*). Essas duas fontes de receita aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Emissora. Ademais, no âmbito do ACR, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem mais de 60 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

- *Receita assegurada na transmissão.* As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Ademais, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por mais de 60 distribuidoras e 11 geradoras do Brasil.

- *Alta confiabilidade dos ativos físicos*. Os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

- *Controle financeiro e físico de instalações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.* O controle financeiro é realizado através do sistema SAP-R3, onde estão disponíveis todos os dados do orçamento de despesa, investimento, receita, aquisições, desembolsos financeiros e o Demonstrativo de Resultados - DRE de cada usina. O controle físico das instalações é realizado através das fiscalizações da ANEEL, Sistema de Segurança de Barragens e Manutenção Civil – "INSPETOR", - "GEOCEMIG" e vigilância física e/ou eletrônica.

- *Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento e projeto de novas obras necessárias, operação e manutenção de ativos.* A Geração tem atuado fortemente no sentido de garantir o gerenciamento eficaz de seus custos e a realização de seu orçamento. Para isso, a Superintendência de Geração desenvolveu o aplicativo "SIGA - Sistema de Informações Gerenciais da Geração" que possibilita a identificação de todas as suas despesas em todos os níveis, bem como a receita e os resultados individualizados por usina. A Geração tem utilizado o aplicativo "Gestor" para realização do seu planejamento, implantou também a "Gestão por Projetos", onde o orçamento de despesa e investimento é estratificado em diversos projetos e para cada um deles é estipulado um cronograma de execução detalhado e um empregado responsável.

- *Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia.* Os funcionários da Emissora que ocupam cargos gerernciais e técnicos possuem ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Emissora. Ademais, a Emissora tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

- *Relacionamento construtivo com a ANEEL e ONS.* A Emissora pretende continuar mantendo um bom relacionamento com a ANEEL e o ONS e outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com referidos agentes do setor elétrico. Ademais, a Emissora tem uma boa representatividade em fóruns como a ABRAGE, a ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

- *Forte geração de caixa operacional.* A geração de caixa operacional da Emissora em 2005 e em 2006 foi de R$1.187 milhões e R$1.336 milhões, respectivamente.

- *Solidez financeira.* A Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada por um endividamento moderado, de R$3.630 milhões, com 51% e 49% do endividamento de curto e longo prazo, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

- *Eficiência operacional*. A Emissora costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacioinal, a Emissora obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes. A fim de continuar aumentando sua eficiência operacional, a Emissora implementou (i) o Balanced Scorecard, reconhecido em âmbito mundial como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas; e (ii) um Sistema de Gestão Ambiental interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas suas atividades em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daqueles processos e daquelasinstalações que causam impactos ambientais.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A estratégia da Emissora foi desenhada de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca de elevação de receitas com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental. Nesse sentido, as principais estratégias da Emissora são:

- *Buscar a excelência na gestão de investimentos.* A gestão dos investimentos da Emissora deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Emissora busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de *energia velha* e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

- *Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos*: a Emissora busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de *energia velha* e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Emissora também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

- *Gerenciar riscos em bases permanentes:* a Emissora busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais.

- *Aumentar da eficiência operacional:* A Emissora pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

- *Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes.* A Emissora pretende continuar tendo uma postura pro-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

- *Desenvolvimento ecologicamente sustentável:* Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Emissora pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Emissora implementou um Sistema de Gestão Ambiental, baseado na Norma NBR ISO 14001 e no SGA Interno CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre a Oferta e as Debêntures que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa do Prospecto, da Seção "Informações Relativas à Oferta", bem como da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividia em Duas Séries, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência, da CEMIG Geração e Transmissão S.A." ("Escritura de Emissão"), constante deste Prospecto como Anexo A.

Emissora:	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Coordenador Líder:	União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco.
Agente Fiduciário:	Planner Corretora de Valores S.A.
Banco Mandatário e Escriturador:	Banco Itaú S.A.
Número da Emissão:	1ª Emissão de Debêntures da Emissora.
Permuta Obrigatória	Esta Oferta é realizada para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.
Destinação dos Recursos:	Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá os recursos líquidos desta Oferta, uma vez que as Debêntures desta Oferta serão integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG. Para mais informações, *vide* Seção "Destinação de Recursos" deste Prospecto.
Número de Séries	As Debêntures são emitidas em duas séries.
Quantidade de Debêntures Emitidas:	62.500 Debêntures, sendo 31.250 Debêntures da 1ª Série e 31.250 Debêntures da 2ª Série.
Conversibilidade, Tipo e Forma:	As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Espécie:	As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografárias).
Garantia Fidejussória:	As Debêntures contam com garantia fidejussória prestada pela CEMIG. A fiança é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigerá até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	Na Data de Emissão, o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série é de R$15.641,490773 ; e o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série é de R$16.131,837123 .
Valor Total da Emissão:	R$992.916.496,75 na Data de Emissão.
Data de Emissão:	1º de novembro de 2006.

Prazo e Data de Vencimento:	O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2009; e o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2011.
Colocação e Procedimento de Distribuição:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, e por meio do Sistema BOVESPA FIX, administrado pela Bovespa e custodiado na CBLC, sendo que, tendo em vista a Permuta Obrigatória, a presente Emissão terá como público alvo, exclusivamente, os titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo da Oferta à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início. A colocação das Debêntures da 2ª Série terá início somente após a colocação integral das Debêntures da 1ª Série. O mecanismo de Permuta Obrigatória será efetivado conforme previsto na Cláusula XI da Escritura da 1ª Emissão da CEMIG, conforme aditada, sendo que a integralização das Debêntures será à vista, por meio de dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da presente Emissão.
Cronograma da Emissão:	Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme o seguinte cronograma: (i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo anúncio de Início; (ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora; (iii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; (iv) serão atendidos, única e exclusivamente, os debenturistas da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória; (v) o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta das Debêntures; (vi) a integralização das Debêntures será à vista, por meio de dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória no ato da subscrição; e (vii) As Debêntures serão escriturais, sendo sua titularidade comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A.

	As debêntures da 1ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora para fins de integralização das Debêntures da presente Oferta serão canceladas.
Preço de Subscrição:	O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário acrescido dos respectivos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição.
Forma de Subscrição e Integralização:	A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 1ª Série desta Oferta; e cada debênture da 2ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 2ª Série desta Oferta.
Atualização:	As Debêntures da 1ª e da 2ª Séries não terão o seu valor nominal atualizado.
Remuneração:	As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizadas de um *spread* de 1,2% ao ano, tendo por base 252 dias úteis, incidentes sobre saldo do valor nominal da Debênture para cada período de capitalização. A remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008 e 2009. As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 104,0% (cento e quatro por cento) da Taxa DI- Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculados e divulgados pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (a "Taxa DI"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal da Debênture para cada período de capitalização. A remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.
Amortização Programada:	As Debêntures não serão objeto de amortização programada.
Registro da Negociação:	As Debêntures terão registro (a) para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC; e (b) para negociação no mercado secundário (i) no SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.
Público Alvo:	O público alvo da presente Emissão será composto exclusivamente pelos titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.
Quorum de Deliberação:	Nas deliberações da assembléia de debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado

	que alterações nas condições de remuneração, repactuação e pagamento, previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.9 da Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das Debêntures em circulação. A liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado prevista na Cláusula VIII da Escritura de Emissão deverá ser aprovada por debenturistas que representem pelo menos dois terços das Debêntures em circulação. Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, ou de titularidade de coligadas, controladas, controladores, diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.
Vencimento Antecipado	O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R$10.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou por qualquer uma de suas controladas e/ou subsidiárias (as "Subsidiarias"), se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; c) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiarias; d) extinção, dissolução ou decretação da falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias; e) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; f) se a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias deixarem de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomarem as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiarias, segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R$10.000.000,00; g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias em montante igual ou superior a R$10.000.000,00, em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora ou da CEMIG previstas na Escritura;

	h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorrer com relação às seguintes controladas da CEMIG: Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, Empresa de Infovias S.A. e WAY TV Belo Horizonte S.A.; i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer uma de suas Subsidiárias; ou j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme estabelecido na Cláusula VI da Escritura. Na ocorrência de qualquer dos eventos acima mencionados, exceto em casos de não pagamento do principal ou juros das Debêntures, extinção, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiarias, a Emissora poderá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para solicitar a renúncia dos debenturistas do direito de declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. A renúncia de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado deverá ser aprovada por debenturistas representando no mínimo dois terços das Debêntures em Circulação, reunidos na Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim. Em caso de aprovação da renúncia pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar, no prazo de 10 dias úteis contados da data da Assembléia Geral de Debenturistas, as Debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a respectiva renúncia, pelo seu valor nominal atualizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis.* Neste caso, as Debêntures objeto de referido resgate deverão ser canceladas pela Emissora.
Poder Liberatório:	Na hipótese de não pagamento, pela Emissora, de qualquer valor devido com relação às Debêntures, nas respectivas datas de vencimento e em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão, todo e qualquer valor devido em razão das Debêntures, incluindo, sem limitação, multas e demais encargos moratórios, vencidos e não pagos pela Emissora nas datas estabelecidas na Escritura de Emissão, terão poder liberatório e poderão ser utilizados por qualquer um dos debenturistas, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento, pelos debenturistas, do crédito representado por todos os valores devidos em razão das Debêntures de qualquer uma das Séries, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora, conforme detalhado nas Cláusulas VI e VII da Escritura de Emissão.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES, COORDENADORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2, do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora, a CEMIG e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Emissora

CEMIG Geração e Transmissão S.A.
Diretoria de Finanças, Participações e Relações com Investidores
At: Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, 1200, 12ºandar, Ala B1
Belo Horizonte, MG 30190-131
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail: lrolla@cemig.com.br
Internet: http://cemiggt.infoinvest.com.br

Garantidora

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Diretoria de Finanças, Participações e Relações com Investidores
At: Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, 1200
Belo Horizonte, MG 30190-131
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail: lrolla@cemig.com.br
Internet: www.cemig.com.br

Coordenador Líder

UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Diretoria de Mercado de Capitais
At: Rogério Assaf Freire
Avenida Eusébio Matoso, 891
São Paulo, SP 05423-180
Tel: (11) 3097-4396
Fax: (11) 3097-4127
E-mail: rogério.assaf@unibanco.com.br
Internet: www.unibanco.com.br

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Sr. Gilberto Grandolpho
Rua Paraíba, 1122 - 20º andar - Savassi
Belo Horizonte - MG 30130-141
Tel: (031) 3269-7442
Fax: (031) 3269-7470
Internet: www.deloitte.com

Consultores Legais

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados
At: Alexandre Barreto
Rua Funchal, 263, 11º andar
São Paulo, SP 04551-060
Tel: (11) 3089-6500
Fax: (11) 3089-6565
E-mail: scbf@scbf.com.br
Internet: www.scbf.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a CEMIG e a Oferta poderão ser obtidos junto ao Coordenador Líder e na sede da CVM.

DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

A Emissora declara: (a) que o presente Prospecto: (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Ainda, considerando que:

- o Coordenador Líder constituiu consultores legais para lhe auxiliar na implementação da Oferta;
- para tanto, foi efetuada diligência legal na Emissora, no período de 5 de dezembro de 2006 até a presente data;
- foram disponibilizados os documentos considerados materialmente relevantes para a Oferta;
- o Coordenador Líder solicitou, por meio de seus consultores legais, documentos e informações adicionais; e
- conforme informações prestadas pela Emissora, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada na aquisição das Debêntures.

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que:

- as informações prestadas pela Emissora neste Prospecto e a serem prestadas pela Emissora no Prospecto Definitivo, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- este Prospecto contivesse as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- este Prospecto fosse elaborado de acordo com as normas pertinentes.

FATORES DE RISCO

Os riscos descritos abaixo não são os únicos enfrentados pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou aos quais estão sujeitos investimentos no Brasil em geral. Os negócios, situação financeira, ou resultados da Emissora e/ou da Garantidora podem ser adversa e materialmente afetados por esses riscos. Riscos adicionais que não são atualmente do conhecimento da Emissora ou da Garantidora, ou que elas julguem, nesse momento, ser de pequena relevância, também podem vir a afetar os seus negócios e, conseqüentemente, as suas situações financeiras. Para mais informações, vide Seções "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" deste Prospecto.

A Garantidora é uma sociedade de participação (holding), a qual tem como subsidiárias integrais a Emissora e CEMIG D A principal fonte de receita da CEMIG provém da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio por suas controladas. Conseqüentemente, a situação financeira e a capacidade de pagamento da Garantidora dependem dos negócios, situação financeira e dos resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e das demais empresas controladas direta ou indiretamente pela Garantidora.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora com relação à Oferta. Para mais detalhes, os investidores devem ler a Escritura de Emissão.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A economia brasileira tem sido marcada por freqüentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, o qual modifica significativamente as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras, influenciando a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- eleições para a Presidência da República e Governos Estaduais em 2006;
- política fiscal e regime tributário; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A Emissora, a CEMIG D e a Garantidora não têm controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las.

A contínua evolução da economia brasileira e as ações do atual ou futuro Governo Federal podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e resultados das operações da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando desfavoravelmente os resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

Historicamente, o Brasil teve altos índices de inflação. Os índices de inflação foram de 25,3%, em 2002, 8,7%, em 2003, 12,4%, em 2004, 1,2%, em 2005 e 3,8%,,em 2006, de acordo com o IGP-M. As medidas do Governo Federal para combater a inflação, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, contribuíram para a incerteza econômica e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Futuras medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e os negócios da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora, bem como na capacidade de pagamento das Debêntures.

Caso o Brasil venha a vivenciar uma significativa inflação no futuro, os mercanismos de reajuste anual das receitas da Emissora e da CEMIG D previstos com base na inflação talvez não sejam sucientes para protegê-las inteiramente contra os efeitos do aumento da inflação, o que poderia aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais, afetando, conseqüentemente, a Garantidora. Pressões inflacionárias também podem afetar sua habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e podem levar a políticas de combate inflacionário, que podem prejudicar seus negócios ou afetar desfavoravelmente o valor de mercado das Debêntures.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente os resultados das operações da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$2,34 por US$1,00, o que representa uma valorização do Real de 13,4% desde 31 de dezembro de 2004. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$2,14 por US$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar irá permanecer nos níveis atuais.

As depreciações do Real frente ao Dólar também podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que podem afetar negativamente a Emissora, a CEMIG D e, conseqüentemente a Garantidora. As depreciações geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo do balanço de pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Além disso, a depreciação do real em relação ao Dólar aumenta o custo de compra de de energia elétrica da Usina de Itaipu, uma das fornecedoras da CEMIG D, uma vez que os preços desta energia são parcialmente corrigidos com base na cotação do Dólar. Qualquer situação mencionada acima pode afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora, a CEMIG D e, conseqüentemente, a Garantidora, estão expostas a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2006, 94% ou R$2.916 milhões do endividamento total da Emissora e 82% ou R$1.973 milhões do endividamento total da CEMIG D, estavam denominados em reais e indexados às taxas do mercado financeiro brasileiro, a taxas de inflação ou a taxas de juros flutuantes. Conseqüentemente, se esses índices e taxas de juros subirem, as despesas financeiras da Emissora e da CEMIG D aumentarão. Em 31 de dezembro de 2006, parte da dívida da Emissora e da CEMIG D estava denominada em Dólares, representando R$100,7 milhões e R$426,0 milhões, respectivamente, dessa quantia, 64% ou R$64,2 milhões e 62% ou R$266,1 milhões, respectivamente, estavam protegidos contra a variação cambial pelas operações, e, como resultado de tal proteção, estavam sujeitosàs variações da taxa de juros interna no Brasil. A Emissora conta ainda com um hedge natural proporcionado por contratos de venda de energia indexados ao dólar. Quanto ao endividamento da Emissora e da CEMIG D denominados em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2006, contabilizava o montantes de R$87,4 milhões e R$19,4 milhões, respectivamente. No caso da Emissora 80% desse montante contava com proteção cambial. Conseqüentemente, se estas moedas se valorizarem em relação ao real, as despesas financeiras da Emissora e da CEMIG D também aumentarão. Se as despesas financeiras aumentarem significativamente como resultado de quaisquer desses fatores, a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora serão prejudicados.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Emissora e da CEMIG D de cumprir determinadas obrigações de dívida e de pagamento das Debêntures.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da Emissora e da CEMIG D aos mercados de capitais internacional, além de impedi-las de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em moeda estrangeira. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a Emissora, a CEMIG D e, conseqüentemente, a Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

Mudanças na economia global e dos mercados emergentes podem afetar o acesso da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora, aos recursos financeiros e diminuir a capacidade de pagamento das Debêntures.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive pelas Debêntures.

Dada a característica do setor elétrico (que exige investimentos significativos em bens de capital) e em virtude das necessidades de financiamento da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora, caso o acesso ao mercado de capitais e de crédito esteja limitado, a Emissora, a CEMIG D e, conseqüentemente, a Garantidora poderão enfrentar dificuldades de re-financiar suas obrigações e cumprir seus planos de investimentos, afetando de forma negativa seus resultados.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos meses, figuras do governo, parlamentares e dirigentes de partidos políticos, notadamente aqueles pertencentes ao partido do atual Presidente da República, têm sido alvo de várias alegações de conduta antiética ou ilegal. Essas acusações, atualmente sob investigação pelo Congresso Brasileiro e pela Polícia Federal, envolvem violações a leis eleitorais e de financiamento de campanhas, influência de dirigentes do governo e

parlamentares em troca de apoio político e outros comportamentos supostamente antiéticos ou corruptos. A Emissora e a Garantidora não têm condições de avaliar o impacto que tais acusações e investigações possam ter sobre a economia brasileira. Os desdobramentos dessa crise poderão afetar adversamente os negócios, fluxo de caixa e situação financeira da Emissora da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora, bem como o impacto no mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros, o que poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento das Debêntures.

Alterações em políticas fiscais brasileiras poderão causar um efeito adverso relevante na Emissora, na CEMIG D e na Garantidora.

O Governo Federal implementou, e poderá implementar novamente no futuro, mudanças em suas políticas fiscais que poderão afetar os negócios da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora. Essas mudanças incluem alterações a alíquotas de tributos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento de tributos, o que poderá afetar negativamente os negócios da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA EM GERAL

A Emissora e a CEMIG D estão sujeitas à extensa legislação e regulação governamental e não podem prever se eventuais alterações nessas leis e regulamentos poderão as prejudicar.

As principais atividades da Emissora e da CEMIG D – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – são reguladas e supervisionadas pelo Governo Federal, por intermédio do MME, pela ANEEL, pelo ONS e outras autoridades regulatórias. Essas autoridades têm, historicamente, exercido um elevado grau de influência sobre as atividades da Emissora e da CEMIG D. O MME, a ANEEL e o ONS têm poderes discricionários para implementar e alterar políticas, interpretações da legislação e normas aplicáveis a diversos aspectos das atividades do setor de energia elétrica, especialmente aspectos operacionais, de manutenção, de segurança, bem como aspectos relacionados à remuneração de ativos e fiscalização de referidas atividades.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo contestada no Supremo Tribunal Federal. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico para reger o setor elétrico não confrontava com a Constituição Federal. Não obstante o julgamento da Liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ou parte dela, for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

Ademais, o efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes são difíceis de prever, podendo causar um efeito adverso sobre relevante na Emissora, na CEMIG D e, consequentemente, na Garantidora, bem como a capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora e a CEMIG D poderão ser punidas pela ANEEL por descumprimento de seus Contratos de Concessão e da regulamentação aplicável.

As atividades de geração e transmissão da Emissora e de distribuição da CEMIG D são realizadas de acordo com os seus respectivos Contratos de Concessão que são renováveis, a critério da ANEEL, mediante solicitação da Emissora ou da CEMIG D, conforme o caso, cuja vigência termina em 2015 para a atividade de transmissão da Emissora, em 2016 para a atividade de distribuição da CEMIG D e em 2035 para a atividade de geração da

Emissora. Com base nas disposições dos Contratos de Concessão da Emissora e da CEMIG D e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso descumpram quaisquer de suas disposições. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas;
- restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção; e
- término da concessão.

Além disso, o governo tem o poder de terminar as concessões da Emissora e da CEMIG D antes do final do prazo em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação e caducidade.

Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades, a intervenção ou o término da concessão da Emissora e/ou da CEMIG D poderão ter um efeito adverso significativo sobre suas condições financeiras e o seus resultados operacionais e, conseqüentemente, poderão afetar a capacidade de pagamento da Emissora e da Garantidora.

A ANEEL poderá extinguir os contratos de concessão da Emissora e da CEMIG D antes do vencimento de seus prazos e a indenização poderá ser insuficiente para recuperar o valor integral de seus investimentos.

Em determinadas circunstâncias, as concessões da Emissora e da CEMIG D estarão sujeitas à extinção pela ANEEL antes do vencimento dos respectivos prazos. A ANEEL poderá extinguir referidas concessões se a Emissora e/ou a CEMIG D deixarem de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS, caso seja decretada nossa falência ou dissolução, ou se a ANEEL determinar, por meio de um processo de encampação, que a extinção de quaisquer de suas concessões seria motivada por interesse público, conforme definido em lei autorizativa específica. Caso os contratos de concessão da Emissora e/ou da CEMIG D sejam extintos pela ANEEL, a Emissora e/ou a CEMIG D, conforme o caso, terão direito de receber indenização pela parcela não amortizada de seus investimentos, mas essa indenização poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral de seus investimentos.

A extinção antecipada pela ANEEL dos contratos de concessão da Emissora e/ou da CEMIG D ou o não recebimento de indenização suficiente pelos investimentos realizados poderão causar um efeito adverso relevante na Emissora e/ou na CEMIG D, e, conseqüentemente, na Garantidora afetando a capacidade de pagamento das Debêntures.

Não há como garantir se, e em que condições, as concessões atuais da Emissora e da CEMIG D serão prorrogadas. Os planos de expansão da Emissora e da CEMIG D poderão ser prejudicados caso elas não consigam obter novas concessões ou percam alguma das concessões que detêm atualmente.

A Emissora e a CEMIG D conduzem sua atividade de geração, transmissão e de distribuição, respectivamente, de acordo com Contratos de Concessões, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Federal exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser prorrogadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora - Contratos de Concessão relativos à Geração de Energia Elétrica e “Contratos de Concessão relativos à Trasmissão de Energia Elétrica”, bem como “Negócios da Garantidora - Contratos de Concessão relativos à Distribuição de Energia Elétrica” deste Prospecto.

Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à prorrogação de concessões existentes e dada a ausência de precedentes quanto ao exercício, pelo Governo Federal, de seu poder discricionário de interpretação e aplicação da Lei de Concessões, não há como garantir que as concessões atuais não serão prorrogadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

A Emissora requereu junto à ANEEL a prorrogação por mais vinte anos do prazo das concessões para geração de energia elétrica da UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCH Santa Luzia, PCH Luiz Dias, PCH Rio de Pedras e PCH Xicão e PCH Pandeiros. A ANEEL, após instruir o processo, encaminhou-o, em 11 de novembro de 2006, para o Ministério das Minas e Energia que ainda não se pronunciou. Não há como garantir que as concessões atuais serão prorrogadas nos mesmos termos e condições originalmente estabelecidos.

Ademais, os planos de expansão da capacidade de geração e transmissão da Emissora e de distribuição da CEMIG D também estão sujeitos ao regime licitatório regido pela Lei de Concessões. Caso a Emissora e a CEMIG D não obtenham novas concessões ou percam alguma das concessões que detém atualmente, seus programas de investimentos poderão não ser satisfatoriamente concluídos. Neste caso, os negócios, operações e resultados da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora poderão ser adversamente afetados.

A Emissora e a CEMIG D deverão respeitar os padrões de qualidade dos serviços previstos nos respectivos Contratos de Concessão na regulamentação aplicável.

Os Contratos de Concessão que regulam as concessões de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica celebrados pela Emissora e pela CEMIG D estabelecem padrões que devem ser observados na prestação dos serviços objetos das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. As penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 meses imediatamente anteriores à ocorrência da infração.

A ANEEL, em junho de 2003, impôs uma multa à CEMIG pelo não cumprimento de determinados índices de DEC e FEC que deveriam ter sido observados durante os anos de 2001 e 2002. O valor da multa imposta foi de R$5.218.523,00, sendo que a CEMIG apresentou recurso em 3 de junho de 2003 com relação a esta penalidade, sobre o qual a ANEEL se manifestou reduzindo o montante da multa para R$3.913.892,00, correspondente a 75% do valor inicial. Não concordando, ainda, com a penalidade imposta, a CEMIG D ingressou com ação judicial, na qual foi deferida a antecipação parcial dos efeitos da tutela, mediante depósito da quantia discutida, determinando a ANEEL que não inclua o nome da CEMIG D em cadastros de inadimplentes. A ANEEL apresentou defesa e a CEMIG D está aguardando intimação para impugnação da defesa e dos documentos apresentados pela ANEEL. A CEMIG D considera possível a probabilidade de perda, na esfera judicial, no cancelamento da referida penalidade ou, ainda, em último caso na redução do montante imposto. Caso a multa seja efetivamente mantida, a CEMIG D poderá sofrer um impacto adverso em seus resultados operacionais, afetando, consequentemente a Garantidora. Outras informações acerca dos processos relativos a esta matéria são encontradas na seção “Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora” deste Prospecto.

O Poder Concedente poderá, caso a Emissora e da CEMIG D não observem os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar outras penalidades a referidas sociedades e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que acarretaria um efeito adverso nas condições financeiras e operacionais da Emissora e da CEMIG D, e, conseqüentemente, da Garantidora. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a prorrogação das concessões nos termos da Lei de Concessões.

Para mais informações sobre os respectivos Contratos de Concessão, incluindo as hipóteses nas quais esses instrumentos podem ser extintos, vide seção “Negócios da Emissora” deste Prospecto.

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu durante os anos de 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados operacionais da Emissora e da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora.

A Emissora e a CEMIG D dependem das condições hidrológicas predominantes no sistema interligado nacional no qual operam. Em 2006, de acordo com dados do ONS, aproximadamente 77% da oferta de energia elétrica no Brasil veio de usinas hidrelétricas. Condições hidrológicas que resultem em baixa oferta de energia elétrica no mercado brasileiro podem causar, entre outras coisas, a implementação de amplos programas de conservação de eletricidade, incluindo reduções obrigatórias do consumo de eletricidade, como ocorreu durante o recente programa de racionamento. Tal fato poderá ocorrer tendo em vista que a expansão estrutural da oferta de energia elétrica do sistema interligado nacional deveria atender a um nível de risco de suprimento igual a 5%. Reduções significativas de geração ou consumo de energia elétrica podem prejudicar os resultados financeiros futuros da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora. Se o Brasil sofrer outra escassez de oferta de energia elétrica, o governo poderá implementar políticas que incluam o racionamento do consumo, o que poderá ter um efeito negativo sobre os negócios da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente da Garantidora e nos seus resultados operacionais, podendo causar um efeito adverso na capacidade de pagamento das Debêntures. Para mais informações, vide "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais da CEMIG", "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais da Emissora" e "O Setor de Energia Elétrica no Brasil – Racionamento".

A Emissora e a CEMIG D são responsáveis por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

Os seguros contratados pela Emissora e pela CEMIG D podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A Emissora e a CEMIG D mantêm apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles obrigatórios por Lei. Ademais, a cobertura contra incêndio das usinas, prevista somente para os equipamentos das principais instalações, é feita no âmbito de seus seguros de risco operacional. As usinas e instalações da Emissora não se encontram, de modo geral, cobertas por seguro contra catástrofes, tais como terremotos e inundações. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a CEMIG D é responsável por danos diretos e indiretos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de distribuição de energia, tais como interrupções repentinas e variações de tensão e freqüência.

A Emissora poderá ser responsabilizada por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas de operação de suas usinas, que acarretam em interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a nenhum agente identificado do setor elétrico. O valor das indenizações, neste último caso, deverá ser rateado na seguinte proporção: 60% para os agentes de distribuição, 20% para os agentes de geração e 20% para os agentes de transmissão e tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Emissora e da Garantidora, o que poderá afetar a capacidade de pagamento das Debêntures.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a Emissora, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras. Ademais, é possível que a Emissora e a CEMIG D não consigam obter, no futuro, seguro nos mesmos termos que as atuais apólices. Para mais informações, vide "*Os Negócios da Emissora – Seguros*".

A construção, expansão e operação das usinas hidrelétricas e termelétricas de geração de energia da Emissora envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, expansão, manutenção, e operação de instalações e equipamentos para a geração de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais obrigatórias, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente;
- indisponibilidade de equipamentos;

- indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- interrupção do fornecimento;
- interrupções no trabalho;
- greves e outras disputas trabalhistas;
- agitações sociais;
- interferências meteorológicas e hidrológicas;
- problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos; e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

A Emissora não contrata seguro contra alguns destes riscos, incluindo determinados riscos meteorológicos. A ocorrência destes ou outros problemas, poderá afetar adversamente a capacidade da Emissora de gerar energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso em sua situação financeira e no seu resultado operacional e, consequentemente, poderá afetar a Garantidora e a capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora poderá vender significativa parcela de sua geração apenas na CCEE, nos próximos 3 anos, bem com sofrer alterações no seu portfólio de clientes livres, em decorrência de sobra de energia no País.

Desde janeiro de 2007, a ocorrência de déficit no balanço estrutural de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN está fortemente dependente dos resultados dos testes de disponibilidade de geração das usinas termelétricas a gás natural realizados entre os dias 11 e 22 de dezembro de 2006, definidos por legislação específica do órgão regulador. Através destes testes verificou-se que o conjunto de usinas termelétricas a gás natural conseguiu atender apenas 43% da geração programada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Dessa forma, desde janeiro de 2007, o ONS não mais está considerando como capacidade instalada para geração de energia no SIN a parcela equivalente da geração não atendida pelas usinas termelétricas a gás natural, tendo em vista os resultados dos testes de disponibilidade verificados, e outra parcela relacionada à um insuficiente detalhamento da projeção de entrega de gás natural efetuada pela Petrobrás. A retirada dessa capacidade instalada total tem efeito direto na mensuração do risco de déficit calculado pelo planejamento da operação eletroenergética do SIN e no cálculo dos custos marginais de operação, que são base para determinação dos Preços de Liquidação de Diferenças - PLDs da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Adicionalmente, caso essa disponibilidade observada como resultado dos testes não reduza as garantias físicas das usinas termelétricas a gás natural, as quais possibilitam a venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado e no Ambiente de Contratação Livre, o balanço estrutural do SIN estará equilibrado até o ano de 2011, considerando o desenvolvimento e implementação das usinas licitadas nos últimos leilões de energia nova do Ministério de Minas e Energia - MME. Caso contrário, o balanço estrutural de energia elétrica do SIN já apresentará déficit de energia a partir de 2008, e ficará dependente da recomposição do lastro de garantia física dessas usinas através do plano de oferta de suprimento de gás natural em desenvolvimento pela Petrobrás. Nesse ambiente competitivo, a CEMIG G vem atuando de forma preventiva com a venda de parte de seus recursos nos leilões de energia do pool, conforme definido pelo MME, e parte para consumidores livres, reservando um montante de energia adequado para cobrir eventuais riscos de exposição ao PLD na contabilização da CCEE. Esta estratégia procura maximizar a rentabilidade esperada da emissora, baseando-se entretanto em um cenário de performance operativa do sistema ao lado de uma estabilidade regulatória. Desvios acentuados deste cenário poderão afetar os resultados financeiros e operacionais da Emissora e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora.

RISCOS RELACIONADOS À CEMIG D QUE AFETAM A GARANTIDORA

As tarifas cobradas pela CEMIG D são determinadas pela ANEEL, nos termos de seus Contratos de Concessão.

A ANEEL estabelece, de acordo com uma fórmula prevista nos Contratos de Concessão, as tarifas que a CEMIG D cobra de seus clientes, as quais estão também sujeitas ao poder regulador dessa Agência. A ANEEL possui substancial poder discricionário para estabelecer as tarifas que a CEMIG D cobra de seus consumidores. Os Contratos de Concessão de distribuição e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preço máximo, que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) reajuste anual; (ii) revisão periódica; e (iii) revisão extraordinária. A CEMIG D está autorizada a aplicar, todos os anos, um reajuste anual cuja finalidade é compensar alguns efeitos da inflação sobre as tarifas, e repassar aos clientes certas mudanças em sua estrutura de custos que fujam do seu controle, tais como o custo da energia comprada de seus fornecedores de energia, e encargos regulatórios, incluindo encargos para o uso de instalações de transmissão e distribuição e variações na taxa de câmbio sobre seus pagamentos à Itaipu. Além disso, a ANEEL conduz uma revisão periódica a cada cinco anos para identificar variações nos custos da CEMIG D e definir um índice baseado na sua eficiência operacional que será aplicado sobre o índice dos reajustes anuais da CEMIG D, e cujo efeito é premiar a boa administração dos seus custos e compartilhar parcelas dos ganhos com os usuários dos serviços de distribuição. A finalidade dessas revisões periódicas é restabelecer um nível tarifário suficiente para cobrir (1) custos da energia comprada e outros custos não administráveis pela CEMIG D, (2) custos de operação e manutenção de uma "Empresa de Referência" teórica e (3) remuneração do capital sobre sua base de ativos, usando uma metodologia de "substituição de custos". A CEMIG D também tem o direito de requerer uma revisão extraordinária das suas tarifas se custos imprevisíveis vierem a alterar significativamente sua estrutura de custos, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que sejam favoráveis à CEMIG D e que permitam que ela repasse aos seus clientes todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do Racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da CEMIG D poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente, a capacidade de pagamento da Garantidora.

Adicionalmente, recentemente, o Tribunal de Contas da União encaminhou à ANEEL solicitação para revisão da metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica das empresas do setor, por entender que ela não considera o benefício fiscal do juros sobre capital próprio na formação da tarifa, e que, dessa forma, o reajuste tarifário concedido deveria ter sido menor. Essa situação afeta não somente a CEMIG D, mas também todas as empresas concessionárias de distribuição. A ANEEL, por outro lado, contratou os serviços da Fundação Universitária de Brasília para avaliar a metodologia, no intuito de questionar a posição do Tribunal de Contas. Caso o desfecho dessa pendência seja desfavorável à CEMIG D sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente, a capacidade de pagamento da Garantidora.

Há obrigatoriedade de planejamento de mercado pelas empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, sendo que a CEMIG D poderá não conseguir repassar integralmente via tarifas os custos de suas compras de energia.

Conforme previsto no novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro, as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão planejar, com antecedência de cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o suprimento de seus consumidores nesse período, através de leilões públicos. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia entre as distribuidoras e geradoras, através das tarifas reguladas dos consumidores finais. Se a energia contratada, incluindo aquela comprada pela CEMIG D nos leilões públicos, for inferior a 100% de sua necessidade de energia total verificada, a CEMIG D estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra adicional de energia, caso a mesma esteja disponível, que poderão ser mais elevados no mercado à vista. Se a energia contratada, incluindo aquela que a CEMIG D comprar no leilão público representar mais de 100% e menos de 103% da sua necessidade de energia total, a CEMIG D poderá repassar a seus clientes o volume total da sua necessidade de energia. Caso supere 103%, a CEMIG D novamente estará sujeita a multas e poderá não conseguir repassar a seus clientes todos os custos de compra deste montante.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe, ainda, a capacidade da CEMIG D de repassar aos seus clientes o custo das compras de energia caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia a ser disponibilizada por novos empreendimentos de geração, com início de entrega de três a cinco anos após a data do leilão sendo aplicado somente durante os três primeiros anos após este marco inicial. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia da CEMIG D, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que a previsão de demanda de energia da CEMIG D será precisa. Se houver variações significativas entre as suas necessidades de energia e o volume de suas compras de energia, os resultados das operações da CEMIG D poderão ser adversamente afetados, afetando adversamente, a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seção "O Setor de Energia Elétrica no Brasil" deste Prospecto.

Não é mais permitida a contratação de suprimento de energia elétrica, por empresas concessionárias e permissionárias de distribuição, de energia gerada por elas mesmas ou por empresas do mesmo grupo societário.

O novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro vetou o auto-suprimento de energia (*self-dealing*), determinando que todas as empresas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica somente poderão adquirir energia por meio dos leilões realizados diretamente pela ANEEL ou por intermédio do "*pool*" operado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essa regra é aplicada para as novas contratações de suprimento de energia, devendo ser respeitados os contratos de auto-suprimento firmados anteriormente à entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. O auto-suprimento de energia é a compra, por uma distribuidora, de energia gerada por ela mesma ou por uma empresa do mesmo grupo societário. Com a impossibilidade de realizar o auto-suprimento de energia, as distribuidoras que vinham realizando esta prática (como é o caso da CEMIG D) serão obrigadas a contratar energia por meio do "*pool*", sendo que essa energia será adquirida por todas as empresas de distribuição a um preço médio ponderado resultado dos leilões públicos realizados. O repasse deste custo de compra ao mercado consumidor das empresas de distribuição via tarifa regulada, nos três primeiros anos de entrega, depende do resultado do portfólio de contratos efetuados por essas empresas. Portanto, nesses três primeiros anos, as distribuidoras de energia elétrica (inclusive a CEMIG D) poderão ser afetadas negativamente, se o custo de compra for maior que a média, tendo em vista que o repasse desse custo adicional aos consumidores não será automático.

Se a CEMIG D não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia, os seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A CEMIG D sofre dois tipos de perda de eletricidade: as perdas técnicas e as perdas comerciais. Perdas técnicas são aquelas decorrentes do curso ordinário de distribuição de eletricidade. Perdas comerciais são aquelas resultantes de conexões ilegais, fraude, erro na cobrança e medição. Como resultado do racionamento implantado em 2001 e das rigorosas penalidades aplicadas aos nossos clientes pelo Governo Federal no caso de consumo de energia além dos limites impostos, verificou-se um aumento significativo das perdas de energia causadas por conexões ilegais, roubo e fraude por parte de clientes que tentavam evitar o limite de consumo. Em 2005, as perdas de energia da CEMIG D foram de 14,4% do total de compras de energia, em termos de volume. Em 2006, referidas perdas foram de de 16,7%. A CEMIG D não pode assegurar que as estratégias que implantou para combater as perdas de energia serão eficazes. A parcela de suas perdas de energia que exceder os percentuais definidos para a denominada empresa de referência, conforme determinação da ANEEL, não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas . Não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a condição financeira e resultados operacionais da CEMIG D, e consequentemente, da Garantidora.

A CEMIG D gera parte de suas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores "potencialmente livres" que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de sua área de concessão, a CEMIG D não enfrenta concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da Lei do Setor Elétrico e regulamentação posterior, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente através dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem se tornar consumidores livres caso optem por energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores à tarifa regulada o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007. A CEMIG D acredita que para os próximos anos, o preço de comercialização de energia no ambiente de contratação livre será crescente em função do equilíbrio esperado entre oferta e demanda do sistema inteligado nacional, fato que poderá provocar alterações no mercado previsto das distribuidoras.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG D fornecia energia a 525 unidades de consumo de clientes industriais potencialmente livres, com demanda contratada no horário fora de pico, maior ou igual a 500kW, que representavam aproximadamente 10,2% de sua receita operacional líquida e aproximadamente 13,9% do volume total da energia vendida no referido exercício. Caso os consumidores potencialmente livres da CEMIG D se tornem consumidores livres, passando a comprar energia de outros fornecedores, as receitas da CEMIG D poderão reduzir o que poderá afetar adversamente os resultados das operações da CEMIG D no curto prazo, tendo em vista a remuneração deste segmento.

Um número relativamente pequeno de consumidores da CEMIG D responde por parcela significativa de sua receita. A não renovação dos contratos com tais consumidores ou uma queda no consumo poderá prejudicar os resultados operacionais da CEMIG D.

A segunda maior parte da energia vendida pela CEMIG D é comprada por grandes consumidores industriais, cujas principais atividades são: siderurgia, manipulação de metais não ferrosos, ferroligas, química, vestuário, artefatos de tecidos, produção de cimento e produção de automóveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores consumidores industriais da CEMIG D responderam por aproximadamente 1,4% da receita total da CEMIG D e aproximadamente 2,7% do volume total de eletricidade vendida pela CEMIG D. Já no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, esses percentuais foram de 1,1% e 1,9%, respectivamente.

A CEMIG D mantém contratos de longo prazo com praticamente todos os seus principais consumidores. Qualquer perturbação no relacionamento existente com consumidores poderia prejudicar de maneira relevante seus resultados operacionais. Exemplificadamente, quando do término desses contratos, o regime regulatório que está sendo implantado no setor elétrico do Brasil poderá permitir que os consumidores contratem outros fornecedores de energia elétrica fora de Minas Gerais. Além disso, uma baixa de produção do setor manufatureiro poderia reduzir as demandas de energia de alguns dos maiores consumidores industriais da CEMIG D, o que poderia prejudicar de maneira relevante os resultados operacionais da CEMIG D.

A CEMIG D apresenta um percentual de inadimplência que pode afetar adversamente seus resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R$458,50 milhões, correspondentes a 4,9% de sua receita operacional bruta registrada em 2005. Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG D possuía contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de, aproximadamente, R$616,7 milhões, correspondentes a 6,6% de sua receita operacional bruta registrada neste mesmo período. A CEMIG D pode não recuperar os créditos relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso não recuperem esses créditos, total ou parcialmente, a CEMIG D sofrerá, um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros, o que conseqüentemente, poderá afetar negaativamente a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações sobre inadimplência vide Seção "Negócios da Garantidora – Inadimplência" deste Prospecto.

RISCOS RELACIONADOS AO CONTROLE DA CEMIG PELO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Emissora é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, cujos interesses poderão ser contrários aos dos seus investidores.

O Governo Estadual de Minas Gerais exerce substancial influência sobre a administração e orientação dos negócios da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora e da CEMIG D. Ademais, o atual Governador do Estado de Minas Gerais é integrante de um partido de oposição ao atual Governo Federal. o que pode resultar em divergências quando da tomadas de decisões envolvendo as duas esferas de poder. Não é possível analisar os impactos e efeitos que essas situações poderão causar. Eventuais divergências políticas entre esses entes poderão prejudicar os resultados e operações da Emissora, da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora.

A CEMIG e, conseqüentemente, a Emissora e a CEMIG D, são controladas pelo Governo Estadual de Minas Gerais, que detinha, em 31 de dezembro de 2006, 50,96% das ações ordinárias emitidas pela CEMIG possuindo o direito à maioria dos votos nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas da CEMIG, podendo (i) eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e (ii) decidir matérias cuja deliberação requeira a aprovação da maioria qualificada dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O Governo Estadual de Minas Gerais já utilizou, no passado, e poderá utilizar no futuro, sua condição de acionista controlador da CEMIG para determinar que a CEMIG e, conseqüentemente a Emissora e a CEMIG D, dediquem-se a certas atividades e efetue certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para atender ao objetivo de melhorar os negócios e/ou o resultado operacional da CEMIG.

O controle efetivo da CEMIG é objeto de contestação em juízo.

Em função da compra, em 1997, de 32,96% das ações ordinárias de emissão da CEMIG pela SEB, uma *joint venture* controlada por uma companhia do grupo norte-americano AES Corporation, o Estado de Minas Gerais e a SEB celebraram um acordo de acionistas que concedeu à SEB controle sobre certas decisões societárias importantes para a condução dos negócios da CEMIG. Em 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação pleiteando anular o acordo de acionistas com fundamento na Constituição do Estado de Minas Gerias e na legislação estadual referente à matéria. Após a concessão de liminar suspendendo o acordo e instruído o processo, o pedido de anulação do acordo de acionistas foi julgado procedente, sendo a decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A SEB recorreu dessa decisão para o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e para o Supremo Tribunal Federal ("STF"), já tendo sido proferida decisão favorável ao Estado de Minas Gerais pelo STJ, restando apenas o julgamento de agravo de instrumento pelo STF, cujos autos se encontram conclusos ao Ministro Relator – Min. Joaquim Barbosa. Caso a decisão do STJ seja modificada de forma desfavorável ao Governo Estadual de Minas Gerais, o acordo de acionistas poderá ser considerado válido e a SEB poderá vir a ter o controle sobre certas decisões societárias relevantes da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora e da CEMIG D. Ademais, a SEB pode contestar retroativamente a legitimidade de certas decisões tomadas pelo Conselho de Administração da CEMIG e, conseqüentemente, da Emissora e da CEMIG D durante a pendência desses processos.

RISCOS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DA EMISSORA E DA CEMIG D

As operações, equipamentos e instalações da Emissora e da CEMIG D estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

As atividades de geração e transmissão da Emissora, bem como as atividades de distribuição da CEMIG D, estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental em âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações da Emissora e da CEMIG D. É possível que as regras de proteção

ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Emissora da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora, afetando a capacidade de pagamento das Debêntures.

A Emissora e a CEMIG D deverão obter licenças para suas instalações que operam sem licenças ambientais.

A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais, entre outros.

Adicionalmente, a Emissora e a CEMIG D estão negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986.

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais. Caso sejam adotados critérios muito rigorosos para a efetuação de tal compensação, a Emissora, a CEMIG D e, conseqüentemente, a Garantidora poderão ser negativamente afetadas, afetando a capacidade de pagamento das Debêntures.

Caso a Emissora e a CEMIG D não obtenham as licenças poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e seus resultados operacionais, o que poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento da Garantidora.

A Emissora e a CEMIG D necessitam de novos financiamentos para cumprimento de seus respectivos Planos de Investimentos.

A Emissora e a CEMIG D possuem uma política de obtenção de recursos para suas atividades baseada em financiamentos adquiridos junto a instituições financeiras, instituições de fomento nacionais e internacionais e operações de colocação de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados brasileiro e internacional. O insucesso na realização de novas operações similares, com o objetivo de refinanciar suas operações vincendas, poderá resultar em dificuldades na obtenção dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas em operações de financiamento já contratadas ou em um aumento nos custos de captação da Emissora e da CEMIG D, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais, bem afetar a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seções “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

A Emissora e a CEMIG D possuem programas de investimentos para os próximos 5 anos, que prevêem investimentos nos valores de R$972,9 milhões e R$3.381,8 milhões, respectivamente, destinado à expansão de suas atividades de geração e transmissão, bem como distribuiçãode energia, conforme o caso. A Emissora e a CEMIG D não podem assegurar que serão capazazes de obter recursos suficientes para implementação dos seus programas de investimentos. A incapacidade de obter os recursos necessários poderá postergar ou impedir a conclusão desses programas de investimentos e demais projetos da Emissora e da CEMIG D, o que poderá causar um efeito negativo nas atividades e resultados operacionais da Emissora e da CEMIG D e, conseqüentemente, da Garantidora.

Para mais informações sobre o programa de investimentos da Emissora, vide Seção “Negócios da Emissora – Investimentos” deste Prospecto.

A não conclusão ou eventual atraso na construção dos projetos de expansão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da Emissora ou da CEMIG D, conforme o caso, podem afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A Emissora prevê um aumento de sua capacidade geração e uma ampliação em seu sistema de transmissão de energia elétrica e a CEMIG D prevê uma expansão em suas redes de distribuição de energia elétrica. A não conclusão ou eventual atraso na construção de referidos projetos em virtude dos riscos associados à construção de aproveitamentos hidrelétricos, sistema de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, tais como o aumento do custo de mão-de-obra, bens e serviços, riscos de erros de projeto, perdas e danos causados a terceiros, restrições ambientais, atraso no término da construção das obras poderão implicar custos operacionais e/ou financeiros adicionais, afetando adversamente os resultados operacionais e financeiros da Emissora e da CEMIG D e, conseqüentemente, da capacidade de pagamento da Garantidora.

A Emissora está sujeita a regras e limites para contingenciamento de crédito do setor público e a restrições para utilização de determinados recursos por ela captados, o que poderá dificultar a obtenção de financiamentos.

Como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais, a CEMIG, e conseqüentemente, a Emissora e a CEMIG D estão sujeitas às regras e limites impostos às instituições financeiras com relação ao contingenciamento de crédito ao setor público editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras estabelecem determinados parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a entidades do setor público. Dessa forma, a Emissora e a CEMIG D poderão ter dificuldades para obter financiamentos perante instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que poderá dificultar a implementação de seus respectivos Planos de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras. Essas regras também estabelecem que uma empresa estatal, de modo geral, somente poderá captar recursos (i) no mercado local por meio de empréstimos para refinanciamento de dívida e por meio de captações de recursos mediante a emissão de valores mobiliários e (ii) no mercado externo por meio de financiamento de importações, refinanciamento de dívidas registradas no Banco Central do Brasil e financiamentos concedidos por organismos multilaterais. Em decorrência dessas regulamentações, a capacidade de contrair dívida da Emissora e da CEMIG D fica mais uma vez limitada, podendo afetar negativamente a implementação dos seus respectivos Planos de Investimentos ou o refinanciamento de suas obrigações. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora” – “Investimentos” deste Prospecto.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Emissora e da CEMIG D.

Além dos limites para contingenciamento de crédito do setor público, em virtude de contratos celebrados principalmente com o Banco BNP Paribas, o Banco Itaú BBA, o Banco WestLB, o HSBC Bank, o ABN Amro Real e o Credit Suisse First Boston, para a captação de recursos, a Emissora e a CEMIG D estão sujeitas a certos *covenants* financeiros e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG D, de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações da Emissora ou da CEMIG D poderá acarretar sérios efeitos sobre suas situações financeiras, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações da Emissora ou da CEMIG D, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por elas celebrados com terceiros. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Emissora e da CEMIG D poderá afetar suas capacidades de captarem novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá influenciar negativamente a capacidade da Emissora e da CEMIG D de honrarem seus compromissos financeiros, inclusive a capacidade da Emissora com relação às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Garantidora. Para mais informações vide Seções “Informações Sobre os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

Decisões adversas em processos judiciais

A Emissora e a Garantidora são partes em vários processos judiciais cíveis, trabalhista e fiscais que são ajuizados no curso habitual dos seus negócios. Em 31 de dezembro de 2006, as contingências da Emissora e da Garantidora (consolidado com a Emissora), decorrentes desses processos somavam respectivamente R$396,55 milhões e R$9.065,46 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora e a Garantidora, haviam estabelecido provisões no valor total de R$31 mil e R$472,47 milhões, respectivamente. Para mais informações vide as seções "Contingências Judiciais e Administrativas da Emissora" e "Contingências Judiciais e Administrativas da Garantidora".

Se a Emissora ou a Garantidora forem condenadas a efetuar pagamentos em montante superior aos valores provisionados, poderá haver um impacto negativo em suas condições financeiras e resultados operacionais.

Nem todos os bens e ativos da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta.

Na qualidade de concessionária de serviços públicos, todos os bens da Emissora, da CEMIG D e da Garantidora, são essenciais à prestação de serviços públicos e vinculados às concessões por elas detidas, devem ser revertidos ao poder concedente ao final dos Contratos de Concessão e não estão sujeitos à penhora ou execução judicial. Na hipótese de inadimplemento das obrigações relativas às Debêntures, nem todos os bens e ativos da Emissora e, conforme o caso, da Garantidora, poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Riscos inerentes ao CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC

Em 26 de janeiro de 2006, foi criado o CEMIG - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC ("Fundo") formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. O Fundo é composto por 900.000.000 quotas seniores e 760.125.012 quotas subordinadas não transferíveis, com valor nominal de R$1,00 por quota, as quais foram integralmente subscritas e pagas em 27 de janeiro de 2006, pelo Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Bradesco S.A. e pela CEMIG, respectivamente. As quotas seniores e as subordinadas deverão ser resgatadas em 2015 e 2035, respectivamente. O valor, em 31 de dezembro de 2006, dos recebíveis transferidos para o Fundo era de R$1.726 milhões.

As quotas seniores são remunerdas pelo CDI acrescido de 1,70% por ano e serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das quotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos devem ser retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo, as quotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às quotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento. O sistema de amortização foi projetado para coincidir com o cronograma de distribuição de dividendos da CEMIG e para minimizar o risco da CEMIG ser responsável por qualquer pagamento adicional. As quotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo ou com sua liquidação. Caso a CEMIG deva, na qualidade de co-obrigada, fazer qualquer pagamento das quotas seniores sua capacidade de pagamento poderá ser afetada adversamente de forma relevante. Para mais informações sobre o Fundo e o Contrato CRC vide seções "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC" e "Contratos Relevantes – Contratos Relevantes da CEMIG", respectivamente.

Não há garantias da capacidade de pagamento da Garantidora

As Debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela CEMIG, sociedade *holding*, da qual a Emissora e a CEMIG D são subsidiárias integrais. Dessa forma, a CEMIG obtém receita por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de suas subsidiárias. Não há garantias de que suas subsidiárias apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio à CEMIG, bem como não há garantia de que esta terá capacidade para honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento da Emissora.

Caso a Emissora seja transformada em sociedade limitada, seu registro de companhia aberta será cancelado.

A Lei de Sociedades por Ações dispõe sobre a possibilidade de transformação de sociedades anônima em sociedades limitadas.

Caso aconteça tal transformação, após o resgate da totalidade das debêntures em circulação pela Emissora, conforme art. 7º da Instrução 361 da CVM, o registro de companhia aberta da Emissora será cancelado. Ademais, as sociedades limitadas ou fechadas não são obrigadas a divulgar informações eventuais e periódicas, requisitos de governança corporativa aos quais as companhias abertas estão sujeitas.

A Escritura de Emissão das Debêntures assegura a entrega periódica de informações financeiras e gerenciais aos debenturistas, mas não assegura todas as proteções ao investidor aplicáveis às de companhias abertas.

Se a Emissora passar por uma transformação, seus investidores serão adversamente afetados tendo em vista que as Debêntures serão resgatadas.

RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação à Oferta. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado, a Emissora poderá não ter os recursos financeiros necessários para realizar o pagamento das Debêntures.

O mercado secundário de debêntures tem baixa liquidez no Brasil, podendo dificultar a negociação das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de Debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de sua liquidez para negociação no mercado secundário.

Para se realizar classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá afetar negativamente seu preço e sua negociação no mercado secundário.

Limitação na Excussão da Garantia.

As Debêntures da presente Oferta contam com Garantia Fidejussória da CEMIG, da qual a Emissora é subsidiária integral. Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão da garantia. O processo de excussão da garantia fidejussória das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso está sujeito a diversos fatores que estão fora do controle da Emissora. Além disso, a CEMIG, na qualidade de garantidora, poderá não ter recursos ou bens suficientes para honrar o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures.

Validação da Estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP.

A Súmula nº 176 editada pelo STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI, divulgada pela ANBID/CETIP. Referida Súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. Dessa forma, há possibilidade de a Taxa DI ser questionada em eventual disputa judicial. Caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituí-la poderá ser inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas no Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem suas opiniões em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção "*Fatores de Risco*" em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400.

Não será emitida Carta de Conforto no âmbito desta Oferta.

O novo Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006, prevê a necessidade de manifestação escrita por parte dos auditores independentes (a "Carta de Conforto") acerca da consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas da Emissora.

Tendo em vista que (i) a presente Oferta trata-se de Permuta Obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta; (ii) referida carta de conforto não foi emitida na 1ª Emissão da CEMIG; e (iii) o público alvo da presente Oferta será composto exclusivamente pelos titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, a Emissora acredita não ser necessária a emissão de referida Carta de Conforto.

Consequentemente, os auditores independentes da Emissora não se manifestaram sobre a consistência das informações financeiras constantes deste Prospecto com as demonstrações financeiras publicadas da Emissora.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A presente Oferta é realizada exclusivamente para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Oferta com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG. Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos líquidos desta Oferta, uma vez que as Debêntures desta Oferta serão integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

Por sua vez, os recursos obtidos com a 1ª Emissão da CEMIG foram destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado, conforme o programa de obras de geração e transmissão da CEMIG estabelecido para os anos de 2001, 2002 e para o primeiro trimestre de 2003 descrito na tabela abaixo, de acordo com o qual a CEMIG investiu R$651,84 milhões.

A CEMIG utilizou os recursos da sua 1ª Emissão no financiamento parcial dos projetos mencionados na tabela abaixo, conforme as necessidades de investimento e o desenvolvimento de cada projeto.

A tabela a seguir demonstra os principais projetos nos quais os recursos obtidos com a 1ª Emissão da CEMIG foram aplicados, incluindo os valores já investidos pela CEMIG nestes projetos nos períodos indicados. Os recursos complementares à 1ª Emissão da CEMIG necessários para atender às necessidades de investimento da CEMIG foram obtidos com a geração de recursos pela própria CEMIG e por meio de financiamentos já contratados e em negociação juntos a fornecedores, bancos comerciais e por meio de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, além, de parcerias com empresas do setor privado.

Conforme demonstrado abaixo, do total dos recursos captados com a 1ª Emissão da CEMIG, R$159,9 milhões foram destinados para reembolso à CEMIG dos gastos incorridos com os vários projetos durante o período compreendido entre janeiro e outubro de 2001.

O valor total dos Investimentos foi apurado de acordo com os lançamentos contábeis da CEMIG, que obedecem às regras estabelecidas no Plano de Contas da ANEEL.

(Valores em R$ mil)

Descrição Projetos Definidos	Custo	Investimento até Dez/2000	Investimento Jan/2001 a Mar/2003					Recursos				
								Debêntures			CEMIG e Outros	Total
			Jan a Out 2001	Nov e Dez 2001	Jan a Dez 2002	Jan a Mar 2003	Total	Reembolso do realizado Jan-Out/2001	Realizado Até Mar/2003	Total		
Geração (a)	**1.083.607**	**102.580**	**126.718**	**51.228**	**294.284**	**69.901**	**542.131**	**126.718**	**388.569**	**515.287**	**129.424**	**644.711**
UHE Aimorés	205.865	8.168	22.715	16.109	117.882	23.956	**180.662**	22.715	157.947	180.662	8.168	188.830
UHE Funil	101.229	11.446	31.758	8.867	53.294	8.301	**102.220**	31.758	70.462	102.220	11.446	113.666
AHE Porto Estrela	40.481	30.668	8.000	3.050	924	-	**11.974**	8.000	3.974	11.974	30.668	42.642
AHE Queimado	118.013	15.486	45.278	17.822	42.622	5.930	**111.652**	45.278	66.374	111.652	15.486	127.138
AHE Irapé	536.000	12.973	2.854	653	65.238	29.179	**97.924**	2.854	68.226	71.080	39.817	110.897
AHE Capim Branco	19.257	10.849	471	47	864	131	**1.513**	471	1.042	1.513	10.849	12.362
UTE Barreiro	22.008	108	132	19	4.185	114	**4.450**	132	4.318	4.450	108	4.558
Usinas Existentes	40.754	12.882	15.510	4.661	9.275	2.290	**31.736**	15.510	16.226	31.736	12.882	44.618
Transmissão/Distribuição (b)	**235.961**	**35.736**	**33.265**	**11.509**	**61.542**	**3.397**	**109.713**	**33.265**	**76.448**	**109.713**	**35.736**	**145.449**
SE Itajubá	65.486	469	14.078	8.005	22.839	215	**45.137**	14.078	31.059	45.137	469	45.606
SE Vespasiano	64.700	-	450	15	2.042	-	**2.507**	450	2.057	2.507	-	2.507
Subtransmissão Exp. e Reforço	105.775	35.267	18.737	3.489	36.661	3.182	**62.069**	18.737	43.332	62.069	35.267	97.336
Total (a) + (b)	**1.319.568**	**138.316**	**159.983**	**62.737**	**355.826**	**73.298**	**651.844**	**159.983**	**465.017**	**625.000**	**165.160**	**790.160**

Para informações sobre a Permuta Obrigatória vide Seções “Desverticalização” e “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. Na data deste Prospecto, o valor do capital social da Emissora era de R$2.896.785.358,90, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Para informações sobre os acionistas da CEMIG, *vide* seção "Principais Acionistas".

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

A presente Emissão é realizada exclusivamente para fins da Permuta Obrigatória das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Emissão, com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

A 1ª Emissão de Debêntures da Emissora foi aprovada na 22ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 20 de fevereiro de 2006 (a "22ª RCA"), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (a "JUCEMG") sob o n° 3562936, em 18 de julho de 2006, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Gazeta Mercantil" e "O Tempo", em 08 de agosto de 2006, bem como nos jornais "O Estado de São Paulo", em 23 de dezembro de 2006, e "Hoje em Dia", em 22 de dezembro de 2006. A ata da 22ª RCA foi retificada pela 37ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 23 de novembro de 2006 (a "37ª RCA"), cuja ata foi arquivada na JUCEMG sob o n° 3661490, em 13 de dezembro de 2006, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "O Tempo", "O Estado de São Paulo" e "Hoje em Dia", em 19 de dezembro de 2006 e no jornal "Gazeta Mercantil" em 20 de dezembro de 2006. As debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela CEMIG, conforme aprovada na 372ª Reunião do Conselho de Administração da CEMIG, realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi arquivada na JUCEMG em 22 de agosto de 2006, sob o nº 3578826, e publicada em 1º de setembro de 2006 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Gazeta Mercantil" e "O Tempo"

1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures da 1ª Série é de R$15.641,490773 na Data de Emissão; e o valor nominal unitário das Debêntures da 2ª Série é de R$16.131,837123 na Data de Emissão.

2. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 62.500 Debêntures.

3. Valor Total da Emissão

O valor total da Oferta é de R$992.916.496,75, na Data de Emissão.

4. Séries

A Oferta será realizada em duas séries.

5. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos, a Data de Emissão será 1º de novembro de 2006.

6. Conversibilidade, Tipo Forma e Espécie

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

7. Espécies

As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

8. Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2009; e o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de novembro de 2011. Por ocasião das respectivas Datas de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida.

9. Garantia Fidejussória

As Debêntures da presente Oferta e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão são garantidas por fiança, prestada pela CEMIG (a "Garantia Fidejussória"), que, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, obriga-se na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada pelas obrigações assumidas na Escritura de Emissão. A CEMIG declara e garante que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

A fiança é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigerá até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão.

10. Remuneração

As Debêntures farão jus à seguinte remuneração (a "Remuneração"):

10.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

As Debêntures da 1ª Série não terão o seu valor nominal atualizado e renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP (a "Taxa DI"), capitalizadas de um *spread* de 1,2% ao ano, tendo por base 252 dias úteis, incidentes sobre saldo do valor nominal da debênture para cada período de capitalização da 1ª Série, ou seja, desde a data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento (o"Período de Capitalização da 1ª Série"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \left(FatorJuros - 1\right)$$

Onde:

J *Valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

VNE *Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal da debênture no início do Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

FatorJuros *Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

FatorDI *Produtório das Taxas DI - Over com uso percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI}\left[1+\left(TDI_k x \frac{p}{100}\right)\right]$$

Onde:

n_{DI} *Número total de Taxas DI - Over consideradas na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;*

TDI_{k-} *Taxas DI - Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:*

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100}+1\right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k - *Taxa DI - Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, utilizada com 2 (duas) casas decimais;*

d_k *Número de dia(s) útil(eis) correspondes ao prazo de validade da Taxa DI - Over, sendo " d_k" um número inteiro;*

k *k = 1, 2, ..., n;*

P *Percentual aplicado sobre a Taxa DI - Over, informado com 2 (duas) casas decimais;*

FatorSpread *Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, segundo a seguinte fórmula:*

$$FatorSpread = \left\{\left[\left(\frac{spread}{100}+1\right)^{\frac{n}{N}}\right]^{\frac{DP}{DT}}\right\}$$

Onde:

spread *Spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;*

N *Número de dias representativos do spread, sendo "N" um número inteiro;*

n *Número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;*

DT *Número de dias entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro; e*

DP *Número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;*

10.1.1. A remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008 e 2009, observado o disposto no item 11.6 adiante.

10.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série não terão o seu valor nominal atualizado e renderão juros correspondentes à variação acumulada de 104,0% da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculados e divulgados pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (a "Taxa DI"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal da debênture para cada Período de Capitalização da 2ª Série, conforme definido no item 10.2.5 abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \left[FatorDI - 1\right]$$

Onde:

JR *Valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

VN *Saldo do Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

FatorDI *Produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a formula abaixo;*

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI}\left[1+\left(TDI_k \, x \, \frac{p}{100}\right)\right]$$

Onde:

n_{DI} *Número total de Taxas DI, sendo "n_{DI}" um número inteiro;*

TDI_{k} *Taxas DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:*

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100}+1\right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k *Taxa DI em percentual ao ano, base 252(duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";*

d_k *número de dia(s) útil(eis) correspondes ao prazo de validade da taxa DI, sendo " d_k" um número inteiro;*

k *k = 1, 2, ..., n; e*

P *Percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;*

10.2.1. O fator resultante da expressão *[1 + (TDI_k x P/100)]* é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

10.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários *[1 + (TDIk x P/100)]*, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

10.2.3. Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

10.2.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

10.2.5. Define-se "Período de Capitalização da 2ª Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos na Escritura de Emissão.

10.2.6. A remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga, anualmente, em 1º de novembro dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, observado o disposto no item 11.6 adiante.

10.3. Indisponibilidade da Taxa DI

10.3.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária resultante da fixação dos Juros Remuneratórios, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devida qualquer compensação financeira, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

10.3.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos após a Data de Emissão, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (a "Taxa Selic"), ou, em sua falta, a taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que vier a substituir a Taxa Selic (a "Taxa Substitutiva").

10.3.3. Na hipótese de não haver Taxa Substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do (i) 15º dia útil consecutivo de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, ou (ii) da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, realizar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser utilizado para a remuneração das Debêntures, o qual deverá ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

10.3.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa Substitutiva, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

10.3.5. Caso na Assembléia Geral de Debenturistas não venha a ser definido, em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, o parâmetro a ser utilizado para remuneração das Debêntures, a Emissora, em comum acordo com os Debenturistas, escolherá um dos 5 (cinco) maiores bancos de primeira linha no Brasil para cálculo do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios. O banco escolhido deverá adotar um novo parâmetro para fins de cálculo dos juros remuneratórios de forma a preservar a remuneração original das Debêntures, considerando, inclusive para esse fim, as últimas 15 (quinze) operações de emissão pública de debêntures do mercado brasileiro.

11. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

11.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição, de acordo com o item 10 *supra*.

11.2. Forma de Integralização: A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, mediante dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 1ª Série desta Oferta; e cada debênture da 2ª Série da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture da 2ª Série desta Oferta.

11.2.1. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão de Direitos, as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização das debêntures desta Oferta serão canceladas.

11.3. Pagamento do Principal e Local de Pagamento: O valor integral do principal das Debêntures será pago nas respectivas datas de vencimento das Debêntures de cada uma das Séries, ou seja, 1º de novembro de 2009 para as Debêntures da 1ª Série e 1º de novembro de 2011 para as Debêntures da 2ª Série. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados, conforme o caso: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (b) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (c) os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas na sede da Emissora ou na sede do Banco Mandatário e Escriturador.

11.4. Imunidade: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

11.5. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada.

11.6. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

11.7. Multas Encargos Moratórios: Sem prejuízo do item 14 abaixo, no caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

11.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará

direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

12. Forma Alternativa de Recebimento

Caso decidido por debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos da Escritura poderá ser realizado por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os debenturistas.

13. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios, observado o disposto no artigo 55, da Lei 6404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

14. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;

b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R$10.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou por qualquer uma de suas controladas e/ou subsidiárias (as "Subsidiarias"), se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

c) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiarias;

d) extinção, dissolução ou decretação da falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias;

e) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

f) se a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias deixarem de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiarias, segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R$10.000.000,00.

g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias em montante igual ou superior a R$10.000.000,00, em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora ou da CEMIG previstas na Escritura de Emissão;

h) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Emissora, a CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias e/ou seus ativos, exceto se essa reorganização societária ocorrer com relação às seguintes controladas da CEMIG: Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig; Empresa de Infovias S.A., e WAY TV Belo Horizonte S.A.;

i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora, pela CEMIG ou por qualquer uma de suas Subsidiárias; ou

j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório.

Na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados em acima, exceto em casos de não pagamento do principal ou juros das Debêntures, extinção, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiarias, a Emissora poderá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para solicitar a renúncia dos debenturistas do direito de declarar as Debêntures antecipadamente vencidas. A renúncia de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado deverá ser aprovada por debenturistas representando no mínimo dois terços das Debêntures em circulação, reunidos na Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim. Em caso de aprovação da renúncia pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar, no prazo de 10 dias úteis contados da data da Assembléia Geral de Debenturistas, as Debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a respectiva renúncia, pelo seu valor nominal atualizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis.* Neste caso, as Debêntures objeto de referido resgate deverão ser canceladas pela Emissora.

15. Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório

Na hipótese de não pagamento pela Emissora de qualquer valor devido com relação às debêntures, ou previsto nos termos da Escritura de Emissão, nas respectivas datas de vencimento, todo e qualquer valor devido em razão das debêntures, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios e ou multa e demais encargos moratórios, vencidos e não pagos pela Emissora, terão Poder Liberatório e poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Emissora, mediante dação em pagamento pelos debenturistas do crédito representado pelos valores devidos em razão das debêntures, incluindo, sem limitação, Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios, se aplicável, contra o débito representado pela fatura de fornecimento de energia elétrica cobrada pela Emissora.

Os debenturistas que notificarem o Agente Fiduciário sobre sua intenção de utilizar o Poder Liberatório, estarão automaticamente isentando o Agente Fiduciário da obrigação de iniciar os procedimentos necessários para a execução das debêntures e os demais procedimentos previstos no artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83, sem prejuízo, no entanto, dos direitos destes debenturistas caso o Poder Liberatório não seja utilizado com relação à totalidade das debêntures por eles detidas, ou não seja suficiente para a liquidação de todas as debêntures destes debenturistas.

O cálculo diário do Valor Nominal Unitário das debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e da multa e demais encargos moratórios, para fins de dação em pagamento, será efetuado pelo Banco Mandatário, pelo Agente Fiduciário e pela Emissora, e informado, pelo Banco Mandatário, nessa mesma data, à Emissora, à CETIP e ao Agente Fiduciário. O cálculo, a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido pelo debenturista deverão observar os termos da lei.

16. Limite Legal

A Oferta atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R$2.896.785.358,90 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinqüenta e oito reais e noventa centavos).

17. Negociação

17.1. Mercado Primário: As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) no Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

17.2. Mercado Secundário: As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) no do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa.

18. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

19. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

20. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, nos jornais utilizados pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias, na página da Emissora na Internet (http://cemiggt.infoinvest.com.br), bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

21. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de remuneração, repactuação e pagamento, previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.9 da Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das Debêntures em circulação. A liberação da Emissora de obrigações e situações de vencimento antecipado previstas na Cláusula VIII da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, ou de titularidade de coligadas, controladas, controladores, diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

22. Cronograma da Oferta

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e eqüitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O plano de distribuição será realizado nos seguintes termos:

(i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo Anúncio de Início;

(ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora;

(iii) ainda em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; e

(iv) serão atendidos, única e exclusivamente, os debenturistas da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória

(v) o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta das Debêntures;

(vi) a integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição, por meio de dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória;

(vii) As Debêntures serão escriturais, sendo sua titularidade comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A.

23. Público Alvo

O público alvo da presente Oferta será os titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

24. Inadequação do Investimento

As Debêntures objeto da presente Oferta **não** são adequadas aos investidores que necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

25. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas na Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

a) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora.

c) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto da Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

d) adquirir, caso haja mudança de controle acionário da Emissora ou da CEMIG, as Debêntures desta Oferta que estiverem em circulação, à opção dos debenturistas que não aceitarem permanecer como debenturistas da Emissora após a alteração de seu controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, definido com data de assinatura do contrato de compra e venda, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos no mesmo. A aquisição pela Emissora das Debêntures deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data da manifestação dos debenturistas. Para efeito do disposto neste item, entende-se como mudança de controle acionário a alienação pelo atual controlador da Emissora, a CEMIG, e pelo atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, de 50% mais uma ação do capital social votante da Emissora ou da CEMIG, respectivamente;

e) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;

f) não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de debenturistas;

g) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

h) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

i) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais;

j) enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente;

k) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES

"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Melhores Esforços", firmado em 28 de fevereiro de 2007, conforme aditado, entre a Emissora, o Unibanco e a CEMIG ("Contrato de Distribuição").

1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

1.1. Em razão da Permuta Obrigatória, o preço de subscrição das Debêntures será seu respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável a cada série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, observado o disposto na Escritura de Emissão.

1.2. A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 1ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Oferta. Em razão da transferência à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização das Debêntures desta Oferta serão canceladas.

2. Forma de Colocação das Debêntures

2.1. A Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

(i) a colocação das Debêntures será pública, única e exclusivamente junto aos debenturistas da 1ª Emissão da CEMIG, em regime de melhores esforços de distribuição, mediante intermediação do Cordenador Líder;

(ii) a colocação das Debêntures somente se dará após o registro da Oferta das Debêntures pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início;

(iii) o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta das Debêntures ("Prazo de Distribuição");

(iv) as Debêntures da 2ª Série somente serão distribuídas após a integral colocação das Debêntures da 1ª Série desta Oferta;

(v) não há nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

2.1.1. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e eqüitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder, e (iii) que quaisquer dúvidas por parte dos investidores possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

(i) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, será publicado o respectivo Anúncio de Início;

(ii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora;

(iii) tendo em vista a Permuta Obrigatória, não existirão lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures; e

(iv) serão atendidos única e exclusivamente os debenturistas da 1ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória.

As debêntures da 1ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora para fins de integralização das Debêntures da presente Oferta serão canceladas.

3. Relações com o Coordenador Líder da Oferta

A Emissora possui relações comerciais e diversas operações de crédito com o Coordenador Líder da Oferta, as quais se encontram detalhadamente descritas nas seções *"Operações com o Coordenador Líder da Oferta" e "Contratos Relevantes - Contratos Relevantes da Emissora"*, deste Prospecto.

4. Demonstrativo do Custo da Distribuição

4.1. Comissionamento:

4.1.1. Na Data de Liquidação, pelo desempenho e execução dos serviços objeto do Contrato de Distribuição, a Emissora pagará ao Coordenador Líder comissão de coordenação no valor de R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

4.1.2. Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

4.1.3. O Coordenador Líder é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato de Distribuição.

4.1.4. A Emissora ressarcirá o Coordenador Líder, mediante comprovação, e, obedecidos os limites previstos na Proposta Comercial, as despesas havidas com a emissão das Debêntures, conforme estabelecido nos itens (ix) e (xvii) da Cláusula 8.1. do Contrato de Distribuição, acrescidas dos respectivos impostos, desde que sejam legalmente atribuídos à Emissora.

4.1.5. Todos os pagamentos acima referidos deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da aceitação pela Emissora dos respectivos documentos de cobrança, respeitados os limites previstos na Proposta Comercial, mediante crédito na conta corrente indicada pelo Coordenador Líder, valendo como comprovante de quitação o documento de confirmação enviado pelo Coordenador Líder à Emissora.

4.2. Despesas Decorrentes do Registro:

Taxa de Registro da Oferta junto à CVM: 0,3%, incidente sobre o valor de cada série da Oferta, considerando como teto para o pagamento da referida taxa o valor de R$82.870,00 por registro.

Taxa de Registro da Oferta junto à ANBID: 0,002% (zero vírgula zero, zero, dois por cento), incidente sobre o valor da Oferta, limitada ao valor mínimo de R$5.000,00 e ao valor máximo de R$35.000,00.

A tabela do item 4.3 abaixo indica os custos decorrentes do comissionamento ao Coordenador Líder, do registro da distribuição das Debêntures desta Oferta na CVM e das demais despesas com a distribuição.

4.3. Custo Unitário de Distribuição

Custos da Distribuição (*)	**Montante (R$)**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**
Comissões	140.000,00	0,014
Taxa de Registro junto a CVM	165.740,00	0,012
Taxa de Registro junto a ANBID	35.000,00	0,004
Despesas com publicação	120.000,00	0,012
Outras despesas	100.000,00	0,010
Total	**560.740,00**	**0,052**

(*) Assumindo-se a colocação da totalidade das Debêntures

Preço por Debênture (R$)**		**Custo por Debênture (R$)***	**Montante Líquido por Debênture (R$)**
1ª Série	R$15.641,49	9,00	15.632,49
2ª Série	R$16.131,83	9,00	16.122,83

(*) Com base no Valor Nominal Unitário da Debênture na Data de Emissão.
(**) Na data de emissão

Para a obtenção de mais informações sobre a Oferta, incluindo um exemplar deste Prospecto e cópias do Contrato de Distribuição, os investidores interessados poderão dirigir-se ao endereço (i) da sede social da Emissora; (ii) ou do Coordenador Líder; (iii) ou da BOVESPA, na Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP; (iv) ou da CVM (a) na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3233-8686; (b) ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2000; ou (v) da CETIP, na Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, tel Telefone: (11) 3111-1596.

CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ/ESTABILIZAÇÃO DE PREÇO

Não há, nem será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço com relação às Debêntures.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos dessa Oferta, uma vez que as Debêntures serão integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG. Para mais informações vide Seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratou a Moody´s Investors Service (a "Moody´s") e a Fitch Ratings (a "Fitch") para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Oferta.

A Moody´s atribuiu o *rating* "A+(bra)" à presente Oferta.

A Fitch atribuiu o *rating* "Aa3.br" à presente Oferta.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente Prospecto foi elaborado de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo a ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora/ofertante, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE MERCADO

As informações financeiras da CEMIG, contidas no presente Prospecto, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 as informações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e 2006 provêm das demonstrações financeiras da CEMIG e da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Thohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, a não ser que de outra forma indicado neste Prospecto. O presente Prospecto não contém demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, tendo em vista que a Emissora apenas iniciou atividades operacionais em 08 de setembro de 2004.

Para melhor comparabilidade e análise das demonstrações contábeis, a CEMIG reclassificou determinados saldos das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 2004, 2005 e 2006, passando a classificar separadamente os custos das despesas operacionais.

As demonstrações financeiras auditadas da Emissora e da CEMIG são apresentadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações e atendem às normas e regulamentos emitidos pela CVM e aos boletins técnicos elaborados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

Alguns valores apresentados neste Prospecto poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

Este Prospecto contém previsões sobre o futuro. As estimativas têm por embasamento as expectativas da Emissora e projeções sobre os eventos futuros e tendências econômico-financeiras que afetam seus negócios. Essas estimativas estão sujeitas a risco, incertezas e suposições, especialmente àqueles descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto. Dessa forma, as estimativas poderão não se concretizar, ocasionando uma eventual e significativa diferença na projeção dos resultados.

As informações sobre o setor de energia elétrica constantes neste Prospecto, inclusive as informações sobre as participações da Emissora e da CEMIG no referido setor, foram extraídas de fontes públicas reconhecidas (órgãos governamentais), tais como a ANEEL.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, representam as informações financeiras da Emissora e da CEMIG consolidada, conforme o caso. Para mais informações vide Seção "Informações Financeiras e de Mercado" deste Prospecto.

Os seguintes dados financeiros e operacionais selecionados devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e da CEMIG e notas relacionadas e as Seções "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da CEMIG" incluídas neste Prospecto.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA

Balanço Patrimonial

(em R$ mil)	**Em 31 de dezembro de**				**Variação %**
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	352.989	5,0%	687.814	9,3%	94,9%
Consumidores e Revendedores	157.605	2,2%	243.315	3,3%	54,4%
Concessionários – Transporte de Energia	85.707	1,2%	43.955	0,6%	-80,4%
Tributos Compensáveis	43.645	0,6%	95.889	1,3%	119,7%
Revendedores – Transações com Energia Livre	224.155	3,2%	123.056	1,7%	-45,1%
Créditos Tributários	12.356	0,2%	14.679	0,2%	18,8%
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	29.863	0,4%	0	0,0%	-100,0%
Estoques	2.568	0,0%	3.451	0,1%	34,4%
Outros	79.423	1,1%	93.847	1,3%	18,2%
Total do Circulante	**988.311**	**13,9%**	**1.306.006**	**17,7%**	**32,2%**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos Tributários	74.735	1,1%	97.856	1,3%	30,9%
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	1,4%	34.637	0,5%	-63,9%
Tributos Compensáveis	50.606	0,7%	64.606	0,9%	27,7%
Depósitos Vinculados a Litígios	596	0,0%	30.735	0,4%	500,6%
Outros Créditos	7.874	0,1%	17.847	0,2%	126,7%
Total do Realizável a Longo Prazo	**229.840**	**3,2%**	**245.681**	**3,3%**	**6,9%**
Investimentos	937.296	13,2%	937.435	12,7%	0,0%
Imobilizado	4.949.428	69,7%	4.890.524	66,3%	-1,2%
Total do Não Circulante	6.116.564	86,1%	6.073.640	82,3%	-0,7%
Ativo Total	**7.104.875**	**100,0%**	**7.379.646**	**100,0%**	**3,9%**

(em R$ mil)	Em 31 de dezembro de				Variação %
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	158.646	2,2%	93.191	1,3%	-41,3%
Encargos Regulatórios	50.980	0,7%	74.624	1,0%	46,4%
Participações nos Lucros	16.180	0,2%	15.893	0,2%	-1,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	153.235	2,2%	98.358	1,3%	-35,8%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	402.664	5,7%	379.054	5,1%	-5,9%
Empréstimos e Financiamentos	745.233	10,5%	265.461	3,6%	-64,4%
Debêntures	0	0,0%	12.389	0,2%	-
Salários e Encargos Sociais	40.317	0,6%	42.209	0,6%	4,7%
Obrigações Pós-Emprego	35.977	0,5%	27.290	0,4%	-24,2%
Provisão para Perdas – Intrumentos Financeiros	67.621	1,0%	41.698	0,6%	-38,3%
Outras	77.333	1,1%	67.808	0,9%	-87,7%
Total do Circulante	**1.748.186**	**24,6%**	**1.117.975**	**15,2%**	**-36,1%**
Não Circulante					
Fornecedores	72.946	1,0%	44.446	0,6%	-39,1%
Empréstimos e Financiamentos	1.902.297	26,8%	2.131.330	28,9%	12,0%
Impostos, Taxas e Contribuições	88.624	1,3%	106.646	1,5%	20,3%
Provisões para Contingências	1.453	0,0%	31	0,0%	-97,9%
Obrigações pós-Emprego	291.774	4,1%	277.394	3,8%	-4,9%
Encargos Regulatórios	34.683	0,5%	0	0,0%	-100,0%
Debêntures	0	0,0%	694.851	9,4%	-
Outras	44.705	0,6%	56.061	0,8%	25,4%
Total do não Circulante	**2.436.482**	**34,3%**	**3.310.759**	**44,9%**	**35,9%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.896.785	40,8%	2.896.785	39,3%	0,0%
Reservas de Lucros	23.422	0,3%	54.127	0,7%	131,1%
Total do Patrimônio Líquido	2.920.207	41,1%	2.950.912	40,0%	1,1%
Passivo Total	**7.104.875**	**100,0%**	**7.379.646**	**100,0%**	**3,9%**

Demonstração de Resultado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
(em R$ Mil, exceto %)	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**2006 x 2005**
Receita operacional bruta	2.492	127,0%	2.914	122,7%	16,9%
Fornecimento de energia elétrica	2.085	106,2%	2.327	98,0%	11,6%
Receita de Uso da Rede	396	20,2%	576	24,3%	45,5%
Outras receitas operacionais	11	0,6%	11	0,5%	0,0%
Deduções à receita operacional	(529)	(27,0%)	(539)	(22,7%)	1,9%
Receita operacional líquida	1.963	100,0%	2.375	100,0%	21,0%
Despesa operacional	(957)	(48,8%)	(1.246)	(52,5%)	30,2%
Pessoal	(175)	(8,9%)	(249)	(10,5%)	42,3%
Participações dos empregados	(60)	(3,1%)	(50)	(2,1%)	-16,7%
Benefícios Pós-Emprego	(35,0)	(1,8%)	(36)	(1,5%)	2,9%
Materiais	(17,0)	(0,9%)	(18)	(0,8%)	5,9%
Matéria Prima e Insumos de para Produção	(1,0)	(0,1%)	(37)	(1,6%)	3600,0%
Serviços de Terceiros	(78,0)	(4,0%)	(89)	(3,8%)	14,1%
Reversão (Provisão) operacionais	(4,0)	(0,2%)	(2)	(0,1%)	-50,0%
Depreciação e Amortização	(181,0)	(9,2%)	(208)	(8,8%)	14,9%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(109,0)	(5,6%)	(124)	(5,2%)	13,8%
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(29,0)	(1,5%)	(63)	(2,7%)	117,2%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(157,0)	(8,0%)	(232)	(9,8%)	47,8%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(17,0)	(0,9%)	(40)	(1,7%)	135,3%
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(38,0)	(1,9%)	(28)	(1,2%)	-26,3%
Outras Despesas	(56,0)	(2,9%)	(70)	(3,0%)	25,0%
Resultado Operacional	1.006,0	51,3%	1.129	47,5%	12,2%
Deprec. e Amortiz. (reversão)	178,0	9,1%	208	8,8%	16,9%
LAJIDA (1)	1.184,0	60,3%	1.337	56,3%	12,9%
Resultado Financeiro	(722,0)	(36,8%)	(549)	(23,1%)	-24,0%
Resultado operacional	284,0	14,5%	580	24,4%	104,2%
Resultado não operacional	(5,0)	(0,3%)	(2)	(0,1%)	-60,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	279,0	14,2%	578	24,3%	107,2%
I.Renda e Contribuição Social	(93,0)	(4,7%)	(193)	(8,1%)	107,5%
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	282,0	14,4%	230	9,7%	-18,4%
Lucro (prejuízo) do exercício	468,0	23,8%	615	25,9%	31,4%

Outras Informações

Descrições	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005	2006
Receita operacional - R$ milhões	2.493	2.913
Receita operacional líquida - R$ milhões	1.964	2.374
Margem Operacional - %	51,26	47,55
EBITDA OU LAJIDA - R$ milhões	1.187	1.336
Lucro líquido - R$ milhões	468	614
Lucro líquido por lote de 1000 ações R$	162	212
Patrimônio líquido - R$ milhões	2.920	2.951
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.008	1.019
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	19,11	26,28
Endividamento do patrimônio líquido - %	143,30	150,08
Liquidez Corrente	0,57	1,17
Liquidez Geral	0,29	0,35

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA CEMIG

Balanço patrimonial *(Consolidado)*

31 de dezembro de 2005 comparado a 31 de dezembro de 2006 ***(Consolidado)***

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	1.344.135	6,8%	1.375.501	5,9%	2,3%
Consumidores e Revendedores	1.343.779	6,8%	2.074.983	8,9%	54,4%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	271.800	1,4%	355.599	1,5%	30,8%
Concessionários – Transporte de Energia	303.157	1,5%	358.205	1,5%	18,2%
Tributos Compensáveis	359.711	1,8%	284.197	1,2%	-21,0%
Despesas Antecipadas – CVA	539.321	2,7%	459.898	2,0%	-14,7%
Revendedores – Transações com Energia Livre	225.771	1,1%	123.056	0,5%	-45,5%
Créditos Tributários	107.078	0,5%	125.790	0,5%	17,5%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	69.031	0,4%	107.959	0,5%	56,4%
Reajuste Tarifário Diferido	321.445	1,6%	791.231	3,4%	146,2%
Estoques	26.082	0,1%	34.980	0,2%	34,1%
Fundos Vinculados	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	286.528	1,4%	303.201	1,3%	5,8%
Total do Circulante	**5.197.838**	**26,2%**	**6.394.600**	27,6%	23,0%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	7,7%	1.726.293	7,4%	13,7%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	1.001.305	5,1%	979.008	4,2%	-2,2%
Despesas Antecipadas – CVA	46.549	0,2%	159.738	0,7%	243,2%
Créditos Tributários	410.337	2,1%	678.592	2,9%	65,4%
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	0,5%	34.637	0,2%	-63,9%
Tributos Compensáveis	219.362	1,1%	601.091	2,6%	174,0%
Depósitos Vinculados a Litígios	104.977	0,5%	254.905	1,1%	142,8%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Consumidores e Revendedores	64.190	0,3%	100.734	0,4%	56,9%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	374.622	1,9%	215.559	0,9%	-42,5%
Reajuste Tarifário Diferido	853.994	4,3%	127.488	0,6%	-85,1%
Outros	14.337	0,1%	24.793	0,1%	72,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**4.704.374**	**23,7%**	**4.902.838**	21,1%	4,2%
Investimentos	977.023	4,9%	998.875	4,3%	2,2%
Imobilizado	8.898.368	44,9%	10.829.657	46,7%	21,7%
Diferido	61.982	0,3%	82.746	0,4%	33,5%
Total do Não Circulante	14.641.747	73,8%	16.814.116	72,5%	14,8%
Ativo Total	19.839.585	100,0%	23.208.716	100,0%	17,0%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	764.841	3,9%	913.773	3,9%	19,5%
Encargos Regulatórios	209.770	1,1%	436.535	1,9%	108,1%
Participações nos Lucros	76.959	0,4%	74.038	0,3%	-3,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	666.697	3,4%	994.577	4,3%	49,2%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.064.251	10,4%	1.373.828	5,9%	-33,5%
Empréstimos e Financiamentos	458.833	2,3%	800.434	3,5%	74,5%
Debêntures	526.098	2,7%	33.514	0,1%	-93,6%
Salários e Contribuições Sociais	174.459	0,9%	185.017	0,8%	6,1%
Passivo Regulatório - CVA	208.195	1,1%	328.143	1,4%	57,6%
Obrigações Pós-Emprego	161.003	0,8%	139.113	0,6%	-13,6%
Provisão Perdas com Instrumentos Financeiros	0	0,0%	176.575	0,8%	-
Outras Obrigações	408.576	2,1%	293.183	1,3%	-28,2%
Total do Circulante	**5.719.682**	**28,8%**	**5.748.730**	24,8%	0,5%
Não Circulante					
Fornecedores	337.069	1,7%	271.928	1,2%	-19,3%
Passivo Regulatório - CVA	31.508	0,2%	119.907	0,5%	280,6%
Empréstimos e Financiamentos	3.249.418	16,4%	5.620.190	24,2%	73,0%
Debêntures	701.184	3,5%	1.194.799	5,2%	70,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	799.067	4,0%	449.521	1,9%	-43,7%
Provisões para Contingências	378.974	1,9%	534.980	2,3%	41,2%
Obrigações Pós-Emprego	1.284.677	6,5%	1.450.850	6,3%	12,9%
Encargos Regulatórios	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras Obrigações	133.652	0,7%	107.660	0,5%	-19,5%
Total do não Circulante	**6.915.549**	**34,9%**	**9.749.835**	42,0%	41,0%
Resultados de Exercícios Futuros	0	0,0%	90.080	0,4%	-
Participações Minoritárias	**19.499**	**0,1%**	**97.618**	0,4%	400,6%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	8,2%	1.621.538	7,0%	0,0%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Reservas de Capital	4.032.222	20,3%	4.032.222	17,4%	0,0%
Reservas de Lucros	1.503.972	7,6%	1.841.570	7,9%	22,5%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,1%	27.123	0,1%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.184.855	36,2%	7.522.453	32,4%	4,7%
Passivo Total	**19.839.585**	**100,0%**	**23.208.716**	100,0%	17,0%

31 de dezembro de 2004 comparado a 31 de dezembro de 2005 *(Consolidado)*

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	896.223	5,3%	1.344.135	6,8%	50,0%
Consumidores e Revendedores	1.211.086	7,2%	1.343.779	6,8%	11,0%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	327.268	2,0%	271.800	1,4%	-17,0%
Concessionários – Transporte de Energia	27.876	0,2%	303.157	1,5%	987,5%
Tributos Compensáveis	119.328	0,7%	359.711	1,8%	201,5%
Despesas Antecipadas – CVA	492.533	2,9%	539.321	2,7%	9,5%
Revendedores – Transações com Energia Livre	45.560	0,3%	225.771	1,1%	395,6%
Créditos Tributários	148.905	0,9%	107.078	0,5%	-28,1%
Dividendos a Receber					
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	-	69.031	0,4%	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	321.445	1,6%	-
Estoques	19.253	0,1%	26.082	0,1%	35,5%
Outros	163.526	1,0%	286.528	1,4%	75,2%
Total do Circulante	3.451.558	20,5%	5.197.838	26,2%	50,6%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	6,5%	1.518.672	7,7%	38,5%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	1.032.601	6,1%	1.001.305	5,1%	-3,0%
Despesas Antecipadas – CVA	88.108	0,5%	46.549	0,2%	-47,2%
Créditos Tributários	171.724	1,0%	410.337	2,1%	139,0%
Revendedores – Transações com Energia Livre	588.281	3,5%	96.029	0,5%	-83,7%
Tributos Compensáveis	142.368	0,9%	219.362	1,1%	54,1%
Depósitos Vinculados a Litígios	88.197	0,5%	104.977	0,5%	19,0%
Consumidores e Revendedores	78.022	0,5%	64.190	0,3%	-17,7%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	2,2%	374.622	1,9%	3,8%
Reajuste Tarifário Diferido	437.759	2,6%	853.994	4,3%	95,1%
Outros	49.482	0,3%	14.337	0,1%	-71,0%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.134.330	24,6%	4.704.374	23,7%	13,8%
Investimentos	916.194	5,5%	977.023	4,9%	6,6%
Imobilizado	8.247.882	49,1%	8.898.368	44,9%	7,9%
Diferido	63.650	0,4%	61.982	0,3%	-2,6%
Total do Não Circulante	13.362.056	79,5%	14.641.747	73,8%	9,6%
Ativo Total	16.813.614	100,0%	19.839.585	100,0%	18,0%

(Em R$ Mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				
Passivo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	676.164	4,0%	764.841	3,9%	13,1%
Encargos Regulatórios	98.889	0,6%	209.770	1,1%	112,1%
Participações nos Lucros	63.472	0,4%	76.959	0,4%	21,3%
Impostos, Taxas e Contribuições	496.906	3,0%	666.697	3,4%	34,2%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.331	3,9%	2.064.251	10,4%	216,4%
Empréstimos e Financiamentos	898.190	5,3%	458.833	2,3%	-48,9%
Debêntures	519.101	3,1%	526.098	2,7%	1,4%
Salários e Contribuições Sociais	173.859	1,0%	174.459	0,9%	0,4%
Passivo Regulatório - CVA	29.025	0,2%	208.195	1,1%	617,3%
Obrigações Pós-Emprego	199.738	1,2%	161.003	0,8%	-19,4%
Outras Obrigações	207.417	1,2%	408.576	2,1%	97,0%
Total do Circulante	4.015.092	23,9%	5.719.682	28,8%	42,5%
Não Circulante					
Fornecedores	245.873	1,5%	337.069	1,7%	37,1%
Passivo Regulatório - CVA	2.322	0,0%	31.508	0,2%	1256,9%
Empréstimos e Financiamentos	1.990.940	11,8%	3.249.418	16,4%	63,2%
Debêntures	809.578	4,8%	701.184	3,5%	-13,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	572.829	3,4%	799.067	4,0%	39,5%
Provisões para Contingências	427.839	2,5%	378.974	1,9%	-11,4%
Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	8,1%	1.284.677	6,5%	-5,1%
Outras Obrigações	123.321	0,7%	133.652	0,7%	8,4%
Total do não Circulante	5.526.245	32,9%	6.915.549	34,9%	25,1%
Participações Minoritárias	20.892	0,1%	19.499	0,1%	-6,7%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	9,6%	1.621.538	8,2%	0,0%
Reservas de Capital	4.032.222	24,0%	4.032.222	20,3%	0,0%
Reservas de Lucros	1.570.502	9,3%	1.503.972	7,6%	-4,2%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,2%	27.123	0,1%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.251.385	43,1%	7.184.855	36,2%	-0,9%
Passivo Total	16.813.614	100,0%	19.839.585	100,0%	18,0%

Balanço patrimonial *(Controladora)*

31 de dezembro de 2005 comparado a 31 de dezembro de 2006 *(Controladora)*

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	300.510	3,0%	23.389	0,3%	-92,2%
Tributos Compensáveis	215.819	2,2%	12.443	0,1%	-94,2%
Créditos Tributários	42.839	0,4%	24.047	0,3%	-43,9%
Dividendos a Receber	1.316.980	13,2%	1.152.772	12,2%	-12,5%
Estoques	19	0,0%	17	0,0%	-10,5%
Outros	60.127	0,6%	7.366	0,1%	-87,8%
Total do Circulante	**1.936.294**	19,5%	**1.220.034**	12,9%	-37,0%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	15,3%	0	0,0%	-100,0%
Fundo de Direitos Creditórios		0,0%	744.502	7,9%	
Créditos Tributários	233.332	2,4%	280.457	3,0%	20,2%
Revendedores – Transações com Energia Livre	0	0,0%	0	0,0%	
Tributos Compensáveis	135	0,0%	289.024	3,1%	213991,9%
Depósitos Vinculados a Litígios	86.980	0,9%	82.923	0,9%	-4,7%
Outros	11.845	0,1%	4.632	0,1%	-60,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**1.850.964**	18,6%	**1.401.538**	14,8%	-24,3%
Investimentos	6.154.930	61,9%	6.838.844	72,3%	11,1%
Imobilizado	7.448	0,1%	2.491	0,0%	-66,6%
Total do Não Circulante	8.013.342	80,5%	8.242.873	87,1%	2,9%
Ativo Total	9.949.636	100,0%	9.462.907	100,0%	-4,9%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	20.202	0,2%	6.346	0,1%	-68,6%
Participações nos Lucros	5.208	0,1%	5.450	0,1%	4,7%
Impostos, Taxas e Contribuições	38.080	0,4%	22.991	0,2%	-39,6%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.064.251	20,8%	1.373.828	14,5%	-33,5%
Empréstimos e Financiamentos	8.713	0,1%	6.792	0,1%	-22,1%
Debêntures					
Salários e Contribuições Sociais	9.130	0,1%	7.672	0,1%	-16,0%
Obrigações Pós-Emprego	10.160	0,1%	5.933	0,1%	-41,6%
Outras Obrigações	19.935	0,2%	24.501	0,3%	22,9%
Total do Circulante	**2.175.679**	21,9%	**1.453.513**	15,4%	-33,2%
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	73.587	0,7%	73.587	0,8%	0,0%
Debêntures		0,0%	30.009	0,3%	

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Impostos, Taxas e Contribuições	85.426	0,9%	96.851	1,0%	13,4%
Provisões para Contingências	372.280	3,7%	229.714	2,4%	-38,3%
Obrigações Pós-Emprego	57.776	0,6%	56.749	0,6%	-1,8%
Outras Obrigações	33	0,0%	31	0,0%	-6,1%
Total do não Circulante	**589.102**	5,9%	**486.941**	5,2%	-17,3%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	16,3%	1.621.538	17,1%	0,0%
Reservas de Capital	4.032.222	40,5%	4.032.222	42,6%	0,0%
Reservas de Lucros	1.503.972	15,1%	1.841.570	19,5%	22,5%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,3%	27.123	0,3%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.184.855	72,2%	7.522.453	79,5%	4,7%
Passivo Total	**9.949.636**	100,0%	**9.462.907**	100,0%	-4,9%

31 de dezembro de 2004 comparado a 31 de dezembro de 2005 *(Controladora)*

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	828.786	5,0%	300.510	3,0%	-63,7%
Consumidores e Revendedores	1.159.417	7,0%	-		
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	327.268	2,0%	-		
Concessionários – Transporte de Energia	27.876	0,2%	-		
Tributos Compensáveis	93.078	0,6%	215.819	2,2%	131,9%
Despesas Antecipadas – CVA	492.533	3,0%	-		
Revendedores – Transações com Energia Livre	45.560	0,3%	-		
Créditos Tributários	148.538	0,9%	42.839	0,4%	-71,2%
Dividendos a Receber	7.360	0,0%	1.316.980	13,2%	17793,8%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-		-		
Reajuste Tarifário Diferido	-		-		
Estoques	14.027	0,1%	19	0,0%	-99,9%
Outros	160.969	1,0%	60.127	0,6%	-62,7%
Total do Circulante	3.305.412	19,9%	1.936.294	19,5%	-41,4%
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	6,6%	1.518.672	15,3%	38,5%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	1.032.601	6,2%	-		
Despesas Antecipadas – CVA	88.108	0,5%	-		
Créditos Tributários	154.822	0,9%	233.332	2,4%	50,7%
Revendedores – Transações com Energia Livre	588.281	3,5%	-		
Tributos Compensáveis	129.005	0,8%	135	0,0%	-99,9%
Depósitos Vinculados a Litígios	88.141	0,5%	86.980	0,9%	-1,3%
Consumidores e Revendedores	78.022	0,5%	-		
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	2,2%	-		

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Reajuste Tarifário Diferido	437.759	2,6%	-		
Outros	56.218	0,3%	11.845	0,1%	-78,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.110.745	24,7%	1.850.964	18,6%	-55,0%
Investimentos	1.689.294	10,2%	6.154.930	61,9%	264,4%
Imobilizado	7.523.550	45,2%	7.448	0,1%	-99,9%
Diferido	499	0,0%	-		
Total do Não Circulante	13.324.088	80,1%	8.013.342	80,5%	-39,9%
Ativo Total	16.629.500	100,0%	9.949.636	100,0%	-40,2%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Passivo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	636.852	3,8%	20.202	0,2%	-96,8%
Encargos Regulatórios	98.805	0,6%	-		
Participações nos Lucros	63.431	0,4%	5.208	0,1%	-91,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	467.675	2,8%	38.080	0,4%	-91,9%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.328	3,9%	2.064.251	20,8%	216,4%
Empréstimos e Financiamentos	874.478	5,3%	8.713	0,1%	-99,0%
Debêntures	519.101	3,1%	-		
Salários e Contribuições Sociais	172.463	1,0%	9.130	0,1%	-94,7%
Passivo Regulatório - CVA	29.025	0,2%	-		
Obrigações Pós-Emprego	199.738	1,2%	10.160	0,1%	-94,9%
Outras Obrigações	204.696	1,2%	19.935	0,2%	-90,3%
Total do Circulante	3.918.592	23,6%	2.175.679	21,9%	-44,5%
Não Circulante					
Fornecedores	245.873	1,5%	-		
Passivo Regulatório - CVA	2.322	0,0%	-		
Empréstimos e Financiamentos	1.937.762	11,7%	73.587	0,7%	-96,2%
Debêntures	809.578	4,9%	-		
Impostos, Taxas e Contribuições	563.324	3,4%	85.426	0,9%	-84,8%
Provisões para Contingências	427.839	2,6%	372.280	3,7%	-13,0%
Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	8,1%	57.777	0,6%	-95,7%
Outras Obrigações	119.282	0,7%	32	0,0%	-100,0%
Total do não Circulante	5.459.523	32,8%	589.102	5,9%	-89,2%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	9,8%	1.621.538	16,3%	0,0%
Reservas de Capital	4.032.222	24,3%	4.032.222	40,5%	0,0%
Reservas de Lucros	1.570.502	9,4%	1.503.972	15,1%	-4,2%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,2%	27.123	0,3%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.251.385	43,6%	7.184.855	72,2%	-0,9%
Passivo Total	16.629.500	100,0%	9.949.636	100,0%	-40,2%

Informações de Resultado *(Consolidado)*

(em R$ Milhões, exceto %)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de						Variação %	
	2004	**AV%**	**2005**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**2005x 2004**	**2006 x 2005**
Receita operacional bruta	**9.748**	**139,6%**	**11.703**	**142,1%**	**13.570**	**140,2%**	**20,1%**	**16,0%**
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602	123,2%	9.156	111,2%	11.135	115,0%	6,4%	21,6%
Reajuste Tarifário Diferido	359	5,1%	591	7,2%	0	0,0%	64,6%	-100,0%
Receita de Uso da Rede	245	3,5%	1.523	18,5%	1.928	19,9%	521,6%	26,6%
Outras receitas operacionais	542	7,8%	433	5,3%	507	5,2%	-20,1%	17,1%
Deduções à receita operacional	**(2.763)**	**(39,6%)**	**(3.467)**	**(42,1%)**	**(3.889)**	**(40,2%)**	**25,5%**	**12,2%**
Quota para reserva global de reversão - RGR	(204)	(2,9%)	(103)	(1,3%)	(30)	(0,3%)	-49,5%	-70,9%
ICMS faturado	(1.783)	(25,5%)	(2.204)	(26,8%)	(2.516)	(26,0%)	23,6%	14,2%
Pasep e Cofins	(481)	(6,9%)	(980)	(11,9%)	(1.342)	(13,9%)	103,7%	36,9%
Outros	(295)	(4,2%)	(180)	(2,2%)	(1)	0,0%	-39,0%	-99,4%
Receita operacional líquida	**6.985**	**100,0%**	**8.236**	**100,0%**	**9.681**	**100,0%**	**17,9%**	**17,5%**
Despesa operacional	**(5.302)**	**(75,9%)**	**(6.033)**	**(73,3%)**	**(7.341)**	**(75,8%)**	**13,8%**	**21,7%**
Pessoal	(809)	(11,6%)	(846)	(10,3%)	(1.088)	(11,2%)	4,6%	28,6%
Obrigações Pós-emprego	(107)	(1,5%)	(153)	(1,9%)	(170)	(1,8%)	43,0%	11,1%
Materiais	(100)	(1,4%)	(95)	(1,2%)	(82)	(0,9%)	-5,0%	-13,7%
Serviços de Terceiros	(334)	(4,8%)	(423)	(5,1%)	(504)	(5,2%)	26,7%	19,2%
Provisões Operacionais	(159)	(2,3%)	(127)	(1,5%)	(52)	(0,5%)	-20,1%	-59,1%
Gás Comprado para Revenda	(260)	(3,7%)	(156)	(1,9%)	(158)	(1,6%)	-40,0%	1,3%
Participações dos Empregados	(110)	(1,6%)	(260)	(3,2%)	(210)	(2,2%)	136,4%	-19,2%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	(104)	(1,5%)	0	0,0%	0	0,0%	-100,0%	-
Depreciação e Amortização	(584)	(8,4%)	(595)	(7,2%)	(672)	(6,9%)	1,9%	12,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.373)	(19,7%)	(1.455)	(17,7%)	(2.113)	(21,8%)	6,0%	45,2%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(108)	(1,6%)	(146)	(1,8%)	(139)	(1,4%)	35,2%	-4,8%
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(292)	(4,2%)	(416)	(5,1%)	(554)	(5,7%)	42,5%	33,2%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(538)	(7,7%)	(641)	(7,8%)	(802)	(8,3%)	19,1%	25,1%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(238)	(3,4%)	(296)	(3,6%)	(334)	(3,5%)	24,4%	12,8%
Outras Despesas	(186)	(2,7%)	(424)	(5,2%)	(463)	(4,8%)	128,0%	9,2%
Resultado Operacional	**1.683**	**24,1%**	**2.203**	**26,8%**	**2.340**	**24,2%**	**30,9%**	**6,2%**
Deprec. e Amortiz. (reversão)	584	8,4%	595	7,2%	672	6,9%	1,9%	12,9%
EBITDA (1)	**2.267**	**32,5%**	**2.798**	**34,0%**	**3.012**	**31,1%**	**23,4%**	**7,7%**
Resultado Financeiro	**(281)**	**(4,0%)**	**(312)**	**(3,8%)**	**(219)**	**(2,3%)**	**11,0%**	**-29,8%**
Renda de aplicações financeiras	137	2,0%	197	2,4%	184	1,9%	43,8%	-6,6%
Receitas de multas	63	0,9%	81	1,0%	134	1,4%	28,6%	65,4%
V.monetária de ativos regulatórios	534	7,6%	788	9,6%	608	6,3%	47,6%	-22,8%
Outras receitas financeiras	342	4,9%	640	7,8%	467	4,8%	87,1%	-27,0%
Encargos de dívidas	-416	(6,0%)	(593)	(7,2%)	(889)	(9,2%)	42,6%	49,9%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	0	0,0%	(309)	(3,8%)	(86)	(0,9%)	-	-72,2%
(-) Transferências para o imobilizado em curso	42	0,6%	28	0,3%	21	0,2%	-33,3%	-25,0%
Juros sobre o capital próprio	-510	(7,3%)	(635)	(7,7%)	(169)	(1,8%)	24,5%	-73,4%
Outras despesas financeiras	-473	(6,8%)	(509)	(6,2%)	(489)	(5,1%)	7,6%	-3,9%
Resultado operacional	**1.402**	**20,1%**	**1.891**	**23,0%**	**2.121**	**21,9%**	**34,9%**	**12,2%**
Resultado não operacional	74	1,1%	(52)	(0,6%)	(37)	(0,4%)	-170,3%	-28,9%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	**1.476**	**21,1%**	**1.839**	**22,3%**	**2.084**	**21,5%**	**24,6%**	**13,3%**
I.Renda e Contribuição Social	-603	(8,6%)	(471)	(5,7%)	(528)	(5,5%)	-21,9%	12,1%
Reversão dos Juros sobre capital próprio	510	7,3%	635	7,7%	170	1,8%	24,5%	-73,2%
Participações minoritárias	2	0,0%	1	0,0%	(7)	(0,1%)	-50,0%	-800,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	**1.385**	**19,8%**	**2.004**	**24,3%**	**1.719**	**17,8%**	**44,7%**	**-14,2%**

(1) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos.
O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro.
Obs.: as colunas podem, eventualmente, não totalizar valores exatos devido aos efeitos de arredondamento.

Informações de Resultado *(Controladora)*

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				Variação %			
(em R$ Milhões, exceto %)	**2004**	**AV%**	**2005**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**2005 x 2004**	**2006 x 2005**
Receita operacional bruta	**9.198**	**140,4%**	**3**	**100,0%**	**2**	**100,0%**	**-100,0%**	**-33,3%**
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.524	130,1%		0,0%		0,0%	-100,0%	
Reajuste Tarifário Diferido	359	5,5%		0,0%		0,0%	-100,0%	
Receita de Uso da Rede	244	3,7%		0,0%		0,0%	-100,0%	
Outras receitas operacionais	71	1,1%	3	100,0%	2	100,0%	-95,8%	-33,3%
Deduções à receita operacional	**(2.647)**	**(40,4%)**	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**	**-100,0%**	
Receita operacional líquida	**6.551**	**100,0%**	**3**	**100,0%**	**2**	**100,0%**	**-100,0%**	**-33,3%**
Despesa operacional	**(4.934)**	**(75,3%)**	**(80)**	**(2.666,7%)**	**(23)**	**(1.150,0%)**	**-98,4%**	**-71,3%**
Pessoal	(795)	(12,1%)	(54)	(1.800,0%)	(50)	(2.500,0%)	-93,2%	-7,4%
Obrigações Pós-emprego	(107)	(1,6%)	(8)	(266,7%)	(8)	(400,0%)	-92,5%	0,0%
Materiais	(77)	(1,2%)	0	0,0%	(1)	(50,0%)	-100,0%	
Matéria prima e insumos para produção de energia	(18)	(0,3%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Serviços de Terceiros	(326)	(5,0%)	(14)	(466,7%)	(18)	(900,0%)	-95,7%	28,6%
Provisões Operacionais	(157)	(2,4%)	11	366,7%	99	4.950,0%	-107,0%	800,0%
Gás Comprado para Revenda		0,0%		0,0%		0,0%		
Participações dos Empregados	(109)	(1,7%)	(12)	(400,0%)	(9)	(450,0%)	-89,0%	-25,0%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	(104)	(1,6%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Depreciação e Amortização	(537)	(8,2%)	(1)	(33,3%)	(1)	(50,0%)	-99,8%	0,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.373)	(21,0%)	0	0,0%	0	0,0%	-100,0%	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(107)	(1,6%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(292)	(4,5%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(538)	(8,2%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(238)	(3,6%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	(20)	(0,3%)		0,0%		0,0%	-100,0%	
Outras Despesas	(136)	(2,1%)	(2)	(66,7%)	11	550,0%	-98,5%	-650,0%
Resultado Operacional	1.617	24,7%	(77)	(2.566,7%)	(21)	(1.050,0%)	-104,8%	-72,7%
Deprec. e Amortiz. (reversão)	537	8,2%	1	33,3%	1	50,0%	-99,8%	0,0%
EBITDA (1)	**2.154**	32,9%	(76)	(2.533,3%)	(20)	(1.000,0%)	-103,5%	-73,7%
Resultado de equivalência patrimonial	**48**	0,7%	1.550	51.666,7%	1.595	79.750,0%	3129,2%	2,9%
Resultado Financeiro	**(287)**	(4,4%)	(134)	(4.466,7%)	(76)	(3.800,0%)	-53,3%	-43,3%
Renda de aplicações financeiras	223	3,4%	501	16.700,0%	93	4.650,0%	124,7%	-81,4%
Juros sobre o capital próprio	(510)	(7,8%)	(635)	(21.166,7%)	(169)	(8.450,0%)	24,5%	-73,4%
Outras despesas financeiras		0,0%		0,0%		0,0%		
Resultado operacional	**1.378**	21,0%	1.339	44.633,3%	1.544	77.200,0%	-2,8%	15,3%
Resultado não operacional	74	1,1%	(17)	(566,7%)	(10)	(500,0%)	-123,0%	-41,2%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	**1.452**	22,2%	1.322	44.066,7%	1.534	76.700,0%	-9,0%	16,0%
I.Renda e Contribuição Social	(577)	(8,8%)	46	1.533,3%	16	800,0%	-108,0%	-65,2%
Reversão dos Juros sobre capital próprio	510	7,8%	635	21.166,7%	169	8.450,0%	24,5%	-73,4%
Participações minoritárias		0,0%		0,0%		0,0%		
Lucro (prejuízo) do exercício	**1.385**	21,1%	2.003	66.766,7%	1.719	85.950,0%	44,6%	-14,2%

(1) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos.
O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro.
Obs.: as colunas podem, eventualmente, não totalizar valores exatos devido aos efeitos de arredondamento.

Outras Informações

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2004	**2005**	**2006**
Descrições			
Receita operacional – R$ milhões	9.748	11.703	13.570
Receita operacional líquida - R$ milhões	6.985	8.236	9.681
Margem operacional - %	24,08	23,00	21,91
EBITDA OU LAJIDA - R$ milhões	2.266	2.798	3.012
Lucro líquido (Prejuízo) - R$ milhões	1.385	2.003	1.719
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	8,54	12,35	10,60
Patrimônio líquido - R$ milhões	7.251	7.185	7.522
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	44,74	44,33	46,39
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	23,60	38,66	29,62
Endividamento do patrimônio líquido - %	131,58	175,86	206,74
Liquidez Corrente	0,86	0,91	1,11
Liquidez Geral	0,80	0,78	0,73

CAPITALIZAÇÃO DA EMISSORA

A tabela abaixo apresenta o endividamento de curto e de longo prazo, bem como o patrimônio líquido e as participações minoritárias da Emissora em 31 de dezembro de 2006. As informações apresentadas na tabela abaixo já refletem a presente emissão, uma vez que todas as obrigações e direitos decorrentes das debêntures da 1ª emissão da CEMIG já se encontram alocados na Emissora, conforme critérios de alocação de dívida definidos em conjunto com a ANEEL e termo de cessão assinado em 27 de dezembro de 2004, tendo a dívida sido transferida contabilmente à Emissora em 1º de janeiro de 2005. De tal modo, a presente Emissão não acarretará alterações na situação patrimônial da Emissora. No entanto, cumpre ressaltar que em virtude da existência de 25.348 debêntures na tesouraria da Emissora, representativas de R$404 milhões, o valor considerado da dívida é de R$588 milhões e não R$993 milhões (valor total da presente Emissão). O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções "Informações Financeiras Selecionadas", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" e as demonstrações financeiras da Emissora, constantes deste Prospecto.

(Em R$ Milhões)	**Em 31 de dezembro de 2006**	**(%)**
Dívida de Curto Prazo	278	4,6
Moeda Nacional	51	0,8
Moeda Estrangeira	227	3,8
Dívidas de Longo Prazo	2.826	46,6
Moeda Nacional	137	2,3
Moeda Estrangeira	2.689	44,3
Total:	**3.104**	**51,2**
Dívida com Pessoas Ligadas	10	0,00
Patrimônio Líquido:		
Capital Social Realizado	2.897	47,8
Reservas de Capital	0	0,0
Reservas de Reavaliação	0	0,0
Reservas de Lucro	54	0,9
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	0	0,0
Total:	**2.951**	**48,7**
Capitalização Total:	**6.065**	**100,0**

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA CEMIG

Tendo em vista que a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005, somente é possível apresentar a análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, com relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da CEMIG referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção "Fatores de Risco".

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, 2005 E 2006.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, representam as informações financeiras da CEMIG consolidada e estão expressas em R$ milhões. Vide Seção "Informações Financeiras e de Mercado" deste Prospecto.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de						**Variação %**	
(em R$ Milhões, exceto %)	**2004**	**AV%**	**2005**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**2005 x 2004**	**2006 x 2005**
Receita operacional bruta	**9.748**	**139,6%**	**11.703**	**142,1%**	**13.570**	**140,2%**	**20,1%**	**16,0%**
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	8.602	123,2%	9.156	111,2%	11.135	115,0%	6,4%	21,6%
Reajuste Tarifário Diferido	359	5,1%	591	7,2%	0	0,0%	64,6%	-100,0%
Receita de Uso da Rede	245	3,5%	1.523	18,5%	1.928	19,9%	521,6%	26,6%
Outras receitas operacionais	542	7,8%	433	5,3%	507	5,2%	-20,1%	17,1%
Deduções à receita operacional	**(2.763)**	**(39,6%)**	**(3.467)**	**(42,1%)**	**(3.889)**	**(40,2%)**	**25,5%**	**12,2%**
Quota para reserva global de reversão - RGR	(204)	(2,9%)	(103)	(1,3%)	(30)	(0,3%)	-49,5%	-70,9%
ICMS faturado	(1.783)	(25,5%)	(2.204)	(26,8%)	(2.516)	(26,0%)	23,6%	14,2%
Pasep e Cofins	(481)	(6,9%)	(980)	(11,9%)	(1.342)	(13,9%)	103,7%	36,9%
Outros	(295)	(4,2%)	(180)	(2,2%)	(1)	0,0%	-39,0%	-99,4%
Receita operacional líquida	**6.985**	**100,0%**	**8.236**	**100,0%**	**9.681**	**100,0%**	**17,9%**	**17,5%**
Despesa operacional	**(5.302)**	**(75,9%)**	**(6.033)**	**(73,3%)**	**(7.341)**	**(75,8%)**	**13,8%**	**21,7%**
Pessoal	(809)	(11,6%)	(846)	(10,3%)	(1.088)	(11,2%)	4,6%	28,6%
Obrigações Pós-emprego	(107)	(1,5%)	(153)	(1,9%)	(170)	(1,8%)	43,0%	11,1%
Materiais	(100)	(1,4%)	(95)	(1,2%)	(82)	(0,9%)	-5,0%	-13,7%
Serviços de Terceiros	(334)	(4,8%)	(423)	(5,1%)	(504)	(5,2%)	26,7%	19,2%
Provisões Operacionais	(159)	(2,3%)	(127)	(1,5%)	(52)	(0,5%)	-20,1%	-59,1%
Gás Comprado para Revenda	(260)	(3,7%)	(156)	(1,9%)	(158)	(1,6%)	-40,0%	1,3%
Participações dos Empregados	(110)	(1,6%)	(260)	(3,2%)	(210)	(2,2%)	136,4%	-19,2%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	(104)	(1,5%)	0	0,0%	0	0,0%	-100,0%	-
Depreciação e Amortização	(584)	(8,4%)	(595)	(7,2%)	(672)	(6,9%)	1,9%	12,9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.373)	(19,7%)	(1.455)	(17,7%)	(2.113)	(21,8%)	6,0%	45,2%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(108)	(1,6%)	(146)	(1,8%)	(139)	(1,4%)	35,2%	-4,8%

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de						Variação %	
(em R$ Milhões, exceto %)	**2004**	**AV%**	**2005**	**AV%**	**2006**	**AV%**	**2005 x 2004**	**2006 x 2005**
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(292)	(4,2%)	(416)	(5,1%)	(554)	(5,7%)	42,5%	33,2%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(538)	(7,7%)	(641)	(7,8%)	(802)	(8,3%)	19,1%	25,1%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(238)	(3,4%)	(296)	(3,6%)	(334)	(3,5%)	24,4%	12,8%
Outras Despesas	(186)	(2,7%)	(424)	(5,2%)	(463)	(4,8%)	128,0%	9,2%
Resultado Operacional	**1.683**	**24,1%**	**2.203**	**26,8%**	**2.340**	**24,2%**	**30,9%**	**6,2%**
Deprec. e Amortiz. (reversão)	584	8,4%	595	7,2%	672	6,9%	1,9%	12,9%
EBITDA (1)	**2.267**	**32,5%**	**2.798**	**34,0%**	**3.012**	**31,1%**	**23,4%**	**7,7%**
Resultado Financeiro	**(281)**	**(4,0%)**	**(312)**	**(3,8%)**	**(219)**	**(2,3%)**	**11,0%**	**-29,8%**
Renda de aplicações financeiras	137	2,0%	197	2,4%	184	1,9%	43,8%	-6,6%
Receitas de multas	63	0,9%	81	1,0%	134	1,4%	28,6%	65,4%
V.monetária de ativos regulatórios	534	7,6%	788	9,6%	608	6,3%	47,6%	-22,8%
Outras receitas financeiras	342	4,9%	640	7,8%	467	4,8%	87,1%	-27,0%
Encargos de dívidas	-416	(6,0%)	(593)	(7,2%)	(889)	(9,2%)	42,6%	49,9%
Reversão (Provisão) para Perdas na Recuperação da RTE	0	0,0%	(309)	(3,8%)	(86)	(0,9%)	-	-72,2%
(-) Transferências para o imobilizado em curso	42	0,6%	28	0,3%	21	0,2%	-33,3%	-25,0%
Juros sobre o capital próprio	-510	(7,3%)	(635)	(7,7%)	(169)	(1,8%)	24,5%	-73,4%
Outras despesas financeiras	-473	(6,8%)	(509)	(6,2%)	(489)	(5,1%)	7,6%	-3,9%
Resultado operacional	**1.402**	**20,1%**	**1.891**	**23,0%**	**2.121**	**21,9%**	**34,9%**	**12,2%**
Resultado não operacional	74	1,1%	(52)	(0,6%)	(37)	(0,4%)	-170,3%	-28,9%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	**1.476**	**21,1%**	**1.839**	**22,3%**	**2.084**	**21,5%**	**24,6%**	**13,3%**
I.Renda e Contribuição Social	-603	(8,6%)	(471)	(5,7%)	(528)	(5,5%)	-21,9%	12,1%
Reversão dos Juros sobre capital próprio	510	7,3%	635	7,7%	170	1,8%	24,5%	-73,2%
Participações minoritárias	2	0,0%	1	0,0%	(7)	(0,1%)	-50,0%	-800,0%
Lucro (prejuízo) do exercício	**1.385**	**19,8%**	**2.004**	**24,3%**	**1.719**	**17,8%**	**44,7%**	**-14,2%**

(1) EBITDA = Lucro Antes de Amortização, Depreciação, Despesas/Receitas Financeiras e Impostos.
O EBITDA apresentado não considera ajustes de movimentação de capital de giro.
Obs.: as colunas podem, eventualmente, não totalizar valores exatos devido aos efeitos de arredondamento.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO SOCIAL DO ANO DE 2006 E 2005

Lucro Líquido (Prejuízo)

A CEMIG apresentou, no exercício de 2006, um lucro líquido de R$1.719 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$2.003 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 14,2%. Apesar da redução no lucro, deve ser ressaltado que no exercício anterior foi registrada uma receita extraordinária, no montante de R$591 milhões referente ao reajuste tarifário diferido. Sem a inclusão dessa receita extraordinária, pode-se concluir que ocorreu uma melhoria na lucratividade da Companhia.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Emissora e da Cemig Distribuição:

	2005	%	2006	%
CEMIG - Controladora	453	22,6	124	7,2
Cemig Distribuição S.A.	990	49,4	770	44,8
Cemig Geração e Transmissão S.A.	468	23,4	614	35,7
Gasmig	29	1,4	44	2,6
Rio Minas Energia.	-	-	35	2,0
Outras	63	3,2	132	7,7
Lucro Líquido Consolidado	**2.003**	**100,0**	**1.719**	**100,0**

Receita com Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores finais

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais aumentou 16%, de R$13.570 milhões em 2006 comparado com R$11.703 milhões em 2005.

Receitas Operacionais			
(Em R$ milhões)	**2005**	**2006**	**Var. %**
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	9.156	11.135	21,6
Consumidores finais	8.919	10.226	14,7
Suprimento a outras concessionárias	114	709	521,9
Transações com energia na CCEE	123	200	62,6
Reajuste Tarifário Diferido	591	-	-
Receitas de uso da rede	1.523	1.928	26,6
Outras	433	507	17,1
Total	**11.703**	**13.570**	**16,0**

Consumidores finais

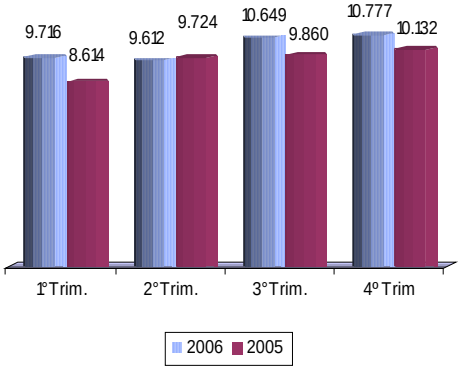
Os principais impactos na receita de 2006 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 6,6% na tarifa média, de R$229,14/MWh no exercício de 2005, para o montante de R$244,30/MWh em 2006 em função dos reajustes nas tarifas da CEMIG D em 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006) e 8 de abril de 2006.
- Aumento de 6,3% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

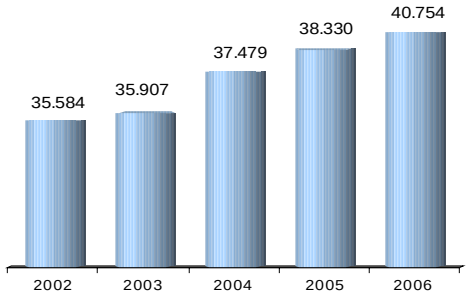
As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais

Variação Trimestral



Variação anual



Receita com Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.472 GWh no exercício de 2006 comparados a 1.255 GWh no exercício de 2005, correspondentes a R$709 milhões e R$114 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da venda da energia da Emissora para outras distribuidoras em 2006, conseqüência do leilão de energia ocorrido no ano anterior. Em 2005, uma parcela substancial da venda de energia da Emissora foi para a CEMIG D e, dessa forma, foram eliminadas como operações entre companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG D, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo um percentual adicional nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG D tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório, no montante de R$591 milhões, em contrapartida ao resultado do exercício de 2005.

Receita de uso da rede

A receita de uso da rede apresentou um crescimento de 26,6% correspondente a R$405 milhões. Sendo, R$1.928 milhões no exercício de 2006 comparados a R$1.523 milhões no exercício de 2005.

Este crescimento decorreu basicamente da maior utilização pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do Sistema Interligado Brasileiro, das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG em 2006. Os valores são definidos através de Resolução ANEEL sendo R$409 milhões em 2006 comparados a R$313 milhões em 2005.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") da CEMIG D e da Light, no montante de R$1.258 milhões no exercício de 2006, e R$1.201 milhões em 2005, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, especialmente a Emissora.

Outras Receitas operacionais

As outras receitas operacionais foram aumentadas em 17,1%, em comparação de R$433 milhões em 2005 para R$507 milhões em 2006. Este aumento decorre basicamente de maior volume de fornecimento de gás pela Gasmig e prestação de serviços e telecomunicação e TV a cabo.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, PASEP e COFINS e outros) em 2006 foram no valor de R$3.889 milhões contra R$3.467 milhões em 2005, registrando um aumento de 12,2%, em função, principalmente, do aumento da receita operacional.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais da CEMIG aumentaram 15,7% em 2006, R$7.342 milhões em 2006 contra R$6.342 milhões em 2005. Este resultado decorre principalmente de maior despesa com energia comprada para revenda e despesa com pessoal.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A variação na despesa com pessoal foi decorrente dos seguintes fatores:

- provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R$178 milhões ;
- reajuste salarial da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição de 7,6% em novembro de 2005 (efeito integral em 2006) e 4,00% em novembro de 2006;
- aumento do número de empregados da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, de 10.271 em dezembro de 2005 para 10.658 em dezembro de 2006, representando um aumento de 3,8%.
- Maior transferência para o ativo Imobilizado de custos com pessoal em função das obras do Programa Luz para Todos (R$162 milhões no exercício de 2006 comparados a R$116 milhões em 2005);

Obrigações Pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego teve um crescimento em função dos custos com a implementação do plano odontológico pela Companhia no exercício de 2006, o que gerou uma despesa adicional de R$10 milhões.

Provisões Operacionais

A redução nas provisões operacionais deve-se principalmente à reversão de R$79 milhões referentes a contingências trabalhistas em função de revisão em cada uma das ações trabalhistas em aberto contra a Companhia. A maior provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2006 decorre principalmente de valores a receber de consumidores industriais que questionam a incidência de determinados encargos regulatórios sobre as contas de energia elétrica.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu e também em função do leilão da energia existente, ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que no ano anterior uma parcela substancial da energia comprada para revenda pela Cemig Distribuição foi oriunda da Cemig Geração e Transmissão e, desta forma, foram eliminadas as operações entre as Companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica conforme Resolução da ANEEL.

Encargos de Uso da Rede Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme Resolução pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu no 1º trimestre de 2006, parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R$93 milhões, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa em 2006.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,0% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados à receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Esse atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento à instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R$107 milhões, o que justificou a variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2006 foi uma despesa de R$219 milhões comparada a uma despesa de R$312 milhões em 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Receita com acréscimo moratório

Crescimento de R$53 milhões na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, sendo R$134 milhões no exercício de 2006 em comparação a R$81 milhões no exercício de 2005.

Variação monetária

Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, adicionada pela reversão da provisão para perda, no montante de R$140 milhões no exercício de 2006, comparada a R$500 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 72,0%. A redução decorreu da transferência do saldo da CRC para um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC em janeiro de 2006, e portanto,

essa receita não mais teve registros no exercício de 2006. Adicionalmente, no exercício anterior, em função da renegociação da dívida, ocorreu uma reversão expressiva na provisão constituída. Vide informações na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Receita com atualização monetária do FIDC no montante de R$146 milhões em 2006.

Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico em 2006 no montante de R$322 milhões comparados a R$432 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 25,5%. A redução deveu-se principalmente à menor variação em 2006 da SELIC, indexador dos ativos.

A Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2006 foi de R$199 milhões comparados a R$230 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 13,5%. No exercício anterior foi registrada uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou no registro de um ativo regulatório denominado "Reajuste Tarifário Diferido" e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Outras Receitas (despesas) Financeiras

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2006, no montante de R$86 milhões em comparação aos ganhos líquidos de R$146 milhões no exercício de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A variação decorreu principalmente da redução do saldo devedor em moeda estrangeira em função dos critérios de rolagem da dívida e da variação cambial. O real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao dólar norte-americano no exercício de 2006 em comparação a uma valorização de 11,8% no mesmo período de 2005.
- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R$868 milhões no exercício de 2006 comparados a R$565 milhões no exercício de 2005, representando um aumento de 53,6%. O aumento decorreu principalmente da variação monetária das quotas seniores do FIDC no montante de R$146 milhões consideradas como dívida na consolidação e dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.
- Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no exercício de 2006, no montante de R$92 milhões, comparada a uma perda líquida de R$161 milhões no exercício de 2005. Esse resultado decorreu principalmente da variação cambial mencionada no item anterior.

Juros sobre Capital Próprio

A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R$169 milhões e R$635 milhões no mesmo período em 2005.

Resultado Não Operacional

A despesa não operacional líquida de R$37 milhões em 2006 comparada a R$52 milhões em 2005 decorre substancialmente de menor valor de perdas com alienações e desativações de bens.

Imposto de Renda e Contribuição Social

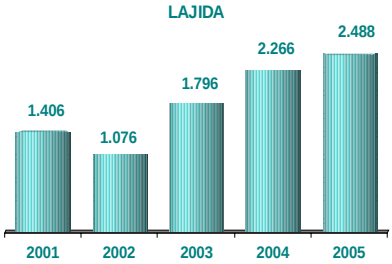
A CEMIG apurou, no exercício de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$528 milhões em relação ao lucro de R$2.084 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,3%. No exercício de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$470 milhões em relação ao lucro de R$1.838 milhões , antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO SOCIAL DO ANO DE 2005 E 2004

Lucro Líquido (Prejuízo)

A CEMIG apresentou, no exercício de 2005, um lucro líquido de R$2.003 milhões, em comparação ao lucro de R$1.385 milhões no exercício de 2004.

O resultado foi favorecido principalmente pelo aumento na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, de R$8.602 em 2004 para R$9.156 milhões em 2005, e pela receita extraordinária referente ao Reajuste Tarifário Diferido, no montante de R$591 milhões.



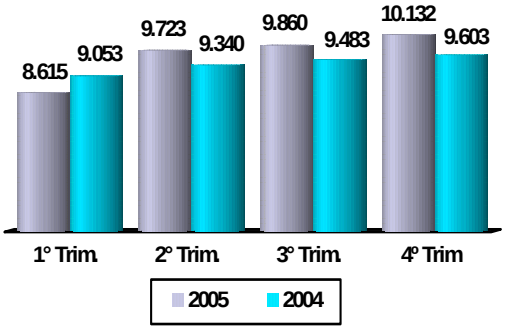
O LAJIDA apresentou um crescimento de 9,8% na comparação de 2005 com 2004. Este crescimento deve-se basicamente a receita referente ao reajuste tarifário diferido, descrita anteriormente, e ao crescimento da receita líquida.
No período de 2001 a 2005, cresceu 77,0% em comparação a uma inflação medida pelo IPCA, de 39,9%.

LAJIDA Lucro antes dos juros, impostos (sobre depreciações e amortizações. o lucro),

Receita com Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores finais

A receita bruta de fornecimento a consumidores finais aumento 4,1%, de R$8.919 milhões em 2005 contra R$8.565 milhões em 2004.

GWh faturados - consumidores finais



O crescimento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica para consumidores finais decorre basicamente dos seguintes fatores:

- reajustes tarifários para os consumidores cujos preços são regulados, de 14,0% a partir de 8 de abril de 2004, efeito integral no exercício de 2005, e 23,9% a partir de 8 de abril de 2005.
- aumento de 2,3% no volume de energia vendida, cujos comentários sobre as variações em cada uma das classes de consumo estão descritos no item “fornecimento de energia elétrica”.

Apesar dos reajustes tarifários acima citados, o aumento da tarifa média de fornecimento, incluindo o ICMS, foi de apenas 1,6%, R$229,14 em 2005 contra R$225,71 em 2004. Isso se deve ao fato de que, a partir de janeiro de 2005, parcela representativa dos grandes consumidores industriais passaram a condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores através da Emissora.

Desta forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres passaram a ser cobrados separadamente, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede” no montante de R$1.201 milhões em 2005. Em 2004, os valores da TUSD compunham a receita total com fornecimento de energia elétrica. Para efeito de comparação entre os exercícios de 2005 e 2004, se adicionarmos a receita de TUSD à receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em 2005, verifica-se um crescimento na receita de 18,0%..

Receita com Suprimento e venda na CCEE/MAE

Em função da venda de sobras de energia da CEMIG D na CCEE em 2005, ocorreu um crescimento de 540,5% na receita com suprimento de energia elétrica, R$237 milhões em 2005 comparados a R$37 milhões em 2004.

Receita com Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005, foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da CEMIG, implicando um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%. O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL incluirá nos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2005 até 2007 um percentual adicional.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a CEMIG tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório em contrapartida ao resultado do exercício, no montante de R$591 milhões.

O valor registrado em 2004 foi decorrente do primeiro resultado provisório da revisão tarifária da CEMIG, divulgado pela ANEEL, que indicou um reajuste de 37,9% nas tarifas. Em função desta divulgação, a CEMIG reconheceu no resultado de 2004 uma receita de R$359 milhões, utilizando o mesmo critério mencionado nos parágrafos anteriores.

Receita de Uso da Rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 521,6%, no montante de R$1.278 milhões, de R$245 milhões em 2004 para R$1.523 milhões em 2005. Este aumento decorre basicamente da receita de TUSD da CEMIG D, no montante de R$1.201 milhões, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida pela Emissora. Conforme mencionado anteriormente, até 2004 o valor da TUSD era incluído na tarifa de fornecimento de energia elétrica.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita em função da utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro. Esta receita aumentou de R$243 milhões em 2004 para R$313 milhões em 2005.

Outras Receitas operacionais

As outras receitas operacionais foram de R$433 milhões em 2005 em comparação a R$542 milhões em 2004, uma redução de 20,1%. Esta redução decorre basicamente da menor receita com venda de gás, R$265 milhões em 2005 em comparação a R$408 milhões em 2004. A redução na receita com fornecimento de gás decorre da venda de 40,0% da participação na Gasmig para a Gaspetro no final do exercício de 2004.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, Pasep e Cofins e outros) em 2005 foram no valor de R$3.467 milhões contra R$2.763 milhões em 2004, registrando um aumento de 25,5%, em função, principalmente, do aumento da receita operacional.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais da CEMIG aumentaram 19,6% em 2005, R$6.342 milhões em 2005 contra R$5.302 milhões em 2004. Este resultado decorre principalmente de um aumento nas despesas com CCC, encargos de uso da rede básica de transmissão, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e provisão para perdas na recuperação da RTE.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

O aumento de 4,6% na despesa com pessoal deve-se basicamente ao reajuste de 7,0% nos salários dos empregados da CEMIG em novembro de 2004 (efeito integral em 2005) e 7,6% em novembro de 2005. O número de empregados da CEMIG apresentou um decréscimo de 3,7% no ano, de 10.271 em 2005 contra 10.668 em 2004.

Participação dos Empregados

A CEMIG, a Emissora e a CEMIG D utilizam como critério geral para pagamento da participação dos empregados um percentual de 3,0% do resultado operacional definido pela ANEEL na prestação anual de contas.

Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2005 e 2004 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas extraordinárias de R$184 milhões e R$48 milhões, respectivamente.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R$423 milhões em 2005, comparados a R$334 milhões em 2004, representando uma variação de 26,6%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste inflacionário dos contratos de prestação de serviços, destacando-se como maiores despesas aquelas relacionadas à manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, agentes arrecadadores de contas de energia, comunicação, leitura e entrega de contas.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$1.455 milhões em 2005 comparados a R$1.373 milhões em 2004, representando um aumento de 6,0%. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação. Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu, complementada pelos contratos iniciais, compra através dos leilões de energia e outros contratos bilaterais.

Encargos de Uso da Rede Básica

Os encargos de uso da rede básica referem-se à despesa relativa à utilização do sistema interligado da rede básica de transmissão de energia elétrica, sob coordenação do ONS. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante no exercício sob análise. A variação de 1,9% em 2005 comparado a 2004 deve-se, principalmente, a entrada em operação de novos trechos de linhas e redes de distribuição e ativos de geração.

Obrigações Pós-Emprego

Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, da CEMIG D e da Emissora, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A mudança em 31 de dezembro de 2004 da taxa de desconto das obrigações futuras, de 8,0% para 6,0%, implicou em um aumento no valor presente das obrigações atuariais em 2005.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC foi de R$416 milhões em 2005 comparados a R$292 milhões em 2004, representando um aumento de 42,5%. Esta despesa refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Provisão (Reversão) para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Com base em premissas da CEMIG, foi constituída, em 2005, uma provisão para possíveis perdas na recuperação dos valores RTE, no montante de R$309 milhões. Esta provisão considera a estimativa de perdas da CEMIG no recebimento pela Emissora dos créditos de energia livre de outras distribuidoras, no valor de R$195 milhões, e também a RTE a ser recebida pela CEMIG D, que implicou também em uma provisão de R$114 milhões.

Gás Comprado para Revenda

A compra de gás para revenda foi de R$156 milhões em 2005 comparados a R$260 milhões em 2004, representando uma redução de 40,0%. Esta despesa refere-se à compra de gás pela Gasmig, sendo que esta variação decorre da venda de 40,0% da participação na Gasmig para a Gaspetro no final do exercício de 2004, implicando na consolidação parcial da despesa da Gasmig, no limite da participação da CEMIG no seu capital (56,0%).

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida através de fontes alternativas. Este é um custo não controlável e os valores registrados como despesa são correspondentes a receita auferida para a sua compensação.

Outras Despesas

As outras despesas operacionais foram de R$424 milhões em 2005, comparados a R$186 milhões em 2004, representando um aumento de 128,0%. Esta rubrica é composta basicamente de combustível para produção de energia, arrendamentos e aluguéis, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, subvenções e doações, consumo próprio de energia, taxa de fiscalização, propaganda e publicidade, eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento.

O crescimento expressivo dessa rubrica em 2005 decorre substancialmente dos maiores gastos com eficiência energética, R$ 211 milhões em 2005 contra R$20 milhões em 2004.

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,0% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados à receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já recebeu a tarifa correspondente em exercícios anteriores, o que justificou a expressiva variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da CEMIG consolidado foi uma despesa de R$3 milhões em 2005 em comparação a despesa de R$281 milhões em 2004. Esta diferença entre os períodos comparados deve-se basicamente aos efeitos financeiros advindos da assinatura do quarto aditivo ao Contrato CRC.

Os principais fatores com impacto no resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Renda de Aplicações Financeiras

Ocorreu um aumento de 43,8% na renda de aplicação financeira, R$197 milhões em 2005 comparados a R$137 milhões em 2004, em função do maior volume de recursos aplicados.

Receita de Multas

Refere-se a acréscimo moratório em conta de energia elétrica cobrados dos consumidores em atraso à taxa de 2,0% ao mês, calculada *pro rata die*. Esta receita foi de R$81 milhões em 2005, comparados a R$63 milhões em 2004, representando um aumento de 28,6%.

Variação monetária de ativos regulatórios

Crescimento de 47,6% na receita com variação monetária de ativos regulatórios em função do maior saldo de ativos regulatórios a serem recebidos dos consumidores, destacando-se a complementação do ativo relacionado ao reajuste tarifário diferido, conforme mencionado anteriormente.

Outras Receitas (Despesas) Financeiras

- Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, líquida da provisão para perda, no montante de R$500 milhões em 2005, comparados a R$255 milhões em 2004, representando um aumento de 96,1%. Este aumento deve-se basicamente aos efeitos da assinatura do quarto aditivo contratual com Governo do Estado em 2005.

- Aumento dos encargos com empréstimos e financiamentos no país deR$565 milhões em 2005 contra R$374 milhões em 2004.

- Redução da variação monetária com empréstimos e financiamentos, de R$16 milhões em 2005 contra R$124 milhões em 2004. Esta redução deve-se aos critérios de rolagem da dívida da CEMIG e à queda da variação do IGPM (12,4% em 2004 para 1,2% em 2005).

- Ganhos líquidos com variações cambiais em 2005, no montante de R$146 milhões em comparação a ganhos líquidos de R$86 milhões em 2004, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2005, o real apresentou uma valorização de 11,8% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,7% no mesmo período de 2004.

Juros sobre Capital Próprio

Pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R$635 milhões, comparados a R$510 milhões em 2004.

Resultado Não Operacional

A despesa não operacional líquida de R$53 milhões em 2005 comparada a R$74 milhões de receita não operacional líquida em 2004 decorre substancialmente do ganho de R$102 milhões, registrado no ano anterior, referente à alienação de 40,0% na participação da GASMIG.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2005, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$471 milhões em relação ao lucro de R$1.838 milhões antes dos efeitos fiscais. No exercício de 2004, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$603 milhões em relação ao lucro de R$1.476, antes dos efeitos fiscais. Esta redução na despesa com impostos em 2005 decorre basicamente da não ocorrência de efeitos fiscais advindos da reversão da provisão da CRC.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes das Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em R$ mil.

31 de dezembro de 2005 comparado a 31 de dezembro de 2006

(Em R$ Mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	1.344.135	6,8%	1.375.501	5,9%	2,3%
Consumidores e Revendedores	1.343.779	6,8%	2.074.983	8,9%	54,4%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	271.800	1,4%	355.599	1,5%	30,8%
Concessionários – Transporte de Energia	303.157	1,5%	358.205	1,5%	18,2%
Tributos Compensáveis	359.711	1,8%	284.197	1,2%	-21,0%
Despesas Antecipadas – CVA	539.321	2,7%	459.898	2,0%	-14,7%
Revendedores – Transações com Energia Livre	225.771	1,1%	123.056	0,5%	-45,5%
Créditos Tributários	107.078	0,5%	125.790	0,5%	17,5%
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	69.031	0,4%	107.959	0,5%	56,4%
Reajuste Tarifário Diferido	321.445	1,6%	791.231	3,4%	146,2%
Estoques	26.082	0,1%	34.980	0,2%	34,1%
Fundos Vinculados	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	286.528	1,4%	303.201	1,3%	5,8%
Total do Circulante	**5.197.838**	**26,2%**	**6.394.600**	**27,6%**	**23,0%**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.518.672	7,7%	1.726.293	7,4%	13,7%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	1.001.305	5,1%	979.008	4,2%	-2,2%
Despesas Antecipadas – CVA	46.549	0,2%	159.738	0,7%	243,2%
Créditos Tributários	410.337	2,1%	678.592	2,9%	65,4%

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	0,5%	34.637	0,2%	-63,9%
Tributos Compensáveis	219.362	1,1%	601.091	2,6%	174,0%
Depósitos Vinculados a Litígios	104.977	0,5%	254.905	1,1%	142,8%
Consumidores e Revendedores	64.190	0,3%	100.734	0,4%	56,9%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	374.622	1,9%	215.559	0,9%	-42,5%
Reajuste Tarifário Diferido	853.994	4,3%	127.488	0,6%	-85,1%
Outros	14.337	0,1%	24.793	0,1%	72,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**4.704.374**	**23,7%**	**4.902.838**	**21,1%**	**4,2%**
Investimentos	977.023	4,9%	998.875	4,3%	2,2%
Imobilizado	8.898.368	44,9%	10.829.657	46,7%	21,7%
Diferido	61.982	0,3%	82.746	0,4%	33,5%
Total do Não Circulante	14.641.747	73,8%	16.814.116	72,5%	14,8%
Ativo Total	**19.839.585**	**100,0%**	**23.208.716**	**100,0%**	**17,0%**

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	764.841	3,9%	913.773	3,9%	19,5%
Encargos Regulatórios	209.770	1,1%	436.535	1,9%	108,1%
Participações nos Lucros	76.959	0,4%	74.038	0,3%	-3,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	666.697	3,4%	994.577	4,3%	49,2%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.064.251	10,4%	1.373.828	5,9%	-33,5%
Empréstimos e Financiamentos	458.833	2,3%	800.434	3,5%	74,5%
Debêntures	526.098	2,7%	33.514	0,1%	-93,6%
Salários e Contribuições Sociais	174.459	0,9%	185.017	0,8%	6,1%
Passivo Regulatório - CVA	208.195	1,1%	328.143	1,4%	57,6%
Obrigações Pós-Emprego	161.003	0,8%	139.113	0,6%	-13,6%
Provisão Perdas com Instrumentos Financeiros	0	0,0%	176.575	0,8%	-
Outras Obrigações	408.576	2,1%	293.183	1,3%	-28,2%
Total do Circulante	**5.719.682**	**28,8%**	**5.748.730**	**24,8%**	**0,5%**
Não Circulante					
Fornecedores	337.069	1,7%	271.928	1,2%	-19,3%
Passivo Regulatório - CVA	31.508	0,2%	119.907	0,5%	280,6%
Empréstimos e Financiamentos	3.249.418	16,4%	5.620.190	24,2%	73,0%
Debêntures	701.184	3,5%	1.194.799	5,2%	70,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	799.067	4,0%	449.521	1,9%	-43,7%
Provisões para Contingências	378.974	1,9%	534.980	2,3%	41,2%
Obrigações Pós-Emprego	1.284.677	6,5%	1.450.850	6,3%	12,9%
Encargos Regulatórios	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras Obrigações	133.652	0,7%	107.660	0,5%	-19,5%
Total do não Circulante	**6.915.549**	**34,9%**	**9.749.835**	**42,0%**	**41,0%**

(Em R$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH (%)**
Resultados de Exercícios Futuros	0	0,0%	90.080	0,4%	-
Participações Minoritárias	**19.499**	**0,1%**	**97.618**	**0,4%**	**400,6%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	8,2%	1.621.538	7,0%	0,0%
Reservas de Capital	4.032.222	20,3%	4.032.222	17,4%	0,0%
Reservas de Lucros	1.503.972	7,6%	1.841.570	7,9%	22,5%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,1%	27.123	0,1%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.184.855	36,2%	7.522.453	32,4%	4,7%
Passivo Total	**19.839.585**	**100,0%**	**23.208.716**	**100,0%**	**17,0%**

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de disponibilidades atingiu R$1.375.501 mil, um aumento de 2,33% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.344.135 mil. Esta variação decorre basicamente do maior caixa gerado pelas operações em 2006 e parcialmente compensado por uma maior saída de recursos nas atividades de financiamento em 2006 na comparação com 2005.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$2.074.983 mil, um aumento de 54,41% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.343.779 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da CEMIG no período em 2006, em função principalmente do reajuste tarifário de 6,70% em 8 de abril de 2006. Deve também ser evidenciado que a partir do 3º trimestre de 2006 a Companhia passou a consolidar parcialmente os saldos da RME, controladora da Light S.A., o que representou um acréscimo de R$355 milhões no saldo.

Recomposição Tarifária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$355.599 mil, um acréscimo de 30,83% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$271.800 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Concessionários – Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Concessionários – Transporte de Energia atingiu R$358.205 mil, um aumento de 18,16% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$303.157 mil. Esta variação decorre basicamente da maior receita com a tarifa pelo uso do sistema de distribuição, com o registro dos valores a receber nesta rubrica, o que justifica a variação no saldo.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$284.197 mil, uma redução de 20,99% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$359.711 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o longo prazo de parte dos valores em função da expectativa de compensação dos créditos.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$459.898 mil, uma redução de 14,73% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$539.321 mil. Esta variação decorre da expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$123.056 mil, uma redução de 45,50% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$225.771 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R$125.790 mil, um aumento de 17,48% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$107.078 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da CEMIG nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da CEMIG e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$107.959 mil, um aumento de 56,39% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$69.031 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a maior pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subseqüentes. Este saldo corresponde a expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses e a variação decorre da incorporação no reajuste tarifário de 8 de abril de 2006 de um percentual adicional para amortização do ativo.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R791.231 mil, um aumento de 146,15% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$321.445 mil. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da Cemig, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. Este saldo corresponde à expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Estoques atingiu R$34.980 mil, um aumento de 34,12% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$26.082 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico .

NÃO CIRCULANTE

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 31 de dezembro de 2006 o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R$1.726.293 mil, um aumento de 15,65% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.518.672 mil. Esta variação decorre basicamente da atualização financeira do saldo do ativo e da reversão de R$119.164 mil na provisão para perdas registrada em dezembro de 2005.

Recomposição Tarifária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$979.008 mil, uma redução de -2,23% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.001.305 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$159.738 mil, um aumento de 243,16% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$46.549 mil. Esta variação decorre de valores que serão compensados no próximo reajuste tarifário e em prazo superior a 12 meses.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Créditos Tributários atingiu R$678.592 mil, um aumento de 65,37% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$410.337 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a benefícios pós-emprego e dos valores consolidados da Light, que representaram um acréscimo de R$119.724 mil no saldo.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$34.637 mil, uma redução de 63,93% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$96.029 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo de valores a serem recebidos das distribuidoras nos próximos 12 meses.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$601.091 mil, um aumento de 174,02% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$219.362 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo e Imposto de Renda e Contribuição Social que foram transferidos do curto prazo em função da reavaliação da expectativa de compensação dos créditos pela Companhia.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$254.905 mil, um aumento de 206,76% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$83.097 mil. A variação no saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a contingências judiciais da CEMIG .

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Consumidores e revendedores atingiu R$100.734 mil, um acréscimo de 56,93% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$64.190 mil. Esta variação decorre basicamente da consolidação dos saldos da Light em 2006, o que adicionou R$50.377 mil no saldo.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$215.559 mil, uma redução de 42,46% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$374.622 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subseqüentes. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que deverão ser recebidos nos próximos 12 meses, conforme percentual adicional incluído pela ANEEL no reajuste tarifário da CEMIG .

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R$127.488 mil, uma redução de 85,07% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$853.994 mil. A variação no saldo decorre da transferência para o curto prazo de valores que serão recebidos em conta de energia.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Investimentos atingiu R$998.875 mil, um aumento de 2,24% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$977.023 mil. Compõem o saldo desta conta basicamente os investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas usinas em construção através de consórcios com outros empreendedores.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Imobilizado atingiu R$10.829.657 mil, um aumento de 21,70% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$8.898.368 mil. A variação no saldo decorre principalmente da consolidação, a partir do 3º trimestre de 2006, dos saldos da RME, controladora da Light S.A , o que representou um acréscimo de R$969.971 mil no saldo e dos investimentos no Programa Luz para Todos.

Diferido

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Diferido atingiu R$82.746 mil, um aumento de 33,50% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$61.982 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG. Também essa variação decorre da consolidação dos saldos da RME, controladora da Light S.A, o que representou um acréscimo de R$26.693 mil no saldo.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R$913.773 mil, um aumento de 19,47% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$764.841 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção e também da consolidação, a partir do 3º trimestre de 2006, dos saldos da RME, controladora da Light S.A, o que representou um acréscimo de R$116.243 mil no saldo.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$436.535 mil, um aumento de 108,10% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$209.770 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo da provisão de gastos com Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento referente projetos ainda não concluídos.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Participações nos Lucros atingiu R$74.038 mil, uma redução de 3,80% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$76.959 mil. A variação no saldo decorre basicamente da redução da Participação nos Lucros em 2006.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$994.577 mil um aumento de 49,18% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$666.697 mil. A variação no saldo decorre principalmente da transferência para o curto prazo de obrigações diferidas originadas de ativos regulatórios.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R$1.373.828 mil, uma redução de 33,45% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$2.064.251 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dividendos extraordinários registrados para pagamento em 2005, R$897.000 mil, na comparação com 2006, R$497.000 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$800.434 mil, um aumento de 74,45% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$458.833 mil. A variação no saldo decorre basicamente de empréstimos da controlada Cemig Distribuição com vencimento em 2007.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Debêntures atingiu R$33.514 mil, uma redução de 93,63% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$526.098 mil. A variação no saldo refere-se basicamente a resgate de parcela das obrigações e rolagem da outra parcela para 2011.

Salários e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R$185.017 mil, um aumento de 6,05% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$174.459 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de CVA atingiu R$328.143 mil, um aumento de 57,61% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$208.195 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG devolverá os valores recebidos a maior em contas de energia a partir do próximo reajuste tarifário

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$139.113 mil, uma redução de 13,60% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$161.003 mil. Esta variação decorre da redução da dívida com o Fundo de Pensão referente à amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Fornecedores atingiu R$271.928 mil, uma redução de 19,33% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$337.069 mil,. Compõem o saldo da conta principalmente os valores a serem repassados aos geradores da RTE recebida pela CEMIG em conta de energia e obrigações advindas da compra de energia durante o período do racionamento e que deverão ser pagas no longo prazo conforme acordo com os geradores. A variação do saldo decorre da transferência para o curto prazo dos valores a serem pagos aos geradores nos próximos 12 meses.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de CVA atingiu R$119.907 mil, um aumento de 280,56% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$31.508 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referentes custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$5.620.190 mil, um aumento de 72,96% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$3.249.418 mil. A variação no saldo decorre das novas captações de recursos da CEMIG, principalmente através de um Fundo de Direitos Creditórios, na atualização financeira do saldo pelos índices de inflação acrescidos dos encargos que são incorporados no saldo da dívida e também da consolidação, a partir do 3º trimestre de 2006, dos saldos da RME, controladora da Light S.A , o que representou um acréscimo de R$473 milhões no saldo.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Debêntures atingiu R$1.194.799 mil, um aumento de 70,40% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$701.184 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência de valores do curto prazo em função da repactuação do vencimento da dívida para 2011.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$449.521 mil, uma redução de 43,74% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$799.067 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a CEMIG recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de valores previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, em conformidade à expectativa de realização dos créditos tributários.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Provisões para Contingências atingiu R$534.980 mil, um aumento de 49,81% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$357.094 mil. A variação no saldo decorre da consolidação,a partir do 3º trimestre, dos saldos da RME, controladora da Light, o que representou um acréscimo de R$302.571 mil no saldo.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2006 a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$1.450.850 mil, um aumento de 12,94% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.284.677 mil. Esta variação decorre principalmente da consolidação, a partir do 3º trimestre de 2006, dos saldos da RME, controladora da Light S.A , o que representou um acréscimo de R$226.251 mil no saldo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2006 a conta do Patrimônio Líquido atingiu R$7.522.453 mil, um aumento de 4,70% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$7.184.855 mil. Esta variação decorre da lucratividade apurada no exercício de 2006 líquida dos valores declarados para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

31 de dezembro de 2004 comparado a 31 de dezembro de 2005

(Em R$ Mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				
Ativo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Disponibilidades	896.223	5,3%	1.344.135	6,8%	50,0%
Consumidores e Revendedores	1.211.086	7,2%	1.343.779	6,8%	11,0%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	327.268	2,0%	271.800	1,4%	-17,0%
Concessionários – Transporte de Energia	27.876	0,2%	303.157	1,5%	987,5%
Tributos Compensáveis	119.328	0,7%	359.711	1,8%	201,5%
Despesas Antecipadas – CVA	492.533	2,9%	539.321	2,7%	9,5%
Revendedores – Transações com Energia Livre	45.560	0,3%	225.771	1,1%	395,6%
Créditos Tributários	148.905	0,9%	107.078	0,5%	-28,1%
Dividendos a Receber					
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	-	69.031	0,4%	-
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	321.445	1,6%	-
Estoques	19.253	0,1%	26.082	0,1%	35,5%
Outros	163.526	1,0%	286.528	1,4%	75,2%
Total do Circulante	**3.451.558**	**20,5%**	**5.197.838**	**26,2%**	**50,6%**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a Receber do Governo do Estado	1.096.706	6,5%	1.518.672	7,7%	38,5%
Recomposição Tarifária e Parcela “A”	1.032.601	6,1%	1.001.305	5,1%	-3,0%
Despesas Antecipadas – CVA	88.108	0,5%	46.549	0,2%	-47,2%
Créditos Tributários	171.724	1,0%	410.337	2,1%	139,0%
Revendedores – Transações com Energia Livre	588.281	3,5%	96.029	0,5%	-83,7%
Tributos Compensáveis	142.368	0,9%	219.362	1,1%	54,1%
Depósitos Vinculados a Litígios	88.197	0,5%	104.977	0,5%	19,0%
Consumidores e Revendedores	78.022	0,5%	64.190	0,3%	-17,7%
Ativo Regulatório - PIS-PASEP/COFINS	361.082	2,2%	374.622	1,9%	3,8%
Reajuste Tarifário Diferido	437.759	2,6%	853.994	4,3%	95,1%
Outros	49.482	0,3%	14.337	0,1%	-71,0%
Total do Realizável a Longo Prazo	4.134.330	24,6%	4.704.374	23,7%	13,8%
Investimentos	916.194	5,5%	977.023	4,9%	6,6%
Imobilizado	8.247.882	49,1%	8.898.368	44,9%	7,9%
Diferido	63.650	0,4%	61.982	0,3%	-2,6%
Total do Não Circulante	13.362.056	79,5%	14.641.747	73,8%	9,6%
Ativo Total	**16.813.614**	**100,0%**	**19.839.585**	**100,0%**	**18,0%**

(Em R$ Mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**				
Passivo	**2004**	**AV (%)**	**2005**	**AV (%)**	**AH (%)**
Circulante					
Fornecedores	676.164	4,0%	764.841	3,9%	13,1%
Encargos Regulatórios	98.889	0,6%	209.770	1,1%	112,1%
Participações nos Lucros	63.472	0,4%	76.959	0,4%	21,3%
Impostos, Taxas e Contribuições	496.906	3,0%	666.697	3,4%	34,2%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	652.331	3,9%	2.064.251	10,4%	216,4%
Empréstimos e Financiamentos	898.190	5,3%	458.833	2,3%	-48,9%
Debêntures	519.101	3,1%	526.098	2,7%	1,4%
Salários e Contribuições Sociais	173.859	1,0%	174.459	0,9%	0,4%
Passivo Regulatório - CVA	29.025	0,2%	208.195	1,1%	617,3%
Obrigações Pós-Emprego	199.738	1,2%	161.003	0,8%	-19,4%
Outras Obrigações	207.417	1,2%	408.576	2,1%	97,0%
Total do Circulante	**4.015.092**	**23,9%**	**5.719.682**	**28,8%**	**42,5%**
Não Circulante					
Fornecedores	245.873	1,5%	337.069	1,7%	37,1%
Passivo Regulatório - CVA	2.322	0,0%	31.508	0,2%	1256,9%
Empréstimos e Financiamentos	1.990.940	11,8%	3.249.418	16,4%	63,2%
Debêntures	809.578	4,8%	701.184	3,5%	-13,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	572.829	3,4%	799.067	4,0%	39,5%
Provisões para Contingências	427.839	2,5%	378.974	1,9%	-11,4%
Obrigações Pós-Emprego	1.353.543	8,1%	1.284.677	6,5%	-5,1%
Outras Obrigações	123.321	0,7%	133.652	0,7%	8,4%
Total do não Circulante	5.526.245	32,9%	6.915.549	34,9%	25,1%
Participações Minoritárias	**20.892**	**0,1%**	**19.499**	**0,1%**	**-6,7%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.621.538	9,6%	1.621.538	8,2%	0,0%
Reservas de Capital	4.032.222	24,0%	4.032.222	20,3%	0,0%
Reservas de Lucros	1.570.502	9,3%	1.503.972	7,6%	-4,2%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	0,2%	27.123	0,1%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	7.251.385	43,1%	7.184.855	36,2%	-0,9%
Passivo Total	16.813.614	100,0%	19.839.585	100,0%	18,0%

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de disponibilidades atingiu R$1.344.135 mil, um aumento de 49,98% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$896.223 mil. Esta variação decorre basicamente da maior entrada de recursos através das atividades de financiamento.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$1.343.779 mil, um aumento de 10,96% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$1.211.086 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da CEMIG, considerando o reajuste de 23,88% na tarifa em 8 de abril de 2005.

Recomposição Tarifária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$271.800 mil, uma redução de 16,95% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$327.268 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores de Recomposição Tarifária nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Concessionários – Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Concessionários – Transporte de Energia atingiu R$303.157 mil, um aumento de 987,52% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$27.876 mil. Esta variação decorre basicamente da desverticalização da CEMIG e a transferência dos consumidores livres para a Emissora. Dessa forma, esses consumidores livres pagam a tarifa pelo uso do sistema de distribuição para a Emissora, com o registro dos valores a receber nesta rubrica, o que justifica a variação no saldo.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$359.711 mil, um aumento de 201,45% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$119.328 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que poderão ser compensados no exercício subseqüente com os impostos a pagar.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$539.321 mil, um aumento de 9,50% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$492.533 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores da CVA nas contas de energia nos próximos 12 meses.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$225.771 mil, um aumento de 395,55% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$45.560 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses. A maior expectativa decorre da desistência, pela CEMIG, de uma ação judicial que questionava os critérios de cálculo do ativo de energia livre, o que teve como conseqüência a retirada de uma determinação da ANEEL para que as distribuidoras não fizessem o repasse de recursos para a CEMIG .

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Créditos Tributários atingiu R$107.078 mil, uma redução de 28,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$148.905 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de realização dos créditos tributários da próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da CEMIG e da natureza dos creditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$69.031 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subseqüentes. Este saldo corresponde a expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R$321.445 mil, sendo que não havia saldo no exercício anterior. O saldo desta conta refere-se a homologação provisória pela ANEEL do reajuste tarifário da CEMIG, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. Este saldo corresponde à expectativa de ressarcimento através das contas de energia dos próximos 12 meses.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Estoques atingiu R$26.082 mil, um aumento de 35,47% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$19.253 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG .

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas a Receber do Governo do Estado

Em 31 de dezembro de 2005, o Contas a Receber do Governo do Estado atingiu R$1.518.672 mil, um aumento de 38,48% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$1.096.706 mil. Esta variação decorre da atualização financeira do ativo pelo IGP-DI acrescido de juros de 12,00% ao ano e também da reversão de provisão ocorrida em dezembro de 2005, no montante de R$223.016, em função da renegociação do saldo devedor com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Recomposição Tarifária e Parcela "A"

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Recomposição Tarifária e Parcela "A" atingiu R$1.001.305 mil, uma redução de 3,03% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$1.032.601 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de Recomposição Tarifária que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Despesas antecipadas - CVA

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Despesas Antecipadas - CVA atingiu R$46.549 mil, uma redução de 47,17% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$88.108 mil. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo dos valores de CVA que estão sendo recebidos nas contas de energia.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Créditos Tributários atingiu R$410.337 mil, um aumento de 138,95% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$171.724 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a Provisão para perdas no recebimento dos valores da RTE e prejuízo fiscal apurado pela CEMIG no exercício de 2005.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$96.029 mil, uma redução de 83,68% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$588.281 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo, considerando a maior expectativa de recebimento, e também da provisão para perdas constituída em 2005, no montante de R$194.715, em função da possibilidade de não recebimento dos créditos.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$219.362 mil, um aumento de 54,08% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$142.368 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$104.977 mil, um aumento de 19,03% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$88.197 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento nos valores depositados em juízo referentes a contingências judiciais.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Consumidores e revendedores atingiu R$64.190 mil, uma redução de 17,73% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$78.022 mil. Esta variação decorre da quitação por consumidores de dívidas com contas de energia que foram renegociadas.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS atingiu R$374.622 mil, um aumento de 3,75% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$361.082 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a mais pela CEMIG em função da majoração da alíquota dos impostos e que deverão ser ressarcidos pela ANEEL nas contas de energia nos exercícios subseqüentes.

Reajuste Tarifário Diferido

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Reajuste Tarifário Diferido atingiu R$853.994 mil, um aumento de 95,08% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$437.759 mil. O saldo desta conta refere-se a homologação pela ANEEL do reajuste tarifário da CEMIG, decorrente da Revisão Tarifária, em um percentual superior ao reajuste efetivamente aplicado às tarifas em 2003. O saldo deverá ser ressarcido pela ANEEL através das contas de energia nos exercícios subseqüentes. A variação no saldo decorre do percentual homologado pela ANEEL ter sido superior ao que havia sido informado de forma provisória, o que implicou o registro de um ativo adicional.

PERMANENTE

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Investimentos atingiu R$977.023 mil, um aumento de 6,64% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$916.194 mil. Compõem o saldo desta conta basicamente os investimentos em consórcios para produção de energia elétrica. Esta variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas usinas em construção através de consórcios com outros empreendedores.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Imobilizado atingiu R$8.898.368 mil, um aumento de 7,89% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$8.247.882 mil. A variação no saldo decorre dos novos investimentos realizados pela CEMIG nas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Diferido

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Diferido atingiu R$61.982 mil, uma redução de 2,62% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$63.650 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG .

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Fornecedores atingiu R$764.841 mil, um aumento de 13,11% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$676.164 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$209.770 mil, um aumento de 112,13% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$98.889 mil. A variação no saldo decorre basicamente da provisão de gastos com Eficiência Energética e pesquisa e desenvolvimento referente projetos ainda não concluídos, conforme determinação da ANEEL. O valor registrado no curto prazo corresponde a R$143.287 mil.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$76.959 mil, um aumento de 21,25% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$63.472 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior valor a pagar de participação nos lucros aos empregados em função do crescimento na lucratividade da CEMIG no exercício de 2005.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$666.697 mil, um aumento de 34,17% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$496.906 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento na lucratividade da CEMIG, o que implicou no aumento do pagamento de impostos incidentes sobre o lucro e faturamento.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R$2.064.251 mil, um aumento de 216,44% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$652.331 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da lucratividade da CEMIG, que gera um maior pagamento de dividendos, e também do pagamento de dividendos extraordinários no valor de R$897.000 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Debêntures atingiu R$526.098 mil, um aumento de 1,35% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$519.101 mil. A variação no saldo não foi relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$458.833 mil, uma redução de 48,92% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$898.190 mil. A variação no saldo decorre basicamente do maior volume de dívidas com vencimento no curto prazo no exercício atual, em conformidade a política da CEMIG de alongar o prazo de vencimento das suas obrigações.

Salários e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Salários e Contribuições Sociais atingiu R$174.459 mil, um aumento de 0,35% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$173.859 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A CEMIG não considera a variação no saldo relevante.

Passivo Regulatório - CVA

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de CVA atingiu R$208.195 mil, um aumento de 617,30% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$29.025 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$161.003 mil, uma redução de 19,39% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$199.738 mil. Esta variação decorre da redução dos valores a pagar pela CEMIG no curto prazo referente a amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Fornecedores atingiu R$337.069 mil, um aumento de 37,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$245.873 mil. Compõem o saldo da conta principalmente os valores a serem repassados aos geradores da RTE recebida pela CEMIG em conta de energia. O aumento no saldo decorre de valores transferidos para o longo prazo referente obrigações da CEMIG advindas da compra de energia durante o período do racionamento e que deverão ser pagas no longo prazo conforme acordo com os geradores.

Passivo Regulatório – CVA

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de CVA atingiu R$31.508 mil, um aumento de 1.256,93% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$2.322 mil. Refere-se aos valores pagos pela CEMIG referente custos não controláveis em montantes inferiores a receita concedida pela ANEEL. Desta forma, a CEMIG deverá devolver os valores recebidos a maior em contas de energia.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$3.249.418 mil, um aumento de 63,21% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$1.990.940 mil. A variação no saldo decorre das novas captações de recursos da CEMIG e na atualização financeira do saldo pelos índices de inflação acrescidos dos encargos que são incorporados no saldo da dívida.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Debêntures atingiu R$701.184 mil, uma redução de 13,39% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$809.578 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o curto prazo de debêntures cujo prazo de vencimento está previsto para os próximos 12 meses, apesar das novas captações de recurso no exercício de 2005.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$799.067 mil, um aumento de 39,49% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$572.829 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a CEMIGrecebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente do aumento do saldo dos ativos regulatórios com o conseqüente aumento dos impostos a pagar.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$378.974 mil, uma redução de 11,42% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$427.839 mil. A variação no saldo decorre basicamente da reversão de provisão referente a Contribuição Social Complementar em função da CEMIG não considerar mais a sua perda na ação como provável.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2005, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$1.284.677 mil, uma redução de 5,09% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$1.353.543 mil. Esta variação decorre do menor crescimento das obrigações com suplementação de aposentadorias em relação ao crescimento dos ativos do Fundo de Pensão.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2005, a conta do Patrimônio Líquido atingiu R$7.184.855 mil, uma redução de 0,92% em comparação com 31 de dezembro de 2004, que atingiu R$7.251.385 mil. Esta variação decorre dos dividendos declarados referentes ao lucro apurado no exercício de 2005, acrescido dos dividendos extraordinários, em valor superior ao lucro apurado no exercício de 2005.

ENDIVIDAMENTO TOTAL

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor da CEMIG com relação aos contratos financeiros era de R$7.648.937 mil

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos (valores expressos em R$ mil):

	Em 31 de dezembro de 2006					
Financiadores	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank – N. (3)	***2013***	***6,00***	***US$***	89	106.900	106.989
ABN AMRO Real S.A. (4)	***2009***	***6,35***	***US$***	16.100	31.001	47.101
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	***2024***	***Diversas***	***US$***	15.352	117.366	132.718
Banco do Brasil S.A. (5)	***2009***	***3,90***	***JPY***	38	69.640	69.678
Banco Paribas	***2012***	***5,89***	***EURO***	3.557	14.135	17.692
Banco Paribas	***2010***	***Libor + 1,875***	***US$***	1.042	62.072	63.114
KFW	***2016***	***4,50***	***EURO***	1.860	16.741	18.601
UNIBANCO (6)	***2009***	***6,50***	***US$***	143.469	9.965	153.434
UNIBANCO (7)	***2009***	***5,50***	***US$***	30	4.359	4.389
UNIBANCO (8)	***2009***	***5,00***	***US$***	78	18.350	18.428
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	***2008***	***Libor + 5,45***	***US$***	13.528	6.578	20.106
Tesouro Nacional (10)	***2024***	***Libor + Spread***	***US$***	5.657	43.112	48.769
Deustsche Bank (10)	***2010***	***Libor + 4,35***	***US$***	1.598	85.520	87.118
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	***2012***	***Libor + 3,00***	***US$***	16.599	184.332	200.931
Outros	***2025***	***Diversas***	***Diversas***	7.195	18.489	25.684
Dívida em Moeda Estrangeira				**226.192**	**788.560**	**1.014.752**
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	***2010***	***106,00 do CDI***	***R$***	156	75.000	75.156
Banco do Brasil	***2009***	***111,00 do CDI***	***R$***	2.023	118.822	120.845
Banco do Brasil	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	5.022	109.277	114.299
Banco do Brasil	***2013***	***107,60 do CDI***	***R$***	12.698	126.000	138.698
Banco do Brasil	***2014***	***104,10 do CDI***	***R$***	28.391	1.200.000	1.228.391
Banco Itaú – BBA	***2008***	***IGP-M + 10,48***	***R$***	9.091	165.057	174.148
Banco Itaú – BBA	***2008***	***CDI + 2,00***	***R$***	961	40.000	40.961
Banco Itaú – BBA	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	16.170	300.865	317.035
HSBC Bank Brasil S.A	***2008***	***CDI + 2,00***	***R$***	1.442	60.000	61.442
Banco Votorantim S.A.	***2010***	***113,50 do CDI***	***R$***	3.364	54.372	57.736
Banco Votorantim S.A.	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	6.303	101.316	107.619
Banco WESTLB do Brasil	***2008***	***IGP-M + 10,48***	***R$***	2.280	41.264	43.544
BNDES	***2008***	***SELIC + 1,00***	***R$***	143.985	25.842	169.827
Bradesco	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	21.924	377.253	399.177
Debêntures	***2006***	***IGP-M + 12,70***	***R$***	-	-	-
Debêntures	***2009***	***CDI + 1,20***	***R$***	7.515	349.556	357.071

Debêntures	***2011***	***104% do CDI***	***R$***	4.874	238.816	243.690
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	***2030***	***IGP-M***	***R$***	-	106.479	106.479
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	***2031***	***IGP-M***	***R$***	-	30.009	30.009
Debêntures	***2014***	***IGP-M + 10,50***	***R$***	15.279	258.380	273.659
ELETROBRÁS	***2013***	***FINEL + 7,5 a 8,50***	***R$***	19.049	75.774	94.823
ELETROBRÁS	***2023***	***UFIR, RGR + 6,00 a 8,00***	***R$***	35.477	177.561	213.038
Santander	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	5.025	79.673	84.698
UNIBANCO	***2009***	***CDI + 2,98***	***R$***	2.877	104.095	106.972
UNIBANCO	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	11.767	309.285	321.052
UNIBANCO (2)	***2013***	***CDI + 1,70***	***R$***	6.792	73.587	80.379
Itaú e Bradesco (9)	***2015***	***CDI + 1,70***	***R$***	103.651	878.140	981.791
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	***2025***	***5,00 A 12,00***	***R$***	638	10.952	11.590
Debêntures I e V (10)	***2010/2015***	***TJLP + 4,00***	***R$***	5.846	211.559	217.405
BNDES – Recuperação de margem (10)	***2007***	***SELIC + 1,00***	***R$***	77.776	-	77.776
Bradesco Tranche A/B (10)	***2012***	***CDI + 2,00***	***R$***	848	59.625	60.473
Banco Itaú Tranche A/B (10)	***2012***	***CDI + 2,00***	***R$***	368	25.663	26.031
Unibanco Tranche A/B (10)	***2012***	***CDI + 2,00***	***R$***	969	68.134	69.103
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	***2014/2016***	***Diversas***	***R$***	18.490	137.204	155.694
Outros	***2007/2017***	***Diversas***	***R$***	36.705	36.869	73.574
Dívida em Moeda Nacional				**607.756**	**6.026.429**	**6.634.185**
Total Geral Consolidado				**833.948**	**6.814.989**	**7.648.937**

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
(2) Empréstimo da controladora;
(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8)CDI + 3,01% a.a.;
(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;
(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.

EVENTOS RECENTES

CEMIG e Emissora

Em 28 de fevereiro de 2007, CEMIG celebrou com a Emissora um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da 6ª Emissão de Debêntures, visando à transferência dos recursos obtidos com referida emissão, tendo em vista que os recursos deveriam ser aplicados na UHE Irapé, ativo da Emissora. Essa emissão foi no valor de R$30 milhões, com vencimento ao final de 25 anos e atualização pela variação do IGP-M. Para mais informações vide a Seção de "Contratos Relevantes - Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG".

CEMIG D

Em 2 de janeiro de 2007, a CEMIG D emitiu, Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200,0 milhões, com vencimento de 180 dias. Sobre o principal destas notas promissórias incidirão juros correspondentes à taxa de 102% da Taxa DI. As notas promissórias são garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram destinados à recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até a liberação dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano de 2006.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

Tendo em vista que a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005, somente é possível apresentar a análise e discussão da administração sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora, com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

As demonstrações financeiras e informações financeiras constantes deste Prospecto foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Na análise e discussão abaixo, as referências a aumentos ou diminuições em todos os períodos são feitas por comparação com o período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de outra forma. Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. O resultado efetivamente obtido por nós poderá diferir substancialmente daquele discutido em tais estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na Seção "Fatores de Risco".

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2006.

As informações financeiras selecionadas apresentadas a seguir para os exercícios sócias encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, representam as informações financeiras da Emissora e estão expressas em R$ milhões. Vide Seção "Informações Financeiras e de Mercado" deste Prospecto.

(em R$ Milhões, exceto %)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**				**Variação**
	2005	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**2006 x 2005**
Receita operacional bruta	2.492,0	127,0%	2.914	122,7%	16,9%
Fornecimento de energia elétrica	2.085,0	106,2%	2.327	98,0%	11,6%
Receita de Uso da Rede	396,0	20,2%	576	24,3%	45,5%
Outras receitas operacionais	11,0	0,6%	11	0,5%	0,0%
Deduções à receita operacional	(529,0)	(27,0%)	(539)	(22,7%)	1,9%
Receita operacional líquida	1.963,0	100,0%	2.375	100,0%	21,0%
Despesa operacional	(957,0)	(48,8%)	(1.246)	(52,5%)	30,2%
Pessoal	(175,0)	(8,9%)	(249)	(10,5%)	42,3%
Participações dos empregados	(60,0)	(3,1%)	(50)	(2,1%)	-16,7%
Benefícios Pós-Emprego	(35,0)	(1,8%)	(36)	(1,5%)	2,9%
Materiais	(17,0)	(0,9%)	(18)	(0,8%)	5,9%
Matéria Prima e Insumos de para Produção	(1,0)	(0,1%)	(37)	(1,6%)	3600,0%
Serviços de Terceiros	(78,0)	(4,0%)	(89)	(3,8%)	14,1%
Reversão (Provisão) operacionais	(4,0)	(0,2%)	(2)	(0,1%)	-50,0%
Depreciação e Amortização	(181,0)	(9,2%)	(208)	(8,8%)	14,9%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(109,0)	(5,6%)	(124)	(5,2%)	13,8%
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	(29,0)	(1,5%)	(63)	(2,7%)	117,2%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(157,0)	(8,0%)	(232)	(9,8%)	47,8%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(17,0)	(0,9%)	(40)	(1,7%)	135,3%
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(38,0)	(1,9%)	(28)	(1,2%)	-26,3%
Outras Despesas	(56,0)	(2,9%)	(70)	(3,0%)	25,0%

(em R$ Milhões, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2005	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**2006 x 2005**
Resultado Operacional	1.006,0	51,3%	1.129	47,5%	12,2%
Deprec. e Amortiz. (reversão)	178,0	9,1%	208	8,8%	16,9%
LAJIDA (1)	1.184,0	60,3%	1.337	56,3%	12,9%
Resultado Financeiro	(722,0)	(36,8%)	(549)	(23,1%)	-24,0%
Resultado operacional	284,0	14,5%	580	24,4%	104,2%
Resultado não operacional	(5,0)	(0,3%)	(2)	(0,1%)	-60,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	279,0	14,2%	578	24,3%	107,2%
I.Renda e Contribuição Social	(93,0)	(4,7%)	(193)	(8,1%)	107,5%
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	282,0	14,4%	230	9,7%	-18,4%
Lucro (prejuízo) do exercício	**468,0**	**23,8%**	**615**	**25,9%**	**31,4%**

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005.

Lucro Líquido

A Emissora apresentou, no exercício de 2006, um lucro líquido de R$614 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$468 milhões no exercício de 2005, representando um aumento de 31,2%.

Receita com Fornecimento de Energia Elétrica para consumidores finais

A variação na venda de energia para consumidores finais decorre principalmente do aumento de 4,3% na quantidade de energia vendida, sendo 17.859 GWh no exercício de 2006 comparados com 17.130 GWh vendida no exercício de 2005.

A tarifa média de venda de energia não apresentou variação expressiva nos anos comparados, R$81,26 em 2005 e R$81,42 em 2006. A pequena variação na tarifa média deve-se principalmente à energia vendida a consumidores finais com o preço vinculado à variação do dólar norte-americano, aproximadamente 25% do total, tendo em vista que a moeda mencionada apresentou uma desvalorização de 8,7% frente ao real em 2006.

Receita com suprimento

A receita com suprimento referente à energia vendida a outras concessionárias foi de R$743 milhões no exercício de 2006 comparados a R$518 milhões no exercício de 2005, um aumento de 43,4%. Esse aumento decorre do crescimento de 25,5% no volume de energia vendida e também pelo aumento na tarifa média, R$61,00 em 2005 comparado a R$69,71 em 2006, um aumento de 14,28%. No exercício de 2005, foram vendidos 7.587.102 MWh à Cemig Distribuição com base nos valores de contratos iniciais assinados com a Distribuidora, com um preço médio de R$63,91. Em 2006, com a extinção dos contratos iniciais, o volume de energia disponível foi vendido a outras distribuidoras através de leilão de energia, o que permitiu a venda por uma tarifa superior, de R$69,71 por MWh.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se ao transporte de energia cobrado pela Emissora dos agentes conectados à rede básica. A receita de uso da rede no exercício de 2006 foi de R$576 milhões comparados a R$396 milhões no exercício de 2005, um aumento de 45,5%.

O reajuste médio na receita anual da transmissora em julho de 2005 (efeito integral em 2006) foi de 18% compensado parcialmente pela redução de 10,5% em julho de 2006. A redução em 2006 decorre da compensação de reajuste a maior no ano anterior.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que contribuiu significativamente para o aumento da receita os encargos referentes a CCC, CDE e PROINFA que são cobrados dos consumidores livres e repassados para a ANEEL. Ocorreu um crescimento nesses repasses no exercício de 2006.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram de R$10,6 milhões em 2006 e de R$11,4 milhões em 2005, uma redução de 7%. Esta redução depende basicamente de menor volume de subvenção da CCC.

Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional (RGR, ICMS, Pasep e Cofins e outros) em 2006 foram no valor de R$539 milhões contra R$529 milhões em 2005, registrando um aumento de 1,9%, em função, principalmente, do aumento da receita operacional.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais da Emissora aumentaram 30,05% em 2006, R$1.245milhões em 2006 contra R$957 milhões em 2005. Este resultado decorre principalmente de aumento das despesas com pessoal, matéria prima e insumos para produção de energia e encargos de uso da rede básica de transmissão.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

O crescimento na despesa com pessoal foi decorrente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 7,6% em novembro de 2005 (efeito integral em 2006);
- reajuste salarial de 4,0% em novembro de 2006;
- provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, em junho de 2006, no montante de R$42 milhões;
- aumento do número de empregados que passou de 2.102 em dezembro de 2005 para 2.256 em dezembro de 2006, um crescimento de 7,3%. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Depreciação e Amortização

A variação na despesa com depreciação e amortização decorre principalmente da entrada em operação das Usinas de Aimorés e Irapé em 2006, que gerou uma despesa adicional no ano de R$25 milhões.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com Obrigações Pós-Emprego teve um crescimento em função dos custos com a implementação do plano odontológico em 2006, que gerou uma despesa adicional de R$1 milhão.

Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC refere-se ao repasse à Eletrobrás, dos encargos cobrados dos consumidores conectados à rede básica. O aumento desta despesa decorre substancialmente da cobrança retroativa do encargo de alguns consumidores após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador Nacional do Sistema –ONS e também do aumento do número de consumidores. Essa despesa é repassada à Cemig Geração e Transmissão através da receita com uso da rede.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica. O aumento na despesa deve-se principalmente aos reajustes médios de 10% na tarifa de transmissão TUST e 12% na tarifa de distribuição TUSD, em 2006, e às novas usinas que passaram a pagar esses encargos, Irapé, Aimorés e Capim Branco I.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A despesa com CDE tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Esses encargos são repassados à Eletrobrás em função dos encargos cobrados dos consumidores conectados à rede básica, definidos pelo ONS. O aumento desta despesa deve-se ao aumento do número de consumidores e cobrança retroativa do encargo, conforme mencionado anteriormente no comentário sobre a CCC.

Gastos com Eficiência Energética

A redução nos gastos com Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento decorre do valor de R$13 milhões contabilizado em 2005 referente a exercícios anteriores, em função de alteração nos critérios de contabilização dessas despesas. Deve ser ressaltado que também em 2006 foi feita uma contabilização adicional de R$4 milhões referente exercícios anteriores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Emissora foi uma despesa de R$549 milhões em 2006 em comparação a despesa de R$722 milhões em 2005. Esta redução de 24% entre os períodos comparados deve-se basicamente a menos despesa com encargos de empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio e menor perda com instrumentos financeiros.

Os principais fatores com impacto no resultado financeiro estão relacionados a seguir:

Receita de aplicação financeira

Aumento da receita de aplicação financeira em função de maior volume de recursos aplicados sendo o montante de R$84 milhões aplicados no exercício de 2006 comparados a R$37 milhões em 2005.

Variação monetária

Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2006 no montante de R$80 milhões comparados a R$131 milhões no exercício de 2005, uma redução de 38,9%. Essa variação se deve, principalmente, à redução do valor dos ativos em decorrência dos recebimentos da RTE dos agentes distribuidores em 2006 e à menor variação do índice de atualização dos ativos em 2006 (taxa Selic).

Despesa com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico no exercício de 2006 no montante de R$12 milhões comparados a R$23 milhões no exercício de 2005. O maior valor contabilizado em 2005 decorre da atualização pelo IGP-M, retroativo a julho de 2003, dos valores provisionados referentes à obrigação junto a CCEE, conforme acordo com os agentes do mercado.

Outras Receitas (Despesas) Financeiras

- Aumento de 23,3% nos encargos com empréstimos e financiamentos em função dos critérios de rolagem da dívida da Emissora, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.

- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2006, no montante de R$17 milhões em comparação a ganhos líquidos de R$56 milhões no exercício de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A redução nos ganhos decorre basicamente da redução da dívida em moeda estrangeira, com a substituição de vários contratos de dívida para moeda nacional e também da variação do dólar. O real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao dólar norte-americano no exercício de 2006 em comparação a uma valorização de 11,8% no mesmo período de 2005.

- Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no exercício de 2006, no montante de R$15 milhões comparada a uma perda líquida de R$76 milhões no exercício de 2005. Esta redução deve-se principalmente à variação do real frente ao dólar norte-americano, mencionada no item anterior.

Juros sobre Capital Próprio

A Emissora registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R$230 milhões, sendo de R$282 milhões o montante correspondente ao exercício de 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Emissora apurou, no exercício de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$194 milhões em relação ao lucro de R$578 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,6%. No exercício de 2005, a Emissora apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$93 milhões em relação ao lucro de R$279 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,3%.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes das Demonstrações Financeiras auditadas da Emissora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa. Os valores estão expressos em R$ mil.

30 de dezembro de 2005 comparado a 31 de dezembro de 2006

(Em R$ mil)	**Em 31 de dezembro de**				**Variação**
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AV (%)**
Circulante					
Disponibilidades	352.989	5,0%	687.814	9,3%	94,9%
Consumidores e Revendedores	157.605	2,2%	243.315	3,3%	54,4%
Concessionários – Transporte de Energia	85.707	1,2%	43.955	0,6%	-80,4%
Tributos Compensáveis	43.645	0,6%	95.889	1,3%	119,7%
Revendedores – Transações com Energia Livre	224.155	3,2%	123.056	1,7%	-45,1%
Créditos Tributários	12.356	0,2%	14.679	0,2%	18,8%
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	29.863	0,4%	0	0,0%	-100,0%
Estoques	2.568	0,0%	3.451	0,1%	34,4%
Outros	79.423	1,1%	93.847	1,3%	18,2%
Total do Circulante	**988.311**	**13,9%**	**1.306.006**	**17,7%**	**32,2%**

(Em R$ mil)	Em 31 de dezembro de				Variação
Ativo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AV (%)**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos Tributários	74.735	1,1%	97.856	1,3%	30,9%
Revendedores – Transações com Energia Livre	96.029	1,4%	34.637	0,5%	-63,9%
Tributos Compensáveis	50.606	0,7%	64.606	0,9%	27,7%
Depósitos Vinculados a Litígios	596	0,0%	30.735	0,4%	500,6%
Outros Créditos	7.874	0,1%	17.847	0,2%	126,7%
Total do Realizável a Longo Prazo	**229.840**	**3,2%**	**245.681**	**3,3%**	**6,9%**
Investimentos	937.296	13,2%	937.435	12,7%	0,0%
Imobilizado	4.949.428	69,7%	4.890.524	66,3%	-1,2%
Total do Não Circulante	6.116.564	86,1%	6.073.640	82,3%	-0,7%
Ativo Total	**7.104.875**	100,0%	**7.379.646**	100,0%	3,9%

(Em R$ mil)	Em 31 de dezembro de				*Variação*
Passivo	**2005**	**AV (%)**	**2006**	**AV (%)**	**AH(%)**
Circulante					
Fornecedores	158.646	2,2%	93.191	1,3%	-41,3%
Encargos Regulatórios	50.980	0,7%	74.624	1,0%	46,4%
Participações nos Lucros	16.180	0,2%	15.893	0,2%	-1,8%
Impostos, Taxas e Contribuições	153.235	2,2%	98.358	1,3%	-35,8%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	402.664	5,7%	379.054	5,1%	-5,9%
Empréstimos e Financiamentos	745.233	10,5%	265.461	3,6%	-64,4%
Debêntures	0	0,0%	12.389	0,2%	-
Salários e Encargos Sociais	40.317	0,6%	42.209	0,6%	4,7%
Obrigações Pós-Emprego	35.977	0,5%	27.290	0,4%	-24,2%
Provisão para Perdas – Intrumentos Financeiros	67.621	1,0%	41.698	0,6%	-38,3%
Outras	77.333	1,1%	67.808	0,9%	-87,7%
Total do Circulante	**1.748.186**	**24,6%**	**1.117.975**	**15,2%**	**-36,1%**
Não Circulante					
Fornecedores	72.946	1,0%	44.446	0,6%	-39,1%
Empréstimos e Financiamentos	1.902.297	26,8%	2.131.330	28,9%	12,0%
Impostos, Taxas e Contribuições	88.624	1,3%	106.646	1,5%	20,3%
Provisões para Contingências	1.453	0,0%	31	0,0%	-97,9%
Obrigações pós-Emprego	291.774	4,1%	277.394	3,8%	-4,9%
Encargos Regulatórios	34.683	0,5%	0	0,0%	-100,0%
Debêntures	0	0,0%	694.851	9,4%	-
Outras	44.705	0,6%	56.061	0,8%	25,4%
Total do não Circulante	**2.436.482**	**34,3%**	**3.310.759**	**44,9%**	**35,9%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.896.785	40,8%	2.896.785	39,3%	0,0%
Reservas de Lucros	23.422	0,3%	54.127	0,7%	131,1%
Total do Patrimônio Líquido	2.920.207	41,1%	2.950.912	40,0%	1,1%
Passivo Total	**7.104.875**	**100,0%**	**7.379.646**	**100,0%**	**3,9%**

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de disponibilidades atingiu R$687.814 mil, um aumento de 94,85% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$352.989 mil, devido basicamente ao maior caixa gerado nas operações em 2006.

Consumidores e revendedores

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R$243.315 mil, um aumento de 154,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$157.605 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Emissora em 2006.

Transporte de Energia

Em 31 de dezembro de 2006, a conta Transporte de Energia atingiu R$43.955 mil, uma redução de 48,71% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$85.707 mil, em função basicamente do recebimento de valores em atraso de concessionários em 6.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$95.889 mil, um aumento de 119,70% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$43.645 mil. A variação no saldo decorre basicamente de créditos de PASEP e COFINS que poderão ser compensados em 2007 com as obrigações a pagar.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$123.056 mil, uma redução de 45,10% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$224.155 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de recebimento de valores de energia livre, através do repasse de outras empresas de Distribuição, nos próximos 12 meses em função do menor saldo do ativo.

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Créditos Tributários atingiu R$14.679 mil, um aumento de 18,80% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$12.356 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da Emissora nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Emissora e da natureza dos créditos.

Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2005 o saldo da conta de Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS era de R$29.863 mil. O saldo desta conta refere-se aos valores pagos a maior pela Emissora em função da majoração da alíquota dos impostos. Em 2006 foi definido pela ANEEL, baseado também em interpretação da legislação fiscal, que esses impostos pagos a maior poderiam ser compensados com os pagamentos de impostos futuros e dessa forma, foram transferidos para a rubrica de Tributos Compensáveis.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Estoques atingiu R$3.451 mil, um aumento de 34,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$2.568 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico e a variação no saldo não é considerada relevante pela CEMIG.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Créditos Tributários atingiu R$97.856 mil, um aumento de 30,94% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$74.735 mil. Esta variação decorre principalmente dos novos créditos tributários referentes a benefícios pós-emprego e Provisão para perdas na realização dos valores a receber de energia livre.

Revendedores – Transações com Energia Livre

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Revendedores – Transações com Energia Livre atingiu R$34.637 mil, uma redução de 63,93% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$96.029 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo, considerando a maior expectativa de recebimento.

Tributos Compensáveis

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R$64.606 mil, um aumento de 27,66% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$50.606 mil. Esta variação decorre do aumento nos valores de ICMS a serem compensados pela CEMIG no longo prazo.

Depósitos Vinculados a Litígios

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R$30.735 mil. O saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo referentes a encargos trabalhistas .

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Investimentos atingiu R$937.435 mil, um aumento de 0,01% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$937.296 mil. O saldo refere-se a investimentos em consórcios para produção de energia elétrica e a Emissora não considera relevante a variação nesta conta.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Imobilizado atingiu R$4.890.524 mil, uma redução de 1,19% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$4.949.428 mil. Esta variação representa um equilíbrio entre os novos investimentos e a depreciação do período.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Fornecedores atingiu R$93.191 mil, uma redução de 41,26% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$158.646 mil. A variação no saldo decorre principalmente da redução nos valores a pagar referente à contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção, tendo em vista a conclusão da usina de Irapé.

Encargos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R$74.624 mil, um aumento de 46,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$50.980 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência de longo prazo da provisão de gastos com Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento referente a projetos ainda não concluídos.

Participações nos Lucros

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Participações nos Lucros atingiu R$15.893 mil, uma redução de 1,77% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$16.180 mil. A variação no saldo decorre basicamente da redução da Participação nos Lucros em 2006.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$98.358 mil, uma redução de 35,81% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$153.235 mil. A variação no saldo decorre principalmente do pagamento de impostos diferidos sobre ativos regulatórios e maior antecipação de imposto de Renda em 2006, com a conseqüente redução da obrigação.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos atingiu R$379.054 mil, uma redução de 5,86% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$402.664 mil. A redução no saldo decorre do pagamento no próprio ano de 2006 de parte dos dividendos relativos ao exercício corrente, fato que não ocorreu em 2005.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$265.461 mil, uma redução de 64,38% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$745.233 mil. A variação no saldo decorre basicamente do pagamento da dívida de curto prazo e rolagem da dívida com vencimento no curto prazo para o longo prazo.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de debêntures atingiu 12.389, sendo que não existia valor registrado em 2005. Refere-se a obrigação que foi transferida no processo de desverticalização para a Emissora. Em 2005, como ainda não havia sido realizada a substituição das debêntures da Controladora pelas debêntures da Emissora, as obrigações a pagar eram registradas na rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Salários e Encargos Sociais

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R$42.209 mil, um aumento de 4,69% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$40.317 mil. O saldo desta conta é composto basicamente pelas provisões de férias, 13º salário e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A variação no saldo decorre dos encargos provisionados a serem pagos pela Emissora.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$27.290 mil, uma redução de 24,15% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$35.977 mil. Esta variação decorre da redução da dívida com o Fundo de Pensão referente à amortização das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

Provisão para perdas – Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros atingiu R$41.698 mil, uma redução de 38,34% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$67.621 mil. Esta redução decorre da menor perda estimada pela Companhia em operações de SWAP com troca de indexadores em contratos de empréstimos e financiamentos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Fornecedores atingiu R$44.446 mil, uma redução de 39,07% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$72.946 mil. Compõem o saldo da conta os valores da compra de energia livre durante o racionamento – CCEE/MAE. A variação do saldo decorre da transferência para o curto prazo dos valores a serem pagos aos geradores nos próximos 12 meses.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R$2.131.330 mil, um aumento de 12,04% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.902.297 mil. A variação no saldo decorre da maior captação de recursos em 2006. Parte dos valores registrados nessa rubrica referente obrigações com debêntures a pagar da Controladora foram transferidos para a rubrica de Debêntures após a troca das debêntures da Controladora pelas da Emissora.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de debêntures atingiu 694.851, sendo que não existia valor registrado em 2005. Refere-se a obrigação que foi transferida no processo de desverticalização para a Emissora. Em 2005, como ainda não havia sido realizada a substituição das debêntures da Controladora pelas debêntures da Emissora, as obrigações a pagar eram registradas na rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R$106.646 mil, um aumento de 20,34% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$88.624 mil. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a Emissora recebe os valores. A variação no saldo decorre basicamente da transferência de curto prazo em conformidade à reavaliação da expectativa de realização dos créditos tributários.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Provisões para Contingências atingiu R$31 mil, uma redução de 97,87% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$1.453 mil. O saldo refere-se a contingências trabalhistas e a redução decorre da reavaliação pela Emissora da expectativa de perdas nessas causas.

Obrigações Pós-Emprego

Em 31 de dezembro de 2006, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R$277.394 mil, uma redução de 4,93% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$291.774 mil. Esta variação decorre da transferência de valores para o curto prazo em função da expectativa de liquidação das obrigações nos próximos 12 meses e também da redução do déficit atuarial da Emissora.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2006, a conta do Patrimônio Líquido atingiu R$2.950.912 mil, um aumento de 1,05% em comparação com 31 de dezembro de 2005, que atingiu R$2.920.207 mil. Esta variação decorre da destinação de 5,00% do lucro de 2006 para a Reserva Legal.

ENDIVIDAMENTO TOTAL

Em 31 de dezembro de 2006, o endividamento total da Emissora com relação aos contratos financeiros era de R$3,1 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos (valores expressos em R$ mil):

(em R$ mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006**					
Financiadores	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros Anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
MOEDA ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A	2009	3,90	JPY	38	69.640	69.678
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	2006	7,67	US$ +UC	0	0	0
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	592	35.879	36.471
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	3.557	14.135	17.692
UNIBANCO S.A	2009	6,50	US$	136	9.965	10.101
UNIBANCO S.A	2007	6,50	US$	46.604	-	46.604
UNIBANCO S.A	2009	5,00	US$	32	7.484	7.516
Dívida referente a Moeda Estrangeira				50.959	137.103	188.062
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R$	0	0	0
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	156	75.000	75.156
Banco do Brasil S.A	2009	111,00 do CDI	R$	1.041	62.644	63.685
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R$	3.579	89.276	92.855
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R$	3.023	30.000	33.023
Banco do Brasil S.A	2006	103,00 do CDI	R$	0	0	0
Banco do Brasil S.A	2014	104,10 do CDI	R$	21.293	900.000	921.293
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R$	1.191	49.560	50.751
Banco Itaú – BBA S.A	2008	CDI + 2,00	R$	961	40.000	40.961
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R$	6.451	168.431	174.882
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	1.364	25.124	26.488
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	143.985	25.842	169.827
Bradesco S.A	2013	CDI + 1,70	R$	3.909	136.384	140.293
Bradesco S.A	2014	CDI + 1,70	R$	307	1.820	2.127
Obrigações com Debêntures	2006	IGP-M + 12,70	R$	0	0	0

(em R$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006					
Financiadores	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros Anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Obrigações com Debêntures	2009	CDI + 1,20	R$	7.515	349.556	357.071
Obrigações com Debêntures	2011	104,00 do CDI	R$	4.874	238.816	243.690
Obrigações com Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais	2030	IGP-M	R$	0	106.479	106.479
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 e 8,50	R$	13.511	70.731	84.242
ELETROBRÁS	2006	IGP-M + 12,00	R$	0	0	0
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	1.359	29.715	31.074
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R$	2.877	104.095	106.972
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R$	5.903	179.061	184.964
Banco Votorantim S.A	2013	CDI + 1,70	R$	123	3.102	3.225
Itaú Finame	2008	URTJ + 8,50	R$	3.469	3.442	6.911
Dívida referente a Moeda Nacional				226.891	2.689.078	2.915.969
Total Geral				**277.850**	**2.826.181**	**3.104.031**

IMPACTO DOS CUSTOS DA OFERTA

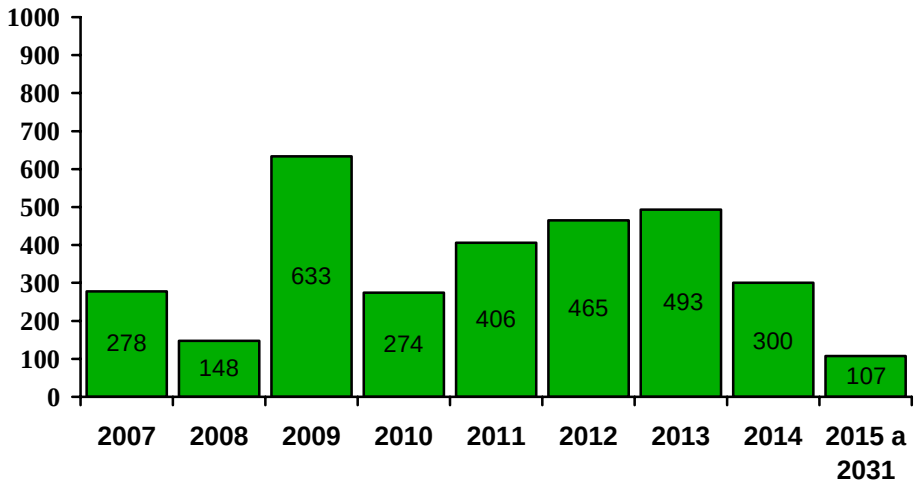
Os custos incorridos com a presente Oferta não impactarão de forma significativa a situação geral de liquidez da Emissora, bem como sua situação patrimonial. Para mais nformações vide “Informações relativas à Oferta - Demonstrativo do Custo da Distribuição”.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

O endividamento da Emissora, em 31 de dezembro de 2006, tinha seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com pagamentos de até R$650 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Emissora no alongamento do perfil da dívida, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Valores em R$ milhões
Posição de dezembro/2006 (*)



(*)Obs: A amortização das debêntures em tesouraria não compõe o cronograma acima, por não se constituírem obrigações para com terceiros.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Emissora, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros do mercado financeiro.

Indicadores	Jun/05	Set/05	Dez/05	Mar/06	Jun/06	Set/06	Dez/06
EBITDA / Juros	4	4,01	2,79	2,71	2,54	2,47	3,21
Dívida / (Pat. Líq. + Dívida)	44%	43%	48%	47%	46%	53%	51%
Dívida / EBITDA	1,93	1,90	2,68	2,66	2,75	3,60	2,33

Obs: Conforme contratos de empréstimo firmados com o ItaúBBA

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

GERAL

Em 2006, o MME aprovou um plano de expansão de dez anos de acordo com o qual a capacidade total de geração de energia instalada do Brasil está projetada para aumentar de 93,7 GW em 2006 para 134,7 GW até 2015, dos quais 103,7 GW (77,0%) está projetada para ser hidrelétrica, 22,9 GW (17%) para ser termoelétrica e 8,1 GW (6,0%) para ser importada por meio do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Aproximadamente 39,4% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil era, em 31 de dezembro de 2006, de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo governo. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável também por 60% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. É o caso da própria CEMIG, da CESP e da COPEL.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A Constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o Setor de Energia Elétrica do Brasil tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo governo. Nos últimos anos, o governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro na geração de energia. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo governo.

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.074, ou a Lei do Setor Elétrico, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para fornecimento de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos de leilão público;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que geram a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foi vendida a investidores privados. Simultaneamente, alguns governos estaduais venderam também suas participações nas principais empresas de distribuição, inclusive na Emissora.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Energético determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo "*take or pay*", a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais era garantir que as empresas de distribuição tivessem acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurassem uma taxa mínima de retorno às empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;
- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da *Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica* - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em conseqüência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda, e, dessa forma, o governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

O governo, por meio do BNDES, lançou o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica em novembro de 2002, e o Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, ou Programa de Capitalização, em setembro de 2003, com o objetivo de oferecer apoio financeiro ao refinanciamento das dívidas das empresas de distribuição, para compensá-las pela perda de receitas resultante do Racionamento, da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano e dos atrasos na aplicação dos reajustes tarifários durante 2002.

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior a ser emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é de normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores, e obrigações das concessionárias e do poder concedente. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- *Uso de terrenos.* A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desaproprie terrenos privados necessários à prestação dos serviços em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.
- *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.
- *Alterações na participação controladora.* O poder concedente deve aprovar previamente qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.
- *Intervenção pelo poder concedente.* O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que a concessionária tem direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável pela manutenção da prestação dos serviços e da própria a concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir não terminar a concessão.
- *Término antecipado da concessão*. O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final atestando que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, ou (2) não tem mais capacidade técnica, financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo. A concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.
- *Término por decurso do prazo*. Quando a concessão expira, todos os ativos, que são relacionados à prestação dos serviços de energia revertem ao governo. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Para informações referentes aos contratos de concessão, ver “Os Negócios da Emissora - Contratos de Concessão relativos à Geração de Energia Elétrica e Contratos de Concessão relativos à Trasmissão de Energia Elétrica”, e “Os Negócios da Garantidora - Contratos de Concessão relativos à Distribuição de Energia Elétrica”.

MULTAS

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até dois por cento da receita (líquida de impostos) da concessionária no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive:

- celebração de contratos entre partes relacionadas;
- venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e
- alterações no controle societário direto ou indireto.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia - MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assumiu certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O Setor de Energia Elétrica do Brasilestá também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas;
- supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico;
- implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política de Energia - CNPE

Em agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

Operador Nacional do Sistema - ONS

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres e comercializadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do

ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

Mercado Atacadista de Energia - MAE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado. Tal como o MAE, a CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O NOVO MODELO PARA O SETOR

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem**,** o Ambiente de Contratação Livre:

Criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência.
Restrições a certas atividades de distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores.
Restrição ao *self-dealing*, para fornecer um incentivo para que distribuidoras contratem energia a preços mais baixos disponíveis, ao invés de comprar energia de partes relacionadas.
Cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.
Proibição das distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados.
Proibição das distribuidoras exercerem atividades de geração ou transmissão de energia elétrica, bem como participarem em outras sociedades de forma direta ou indireta.
Exclusão da Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Desestatização, programa criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Contestações à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

O Novo Modelo do Setor Elétrico, instituído pela Medida Provisória nº 144 - posteriormente convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, teve sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, ajuizadas em dezembro de 2003 (ADIN's nº 3090 e 3100).

Os autores das ações alegavam invalidade da Medida Provisória em face do disposto no artigo 246 da Constituição Federal, segundo o qual é proibida a adoção de medida provisória na regulamentação de dispositivo constitucional cuja redação tenha sido "alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda" (Emenda 32, de 11 de setembro de 2001). Segundo a tese da ação, a Medida Provisória teria regulamentado o art. 176 §1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995.

Em 11 de outubro de 2006, o STF julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Medida Provisória 144 para reger o setor elétrico não confrontava com o artigo 246 da Constituição Federal. O entendimento do STF foi que o art. 176, §1º não foi substancialmente alterado quanto à possibilidade de concessões para exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e que a emenda à Constituição realizada não tinha por objetivo proibir o uso de MPs para regulamentar o setor elétrico.

Não obstante o julgamento da Liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão cujo quórum mínimo seja de 8 ministros (neste caso, com maioria qualificada de 6 ministros). Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, acreditamos que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição da prática de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para consumidores livres, e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor**.**

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

Os negócios de compra e venda de energia são atualmente realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui compras de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em dólar norte-americano e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como conseqüência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A, discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição."

Desverticalização do Setor Elétrico

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, tendo como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995. Basicamente, o processo de desverticalização tem como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma das referidas atividades subsidiem qualquer das demais e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração; (ii) de transmissão, (iii) de venda de energia a Consumidores Livres; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500GWh/ano e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL. As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias de acordo com os respectivos contratos de concessão deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

A CEMIG completou seu processo de desverticalização em 2005. Para informações sobre o Processo de Desverticalização da CEMIG vide Seção "Desverticalização" deste Prospecto.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as distribuidoras. Ver "Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica".

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de distribuição possuem o direito de repassar aos seus consumidores os custos relacionados à energia que compram por meio de leilões públicos assim como quaisquer tributos e encargos do setor relacionados a tais leilões.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, auto-produtores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a construção de nova geração eficiente em termos de custo possa ser finalizada a fim de atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as distribuidoras podem reduzir o montante de energia existente contratado junto às geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres. Geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas diferentemente das geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo por meio de um processo público, que garante transparência e acesso igual a todas as partes interessadas.

Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007.

O risco de perda de consumidores livres foi bastante minimizado a partir de 2005. A maior parte dos consumidores potencialmente livres da CEMIG D optou pelo mercado livre, comprando energia da Emissora. Nesse sentido, o mercado da CEMIG D, em 31 de dezembro de 2006, era composto por parcela de consumidores industriais potencialmente livres, parcela esta equivalente a a 13,9% do mercado total da Emissora.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, a compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição ocorria por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais foram reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. Com o vencimento dos contratos iniciais no fim de 2005, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa à compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeito a multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda estimada de energia para cada um dos cinco anos subseqüentes, para que o MME estabeleça o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, as empresas de distribuição passaram a ser obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em “O Leilão de 2004” e “Leilões Subseqüentes”, abaixo.

Além desses leilões, a empresa de distribuição compra compulsoriamente energia de (1) projetos de geração de energia participantes do PROINFA e (2) Itaipu Binacional. Adicionalmente, a empresa pode ainda comprar energia de geração distribuída, ou seja, de empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição.

Os Leilões de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

Em abril e outubro de 2005, foram realizados o segundo e o terceiro Leilão de Energia Existente, respectivamente. O prazo dos contratos de energia existente é de 8 anos.

Os resultados da compra de energia pela CEMIG D nos leilões de energia existente promovidos pela CCEE encontram-se no quadro abaixo:

	Ano de início de fornecimento			
Resultados	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
CEMIG D (Compra)				
Volume (MW médios)	530	919	0	105
Prazo (Anos)	8	8	0	8
Preço (R$/ MWh)	57,51	67,33	0	83,13

Leilões Subseqüentes

Os leilões de energia para novos projetos de geração serão realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-5”), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-3”). Haverá também leilões de energia de empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões “A-1”) e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como “ajustes de mercado”). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assinará um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição, participante do mesmo. O montante de energia vendido pela geradora é dividido proporcionalmente pela quantidade demandada de cada distribuidora no referido leilão, obtendo-se desta forma o montante de energia vinculado a cada contrato. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão entre empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões “A-5” e “A-3” terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões “A-1” terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o primeiro Leilão de Energia Nova. O prazo de duração dos contratos é de 30 anos para energia hidráulica e de 15 anos para energia térmica. Os resultados da compra de energia pela CEMIG D no Leilão de energia nova podem ser vistos no quadro a seguir.

Ano	**2008**	**2009**	**2010**
Hidráulica			
Volume (MW médios)	4,5	3,2	92,0
Prazo do Contrato (anos)	30	30	30
Preço (R$/MWh)	106,95	113,89	114,83
Térmica			
Volume (MW médios)	35,3	58,8	89,0
Prazo do Contrato (anos)	15	15	15
Preço (R$/MWh)	132,26	129,26	121,81
Total			
Volume (MW médios)	39,8	62,0	181,0
Preço (R$/MWh)	127,15	127,77	117,11

O segundo Leilão de Energia Nova foi realizado no dia 29 de junho de 2006, sendo este um leilão A-3. Assim como no primeiro leilão, a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela CEMIG D:

Ano	2009
Hidráulica	
Volume (MW médios)	60,4
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	126,77
Térmica	
Volume (MW médios)	38,43
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	132,39
Total	
Volume (MW médios)	98,83
Preço (R$/MWh)	128,13

Ainda no 2º semestre de 2006 foram realizados os leilões A-1 e de Ajuste, ambos leilões de energia existente. A CEMIG-D, em função de sua estratégia comercial, não participou destes leilões não tendo, portanto, efetuado qualquer compra de energia existente em 2006.

Houve também o leilão A-5 em outubro de 2006, para entrega a partir de 2011, sendo que a duração dos contratos é de 30 anos para fontes hidráulicas e 15 anos para fontes térmicas. O quadro abaixo traz os resultados da compra de energia pela CEMIG D:

Ano	2011
Hidráulica	
Volume (MW médios)	24,71
Prazo do Contrato (anos)	30
Preço (R$/MWh)	120,86
Térmica	
Volume (MW médios)	23,24
Prazo do Contrato (anos)	15
Preço (R$/MWh)	137,44
Total	
Volume (MW médios)	47,95
Preço (R$/MWh)	128,90

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4% ao ano do montante inicialmente contratado devido a desvios das projeções estimadas do mercado, a critério das empresas de distribuição, começando dois anos após a demanda inicial de energia ter sido declarada e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada ocorrerá serão devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões "A-5" e "A-3" calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas necessidades de energia nos leilões "A-5" que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões "A-3". O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da carga anual de fornecimento;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão "A-3", se o volume da energia adquirida
- exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em "A-5");
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do "Limite Inferior de Contratação" definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão "A-1" estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão "A-1" exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes;
- se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- repasse limitado ao VR dos leilões de ajuste, sendo que o montante contratado não poderá exceder a 1% da carga total contratada;
- repasse limitado ao VR da contratação de energia elétrica proveniente da geração distribuída, cujo montante contratado não poderá exceder a 10% da carga do agente de distribuição.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em dólar norte-americano. Em dezembro de 2004, o índice para o exercício de 2005 foi estabelecido em um montante igual a US$19,2071/kW, e em dezembro de 2005 o índice para o exercício de 2006 foi estabelecido em um montante igual a US$21,5311/kW. Já no exercício de 2006, o índice para o exercício de 2007 foi estabelecido em um montante igual a US$23,7524/kW.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Desestatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões Norte/Nordeste, exceto se tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina de geração, (2) deter mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais e (3) deter mais de 20% do

mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

CAPACIDADE DE GERAÇÃO

As Usinas Hidrelétricas geram, aproximadamente, 90% de toda a energia elétrica produzida no Brasil. O restante da produção é gerado por usinas termelétricas que utilizam gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, ou combustível nuclear. Com exceção de sistemas isolados da região Norte, as usinas termelétricas são usadas quando a produção hidrelétrica não consegue atender à demanda, devido à escassez de água no sistema ou em épocas de pico de demanda. Em razão de tal fato, a porcentagem da capacidade total instalada de usinas termelétricas é maior que a porcentagem de energia gerada.

REMUNERAÇÃO DAS GERADORAS

Ao contrário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, em geral, as concessionárias de geração não têm, em seus respectivos contratos de concessão, a fixação de tarifas, tampouco mecanismos de reajuste e revisão destas.

No âmbito dos Contratos Iniciais, as geradoras são remuneradas pelas tarifas fixadas entre estas e as respectivas distribuidoras, as quais são homologadas pela ANEEL. Já no âmbito dos Contratos Bilaterais, os preços são livremente negociados entre as partes.

No âmbito dos contratos bilaterais firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os preços negociados entre as empresas geradoras e distribuidoras eram, geralmente, influenciados pela limitação ao repasse dos custos de aquisição de energia às tarifas cobradas pelas distribuidoras de seus consumidores finais. Assim, o repasse de energia adquirida por meio de contratos de fornecimento firmados antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico era influenciado por um valor estabelecido pela ANEEL, o chamado valor normativo.

Para os contratos celebrados sob a vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a limitação ao repasse de custos pelas distribuidoras é baseada no Valor Anual de Referência, conforme descrito acima.

Essas limitações ao repasse pelas distribuidoras dos custos de aquisição de energia acabam limitando os preços de energia cobrados pelas geradoras, uma vez que estes não podem ser superiores ao Valor Normativo ou ao Valor Anual de Referência para serem competitivos e passíveis de aprovação pela ANEEL. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as geradoras somente poderão vender sua energia para as distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela CCEE. Exceto quando o gerador é caracterizado como serviço público de geração, tal restrição não se aplica à venda de energia no Ambiente de Contratação Livre, onde as geradoras produtoras independentes de energia podem vender sua energia a preços livremente negociados.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) "*wheeling fees*" (tarifas de distribuição, transmissão ou ambas), ou TUSD, e (ii) uma tarifa pelo uso do sistema de transmissão, compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo é apresentado um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

Em regra, a TUSD paga por concessionárias de distribuição e geração e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é reajustada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada "TUSD encargos" cobrada com base no consumo de energia, e outra, a "TUSD fio" cobrada pela demanda contratada.

Entretanto, recentemente o Governo Federal editou o Decreto nº 5.597 ("Decreto 5.597/2005"), publicado em 29 de novembro de 2005, que concedeu aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV o acesso à rede básica de transmissão de energia elétrica mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

Em outras palavras, os consumidores livres foram autorizados a acessar diretamente a rede básica sem o intermédio de empresas de transmissão e distribuição. De acordo com o Decreto 5.597/2005, o acesso de consumidores pelo próprio consumidor será objeto de autorização a ser expedida pela ANEEL. A autorização da ANEEL apenas será concedida em casos de (i) ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV e (ii) alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade devidamente comprovada.

O pagamento da TUSD, bem como o de encargos e tributos como a recomposição tarifária extraordinária (RTE), que também deixarão de ser pagos pelos consumidores livres, recairá agora exclusivamente sob os consumidores cativos, que não têm a opção de se desvincular da rede.

Além de permitir o acesso à rede por meio de investimento próprio, o Decreto 5.597/2005 determina também que as instalações de transmissão para uso exclusivo de um consumidor ou de um agente poderão ser acessadas por outro agente ou consumidor interessado que atenda às condições legais e à regulação expedida pela ANEEL. Esta forma de acesso será ressarcida ao construtor da obra e remunerada ao agente de transmissão de acordo com regulação a ser expedida pela ANEEL.

Nos termos do Decreto 5.597/2005, parte de uso comum das instalações de transmissão acessada deverá ser doada sem ônus, à concessionária de transmissão que celebrou o contrato de conexão com o consumidor e passará a integrar a rede básica. No caso específico da CEMIG, todos os consumidores de 230kV já estavam ligados à Rede Básica, não trazendo o Decreto qualquer impacto para a Emissora.

TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

A TUST é paga por empresas de distribuição, geradoras e consumidores livres pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que incorpora custos de expansão da própria rede). De acordo com critérios estabelecidos pela ANEEL, proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações para o ONS em contrapartida do recebimento de pagamentos de usuários do sistema de transmissão. Usuários da rede, inclusive empresas de geração, empresas de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão mediante o pagamento de tarifas. Outras partes da rede que são de propriedade de empresas de transmissão mas não são consideradas como parte da rede de transmissão são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa de transmissão.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

REMUNERAÇÃO DAS TRANSMISSORAS

As concessionárias de transmissão de energia elétrica são remuneradas com base na Receita Anual Permitida, ou RAP, determinada pela ANEEL. A RAP corresponde ao pagamento recebido pelas concessionárias pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica ou das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões. Nos termos dos Contratos de Prestação dos Serviços de Transmissão celebrados pelas transmissoras, e com base na RAP, o ONS é responsável pelo cálculo dos valores devidos mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, e conforme os contratos celebrados individualmente com o ONS, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às concessionárias.

TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da distribuidora (chamado de custos "não gerenciáveis"), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das distribuidoras (chamado de custos "gerenciáveis"), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:
Custos de energia comprada de Itaipu;
Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
Custos de energia comprada em leilões públicos;
Determinados encargos regulatórios; e
Custos de transmissão e conexão.
O repasse de custos de compra de energia de acordo com contratos de fornecimento negociados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a homologação dos mesmos frente a ANEEL para as tarifas de fornecimento, custos de compras de energia que excedam 103% da demanda real, ou que não sejam adquiridas dentro do mercado regulado.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:
Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
Impostos sobre receitas;
Custos de depreciação; e
Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da CEMIG D, a cada cinco anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da Distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar a remuneração da distribuidora em 11,26%, em função dos ganhos de escala que a mesma venha a obter durante o intervalo regulatório. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido a aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm-se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto Nº. 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou o Fundo de Reserva Global de Reversão, ou Fundo RGR, destinado a prover fundos para essa compensação. Em Fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais ao Fundo RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O Fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término do Fundo RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoelétrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétricas no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em Fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios tem sido gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoelétrica construídas até Fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoelétricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em Abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à produção de energia por fontes alternativas, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no Ambiente de Contratação Regulada ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato autorizativo. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE participem de modo proporcional às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume da energia efetivamente gerada por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada "Tarifa de Otimização de Energia", que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas detentoras de concessões, permissões e autorizações para distribuição, geração e transmissão de energia devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento. Pequenas Centrais Hidrelétricas e projetos eólicos, de energia solar e de biomassa não estão sujeitos a esta exigência.

GESTÃO AMBIENTAL

A Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei 9.605/98"), alterada pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 ("Decreto 3.179/99"), estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nos termos da Lei 9.605/98, as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas) e as pessoas jurídicas que pratiquem atos considerados crimes ambientais poderão sofrer penas de natureza criminal que abrangem, no primeiro caso, penas de multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, no segundo caso, penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A multa administrativa varia entre R$500 a R$50 milhões.

O COPAM é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental no Estado de Minas Gerais. No histórico dos serviços prestados pelo órgão, cabe destacar seu importante papel na formulação e condução da política ambiental no Estado, por meio de um processo aberto à participação de representantes da sociedade civil.

O COPAM, criado em 1977 como Comissão de Política Ambiental, tem o seu histórico marcado pela inovação na forma de atuação dos conselhos governamentais, especialmente pelas suas características de órgão colegiado e pela participação de representantes de associações não governamentais como seus membros. Essas características inovaram a forma de organização de conselhos governamentais e a forma de elaboração de políticas públicas.

Sua existência é anterior à implantação do CONAMA, criado em 1981, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente. A estrutura de organização do COPAM, também adotada pelo CONAMA, consagrou o processo de formulação de políticas ambientais por meio da estrutura colegiada e composta por representantes governamentais e da sociedade civil.

Com a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD em 1995, o COPAM passou a ser a ela vinculado. Algumas das competências do COPAM são repassadas aos seguintes órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais:

- Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM: responsável pelo controle das atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura;
- Instituto Estadual de Florestas – IEF: responsável pelo controle das atividades agrícolas, pecuárias e florestais; e
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM: responsável pela instrução de processo de outorga do direito de uso das águas.

Entre as competências de caráter deliberativo destacam-se a concessão de licença ambiental para atividades potencialmente poluidoras e o julgamento, em primeira instância, dos processos de infração tipificados como graves ou gravíssimos pelo não cumprimento da legislação ambiental. A sinergia entre as câmaras técnicas e o conselho completam as principais características da estrutura do COPAM.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental dependem de prévio licenciamento ambiental a ser concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A legislação federal que estabelece normas gerais sobre o licenciamento ambiental são: a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 ("Lei 6.938/81"), que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei 9.605/98, o Decreto 3.179/99 e Medida Provisória Nº 1.710 de 1998 (atualmente Medida Provisória Nº 2.163-41 de 23/08/01), Deliberações Normativas COPAM Nº 17 de 17/12/96 e Nº 23 de 21/10/97, Portaria Federal Nº 28 de 31/10/2003 do IPHAN e Resolução CONAMA Nº 6 de 16/09/87.

A base legal estadual para o licenciamento ambiental é a Lei 7.772, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 39.424, de 05 de fevereiro de 1998. Adicionalmente, a Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, trouxe novas e complementares disposições sobre os temas a seguir:

- nova classificação de empreendimentos;
- novos parâmetros para enquadramento de porte do empreendimento;
- possibilidade de requerimento da autorização ambiental de funcionamento para empreendimentos de impacto ambiental não significativo;

- possibilidade de requerimento das licenças prévia e de instalação ao mesmo tempo para determinados empreendimentos; e
- ampliação do número de parcelas dos custos de análise.

No Estado de Minas Gerais, o licenciamento ambiental é exercido pelo COPAM, por intermédio das Câmaras Especializadas, no tocante às atividades industriais, mineradoras e de infra-estrutura e do IEF, no tocante às atividades agrícolas, pecuárias e florestais.

Neste contexto, o COPAM é responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, a autorização para implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras e a aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

Para fins de licenciamento ambiental, os empreendimentos são classificados em seis classes. Aqueles listados nas classes 1 e 2, considerados como de pequeno porte e pequeno potencial poluidor, estão sujeitos à obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento, que é um processo mais simples de licenciamento. Os demais empreendimentos devem ser licenciados pelo processo de licenciamento ambiental que se constitui de três etapas, nas quais o órgão ambiental emite as seguintes licenças:

- *Licença Prévia*: solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto e contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- *Licença de Instalação*: solicitada na fase preliminar de implantação do empreendimento e tem por objetivo analisar o projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- *Licença de Operação*: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início da atividade licenciada e funcionamento dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento. A validade da licença de operação é condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

A Autorização Ambiental de Funcionamento, vale mencionar, é emitida após a realização do cadastro na COPAM/FEAM, e destina-se a autorizar o funcionamento de empreendimentos de pequeno porte, com pequeno ou médio impacto ambiental. Deve ser solicitada na fase de início das operações do empreendimento. Quase 90% dos empreendimentos da Emissora e da CEMIG D, passíveis de licenciamento ambiental, são objetos deste tipo de autorização.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC

Os Termos de Ajustamento de Conduta - TACs estão previstos na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, lei da ação civil pública, e também na Lei 9.605, ("Lei de Crimes Ambientais"). Os TACs podem ser firmados pelos órgãos públicos legitimados a proporem ações civis públicas, que incluem o Ministério Público e os órgãos estaduais e federal de controle ambiental, tendo por objeto o ajuste da conduta daquele que pratica atividade lesiva ao meio ambiente, mediante cominações.

O TAC pode ser firmado no curso de uma investigação civil conduzida pelo Ministério Público, no curso de um processo administrativo, diretamente com o órgão de controle ambiental (a FEAM, por exemplo), ou ainda no curso de uma ação civil pública, hipótese na qual, após homologado, constituirá um título executivo judicial. Nas outras hipóteses, o TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo o interessado, portanto, ser compelido judicialmente a cumprir com o compromisso assumido, diretamente, sem prévia ação de conhecimento do direito.

É comum serem impostas multas cominatórias para o caso de descumprimento de compromisso assumido. No entanto, as multas não são imprescindíveis para a conclusão do acordo, podendo tal acordo prever apenas obrigações de fazer. Nas ações de execução baseadas em TACs, poderá ser determinado o pagamento de multa diária para o cumprimento das obrigações de fazer estabelecidas, mesmo que o termo em si não tenha previsto

multa cominatória, ou também poderá ser determinada a majoração de eventual multa já prevista, considerada como insuficiente para forçar o cumprimento da obrigação. Para mais informações sobre os TACs celebrados pela Emissora e pela CEMIG D vide Seções “Negócios da Emissora” e “Negócios da Garantidora” deste Prospecto.

Crimes Ambientais

A Lei 9.605/98 prevê a responsabilidade criminal da pessoa jurídica que comete crime ambiental, sem exclusão das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Nos termos da referida lei, a pessoa jurídica está sujeita às seguintes penalidades criminais: (i) multa; (ii) restritiva de direitos; e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direito da pessoa jurídica podem abranger a suspensão parcial ou total da atividade, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, e a proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Por sua vez, a definição do valor da multa segue os critérios estabelecidos no Código Penal, segundo o qual a multa poderá variar entre dez e 360 dias-multa. O dia-multa é fixado pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, nem superior a cinco vezes esse salário. Sendo ineficaz o valor estabelecido, a lei ambiental autoriza que a multa seja aumentada em até três vezes do valor estabelecido.

DESVERTICALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A desverticalização no setor de energia elétrica, implementada no Brasil desde 1995, envolveu todas as empresas do setor que atuavam de forma verticalmente integrada e teve como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O processo de desverticalização teve como objetivos (i) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as receitas auferidas por uma de referidas atividades subsidiassem qualquer das demais atividades; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição seria possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais havia monopólio de rede (transmissão e distribuição). O advento da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu a exigência legal de separação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão e fixou prazos para que as empresas afetadas cumprissem com esta determinação.

Para informações sobre a desverticalização das empresas do Setor Elétrico vide "O Setor de Energia Elétrica no Brasil".

A DESVERTICALIZAÇÃO DA CEMIG

Os contratos de concessão para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica originalmente celebrados entre CEMIG e a ANEEL continham a obrigação da implementação da Desverticalização, exigindo que a CEMIG separasse suas operações de geração, transmissão e distribuição em empresas distintas.

De acordo com esses contratos, a reestruturação deveria ter sido completada até 31 de dezembro de 2000, o que efetivamente não ocorreu. Em razão desse atraso, no início de 2001 a ANEEL impôs uma multa de R$3,7 milhões à CEMIG, que foi constestada, tendo a CEMIG obtido, não somente seu cancelamento pela ANEEL, como também um novo prazo para implementar a reestruturação, qual seja, 21 de setembro de 2002. Tendo em vista que esse prazo para reestruturação também não foi respeitado, a ANEEL, em 11 de novembro de 2002, impôs outra multa à CEMIG, no valor de R$5,5 milhões. A CEMIG apresentou, em 28 de novembro de 2002, recurso com efeito suspensivo questionando a aplicação dessa penalidade, o qual não foi acatado pela ANEEL. Em 02 de abril de 2003 a CEMIG recorreu da decisão e, em 22 de fevereiro de 2005, considerando a Desverticalização da CEMIG, a ANEEL reduziu a referida multa para R$2,7 milhões. Por fim, em 04 de março de 2005 a CEMIG apresentou novo recurso, o qual foi apreciado pela Diretoria da ANEEL, porém sem ter sido objeto de decisão, tendo em vista aparentes impropriedades na condução do processo na Agência. Exaurida a esfera administrativa, em 07 de julho de 2006 foi publicado no DOU o Despacho ANEEL nº 1408, de 03 de julho de 2006, conhecendo e dando provimento parcial ao recurso interposto pela CEMIG, determinando a retificação da penalidade estipulada pelo Auto de Infração AI nº 007/2002-SFF/ANEEL para R$2.753.608,16, com as cabíveis atualizações legais, e a anulação do Despacho nº 218, de 22/02/2005. O valor da multa, atualizado pela taxa SELIC, até a data de 19 de julho de 2006, corresponde à importância de R$5,2 milhões. A CEMIG está discutindo judicialmente a aplicação da multa.

Em março de 2004, a CEMIG deu início ao seu processo de reorganização societária, de forma a implementar a desverticalização de suas atividades, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ("Desverticalização"). A Desverticalização foi autorizada por meio da Lei Estadual Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Ainda em setembro de 2004, a Emissora e a CEMIG D foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, para exercer atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até então exercidas pela CEMIG nos termos de seus contratos de concessão. Posteriormente, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade diretamente relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

Em 29 de outubro de 2004, a CEMIG enviou à ANEEL, requerimento formal contendo a estrutura da reestruturação societária pretendida em razão da Desverticalização, a qual contemplava, a transferência, à Emissora e à CEMIG D, das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica detidas pela CEMIG, conforme aplicável (as "Concessões da CEMIG").

Por meio da Resolução Autorizativa nº 407, de 20 de dezembro de 2004, e da Resolução Autorizativa nº 583, de 22 de maio de 2006, foi aprovada a estrutura da Desverticalização da CEMIG, com a transferência das concessões para prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG à Emissora e à CEMIG D, respectivamente. Em Assembléia Geral Extraordinária da CEMIG, realizada em 30 de dezembro de 2004, foi deliberada a transferência dos ativos relacionados à prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de propriedade da CEMIG para a Emissora e a CEMIG D, respectivamente.

Em decorrência da Desverticalização a Emissora passou a exercer as atividades diretamente exercidas pela CEMIG relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de sociedades de propósito específico permaneceram com as próprias sociedades de propósito específico controladas pela CEMIG), e a CEMIG D passou a exercer todas as atividades relacionadas àdistribuição de energia elétrica , nos termos das Concessões da CEMIG. Ademais, conforme informado acima, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às referidas atividades foram transferidos pela CEMIG à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. Adicionalmente, algumas dívidas de financiamento da CEMIG foram também alocadas na Emissora e na CEMIG D, conforme aplicável. Vide "A Desverticalização e a Presente Oferta" abaixo.

Em 16 de setembro de 2005, a CEMIG, a CEMIG D e a ANEEL efetivaram a completa transferência das Concessões da CEMIG para a CEMIG D, por meio da assinatura de termo aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição.

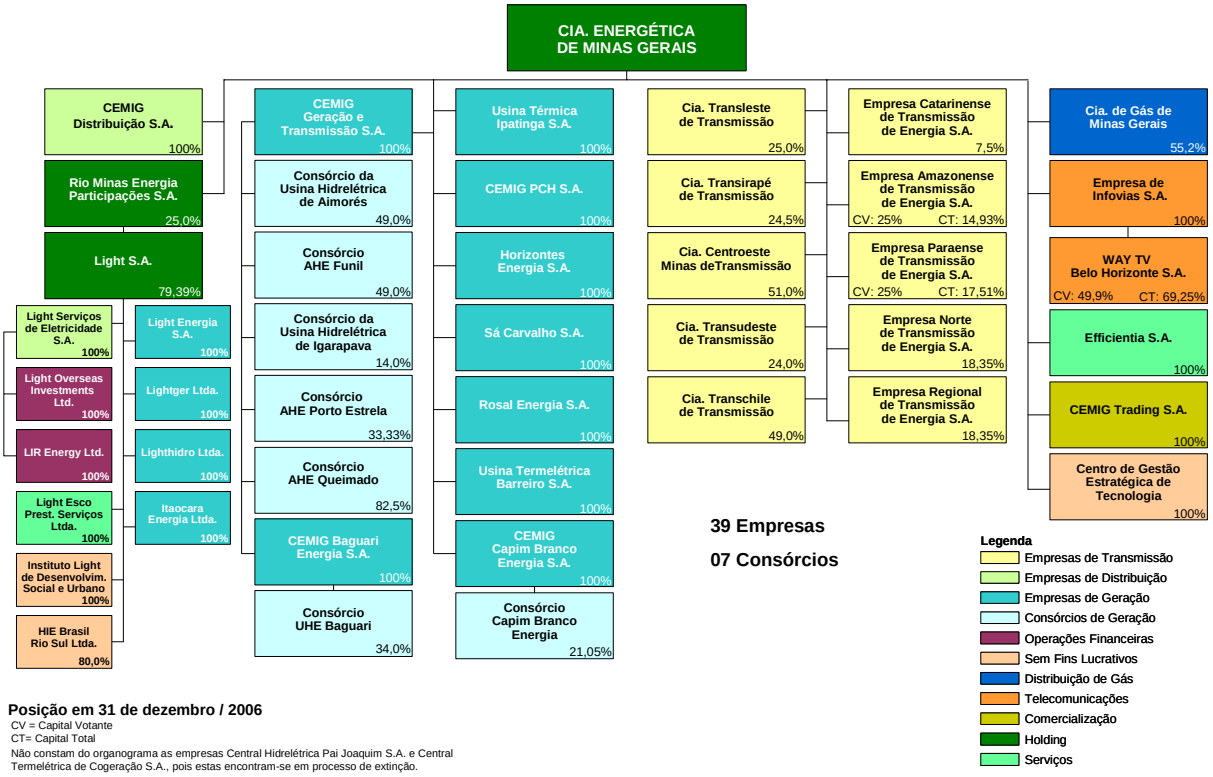
Nessa mesma data, a CEMIG, a Emissora e a ANEEL efetivaram a transferência da concessão de transmissão nº 006/1997 da CEMIG para a Emissora, por meio da assinatura de termo aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão.

A CEMIG, a Emissora e a ANEEL estão em processo de formalização da assinatura dos respectivos termos aditivo aos Contratos de Concessão de Geração de energia elétrica e do contrato nº 079/2000 de Transmissão de energia elétrica.

ESTRUTURA DO GRUPO CEMIG

Como conseqüência da Desverticalização, a Emissora e a CEMIG D são hoje subsidiárias integrais da CEMIG (*holding*), que controla e centraliza todas as decisões do Grupo CEMIG, conforme demonstra a figura abaixo:

EMPRESAS E CONSÓRCIOS DO GRUPO CEMIG



Posição em 31 de dezembro / 2006
CV = Capital Votante
CT= Capital Total
Não constam do organograma as empresas Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e Central Termelétrica de Cogeração S.A., pois estas encontram-se em processo de extinção.

A gestão do conjunto de empresas da CEMIG é atualmente realizada pela CEMIG, como forma de se assegurar sinergia empresarial, garantir flexibilidade operacional e preservar a identidade e os princípios praticados pela CEMIG anteriormente à Desverticalização.

Sendo assim, a CEMIG passou a exercer somente as funções diretamente relacionadas à sua condição de controladora, sem influenciar a autonomia da Emissora e da CEMIG D e suas respectivas concessões.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão envolveu a separação e alocação dos recursos necessários ao desenvolvimento de cada atividade na Emissora ou na CEMIG D, conforme o caso. No que diz respeito aos bens e recursos associados às atividades de apoio operacional, serviços auxiliares e serviços de assistência e capacitação, que compõem atividades de "*holding* e suporte", a CEMIG, a Emissora e a CEMIG D celebrarão um Convênio de Cooperação ("Convênio de Cooperação"), que terá por objeto, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos financeiros e humanos utilizados nas atividades de "*holding* e suporte" das empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Por meio do Convênio de Cooperação serão identificados a natureza das atividades realizadas por cada empresa, os empregados compartilhados, os bens que serão utilizados conjuntamente e a operacionalização do referido compartilhamento em termos de apuração de custos, as responsabilidades de cada empresa, prazo de duração, dentre outros.

A segregação das atividades de distribuição das atividades de geração e transmissão foi realizada com base nos seguintes princípios:

- alocação dos bens de forma proporcional à utilização demandada por cada concessão;
- alocação de recursos de operação e manutenção (pessoal, equipamentos e ferramentas, laboratórios e oficinas, veículos, etc.) em cada concessão de forma proporcional aos respectivos bens alocados;
- sujeição dos referidos bens e recursos alocados ao futuro Convênio de Cooperação de forma a viabilizar o compartilhamento de recursos entre as empresas;
- responsabilidade de cada concessionária pelas despesas de operação, manutenção, ampliações, reformas e melhorias de seus respectivos bens;
- transparência dos procedimentos contábeis utilizados para apuração de custos, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica; e
- critérios de alocação de recursos previamente fixados, não havendo transação de valores entre as concessões.

A DESVERTICALIZAÇÃO E A PRESENTE OFERTA

Em conseqüência do Processo de Desverticalização da CEMIG, determinadas dívidas da CEMIG foram alocadas na Emissora e na CEMIG D, conforme informado acima. Desta forma, a presente Oferta é destinada exclusivamente aos debenturistas detentores das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, por meio de Permuta Obrigatória das debêntures da referida emissão pelas Debêntures da presente Oferta, com o conseqüente cancelamento das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG.

A Escritura da 1ª Emissão da CEMIG, já previa a realização da Permuta Obrigatória como conseqüência do processo de Desverticalização. Dessa forma, em 27 de dezembro de 2004, a Emissora e a CEMIG celebraram um Instrumento Particular de Cessão de Direitos, por meio do qual a CEMIG cedeu à Emissora, que assumiu, todas as obrigações e direitos decorrentes da 1ª Emissão da CEMIG.

Os termos e condições das Debêntures da presente Oferta são substancialmente iguais aos termos e condições estabelecidos para as debêntures da 1ª Emissão da CEMIG. Ademais, a permuta em questão é obrigatória para todos os titulares das debêntures da 1ª Emissão da CEMIG, sendo que os titulares das debêntures da referida emissão não terão o direito de solicitar o resgate antecipado ou o vencimento antecipado das debêntures, assim como não terão direito a qualquer indenização ou compensação em razão da Desverticalização ou da Permuta Obrigatória.

Para mais informações sobre a desverticalização das empresas do setor elétrico e a presente Oferta vide “O Setor de Energia Elétrica no Brasil” e “Informações Relativas à Oferta”.

NEGÓCIOS DA EMISSORA

Apresentamos a seguir um sumário das atividades, informações financeiras, operacionais, realizações, bem como dos pontos fortes e estratégias da Emissora. Este sumário não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento. O investidor deve ler atentamente todo o Prospecto para uma melhor compreensão das atividades da Emissora e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas Seções "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora" e as demonstrações financeiras da Emissora, e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto.

VISÃO GERAL

A Emissora é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, o 3º mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilísticas e metalurgia. As atividades da Emissora compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada em Minas Gerais.

A Emissora tem participação nos consórcios dos Aproveitamentos Hidrelétricos Aimorés (49,00%), Funil (49,00%), Igarapava (14,50%), Porto Estrela (33,33%), Queimado (82,50%) e Baguari (34,00%) que está em fase de construção, que juntos representam uma capacidade total instalada de 453 MW, o que corresponde a 7% da capacidade instalada da Emissora provenientes de 43 usinas hidrelétricas, 2 usinas térmicas e uma eólica, localizadas, principalmente, nas regiões centro, sul, sudeste e sudoeste do Estado de Minas Gerais, com destaque para as maiores usinas tais como: São Simão (1.710 MW), Emborcação (1.192 MW) Nova Ponte (510 MW), Jaquara (424 MW), Miranda (408 MW), Três Marias (396 MW) e Miranda (408 MW).

A Emissora está ampliando sua capacidade de geração em 47,6 MW por meio da construção da UHE Baguari. Ademais, a Emissora criou o Programa Minas PCH que tem como objetivo ampliar o parque gerador do Estado de Minas Gerais por meio da implantação de PCHs. Atualmente, a Emissora participa da construção de 2 PCHs no âmbito desse programa (PCH Cachoeirão e PCH Pipoca), que adicionarão 23MW à sua capacidade instalada.

A atividade de transmissão de energia elétrica consiste no transporte de energia elétrica de suas instalações geradoras às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e concessionárias distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2006, a rede de transmissão da Emissora consistia em 4.862 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.176 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.934 quilômetros de 345 kV e 752 quilômetros de 230kV, bem como 32 subestações de transmissão e 52 de geração, com total de 22.154 MVA instalados.

A tabela a seguir apresenta a RAP de cada concessão da Emissora nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro	
	2005	**2006**
Contrato de Concessão 006/97	R$306.472.355,76	R$348.635.416,63
Contrato de Concessão 079/00	R$18.887.694,84	R$20.997.111,79

Ademais, a Emissora está envolvida em inúmeros projetos de melhorias e modernização do seu parque transmissor. Cabe destacar, ainda, a implantação da Linha de Transmissão Aimorés – Mascarenhas, com 12 km de extensão e 230 kV, liga a SE da usina de Aimorés à SE de Mascarenhas. Os principais empreendimentos de transmissão recentemente implantados ou em implantação, cujas concessões foram conquistadas em leilões patrocinados pela Aneel, pertencem a sociedades de propósito específico, com distintas participações da Cemig Controladora.

A receita operacional bruta da Emissora em 2005 e 2006 foi de R$2.493 milhões e R$2.913 milhões, respectivamente, sendo que a receita líquida para referidos períodos foi de R$1.964 milhões e R$2.374 milhões.

A evolução da receita da Emissora superou o incremento dos custos operacionais, propiciando maior geração operacional de caixa medida pelo EBITDA. O EBITDA totalizou R$1.187 milhões em 2005 e R$1.336 milhões em 2006.

BREVE HISTÓRICO

A Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004, como sociedade por ações, subsidiária integral da CEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, em virtude do seu processo de Desverticalização, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG, relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Emissora e os ativos de distribuição foram transferidos à CEMIG D, ambas subsidiárias integrais da CEMIG, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços. (Para mais informações a respeito da Desverticalização da CEMIG, vide Seção "Desverticalização", deste Prospecto.)

Dessa forma, a Emissora opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Governo Federal e que pertenciam diretamente à CEMIG (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de sociedades de propósito específico permaneceram com as próprias sociedades de propósito específico controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de Desverticalização, referidos contratos foram devidamente aditados de forma que as concessões de geração e transmissão de energia elétrica foram transferidas para a Emissora.

Por ter 100% do capital social da Emissora, a CEMIG Controladora detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG Controladora, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infra-estrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG Controladora atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A administração da Emissora é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

PONTOS FORTES

A Emissora possui os seguintes pontos fortes:

- *Flexibilidade e segurança ao negócio de geração.* As receitas da Emissora são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais (estabelecidos no âmbito do *ambiente de contratação regulada - ACR*) e os contratos com clientes livres (estabelecidos no âmbito do *ambiente de contratação livre – ACL*). Essas duas fontes de receita aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Emissora. Ademais, no âmbito do ACR, a Emissora não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem mais de 60 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

- *Receita assegurada na transmissão.* As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão.Ademais, a CEMIG não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão da CEMIG são remuneradas por mais de 60 distribuidoras e 11 geradoras do Brasil.

- *Alta confiabilidade dos ativos físicos*. Os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

- *Controle financeiro e físico de instalações consoante padrões fortemente normatizados e consolidados.* O controle financeiro é realizado através do sistema SAP/R3, onde estão disponíveis todos os dados do orçamento de despesa, investimento, receita, aquisições, desembolsos financeiros e o Demonstrativo de

Resultados - DRE de cada usina. O controle físico das instalações é realizado através das fiscalizações da ANEEL, Sistema de Segurança de Barragens e Manutenção Civil – INSPETOR, GEOCEMIG e vigilância física e/ou eletrônica.

- *Sistemas de informação sólidos como suporte às atividades de gestão, planejamento e projeto de novas obras necessárias, operação e manutenção de ativos.* A Geração tem atuado fortemente no sentido de garantir o gerenciamento eficaz de seus custos e a realização de seu orçamento. Para isso, a Superintendência de Geração desenvolveu o aplicativo "SIGA - Sistema de Informações Gerenciais da Geração" que possibilita a identificação de todas as suas despesas em todos os níveis, bem como a receita e os resultados individualizados por usina. A Geração tem utilizado o aplicativo "Gestor" para realização do seu planejamento e implantou também a "Gestão por Projetos", onde o orçamento de despesa e investimento é estratificado em diversos projetos e para cada um deles é estipulado um cronograma de execução detalhado e um empregado responsável.

- *Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia.* Os funcionários da Emissora que ocupam cargos gerernciais e técnicos possuem ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Emissora. Ademais, a Emissora tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

- *Relacionamento construtivo com a ANEEL e ONS.* A Emissora pretende continuar mantendo um bom relacionamento com a ANEEL e o ONS e outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com referidos agentes do setor elétrico. Ademais, a Emissora tem uma boa representatividade em fóruns como a ABRAGE, a ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

- *Forte geração de caixa operacional.* A geração de caixa operacional da Emissora em 2005 e em 2006 foi de R$1.187 milhões e R$1.336 milhões, respectivamente.

- *Solidez financeira.* A Emissora tem uma estrutura de capital equilibrada, representada por um endividamento moderado, de R$3.630 milhões, com 51% e 49% do endividamento de curto e longo prazo, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Emissora liquidez e flexibilidade operacional.

Eficiência operacional. A Emissora costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Emissora obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes. A fim de continuar aumentando sua eficiência operacional, a Emissora implementou (i) o Balanced Scorecard, reconhecido em âmbito mundial como a melhor ferramenta para a implementação e acompanhamento das estratégias nas empresas; e (ii) um Sistema de Gestão Ambiental interno, baseado na Norma NBR ISO 14001, que orienta todas suas atividades em relação à gestão ambiental, e que prevê a certificação daqueles processos e daquelasinstalações que causam impactos ambientais.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A estratégia da Emissora foi desenhada de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca de elevação de receitas com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental. Nesse sentido, as principais estratégias da Emissora são:

- *Buscar a excelência na gestão de investimentos.* A gestão dos investimentos da Emissora deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Emissora busca assegurar a rentabilidade de seus

ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de *energia velha* e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

- *Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos*: a Emissora busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de *energia velha* e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Emissora também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

- *Gerenciar riscos em bases permanentes:* a Emissora busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais.

- *Aumentar da eficiência operacional:* A Emissora pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

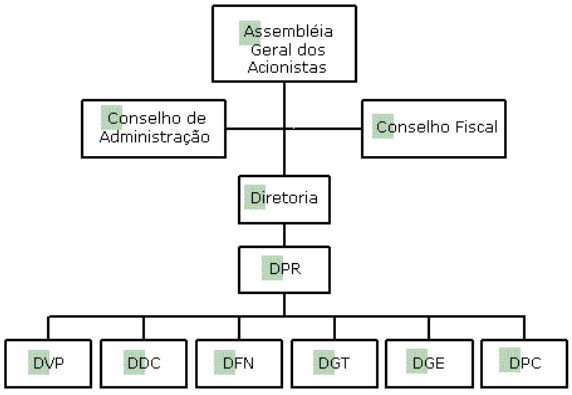
- *Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes*. A Emissora pretende continuar tendo uma postura pro-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

- *Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável:* Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Emissora pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Emissora implementou um Sistema de Gestão Ambiental, baseado na Norma NBR ISO 14001 e no SGA Interno CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Emissora é uma subsidiária integral da CEMIG. A estrutura organizacional da CEMIG é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por cinco diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da CEMIG.

Segue a seguir a estrutura organizacional da Emissora e da CEMIG na data deste Prospecto:



DPR - Presidência
DVP - Vice-Presidência
DDC - Diretoria de Distribuição e Comercialização (*)
DFN – Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)
DGE – Diretoria de Gestão Empresarial
DPC - Diretoria de Planejamento, Projetos e Construções
(*) A composição da Diretoria Executiva da Emissora é idêntica a da CEMIG, com exceção da Diretoria de Distribuição e Comercialização, que na Emissora não possui designação específica. Para mais informações vide Seção "Administração da Emissora" deste Prospecto.

RELAÇÕES COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL

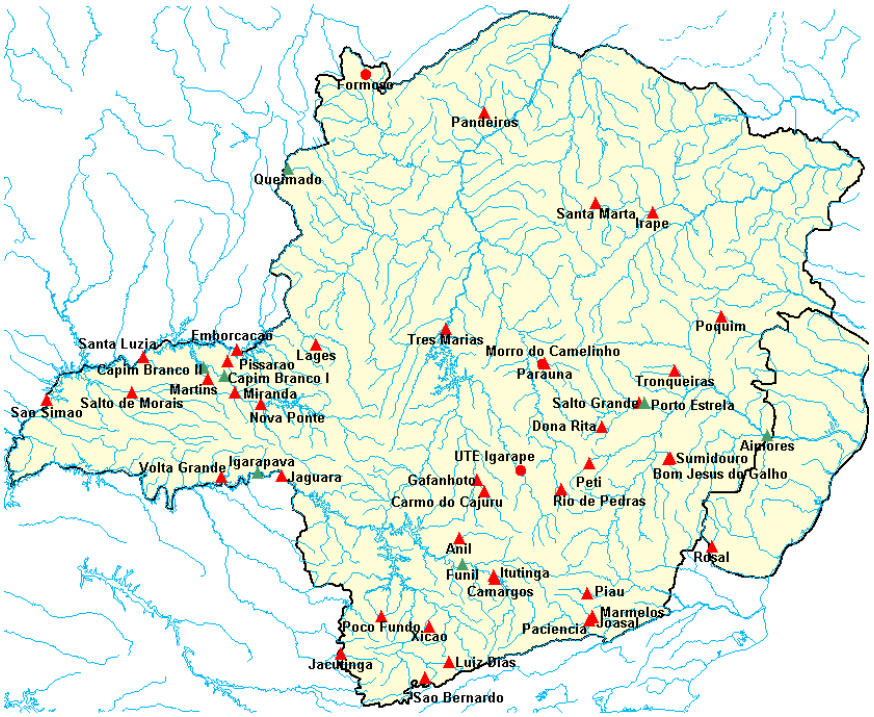
De acordo com a Lei nº 828/51, com a Lei nº 8.655/84 e com o Decreto nº 370/52, o Estado de Minas Gerais é obrigado a participar com a maioria das ações com direito a voto, no capital social da CEMIG. O Estado de Minas Gerais é o controlador da CEMIG, detentor de 50,96% de suas ações ordinárias. Nos termos dos Estatutos Sociais da CEMIG e da Emissora, os membros do Conselho de Administração e Diretoria de ambas serão idênticos. Ao Estado de Minas Gerais cabe eleger 8 dos 14 conselheiros da CEMIG e determinar o resultado de qualquer deliberação que requeira a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época e valor de dividendos futuros ou juros sobre o capital. Para mais informações vide "Administração da Emissora".

Adicionalmente, a CEMIG se relaciona com o Governo Federal no que diz respeito a diversos assuntos regulatórios das concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e de distribuição de energia elétrica, objetivando, sempre, solucionar problemas relacionados com os negócios da Emissora e da CEMIG D.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Emissora desenvolve suas atividades de geração por meio da participação nas concessões de diversas centrais geradoras, cuja capacidade total instalada é de 6.249 MW. Essa participação também se faz por meio de consórcios como os dos aproveitamentos hidrelétricos de Aimorés, Funil, Igarapava, Porto Estrela e Queimado. Destaca-se, ainda, a recém concluída implantação da UHE Irapé, no Rio Jequitinhonha, com 360 MW de potência instalada. Ademais, estão em fase de implantação a UHE Baguari, com capacidade instaladada de 140MW, e as PCHs Cachoeirão e Pipoca, com 27 e 20 MW de capacidade instalada. O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da Emisora:

Abaixo segue descrição de cada uma das concessões das quais a Emissora faz parte:



Centrais Geradoras

O Contrato de Concessões 007/97 regula as concessões do serviço de geração de energia elétrica para diversas centrais geradoras. A tabela abaixo apresenta informações sobre todas essas centrais geradoras, bem como sobre as usinas descritas abaixo:

	Informações não auditadas			
	Localização	**Capacidade Instalada (MW)**	**Data da Concessão ou Autorização**	**Data de Vencimento**
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710	01/1965	01/2015
Emborcação (2)	Rio Paranaíba	1.192	07/1975	07/2005
Nova Ponte (2)	Rio Araguari	510	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	162	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	87	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	31	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14	09/1953	07/2015
Outras (2)	Diversas	100	Diversas	Diversas
		6.117		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0	04/1999	-
		131		
Total Geração		**6.249**		

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Emissora nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada.
(2) A CEMIG requereu junto à ANEEL a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCHSanta Luzia, PCH Luiz Dias, PCH Rio de Pedras, PCH Xicão e PCH Pandeiros. A ANEEL, após instruir o processo, encaminhou-o, em 11 de novembro de 2006, para Ministério das Minas e Energia que ainda não se pronunciou.

Usinas Hidrelétricas em Operação

Aimorés

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Aimorés, localizada no Rio Doce, no Município de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, cuja participação atual é de 51% pela Companhia Vale do Rio Doce e 49% pela Emissora. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 20 de dezembro de 2000 e tem prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Aimorés tem uma potência instalada de 330 MW e uma energia assegurada de 1.506.720 MWh/ano. A construção da UHE Aimorés foi iniciada em maio de 2001 e o início da operação comercial de suas três unidade geradora ocorreu em julho, agosto e novembro de 2005, respectivamente.

Funil

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Funil, localizada no Rio Grande, entre os municípios de Perdões e Lavras, no sudeste do Estado de Minas Gerais, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Funil, cuja participação atual é de 51% pela CVRD e 49% pela Emissora. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 20 de dezembro de 2000 e tem prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Funil, com potência instalada de 180 MW e energia assegurada de 779.640 MWh/ano, tem 3 unidades geradoras. A construção da UHE Funil foi iniciada em setembro de 2000 e a geração comercial pelas suas unidades ocorreu em janeiro, junho e julho de 2003, respectivamente.

Igarapava

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Igarapava, localizada no Rio Grande, nos Municípios de Conquista e Sacramento, no Estado de Minas Gerais, e Igarapava e Rifaina, no Estado de São Paulo, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Igarapava, cuja participação atual é de 23,9346% pela Votorantim Metais Zinco S.A., 17,9204% pela Companhia Siderúrgica Nacional, 38,1450% pela Companhia Vale do Rio Doce, 5,50000% pela Mineração Anglogold Ltda. e 145000% pela Emissora. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 28 de setembro de 1995 e tem prazo total de 30 anos, com vencimento em 30 de novembro de 2028. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Igarapava, com uma potência instalada de 210 MW e uma energia assegurada de 1.191.360 MWh/ano, tem 5 unidades geradoras. A construção da UHE Igarapava foi iniciada em outubro de 1995 e o início de sua operação comercial ocorreu em janeiro de 1999, tendo a UHE Igarapava atingido sua condição de operação plena em setembro do mesmo ano.

Irapé

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE de Irapé, no Rio Jequitinhonha, na divisa dos Municípios de Berilo e Grão-Mogol, no nordeste do Estado de Minas Gerais, foi adquirida integralmente pela Emissora. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 28 de fevereiro de 2000, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Irapé, com uma potência instalada de 360 MW e energia assegurada de 1.807.188 MWh/ano, tem 3 unidades geradoras. A construção da UHE Irapé foi iniciada em abril de 2002. A geração comercial de energia pelas 3 máquinas ocorreu em julho, agosto e outubro de 2006, respectivamente.

Porto Estrela

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, nos Municípios de Braúnas, Joanésia e Açucena, no Estado de Minas Gerais, foi adquirida pelo Consórcio da Hidrelétrica de Porto Estrela, cuja participação é igualmente dividida entre a Emissora, Companhia Vale do Rio Doce e Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 10 de julho de 1997 e tem prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Porto Estrela tem uma potência instalada de 112 MW e uma energia assegurada de 488.808 MWh/ano de energia assegurada. A construção da UHE Porto Estrela foi iniciada em julho de 1999 e o início de operação comercial de suas 2 unidades ocorreu em setembro e novembro de 2001, respectivamente.

Queimado

A concessão para exploração do potencial hidrelétrico da UHE de Queimado, localizada no Rio Preto, nos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás, foi adquirida pelo Consórcio CEMIG-CEB, composto originalmente por 65% de participação da CEMIG e 35% de participação da CEB. A composição atual do Consórcio é de 82,5% de participação da Emissora e 17,5% de participação da CEB. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 18 de dezembro de 1997, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

A UHE Queimado tem uma potência instalada de 105 MW, sendo 508.080 MWh/ano de energia assegurada. A construção da UHE Queimado foi iniciada em agosto de 2000 e a operação comercial das 3 unidades geradoras ocorreu em abril, junho e julho de 2004.

Usina Eólica

A usina eólica, atualmente, de propriedade da Emissora iniciou operações em 1994. A usina fica localizada no Morro da Canelinha, em Gouveia, um município no norte de Minas Gerais. O projeto Morro do Camelinho é a primeira usina eólica do Brasil que será interligada à rede básica de transmissão. Essa usina apresenta capacidade de geração total de 1 MW, sendo acionada por quatro turbinas com capacidade de 250 kW cada uma. A usina de Morro do Camelinho foi construída por intermédio de um convênio de cooperação técnica e científica com o governo da Alemanha.

Ampliação de Capacidade de Geração

Baguari

A UHE Baguari, com potência de 140 MW, será implantada no rio Doce, abrangendo os municípios de Alpercata, Fernandes Tourinho, Iapu e Sobrália, Governador Valadares e Periquito.O Consórcio Baguari, responsável pela implantação e operação da usina, é formado pelas empresas Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A. (da Neoenergia S.A.), com 51% de participação, Emissora, com 34%, e Furnas Centrais Elétricas S.A., com 15%. O início das obras está previsto para abril de 2007 e a operação comercial para setembro de 2009. O contrato de concessão foi firmado com a ANEEL em 15 de agosto de 2006, por um prazo total de 35 anos. A concessão poderá ser prorrogada na forma estabelecida no contrato.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Emissora por meio da implantação de PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, promovendo o desenvolvimento da Emissora e alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado de Minas Gerais. Além disso, os consumidores da energia gerada pelas PCHs serão beneficiados pela redução de sua tarifa e poderão, também, ser beneficiados por consumirem energia de fontes renováveis. Os projetos de geração a partir dessas fontes são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, visando à obtenção de créditos de carbono.

A implantação e exploração das PCHs se fará através de sociedades de propósito específico privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores em geral, cabendo à Emissora sempre a participação de 49% do empreendimento. A comercialização da energia será feita através de contratos de venda de energia celebrados entre a SPE e o consumidor.

Atualmente, estão cadastradas no Programa 37 PCHs, com potência instalada total de 565 MW, sendo que duas já foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora para início de obras, sendo que seu início está condicionado à obtenção de financiamento pelo BNDES e à assinatura dos contratos de venda de energia e de contrução da PCH, a saber:

PCH Cachoeirão – Com potência instalada de 27 MW, essa PCH será implantada no rio Manhuaçu, nos municípios de Pocrane e Alvarenga, na região leste do Estado. O início de obras deverá ocorrer no início de 2007 e a geração comercial, no segundo semestre de 2008.

PCH Pipoca – Com potência instalada de 20 MW, essa PCH também será implantada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema. O início de obras está previsto para o primeiro semestre de 2007 e a geração comercial, para o segundo semestre de 2008.

A Emissora está, ainda, analisando diversos projetos para participação em leilões de novos empreendimentos na área de geração de energia elétrica.

Empreendimentos Conjuntos de Co-geração com Clientes

A Emissora pretende participar de empreendimentos conjuntos com clientes industriais com o fim de desenvolver instalações de co-geração. Essas instalações seriam construídas nos estabelecimentos dos clientes e gerariam eletricidade com utilização de combustível produzido pelos processos industriais de referidos clientes. O cliente cooperaria na provisão de recursos ao projeto de co-geração por meio de contratos de compra e venda da eletricidade gerada nessas instalações e a Emissora assumiria a responsabilidade pela operação e manutenção da instalação de co-geração.

Contratos de Concessão relativos à Geração de Energia Elétrica

As atividades de geração de energia elétrica são realizadas pela Emissora nos termos de contratos de concessão outorgados pelo Poder Concedente. com prazo de 35 anos, exceto o contrato nº 002/95 que tem prazo de 30 anos, e as concessões do contrato nº 007/97.

A outorga da concessão para a geração de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de geração é dada para sociedades vencedoras de licitações para a construção e operação de usinas hidrelétricas.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição dos contratos de concessão relativos à geração de energia elétrica:

Contrato de Concessão nº	Concessionária	Estado/Município	Data de assinatura
002/1995*	Emissora, Companhia Mineira de Metais, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce; Mineração Morro Velho Ltda e Mineração Anglogold Ltda.	Entre Conquista e Sacramento/Minas Gerais e Igarapava e Rifaina/São Paulo	Assinado em 28.09.1995, aditado em 27.12.2002, 11.11.2004
006/1997*	Emissora e Companhia Energética de Brasília.	Entre Unaí/Minas Gerais e Cristalina/Goiás	Assinado em 18.12.1997, aditado em 04.10.2002.
007/1997*	Emissora.	Diversos municípios no Estado de Minas Gerais	Assinado em 10.07.1997, aditado em 28.07.2005
008/1997*	Emissora, Companhia Vale do Rio Doce, e Companhia de Tecidos Norte de Minas .	Braúnas, Joanésia e Açucena	Assinado em 10.07.97, aditado em 04.04.2002.
014/2000*	Emissora	Berilo, e Grão Mogol/ Minas Gerais	Assinado em 28.02.2000
101/2000*	Emissora e Companhia Vale do Rio Doce.	Aimorés/Minas Gerais	Assinado em 20.12.2000
102/2000*	Emissora e Companhia Vale do Rio Doce	Perdões e Lavras/ Minas Gerais	Assinado em 20.12.2000
001/2006	Emissora, Neoenergia e Furnas	Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Iapu e Alpercata/ Minas Gerais	Assinado em 15 de agosto de 2006.

* Esses contratos estão aguardando a formalização do aditamento transferindo a concessão da CEMIG para a Emissora. Para mais informações, vide Seção “Desvertizalização” deste Prospecto.

De uma maneira geral os contratos de concessão da Emissora relativos à geração de energia elétrica impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de geração de energia elétrica, bem como conferem determinadas prerrogativas, incluindo, dentre outras:

- A construção do AHE de acordo com as características técnicas definidas nos projetos por sua conta e risco;

- ampliações e modificações do AHE devem ser aprovadas pela ANEEL e serão incorporadas à concessão;

- manter pessoal técnico e administrativo de modo a assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e segurança da exploração do AHE;

- organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão, providenciando para que estejam sempre adequadamente cobertos por apólices de seguro;

- respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos;

- requerer autorização prévia da ANEEL qualquer transferência de ações que implique mudança de seu controle acionário, bem como proposta de reestruturação societária da empresa;

- promover de forma amigável a liberação junto aos proprietários das áreas de terra necessárias à operação do AHE, sendo que após esgotadas as tratativas amigáveis, caso solicitada, a ANEEL promoverá, de forma da legislação e regulamentação específica, a declaração de utilidade pública dessas áreas para fins de desapropriação ou instituição de servidões administrativas, cabendo à concessionária as providências necessárias para sua efetivação e o pagamento de indenizações; e

- acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante o pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão.

O descumprimento das obrigações previstas nos contratos de concessão e nas leis e nos regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de sanções pela ANEEL. Essas penalidades poderão ser contestadas e sua imposição somente será efetivada após a conclusão de um devido processo legal.

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Emissora realiza também a atividade de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações geradoras às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e concessionárias distribuidoras.

O sistema de transmissão da Emissora é composto por redes de transmissão de energia elétrica com capacidade de voltagem igual ou maior que 230 kV, que são responsáveis pelo transporte dos grandes blocos de energia desde os grandes centros geradores até os centros consumidores, viabilizando, através das subestações de transmissão espalhadas pelas diversas regiões da área de concessão, o atendimento aos sistemas de subtransmissão e distribuição.

A rede de transmissão de energia elétrica da Emissora integra a rede básica de transmissão nacional regulamentada pela ANEEL. Em 31 de dezembro de 2006, a rede de transmissão da Emissora consistia em 4.862 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.176 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.934 quilômetros de 345 kV e 752 quilômetros de 230kV, bem como 32 subestações de transmissão e 52 de geração, com total de 22.154 MVA instalados.

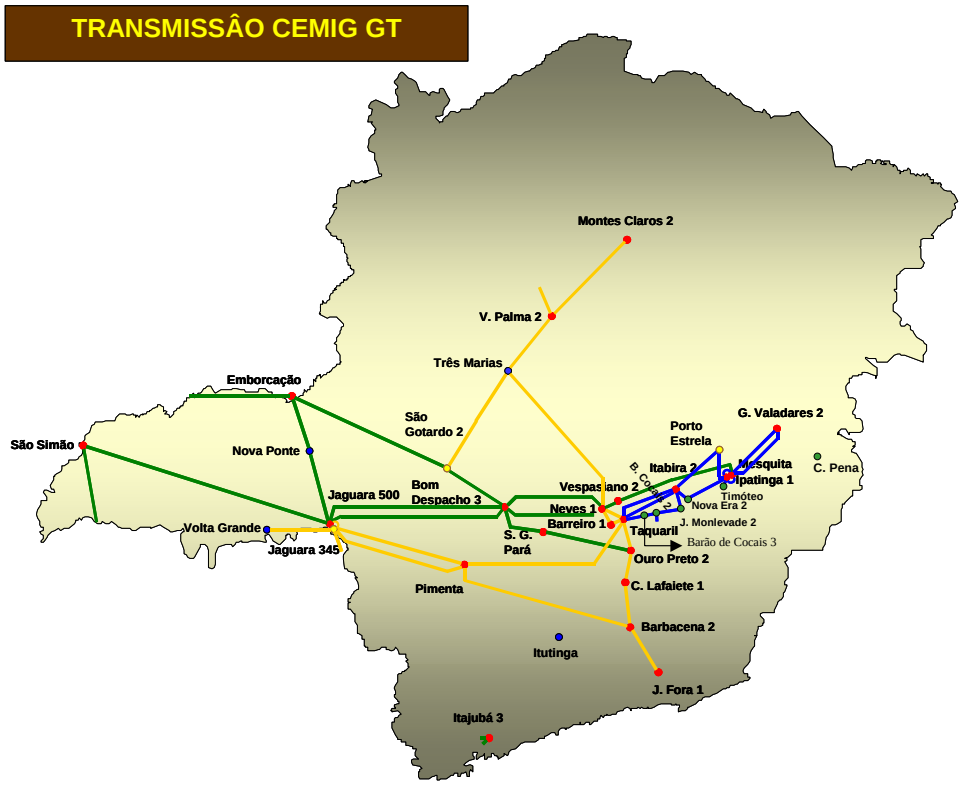
A Emissora transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes. Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora possuía 97 clientes industriais aos quais fornecia diretamente eletricidade de alta voltagem (69kV a 230kV) por meio das ligações desses clientes em suas redes de transmissão. A Emissora também transmite energia a sistemas de distribuição por meio da divisão Sul/Sudeste do Sistema Interligado.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais relativas à capacidade de transmissão da Emissora nas datas indicadas:

	Extensão da Rede de Transmissão em Quilômetros em 31 de dezembro de	
Capacidade da Rede de Transmissão	**2006**	**2005**
500 kV	2.176	2.165
345 kV	1.934	1.976
230 kV	752	751
Total	4.862	4.892

	31 de dezembro de	
	2006	**2005**
Número de subestações da transmissão	32	32
MVA	15.393	15.393
Número de subestações da geração	52	54
MVA	6.761	6.604

O mapa abaixo mostra a localização da Rede Básica da Emissora:



Ampliação de Capacidade de Transmissão

Conforme a atual estrutura regulatória do Setor Elétrico Brasileiro, as concessões para ampliação da infra-estrutura de transmissão de eletricidade no Brasil são concedidas de acordo com um regime de licitação.

Atualmente, destaca-se, como obra de expansão da Transmissão da Emissora, a LT2 Aimorés – Mascarenhas, 230 kV, com 12 km de extensão, que interligará o AHE Aimorés ao SIN, propiciando o escoamento da energia gerada pelo AHE Aimorés, que deverá entrar em operação em maio de 2007.

Ademais, destacam-se as seguintes obras:

- Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade – Sinocon, para atender aos procedimentos de rede estabelecidos pelo ONS, com previsão de término em agosto de 2008;

- Recapacitação de 8 LTs de 230 kV, na região leste do Estado de Minas Gerais, consideradas necessárias ao bom funcionamento da Rede Básica em Minas Gerais pelo Plano de Ampliações e Reforços – PAR 2005/2007 do ONS, com conclusão prevista para junho de 2007.

Em 2006, foram concluídos os seguintes empreendimentos:

- Obras de reforço no sistema de transmissão, com instalação de reatores na SE São Gotardo 2, instalação de disjuntores para manobra de reatores nas SEs Jaguara, Emborcação e Ouro Preto 2 e disjuntor de interligação de barras na SE Pimenta, além de manobra de auto-trafos na SE Jaguara.

- Conexão, em 230 kV, da unidade industrial da Mina de Brucutu, da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, localizada no município de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, que inclui a implantação da SE Barão de Cocais 3, necessária para viabilizar o acesso da CVRD à Rede Básica.

Operação e Manutenção

A Emissora realiza a operação e manutenção de suas instalações de geração e transmissão buscando atingir três objetivos principais:

Maximização de disponibilidade. Para redução de indisponibilidade de suas usinas, subestações e linhasde transmissão, bem como minimização dos impactos de eventuais interrupções e distúrbios, a Emissora busca adotar as seguintes medidas:

- redução do tempo para reestabelecimento de seus sistemas, em caso de interrupções;

- intensificação das atividades de controle e monitoração dos sistemas e equipamentos, com a utilização de técnicas preditivas de manutenção;

- emprego de pessoal técnico altamente capacitado e tecnologia adequada para as intervenções em suas instalações; e

- planejamento preventivo das manutenções.

Foco em atividades críticas. Para atingir maior eficiência operacional, a Emissora concentra seus esforços em atividades críticas, tais como a operação e manutenção de equipamentos de maior complexidade e supervisão dos serviços prestados por subcontratadas, bem como subcontrata todas as demais atividades junto a empresas de reconhecida capacitação técnica. Desse modo, a Emissora é capazes de reduzir custos operacionais sem prejudicar a qualidade de seus serviços.

Elevados padrões de qualidade. A Emissora adota elevados padrões de qualidade na prestação de seus serviços. A Emissora tem investido de forma ousada no programa de automação de centrais hidrelétricas, sendo que já foram concluídos os estudos de viabilidade econômica para automação das Pequenas Centrais Hidrelétricas, com estudos para implantação nas usinas de Piau, Peti e Tronqueiras. Estão em fase de a tais como caminhões e motocicletas especiais, atorres de outra forma continuamente Programa de Manutenção, tais como a inspeção corona e as inspeções infravermelhas, tendo sido a primeira companhia de energia do Brasil a utilizar a tecnologia corona para detetar problemas em suas linhas. Como a maioria das interrupções no sistema de Transmissão da Emissora é causada por raios, foram instalados pára-raios de óxido de zinco (ZnO) na linhas mais suscetíveis. A Emissora foi a primeira companhia a utilizar essa tecnologia para proteger suas linhas contra raios. Para dar suporte a emergências que envolvam quedas de torres, a Emissora tem utilizado modernas estruturas modulares de alumínio. Em sua maior parte, as intervenções em redes de transmissão são feitas em linha viva. Por ter sido a primeira empresa do Brasil a utilizar técnicas de linha viva, a Emissora conta com experiência significativa nesta área. Adicionalmente, a Emissora tem instalado Sistemas de Monitoramento de Equipamentos, (transformadores, disjuntores e reatores) instalados em suas subestações, de forma a identificar falhas incipientes. Esses sistemas permitirão realizar uma manutenção de caráter mais preditiva, evitando a indisponibilidade de seus ativos e garantindo a maximização de suas receitas.

Operação

A Emissora opera seu sistema de transmissão de acordo com os “Procedimentos de Rede” e os contratos operacionais celebrados com o ONS, que estabelecem os procedimentos necessários para a integração, coordenação, supervisão e controle da operação em tempo real de suas instalações. A Emissora possui um Centro de Operação – COS, localizado no edifício sede da empresa em Belo Horizonte,responsável pela operação das subestações da transmissão e das principais usinas da CEMIG. Ressalta-se que o COS possui certificação ISO9001 desde 2000. O COS utiliza como principal ferramenta para execução de suas atividades o Sistema de Supervisão e Controle Distribuído – SSCD, que se destaca no cenário brasileiro pelas funcionalidades implementadas e por sua interface com o operador.

O ONS pode exigir a implementação de reforços e melhorias em suas instalações, apresentando, para tanto, relatórios que justifiquem tais medidas. A Emissora é obrigada a implementar os reforços e melhorias exigidos pelo ONS dentro de um cronograma previamente definido e a ANEEL estabelece a receita referente a esses investimentos. Ademais, a Emissora deve manter o ONS constantemente informado sobre restrições e limitações operacionais de suas instalações.

As linhas de transmissão são monitoradas através do Sistema de Supervisão e Controle do COS, que sinaliza para os Técnicos de Supervisão do Sistema Elétrico a ocorrência de distúrbios (desarmes, sobrecargas, etc.) em tempo real. Destaca-se ainda a existência de uma Rede de Oscilografia que identifica, localiza e efetua diagnósticos de falhas no sistema elétrico minimizando substancialmente os tempos de interrupção do fornecimento de energia aos consumidores.

Manutenção

A manutenção envolve todas as atividades relacionadas à preservação ou reestabelecimento da operação adequada das usinas, subestações e linhas, equipamentos e demais instalações de geração e transmissão da Emissora.

A Emissora realiza as atividades de manutenção em seus equipamentos fazendo o planejamento, programação e contratação dos recursos necessários. Para as usinas de maior porte, o planejamento com as datas de realização dos serviços é discutido com o ONS.

Intervenções emergenciais para manutenção devem ser comunicadas ao ONS conforme Procedimentos de Rede.

A Geração da Emissora adota uma metodologia de manutenção que tem como filosofia a confiabilidade dos equipamentos como o principal requisito a ser alcançado. A Manutenção Baseada na Confiabilidade – MBC, através de avaliação contínua das falhas, suas causas e efeitos, permite uma otimização dos recursos operacionais, com aplicação focada da mão de obra de operação e manutenção. Considerando a necessidade de

otimizar seu parque gerador, ademais, a Emissora vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R$250 milhões. Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias com um investimento de R$53 milhões, que prevê a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação, através da implantação de Sistema de Supervisão e Controle das unidades. Em 2006, foi concluída a reforma do gerador e a modernização da unidade 6 e iniciado o processo na unidade 5, com previsão de término em janeiro de 2007.

- Modernização das unidades geradoras e a substituição dos transformadores da Usina de Jaguara com investimento de R$60 milhões, que possibilitará a extensão de vida útil da usina, garantia da disponibilidade de suas unidades geradoras e atendimento aos requisitos do sistema. Em 2006, foram concluídas as reformas dos geradores e modernizações das unidades 2 e3.

- Reforma dos 4 geradores e turbinas da Usina de Salto Grande, com investimento da ordem de R$17 milhões. Em 2006, foi iniciada a reforma da unidade 1, com previsão de término em março de 2007.

A partir de 2007 será iniciado o projeto de modernização e revitalização da UHE de Volta Grande com investimentos previstos de R$120 milhões, compreendendo a reforma dos geradores e turbinas, a substituição dos transformadores e disjuntores, a modernização dos reguladores de velocidade, do sistema de excitação e do SDSC.

Entre os anos de 2003 e 2006, foi reativada a Pequena Central Hidrelétrica de Lages que estava desativada desde 1992, localizada no Ribeirão Lages, em Coromandel. O que foi possível após reforma completa dos equipamentos eletromecânicos, reconstrução da barragem e substituição total da parte elétrica e eletrônica, além da automação parcial que permite a parada da unidade geradora, em caso de anormalidade e operação à distância.

Houve grandes avanços na metodologia de segurança de barragens da Emissora, com a consolidação do Plano de Segurança de Barragens, estabelecimento das diretrizes para a elaboração do Plano de Ação Emergencial em caso de ruptura de barragens e a implantação do Sistema Inteligente de Controle e Segurança de Barragens - INSPETOR.

Foram executadas aproximadamente 140 obras de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nas obras de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Contratos de Operação e Manutenção Terceirizados

Os serviços de manutenção de maior porte, como reformas e melhorias, são licitados e contratados no mercado junto as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de manutenção. O custo anual com esses serviços é de, aproximadamente, R$50 milhões. Parte das atividades de oficinas e laboratórios centralizados, todos os serviços de vigilância, conservação e limpeza são terceirizados. O custo anual com esses serviços é de, aproximadamente, R$20 milhões.

Contratos de Concessão relativos à Transmissão de Energia Elétrica

A Emissora realiza as atividades de transmissão de energia elétrica nos termos de contratos de concessão outorgados pelo ANEEL. O contrato de concessão nº 006/97 tem prazo de 20 anos prorrogável por mais 20 anos, enquanto o de nº 079/2000 tem prazo de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

A outorga da concessão para a transmissão de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de transmissão é dada para cada nova instalação agregada ao sistema.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição dos contratos de concessão da Emissora relativos à transmissão de energia elétrica:

Contrato de Concessão nº	Concessionária	Estado	Data de assinatura
006/1997	CEMIG GT	Minas Gerais	10.06.1997 e aditado em 16.09.2005
079/2000*	CEMIG GT	Minas Gerais	04.10.2000 aditado

* Esse contrato está aguardando a formalização do aditamento transferindo a concessão da CEMIG para a Emissora. Para mais informações, vide Seção "Desvertizalização" deste Prospecto.

Adicionalmente, de uma maneira geral, os contratos de concessão relativos à transmissão de energia elétrica impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica, bem como lhes conferem determinadas prerrogativas, incluindo, dentre outras:

- empregar equipamentos e técnicas adequadas para assegurar a regularidade, eficiência e segurança dos serviços, bem como a modicidade tarifária;

- garantir livre acesso às instalações de transmissão aos usuários do sistema por meio da celebração dos correspondentes contratos, os quais assumirão os encargos de conexão de acordo com forma definida em resoluções do ANEEL;

- empregar os melhores esforços para minimizar o impacto ambiental decorrente da construção e operação das instalações de transmissão;

- manutenção de cobertura de seguros apropriada, a critério da concessionária, durante todo o prazo da concessão;

- requerer autorização prévia do ANEEL para: (i) alienar, ceder ou gravar os ativos vinculados à prestação de serviços de transmissão; (ii) celebração de contratos com acionistas controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que versem sobre suas atividades, entre outros assuntos; (iii) alteração do estatuto social, transferência de controle ou reorganização societária;

- promover desapropriações e instituição de servidões administrativas de forma amigável ou judicialmente sobre os bens declarados de utilidade pública, necessários à execução de serviços ou de obras vinculados ao serviço concedidos, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes;

- conferir ao ANEEL amplo acesso a instalações, registros e documentos e fornecer quaisquer informações solicitadas pelo ANEEL para fins de supervisão das atividades; e

- realizar a operação e manutenção das instalações de transmissão de acordo com o manual de procedimentos de operação e demais instruções dos procedimentos de rede e os regulamentos editados pelo ANEEL.

Para mais informações vide Seção *"O Setor de Energia Elétrica no Brasil"*. Os procedimentos de cobrança e pagamento da remuneração pelos serviços de transmissão são detalhados em nos demais contratos operacionais.

O descumprimento pela Emissora das obrigações previstas nos contratos de concessão e nas leis e nos regulamentos aplicáveis poderá resultar na imposição de sanções pela ANEEL. Essas penalidades poderão ser contestadas e sua imposição somente será efetivada após a conclusão de um devido processo legal.

Contratos de acesso ao SIN

Para informações a respeito dos contrato de acesso ao SIN, vide Seção "O Setor de Energia Elétrica no Brasil".

FONTES DE RECEITA

As principais receitas da Emissora com relação à geração de energia elétrica são auferidas (i) da venda de energia para consumidores livres, conforme preços livremente estipulados por meio de contratos bilaterais indexados substancialmente à variação do IGP-M e, em menor parte, do dólar norte-americano, representando, em 2006, 50% da receita operacional bruta e (ii) do suprimento a outras concessionárias, que consiste na venda de energia elétrica para distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela CCEE., representando, em 2006, 25% da receita operacional bruta.

A atividade de transmissão é remunerada com base na Receita Anual Permitida determinada pela ANEEL que corresponde ao pagamento recebido pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões, sendo o ONS responsável pelo cálculo dos valores devidos mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às transmissoras. Os contratos de uso da rede básica se referem ao transporte de energia cobrado pela Emissora dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Emissora, associada ao sistema interligado brasileiro, representando, em 2006, 20% da receita operacional.

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

Os clientes da Emissora estão todos localizados dentro e fora de sua área de concessão e são classificados em industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação e suprimento (que incluem suprimento conectado à rede de distribuição, contratos bilaterais e contrato de comercialização no ambiente regulado – CCEAR.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, Emissora vendeu 25.621 GWh de energia a consumidores industriais livres dentro e fora de sua área de concessão e a agentes de mercado (suprimento), representando uma receita de R$2.085 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, foram vendidos 29.567 GWh, representando R$2.327milhões de receita. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia para clientes industriais nos períodos indicados:

	Volume de Vendas de Energia em GWh		**Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total**	
Clientes Industriais	**2005**	**2006**	**2005**	**2006**
Indústria automotiva	464	535	2,71	3,00
Indústria de cimento	718	910	4,19	5,10
Indústria mineradora	1.211	1.150	7,07	6,44
Indústria de ferroligas	3.947	4.243	23,04	23,76
Indústria de metais não-ferrosos	1.718	1.465	10,03	8,20
Siderurgia	5.116	5.430	29,87	30,40
Outros	3.956	4.126	23,09	23,10
Total	17.130	17.859	100,0	100,0

Nos anos de 2005 e 2006, Emissora faturou 127 e 170 novos consumidores, respectivamente.

A maior parte da eletricidade vendida pela Emissora é comprada por clientes industriais, que participaram com 66,9 % do consumo total da Emissora em 2005 e com 57,4% em 2006.

Havendo sobras de energia a Emissora oferta energia aos Agentes de Mercado (Comercializadores e Clientes Livres) através de Leilão, no valor de Preço de Liquidação e Diferença (PLD) mais uma margem de lucro (*spread*).

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006:

Dez Maiores Clientes	Indústria
1 - Companhia. Siderúrgica Paulista - COSIPA	Siderurgia
2 - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	Siderurgia
3 - Ligas de Alumínio S.A.	Ferroligas
4 - Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC	Ferroligas
5 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas
6 - White Martins Gases Industriais Ltda.	Química
7 - – Votorantim Metais Zinco S.A.	Não-Ferrosos
8 - Saint Gobain Materiais Cerâmicos Ltda.	Química
9 - – Belgo Siderurgia S.A.	Siderurgia
10 - Companhia Ferroligas Minas Gerais – FERROLIGAS	Ferroligas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores clientes industriais da Emissora responderam por praticamente 28,6% da eletricidade total consumida e 28,9% da receita. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, esses percentuais foram de 26,2% e 27,6%, respectivamente. A maioria dos contratos celebrados pela Emissora e seus dez maiores clientes industriais possuem prazo de vigência até 2010, enquanto, a maioria dos clientes do Ferroligas estão previstos para 2014.

ANÁLISE DE DEMANDA

As tabelas abaixo apresentam o volume total de energia vendida pela Emissora nos períodos indicados:

	(Não auditado) **No exercício social encerrado em 31 de dezembro de**					
	Nº de Consumidores		**MWh**		**R$ mil**	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**	**2006**	**2005**
Industrial	127	123	17.858.752	17.129.647	1.453.793	1.392.012
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	3.673	97.339
	127	123	17.858.752	17.129.647	1.457.466	1.489.351
Suprimento a Outras Concessionárias	43	4	11.708.028	8.490.949	742.541	517.955
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	126.741	77.718
Total	**170**	**127**	**29.566.780**	**25.620.596**	**2.326.748**	**2.085.024**

O faturamento total da Emissora em 2005 foi de aproximadamente R$2.085 milhões. No referido ano, os clientes industriais responderam por 66,8% do total de energia vendida pela Emissora.

Já em 2006, o faturamento total da Emissora foi de aproximadamente R$2.328 milhões, sendo que, os clientes industriais responderam por 62,5% do total de energia vendida pela Emissora.

A análise do desempenho do mercado faturado da Emissora, comparando-se os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 com igual período do ano anterior, está apresentada a seguir:

A energia faturada totalizou 29.566.780 MWh, registrando um crescimento de 15,4%. Dessa energia, 53,8% é formada por clientes industriais livres, localizados em sua área de concessão, devido principalmente à migração do mercado cativo para o mercado livre, no ano de 2005; 39,6% refere-se ao suprimento de contratos bilaterais e o restante, 6,6%, ao atendimento de clientes industriais fora de sua área de concessão.

Na classe industrial, os ramos que mais se destacaram no período de janeiro a dezembro de 2006 em relação ao mesmo período do ano anterior foram:

Ramos Industriais	Variação Dez06/ Dez05(%)	Participação em relação ao Industrial Total (%)
Siderurgia	6,1	30,4
Ferroligas	7,5	23,8
Químico	1,5	13,2
Extrativa Mineral	5,0	6,4
Cimento	26,8	5,1

Os indicadores macroeconômicos do setor industrial no Estado mostraram um desempenho positivo, no exercício de 2006, quais sejam: (i) crescimento de 4,5% da produção física na indústria geral (crescimento de 8,8% da extrativa mineral e 3,8% da indústria de transformação); (ii) crescimento de 6,6% do volume de exportação (crescimento de 8,90% de minério de ferro, -18,9% de zinco e 8,4% em veículos); e (iii) crescimento de 3,2% no nível de emprego da indústria mineira.

FATURAMENTO E COBRANÇA

O faturamento mensal na geração e os procedimentos de cobrança relativos ao fornecimento de eletricidade pela Emissora variam segundo a classe e tensão de seus clientes.

Os clientes de grande porte que recebem eletricidade em média e alta tensão, geralmente, são faturados no mesmo dia da leitura de seus medidores, sendo o pagamento efetuado dentro de cinco dias úteis a contar da entrega da fatura e deverá ocorrer de acordo com os prazos ajustados nos respectivos contratos. A Emissora não tem clientes de baixa tensão.

Para realização de seus pagamentos, os clientes da Emissora recebem boletos bancários pagáveis, até o vencimento, em qualquer instituição financeira ou via “internet”, diretamente no “site” do banco.

Procedimentos de Cobrança

A Emissora possui um eficiente procedimento de cobrança de suas faturas de geração o que resulta em uma arrecadação anual equivalente a, aproximadamente, 99% de seu faturamento no mesmo período.

O procedimento de cobrança de clientes inadimplentes da Emissora é realizado pelos agentes de negócio, que entram em contato imediato com o consumidor inadimplente para negociar as condições de pagamento do débito. A interrupção do fornecimento de energia elétrica será efetivada após 15 dias, contados do conhecimento do cliente.

Os usuários dos Sistemas de Transmissão integrados à Rede Básica contratam estes serviços através do CUST – Contrato de Uso do Sistema de Transmissão. A Emissora disponibiliza seus ativos de transmissão ao ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, através da celebração do CPST – Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão e através deste mesmo instrumento contratual, autoriza o ONS a representá-la perante os usuários.

O ONS calcula os valores dos Encargos de Transmissão, em função das indisponibilidades dos Ativos, ultrapassagens de demanda, sobrecargas e demandas Contratadas, e encaminha o AVC – Aviso de Crédito, mensalmente, no mínimo 8 dias úteis antes do dia 15 do mês seguinte à prestação do serviço, para a Emissora que verifica os valores deste documento e emite, com 5 dias úteis de antecedência, os documentos de cobrança (faturas), diretamente a cada usuário (Distribuição, Geração e Consumidores Livres) e controla o recebimento destas faturas. Os pagamentos dos valores faturados são divididos em 3 parcelas com vencimentos nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte.

Os usuários dos Sistemas de Transmissão integrados à Rede Básica regulam a conexão a estes sistemas através do CCT – Contrato de Conexão de Transmissão. Outros Agentes de Transmissão compartilham as Instalações de Transmissão da Emissora, e esse compartilhamento é regulado através do CCI – Contrato de Compartilhamento de Instalações. A Emissora presta serviços de operação e manutenção para outros agentes. Estes serviços são regulados através de um CPSO&M – Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção. Em todos esses casos não há intervenção do ONS no processo de faturamento.

Inadimplência

A inadimplência mensal da Emissora se mantém, em patamares históricos, com variações mensais nunca superiores a 6,56%. A Emissora vem adotando medidas para diminuir o nível de inadimplência por parte de seus consumidores.

Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora possuía aproximadamente R$10,1 milhões devidos em faturas vencidas, o que representava 0,4% da receita operacional bruta da Emissora no referido ano. Desse valor, R$6,6 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da Emissora, em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005:

(Em R$ Mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**			
Idade dos Débitos	**2005**		**2006**	
		(%)		(%)
Valores a vencer	84.180	91,84	234.720	95,87
Vencidos até 90 dias	2.496	2,72	6.623	2,71
Vencidos acima de 90 dias	4.982	5,44	3.484	1,42
Total	91.658	100,00	244.827	100,00

A Emissora geralmente negocia a dívida antes de efetuar os cortes de energia elétrica em seus clientes de alta tensão. Já para os clientes de média tensão a Emissora também negocia a dívida e, caso não obtenha êxito, a energia elétrica é cortada em 15 dias após o reaviso.

O maior devedor do setor privado da Emissora, em 31 de dezembro de 2006, devia à Emissora o valor de aproximadamente R$21,2 milhões, incluindo-se nesse montante débitos com pendências judiciais.

A inadimplência na Transmissão não é relevante, em função ods instrumentos de garantia atrelados aos contratos que regulam as transações comerciais. O ONS, que centraliza as informações de pagamento, desempenha importante papel no acionamento das garantias, em caso de falta de pagamento dentro dos prazos estabelecidos.

PERDAS DE ENERGIA

Tendo em vista a topologia do sistema interligado nacional, no que tange às usinas de geração de energia elétrica e ao sistema de transmissão em alta tensão (rede básica, com tensão acima de 230 kV), o planejamento da operação eletroenergética calcula as perdas técnicas cujo valor é contabilizado, sendo que o custo associado é repartido igualmente para os agentes de geração e para os agentes de distribuição

INVESTIMENTOS

A tabela abaixo demonstra os investimentos em geração e transmissão nos períodos indicados:

(Em R$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2005	**2006**
Geração	397	120
Transmissão	20	58
Total	417	178

Os principais investimentos em geração foram realizados nas usinas hidrelétricas UHE Irapé e UHE Aimorés e os principais investimentos em transmissão destinaram-se a reforços para o sistema de transmissão.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Conforme determinado pela Lei 9.991/00, a partir de 1º de janeiro de 2006, as geradoras e os produtores independentes, bem como as transmissoras, ficaram obrigadas a aplicar, anualmente, o montante mínimo de 1% de sua Receita Operacional Líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, excluindo-se, por isenção, as empresas que geram energia, exclusivamente, a partir de instalações eólicas, solares, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Os recursos têm sido regularmente provisionados e os projetos submetidos à aprovação da ANEEL, conforme regulamentação aplicável

No que tange a pesquisa e desenvolvimento os recursos devem ser distribuídos da seguinte forma: 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL, 40% destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% destinados ao MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como, os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a Emissora aplicou R$37,8 milhões e R$27,9 milhões, respectivamente, em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.

PROPRIEDADES E EQUIPAMENTOS

Os principais ativos de geração de energia elétrica da Emissora, presentes em 43 usinas hidrelétricas, 2 usinas térmicas e uma eólica, compreendem:

- terrenos
- reservatórios, barragens e adutoras
- edificações, obras civis e benfeitorias
- máquinas e equipamentos, entre eles geradores, turbinas, equipamentos de tomada d'água.

Os principais ativos de transmissão de energia elétrica da Emissora compreendem 4.862 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.176 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.934 quilômetros de 345 kV e 752 quilômetros de 230kV, bem como 32 subestações de transmissão e 52 de geração, com total de 22.154 MVA instalados.

SEGUROS

A Emissora contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A Emissora possui um comitê que decide sobre a contratação de seus seguros e sua administração acredita que a cobertura de seguros é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

A Emissora possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos de distribuição, transmissão e geração, de valor acima de R$940 mil, junto à Itaú Seguros S.A.. Via de regra, a Emissora mantém seguro com coberturas específicas junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em equipamentos das subestações de transmissão e usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais.

A Emissora não possui cobertura de seguro de risco de paralisação de suas atividades, danos ambientais e de riscos de engenharia. As instalações da Emissora, também, não estão cobertas por seguro contra catástrofes.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela Emissora em 31 de dezembro de 2006:

(*em R$ mil)*

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Almoxarifados, instalações prediais e equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2006 a 10/07/2007	183.290	39
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de geração e transmissão de valor acima de R$940 mil	All Risks	05/05/2006 a 05/05/2007	1.038.428	1.959

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Emissora tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um Escritório de Marcas e Patentes, que dá suporte a todas as suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora possuía 2 patentes de invenção concedida, 12 pedidos de privilégio sobre invenções, 2 pedidos de registro de marcas, 5 pedidos de modelo de utilidade solicitados, 1 patente de modelo de utilidade concedida e 1 registro de marca concedido.

CONCORRÊNCIA

Os contratos de concessão no segmento de transmissão de energia elétrica asseguram à Emissora exclusividade na prestação dos serviços e exploração das instalações neles previstos, afastando a concorrência na exploração de tais concessões, durante todo o prazo de vigência dos contratos. As concessões da Emissora expiram entre 2015 e 2030, podendo ser renovadas, a critério do Poder Concedente e desde que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público tenham sido atendidos. Em razão da discricionariedade do Poder Concedente para renovação de concessões, podemos ter de enfrentar concorrência de terceiros ao pleitear a renovação de suas concessões.

Além disso, existe também concorrência significativa no setor de transmissão de energia elétrica no âmbito das licitações para outorga de concessões para exploração de novas instalações de transmissão, que são realizadas com base no critério de menor RAP oferecida pelos licitantes.

No caso da geração, a energia produzida pela Emissora deverá ser comercializada como energia existente, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e/ou no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação. A concorrência no ACR, para a Emissora, se dá por meio de leilões de compra de energia existente para suprimento às distribuidoras do Sistema Interligado. Ademais, no ACR, o investidor em geração enfrenta competição quando de sua participação nos leilões por novas concessões. A proposta vencedora obtém o contrato de concessão e um contrato de venda da energia com prazo entre 15 e 30 anos.

O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, através de contratos bilaterais livremente negociados, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da negociação, sendo preços e condições acordados entre as partes. Nesse ambiente, a competição é exercida entre os concessionários e autorizados de geração, comercializadoras e importadores de energia elétrica.

SAZONALIDADE

As atividades de transmissão da Emissora não apresentam sazonalidade relevante, uma vez que a receita é baseada na disponibilidade das redes de transmissão e não na quantidade de energia transportada para consumo dos usuários finais.

As unidades de geração de energia hidrelétrica da Emissora são ligadas ao SIN, que possui reservatórios desenvolvidos para regularizar a vazão e a operação do sistema elétrico como um todo, por meio de um mecanismo denominado MRE – Mecanismo de Realocação de Energia Assegurada. A função deste mecanismo é o suporte mútuo e solidário à produção da energia das unidades credenciadas. Assim, ainda que a produção de energia hidrelétrica esteja ligada a fatores climáticos e hidrológicos, em condições usuais, o sistema possui mecanismos para mitigar os efeitos desses fatores.

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2006, a Emissora possuía 2.256 empregados. Adicionalmente, a Emissora terceiriza certos serviços tais como: Construção e Manutenção de Linhas e Redes, Limpeza de Faixa, e Projeto e Topografia. A Emissora acredita que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a composição de empregados da Emissora nas datas indicadas:

Número de funcionários em 31 de dezembro de		
	2005	**2006**
Gerentes	42	46
Profissionais	412	519
Técnicos operacionais	1.316	1.396
Funcionários de escritório	350	295
Total	2.120	2.256

Por ser um sociedade controlada pela CEMIG que é uma sociedade de economia mista sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e à Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

Os empregados da CEMIG, da Emissora e da CEMIG D são tratados como empregados pertencentes a um mesmo grupo. Para tanto, as partes pretendem celebrar um Convênio de Cooperação, que terá por objetivo, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos humanos utilizados nas atividades de "*holding* e suporte" das três empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a remuneração básica dos empregados da Emissora totalizou R$87,5 milhões e R$99,6 milhões, respectivamente. A Emissora tem como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a remuneração global dos empregados da Emissora, que inclui remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos aos seus empregados, totalizou, R$276,8 milhões e R$339,6 milhões, respectivamente.

Com relação aos serviços terceirizados a Emissora teve um custo de R$78,5 milhões e R$88,7 milhões, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente.

Relações com Sindicatos

A Emissora mantém negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais, Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont, Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

A Emissora possui um bom relacionamento com seus sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor foi assinado em 30 de novembro de 2006, e tem vigência até 31 de outubro de 2007. Esse novo acordo prevê um aumento salarial de 3,98% em relação ao exercício anterior, sendo 2,71% relativos a reajuste salarial e 1,24% relativos a ganho de produtividade, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

A Emissora considera boa a relação que mantém com seus empregados e respectivos sindicatos. Tendo em vista que os serviços por ela prestados são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Não houve qualquer tipo de greve ou paralisação das atividades da Emissora desde sua constituição.

Participação nos Lucros

A Emissora possui um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. Nos âmbito do referido programa, a Emissora não pode contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

As participações dos empregados nos resultados do exercício de 2006 foram definidas por meio de acordos coletivos específicos, conforme os quais, as participações nos resultados , incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R$49,7 milhões.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da Emissora.

Previdência Privada

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 22,63%, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora em dezembro de 2004.

A Emissora, patrocina três planos de previdência privada administrados pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A): inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional saldado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.

- Plano Misto (B): é um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo). A contribuição da Emissora é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e

- Plano de Benefício Definido (BD): plano original, na modalidade de benefício definido para todos os benefícios, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Emissora em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social Oficial. A Emissora pretende encerrar o referido plano até o final de 2006, migrando seus participantes para o Plano Saldado, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

A Emissora registrou em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2005 e 2006, obrigações no valor de R$327,7 milhões e R$304,7 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 31 de dezembro de 2006, a FORLUZ possuía 4.576 participantes e pensionistas, patrocinados pela Emissora inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ

Item	Benefício Definido - BD	Saldado - A	Misto - B
Ativos	7	555	2.219
Aposentados	43	1.820	348
Pensões	13	322	30

Obs: o somatório dos números da tabela não corresponde ao total de participantes ativos e assistidos, tendo em vista que vários deles participam dos planos A e B (o somatório é sempre maior).

O número de empregados da Emissora filiados aos planos de previdência privada é de 2.256, equivalente a 98,89% do total de empregados.

Ademais, a Emissora mantém, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

A Emissora fornece ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

FORLUZ

A CEMIG reconheceu diferentes débitos em relação à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade de previdência privada de seus funcionários, que foram transferidos à Emissora em virtude da desverticalização. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, esses débitos totalizavam R$345 milhões e R$298,1 milhões, respectivamente, e deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Emissora, conforme previsto contratualmente.

Treinamento

A Emissora fornece extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participar de um programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricista de linhas de rede, eletricista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionário, a Emissora mantém uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, a Emissora possui cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a Emissora investiu aproximadamente R$2,7 milhões e R$3,7 milhões, respectivamente, em seus programas de treinamento. A Emissora possui também um programa de *trainees* para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

A Emissora possui uma Política de Segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, através da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2006, ocorreram 30 acidentes, sendo 7 com afastamento do trabalho.
Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a Emissora possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 15 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

ASPECTOS AMBIENTAIS

As atividades de geração e transmissão de energia elétrica da Emissora estão sujeitas à legislação federal e estadual de ampla cobertura referente à preservação do meio ambiente. A Constituição Federal confere poderes aos Governos Federal e Estadual para promulgar leis destinadas a proteger o meio ambiente e a editar regulamentação ao amparo dessas leis. Os governos estaduais podem promulgar regulamentação ambiental ainda mais severa do que as promulgadas na esfera federal e a maior parte da legislação ambiental no Brasil foi promulgada na esfera estadual. A empresa que violar a legislação ambiental aplicável poderá ficar sujeita a multas significativas e restrições às suas atividades que poderia exercer. Os órgãos estaduais responsáveis pela expedição de licenças ambientais em Minas Gerais são a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

A Emissora acredita estar cumprindo os aspectos relevantes de todas as leis e regulamentos ambientais pertinentes.

Para informações gerais sobre os aspectos ambientais que afetam a Emissora, vide Seção “O Setor de Energia Elétrica no Brasil”.

Política Ambiental

A Emissora trata a questão do meio ambiente de maneira altamente profissional, definindo estratégias ambientais, no curto, médio e longo prazo. Para tanto, possui um Comitê de Planejamento Estratégico, o qual visa tomar conhecimento das questões ambientais, buscando sempre novas soluções e melhorias. De forma a melhor tratar a questão do meio ambiente, a Emissora elabora um plano qüinqüenal de negócios, bem como programas e orçamentos anuais, definindo, ainda, prioridades corporativas, visando, dessa forma, gerar riqueza de maneira ambientalmente correta, por meio de sistemas de gestão, análise de impactos, verificações e parcerias e soluções tecnológicas.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar suas políticas ambientais. Além disso, a Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação quando sua responsabilidade é considerada provável e os referidos montantes calculáveis.

A Emissora tem participação em diversos Conselhos de Meio Ambiente, entre os quais: (i) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM, na Câmara de Infra-Estrutura; (ii) Conselho Estadual de Recursos Hídricos; e (iii) Quase todos os Comitês de bacias de rios de Minas Gerais e que passam pelo Estado.

A Emissora investe em pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental para a população e diversas outras ações.

A Lei Estadual nº 15.972, publicada em 12 de janeiro de 2006, sobre fiscalização ambiental, alterou a estrutura orgânica dos órgãos de meio ambiente de Minas Gerais, além de estabelecer em diversos de seus artigos, disposições relativas a uma elevação dos valores das multas a serem aplicadas no Estado e ampliação dos mecanismos de fiscalização, que agora incluem a Polícia Ambiental de Minas Gerais. A Lei ainda carece de regulamentação de alguns de seus artigos. A Emissora acredita que a promulgação desta lei e sua regulamentação irá reforçar a fiscalização ambiental no Estado de Minas Gerais, onde estão situadas a maior parte das instalações da Emissora.

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e passíveis de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental, concedido pelo respectivo órgão ambiental competente. A ausência da licença ambiental pode sujeitar uma empresa a sanções de natureza civil, administrativa e/ou penal.

A Emissora tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos.

Atualmente, cerca de 60% da capacidade instalada total de geração da Emissora já possui licença ambiental de operação.

Atendimento às Exigências Ambientais

A Emissora acredita estar em cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante os anos de 2005 e 2006, a Emissora utilizou recursos da ordem de R$57,0 milhões e R$24,9 milhões, respectivamente, na implantação de novos empreendimentos e gastou R$18,5 milhões e R$14,8 milhões, respectivamente, em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação da política de óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

As Portarias Normativas do COPAM nº 17/96 e nº 23/97 estabelecem que as licenças de operação deverão ser renovadas de tempos em tempos por períodos de 4 a 8 anos dependendo do tamanho e do potencial poluidor da instalação. De acordo com o disposto na Portaria nº 28/03 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a renovação das licenças de operação das usinas hidrelétricas está condicionada a um parecer favorável do IPHAN com relação aos estudos arqueológicos da área de depleção do reservatório da usina.

De acordo com a Resolução do CONAMA nº 6/87, estudos de avaliação de impacto ambiental devem ser feitos com a preparação do relatório de avaliação de impacto ambiental, para as maiores instalações de geração construídas no Brasil depois de fevereiro de 1986. Enquanto esses estudos não são requeridos pelos órgãos ambientais para instalações construídas antes de fevereiro de 1986, tais instalações deverão obter licença de operação ambiental corretiva, mediante apresentação de formulário contendo certas informações referentes à instalação em questão. Após o recebimento do formulário, o órgão ambiental competente poderá determinar que sejam desenvolvidos estudos ambientais complementares ao pedido de licença corretiva.

A Lei Federal nº 9.605/98 estabeleceu multas para instalações que operem sem licenças ambientais.

A Emissora está negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986. Até o momento, a Emissora já obteve referida licença para os seguintes empreendimentos: Usinas Hidrelétricas: Itutinga e São Simão e as Pequenas Centrais Hidrelétricas: Pissarrão, Poquim, Rio de Pedras, Salto Morais e Santa Luzia.

Os empreendimentos de transmissão da Emissora, que não foram licenciados à época da sua construção, encontram-se em processo de licenciamento corretivo na FEAM ou no IBAMA (aqueles que estão interligados com as Usinas Hidrelétricas de Jaguara e Volta Grande, cujas subestações estão localizadas no estado de São Paulo), com estudos ambientais elaborados e protocolizados naquele Instituto.

Todos os demais empreendimentos de transmissão foram agrupados por Sistemas Regionais (Sudeste, Leste, Centro e Triângulo) e encontram-se em licenciamento junto à FEAM .

Os critérios de compensação ambiental e social não estão definidos, o que poderá fazer com que as solicitações de órgãos ambientais, Ministério Público, ONGs e populações afetadas sejam adicionais às tradicionalmente propostas. Devido a essas incertezas, as compensações ambientais e sociais podem afetar o licenciamento (inclusive o corretivo), prazos e orçamento de novos empreendimentos, e até mesmo inviabilizá-los. Ressalta-se que existem discussões atualmente em andamento nos órgãos ambientais oficiais (federal e estadual) com o objetivo de estabelecer critérios para disciplinar as compensações ambientais.

Termos de Ajuste de Conduta – TACs

- Assinado Termo de Ajuste de Conduta com a FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente em Junho/2006 relativo à mortandade de peixes na Usina Hidrelétrica de Três Marias durante operação das máquinas. O TAC obriga a Emissora a tomar medidas para se evitar acidentes análogos, bem como repassar a FEAM recursos da ordem de R$250 mil para serem destinados ao Projeto Manuelzão, uma ONG que tem por objetivo promover a revitalização da bacia do rio das Velhas.

- Termo de Ajuste de Conduta assinado com o Ministério Público, FEAM, Associação dos Atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé e Governo do Estado de Minas Gerais, estabelecendo condicionantes sócio-ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A 21ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais extinguiu, no último dia 19 de outubro, o TAC, considerando cumpridas as condicionantes socioambientais, definidas em ação ajuizada pelo Ministério Publico Federal, durante a construção da usina, tendo o Ministério Publico Federal recorrido da decisão.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A Emissora estabelece diversos programas de prevenção e controle de danos, com a finalidade de limitar os riscos relacionados às questões ambientais. Tais programas são estabelecidos no âmbito de cada diretoria da Emissora, cujas respectivas ações são coordenadas pela Vice-Presidência e pelo Comitê de Meio Ambiente, a qual define suas políticas e diretrizes ambientais.

De acordo com a sua política ambiental, a Emissora contabiliza os custos destes programas quando efetivamente incorridos, provisionando os respectivos custos de recuperação.

A Emissora conduz auditorias internas anuais de forma a verificar o cumprimento das diretrizes de suas políticas ambientais.

Outros Projetos

A Emissora investe, dentre outros, em projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental e diversas outras ações.

Padrões Internacionais Ambientais

A Emissora, embora diligente em suas atividades no que diz respeito ao meio ambiente e ciente das suas responsabilidades e da regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderiu a padrões internacionais ambientais.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a Emissora atua é uma preocupação constante.

A Emissora possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. A Emissora participa de diversos programas sociais coordenados pela CEMIG, que possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Mais informações estão presentes na Seção Negócios da Garantidora.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A Emissora trabalha com Sistemas de Gestão da Qualidade – SGQ (NBR ISO 9001:2000), Ambiental – SGA (NBR ISO 14001:2004 e Sistema Interno - SGA Nível 1) e de Saúde e Segurança – SGS (conforme a especificação OHSAS 18001), cuja abrangência vem se ampliando significativamente. Foram implantados em 2006 os Sistemas Integrados de Gestão – SIG (Qualidade, Ambiental e Saúde e Segurança) na Gerência das Usinas Oeste e Estação Ambiental de Volta Grande, nos Serviços de Segurança da Superintendência de Geração, nas Usinas Hidrelétricas de Três Marias, de Jaguara e de Volta Grande e na Usina Termelétrica de Igarapé.

Foram certificados em Sistema de Gestão da Qualidade no ano de 2006 os seguintes processos: Gestão da Superintendência de Geração; Engenharia de operação e manutenção da Geração; Consistência e divulgação de informações de Medição da Energia Gerada. Foi certificada também em 2006 a Gerência de Operação e Manutenção da Transmissão Triângulo e a Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica de São Simão, maior usina da Cemig, no Sistema de Saúde e Segurança.

As áreas da Emissora podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

São certificadas, conforme a Norma NBR ISO 14001:2004, as Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Itutinga, as Estações Ambientais de Galheiro, a Gerência de Usinas do Oeste e a Assessoria da Superintendência de Geração.

Possuem certificação conforme o SGA Nível as seguintes áreas da Emissora: (i)Geração: Usinas Hidrelétricas de Camargos, de Três Marias, de Volta Grande e de Jaguara e Usina Termelétrica de Igarapé; e (ii) Transmissão: Operação e Manutenção da Transmissão Leste; Operação e Manutenção de Transmissão Sudeste;

Todas as áreas da Emissora, independente da implantação do Sistema de Gestão Ambiental, têm como obrigação atender a um conjunto de Requisitos Mínimos estabelecidos para o controle e a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de seus impactos e planos de ação para correção das questões identificadas.

TECNOLOGIA

A Emissora possui sistemas informatizados e georreferenciados para projeto automatizado de linhas de transmissão, Centro de Operação do Sistema e sistema ESCADA, softwares proprietários para gerenciamento e controle de barragens e reservatórios, sistemas de monitoramento e alarme meteorológicos, sistema de fibra óptica utilizando cabos OPGW para uso próprio em seus sistemas de comunicação e locação de infra-estrutura a terceiros, sistemas de proteção, controle e manutenção preventiva e corretiva para minimizar interrupções, localizar faltas e agilizar o restabelecimento em caso de falha, sistema de padronização e especificação para construção e aquisição de material e serviço.

A Emissora compartilha com a CEMIG um sistema de gerenciamento da SAP, empresa alemã de *softwares* de administração, o qual fornece suporte nas áreas de contabilidade, custos, orçamento, investimentos, projetos, estoques, manutenção, ativos fixos, recursos humanos, tesouraria, gerência de riscos (corporativo e financeiro), gestão de indicadores de desempenho, dentre outros.

A Emissora compartilha com a CEMIG também (i) um Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos, destinado a propiciar o desenvolvimento sustentável e a criação de valor via crescimento do preço das ações negociadas e atender aos requisitos definidos pela Lei *Sarbanes Oxley;* e (ii) um Sistema de Gerenciamento de Riscos Financeiros destinado a monitorar os riscos associados à realização de operações nos mercados financeiros.

PRÊMIOS

Disputando com mais de 500 empresas brasileiras, a Emissora, juntamente com a CEMIG Controladora e a CEMIG D, foi classificada entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo Guia Você S/A – Exame, de 2006, a testando a excelência de suas práticas de gestão.

NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

HISTÓRICO

A CEMIG, por meio das sociedades em que participa, é umas das maiores empresas de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. A CEMIG foi constituída em 22 de maio de 1952, como Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., uma sociedade de economia mista com responsabilidade limitada e prazo indeterminado de duração, nos termos da Lei Estadual de Minas Gerais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e respectiva regulamentação, e nos termos do Decreto Estadual de Minas Gerais nº 3.710, de 20 de fevereiro de 1952.

A constituição da CEMIG tinha por objetivo dar suporte a um amplo programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial do Estado de Minas Gerais. Na década de 60, a CEMIG ampliou suas atividades, incluindo a responsabilidade pela transmissão e distribuição de energia elétrica naquele Estado, em resposta à exigência, por parte dos consumidores, de mais confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Desde a década de 60 até o início dos anos 80 a CEMIG adquiriu uma série de concessionárias de serviço público de energia de menor porte, estatais e privadas, e suas respectivas concessões, incorporando ao seu próprio sistema, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia. Principalmente em virtude dessas aquisições, a CEMIG tornou-se a maior concessionária de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

Em 1984, o estatuto social da CEMIG foi alterado de forma a permitir a participação da CEMIG em uma gama mais ampla de atividades relativas ao setor de energia por intermédio de companhias separadas, sendo sua denominação alterada para Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Desde então, a CEMIG apresenta como principais objetivos: a construção, operação e exploração de sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestação de serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a execução de atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objetivo social.

Em 1986, foi criada a Gasmig, subsidiária responsável pela distribuição de gás natural por meio de gasodutos localizados em Minas Gerais.

Alterações adicionais da legislação estadual em 1997 autorizaram a CEMIG a participar de atividades não correlatas que pudessem ser realizadas com uso de seus ativos operacionais. Em janeiro de 1999, a CEMIG em conjunto com a AES, empresa controlada pela da AES Corporation, decidiu participar de empreendimento conjunto de telecomunicações, Internet e televisão a cabo, constituindo a Infovias, sociedade na qual a CEMIG tinha 43,16% de participação. Em 2002, a CEMIG incorporou a Infovias através da aquisição da participação que a AES detinha naquela sociedade. A CEMIG detém, ações representativas de 99,94% do capital social total da Infovias.

Ademais, a CEMIG também presta serviços de consultoria por meio de contratos específicos firmados com companhias de eletricidade em vários países.

Em 24 de novembro de 2003, o estatuto social da CEMIG foi novamente alterado de forma a agilizar os processos administrativos da empresa.

A CEMIG operava diretamente seus negócios de geração, transmissão e distribuição de acordo com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal. Até 1997, a CEMIG detinha concessões individuais relativas a cada uma de suas instalações de geração e relativas a várias regiões dentro de sua área de distribuição. Em 10 de julho de 1997, a CEMIG celebrou novos contratos de concessão com a ANEEL, que consolidaram suas diversas concessões de geração em um único contrato e suas diversas concessões de distribuição em quatro concessões de distribuição cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste do Estado de Minas Gerais. Na mesma data, a CEMIG celebrou um novo contrato de concessão com a ANEEL, relativo às suas operações de transmissão.

Tendo em vista o processo de desverticalização, em 30 de dezembro de 2004, a CEMIG transferiu à Emissora e à CEMIG D, conforme o caso, todos os ativos de sua propriedade diretamente relacionados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além dos direitos e obrigações associados a tais atividades.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG gerava eletricidade em 57 usinas hidrelétricas, 4 usinas termelétricas e 1 usina eólica, tendo capacidade instalada total de 6.692MW. Na mesma data, a CEMIG detinha e operava 5.364 quilômetros de redes de transmissão e 419.327 quilômetros de redes de subtransmissão e distribuição. A CEMIG, por meio da CEMIG D, detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais.

Desde sua constituição, as operações da CEMIG foram influenciadas pelo fato de ser controlada pelo Governo Estadual de Minas Gerais. As operações da CEMIG tiveram e continuarão tendo importante impacto no desenvolvimento do comércio e indústria de Minas Gerais e nas condições sociais do Estado. O Governo Estadual de Minas Gerais, no passado, orientou a CEMIG a dedicar-se a certas atividades e a efetuar certos dispêndios destinados, principalmente, a promover seus objetivos sociais, políticos ou econômicos e não necessariamente destinados à geração de lucros.

Adicionalmente, a CEMIG possui um excelente potencial de crescimento, tendo em vista as seguintes características:

- lucratividade dos seus negócios;
- estrutura negocial de menor risco;
- ativos de eficiência operacional superior;
- situação financeira sólida; e
- baixo nível de endividamento.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA E OPERACIONAL

A CEMIG, por meio das sociedades em que participa, é uma das maiores e mais importantes empresas de energia elétrica do Brasil, tendo em vista sua posição estratégica, competência técnica e mercado atendido. Atualmente, a CEMIG é a principal empresa de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia. A CEMIG combina operações de geração, transmissão e distribuição principalmente por meio da Emissora e da CEMIG D.

A administração da CEMIG é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes. O relacionamento entre a CEMIG e seus controladores se dá por meio de decisões de seu Conselho de Administração.

A tabela abaixo apresenta o percentual das participações acionárias da CEMIG em suas controladas por área de atuação, inclusive em consórcios dos quais participa a Emissora na área de geração de energia elétrica:

Empresa	Participação da CEMIG (%)
Distribuição de energia elétrica	
CEMIG Distribuição S.A.	100,00
Rio Minas Energia Participações S.A.	25,00
Geração de energia elétrica	
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	100,00
Consórcio da UHE de Aimorés	49,00
Consórcio da UHE de Funil	49,00
Consórcio da UHE Igarapava	14,50
Consórcio da UHE de Porto Estrela	33,33
Consórcio da UHE de Queimado	82,50
Consórcio da UHE de Baguari	34,00
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00
CEMIG PCH S.A.	100,00
Horizontes Energia S.A.	100,00
Sá Carvalho S.A.	100,00
Rosal Energia S.A.	100,00
UTE Barreiro S.A.	100,00
CEMIG Capim Branco Energia S.A.	100,00
Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.	100,00
Central Temelétrica de Cogeração S.A.	100,00
Transmissão de energia elétrica	
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	100,00
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51,00
Companhia Transleste de Transmissão	25,00
Companhia Transudeste de Transmissão	24,00
Companhia Transirapé de Transmissão	24,50
Transchile Charrua Transmisión S.A.	49,00
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	7,50
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	(*)14,93
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	(*)17,51
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	18,35
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	18,35
Comercialização de Energia	
CEMIG Trading S.A.	100,00
Distribuição de Gás	
Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig	55,19
Telecomunicações	
Empresa de Infovias S.A.	100,00
Eficiência Energética	
Efficientia S.A.	100,00

(*) 25% do capital votante

Área de Concessão

A CEMIG é responsável pela geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, correspondendo a 567,5 mil quilômetros quadrados, o equivalente à extensão territorial de um país do porte da França. Ademais, por sua participação indireta na Light S.A., a CEMIG atua também no Estado do Rio de Janeiro.

A CEMIG, por meio de suas controladas e coligadas de geração, opera 62 usinas, sendo 57 hidrelétricas, que produzem energia para atender a mais de 17 milhões de pessoas em 774 municípios e 5.415 localidades em Minas Gerais.

A CEMIG, por meio de suas controladas e coligadas de transmissão de energia elétrica, opera uma rede de transmissão que consistia, em 31 de dezembro de 2006, em 5.364 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.592 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.969 quilômetros de 345 kV e 803 quilômetros de 230kV, bem como 33 subestações de transmissão e 63 subestações de geração, com total 22.751 MVA instalados.

Ademais, a CEMIG, por meio da CEMIG D e da Rio Minas Energia Participações S.A. gerencia a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 402 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste. Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG contava com aproximadamente 6.240 mil consumidores, sendo 5.065 mil consumidores residenciais. Além disso, a Light S.A., da qual a CEMIG Controladora participa por meio da Rio Minas Energia Participações S.A. atendia, em 31 de dezembro de 2006, a 3.802 mil consumidores, sendo 3.495 mil consumidores residenciais.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS

Inserida na Região Sudeste, a CEMIG busca aumentar sua base de clientes e atender a demanda crescente de seus atuais consumidores por serviços de suprimento de energia elétrica confiáveis e de baixo custo. A CEMIG busca assegurar também uma perspectiva de longo prazo para que seus clientes possam expandir suas atividades estando seguros de que haverá energia suficiente para os seus projetos de expansão.

Para isto, a CEMIG atua em todas as áreas do negócio de eletricidade, ou seja, geração, transmissão e distribuição, o que garante competitividade e qualidade ao suprimento de energia. A CEMIG faz também com que suas redes de transmissão e distribuição alcancem todas as regiões da área de concessão em que atua, interligando essas redes à rede básica nacional, permitindo assim o acesso a consumidores localizados fora dessa área de concessão.

Ademais, a CEMIG atua na distribuição de gás natural e no desenvolvimento de redes de telecomunicações baseadas em tecnologia de fibra óticas e construídas sobre suas linhas de transmissão, visando ampliar as alternativas de produtos colocados à disposição de seus clientes e que mostrem uma grande sinergia com o negócio de eletricidade.

A CEMIG possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde grandes usinas até pequenas unidades solares para atendimento a consumidores de localidades remotas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem à ela para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade. Através de parcerias, novos projetos de geração foram e serão construídos, permitindo que mais consumidores tenham acesso aos serviços prestados pela CEMIG.

Responsável por 93,3% da distribuição direta de eletricidade no Estado de Minas Gerais, a CEMIG atingiu em 2006 o atendimento a 100% dos consumidores em sua área urbana de concessão. A previsão para universalização da área rural foi adiada para 2008, considerando que, embora deva cumprir em maio de 2007 a meta estabelecida para atual contratos do Programa Luz para Todos, a CEMIG identificou outras 100 mil novas unidades a serem ligadas fruto do crescimento vegetativo gerado pelas regras de incentivo ao consumo de energia elétrica no meio rural.

Consciente da relevância de sua atuação na comunidade que serve, a CEMIG se preocupa em desenvolver somente aqueles projetos que tenham assegurado a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população.

Inclusive, nos últimos anos, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D aumentaram o número de consumidores e diminuiram o número de empregados, melhorando sistematicamente sua performance no indicador Consumidores/Empregados, conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de					
	2001	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Consumidores (x 1.000) (a)	5.412	5.591	5.744	5.875	6.010	6.240
Empregados (b)	11.288	11.468	11.302	10.668	10.271	10.658
a/b	479	487	508	551	585	586

Ademais, visando preservar sua boa situação financeira, a CEMIG tem como política apenas iniciar projetos que tenham assegurado retorno e recursos compatíveis com o seu custo médio ponderado de capital, agregando valor aos investimentos existentes. Assim, a CEMIG busca sempre propiciar crescimento sustentável e agregar valor ao investimento de seus acionistas por meio, basicamente, de:

- análises de seu portfólio de negócios;
- definição dos objetivos que pretendem ser alcançados;
- implementação de políticas de governança corporativa cada vez mais sofisticadas; e
- gerenciamento do desempenho de suas atividades operacionais.

VISÃO GERAL DOS NEGÓCIOS DA GARANTIDORA

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG gerou 84,5% da eletricidade que entregou a consumidores finais, exceto consumo próprio e suprimento, arcando com as perdas. Já no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a geração da CEMIG representou 86,3% da energia entregue aos consumidores finais. Além da energia produzida em suas instalações de geração, a CEMIG é obrigada, como outras concessionárias de energia elétrica, a comprar eletricidade de Itaipu em volumes determinados pelo Governo Federal com base em suas vendas de eletricidade.

A CEMIG compra energia de outras concessionárias e do Sistema Interligado. A CEMIG também compra energia excedente gerada por Auto-Produtores de Energia Elétrica ("APEs") e Produtores Independentes de Energia Elétrica ("PIEs"), localizados dentro de sua área de concessão. Como parte de sua atividade de distribuição, a CEMIG entrega a energia que compra das fontes acima mencionadas a seus consumidores finais e ao Sistema Interligado. A CEMIG também entrega a energia gerada pelos APEs e PIEs em suas próprias instalações.

A tabela a seguir apresenta certas informações relativas à eletricidade gerada pela Emissora e pelas controladas da CEMIG Controladora e à eletricidade comprada de terceiros. Também consta dessa tabela a eletricidade entregue.

Balanço de Energia Consolidado						
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
(GWh)	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
RECURSOS (1)	46.984	49.372	51.927	45.118	52.748	
Energia Gerada Pela Emissora (2)	18957	21608	27.025	26.922	30.411	
Energia Gerada por Autoprodutores	1.003	1.234	1.650	1.581	1.098	
Energia Gerada por Ipatinga	344	348	351	237	299	
Energia Gerada por Barreiro	0	0	0	72	18	
Energia Gerada por Sá Carvalho (3)	325	425	305	468	467	
Energia Gerada por Horizontes (3) (4)	-	-	59	105	76	
Energia Gerada por Capim Branco Energia (13)	-	-	-	-	-	
Energia Gerada por Cemig PCH (ex-Pai Joaquim)	-	-	-	-	16	
Energia Gerada por Rosal	-	-	-	-	417	

Balanço de Energia Consolidado						
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
(GWh)	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Energia comprada de Itaipu	11.935	12.735	12.220	11.936	12.144	
Energia comprada do Sistema Interligado e outras empresas (5)	14.420	13.022	10.317	-	-	
Energia comprada da CCEE e outras empresas (6)	-	-	-	3.796	7.802	
Compra MRE	-	-	-	1.955	540	
Compra CCEE	-	-	-	195	1.201	
Compra PROINFA (9)	-	-	-	-	-	114
Contratos Iniciais	-	-	-	1.448	744	
Contratos Regulados (CCEAR) (11)	-	-	-	-	4.644	
Energia de co-geração	-	-	-	190	228	
Contratos Bilaterais (8) (12)	-	-	-	8	445	
REQUISITOS	**46.984**	**49.372**	**51.927**	**45.118**	**52.748**	**63.964**
Energia entregue a consumidores finais (7)	34279	34862	35.248	36.669	38.068	37.708
Energia entregue a autoprodutores	1.323	1.323	1.323	1.472	974	1.013
Energia entregue por Ipatinga	344	348	351	237	299	300
Energia entregue por Barreiro	0	0	0	72	76	97
Energia entregue por Sá Carvalho (3)	325	425	305	474	472	472
Energia entregue por Horizontes (3)	-	-	59	80	84	95
Energia entregue por Capim Branco (13)	-	-	-	-	-	-
Energia entregue por Cemig PCH (ex- Pai Joaquim)	-	-	-	-	61	105
Energia entregue por Rosal	-	-	-	-	263	263
Energia entregue ao Sistema Interligado e outras empresas (5)	7.120	7.863	9.720	-	-	-
Energia entregue à CCEE e outras empresas (6)	-	-	-	1.798	8.355	18.476
Venda MRE	-	-	-	591	1.508	1.682
Venda CCEE	-	-	-	919	5.379	6.188
Contratos Iniciais	-	-	-	157	83	-
Contratos CCEAR (10) (11)	-	-	-	-	-	6.775
Contratos Bilaterais (12)	-	-	-	131	1.385	3.831
Perdas	3.593	4.551	4.921	4.315	4.096	5.436

(1) Em 2004 houve uma alteração na forma de consideração das transações no mercado atacadista e outras empresas conforme as observações (5) e (6). Essa mudança de metodologia é responsável pela variação dos Recursos e Requisitos entre 2003 e 2004.

(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas a geração (652GWh) e o consumo interno das usinas geradoras

(3) Até 2003, essas parcelas referiam-se aos valores totais de Recursos e Requisitos. A partir de 2004, as transações de curto prazo na CCEE (ex-MAE) e com outras empresas dessas empresas estão incluídas nos itens Energia comprada da CCEE e outras empresas.

(4) Em 2004 a geração da PCH Pai Joaquim estava considerada na geração da Horizontes S.A.

(5) Nos anos anteriores a 2004, essa parcela referia-se a intercâmbios físicos entre a rede da CEMIG e o Sistema Interligado.

(6) A partir de 2004, essa parcela refere-se a contratos, compras e vendas de energia no âmbito da CCEE, incluindo o MRE.

(7) Inclui energia entregue a consumidores fora da área de concessão.

(8) Inclui Contratos Iniciais de compra de cargas isoladas, inclusive de Furnas.

(9) Até 2005 este campo corresponde aos contratos iniciais.

(10) Até 2005 este campo corresponde aos contratos iniciais.

(11) Exclui contratos CCEAR entre CEMIG G e CEMIG D.

(12) Exclui contratos bilaterais entre CEMIG G e CTC.

(13) Exclui contratos bilaterais entre CAPIM BRANCO G e CEMIG D.

GERAÇÃO

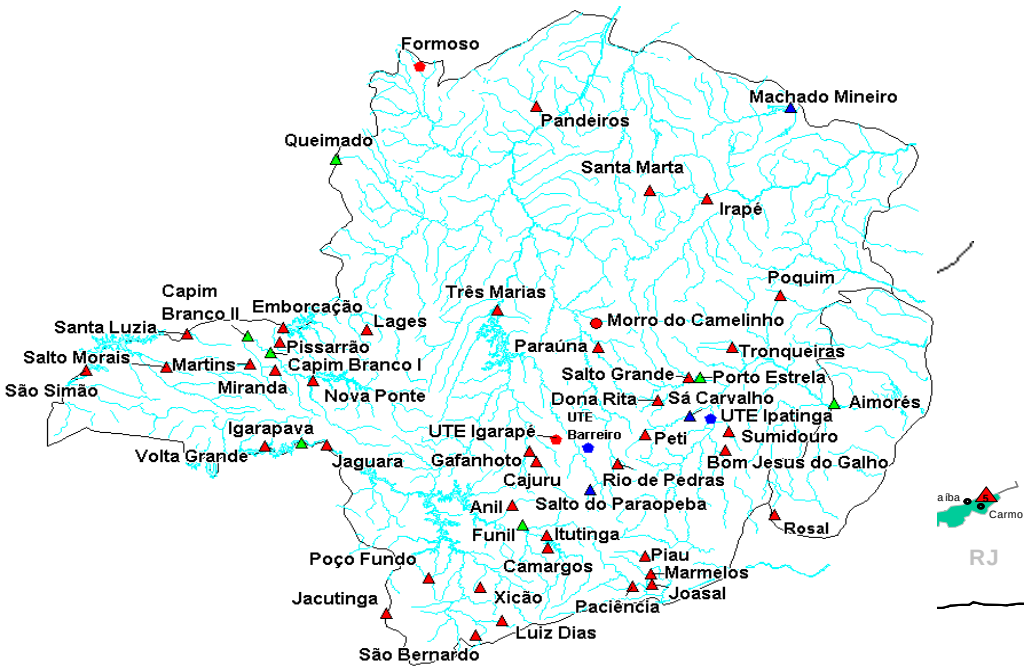
A CEMIG, por meio da Emissora, da Usina Térmica de Ipatinga S.A., da CEMIG PCH S.A., da Horizontes Energia S.A., da Sá Carvalho S.A., da Rosal Energia S.A., da Usina Termelétrica Barreiro S.A., da CEMIG Capim Branco Energia S.A. e da Central Termelétrica de Cogeração S.A., bem como da sua participação na Light S.A., por meio da Rio Minas Energia Participações S.A., exerce a atividade de geração de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG, por meio de referidas sociedades, detinha e operava 62 usinas elétricas, das quais 57 eram hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 usina eólica, dispondo de capacidade instalada total de geração de 6.692 MW, dos quais as usinas hidrelétricas respondem por 6.507 MW, as usinas termelétricas respondem por 184 MW e a usina eólica responde por 1 MW.

No ano de 2005, 42 das usinas hidrelétricas responderam por aproximadamente 97,7% da capacidade total de geração elétrica instalada da CEMIG.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG, em bases consolidadas, era considerada a quinta maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil, tendo em vista o total de capacidade instalada.

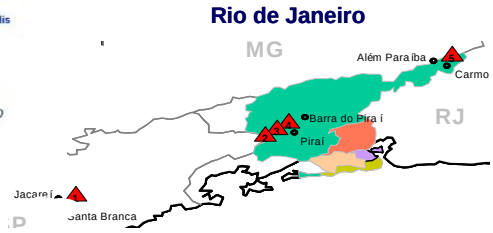
O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da CEMIG:



Usinas da Light
Horizontes Energia
Rosal Energia







Usinas da Horizontes Energia
Sá Carvalho S/A
UTE Ipatinga S/A
UTE Barreiro S/A



Seguem abaixo informações operacionais referentes às principais usinas de geração de energia elétrica da CEMIG:

Informações não auditadas				
	Localização	**Capacidade Instalada (MW)**	**Data da Concessão ou Autorização**	**Data de Vencimento**
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710	01/1965	01/2015
Emborcação (2)	Rio Paranaíba	1.192	07/1975	07/2005
Nova Ponte (2)	Rio Araguari	510	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	162	12/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88	12/2000	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	87	12/1997	12/2032
Itutinga	Rio Grande	52	01/1953	07/2015
Capim Branco I (3)	Rio Araguari	51	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37	07/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	31	12/1998	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23	04/2002	04/2032
Santa Branca(4)	Rio Paraíba do Sul	11	1996	2026
Fontes Novas(4)	Ribeirão das Lajes	26	1996	2026
Nilo Peçanha(4)	Ribeirão das Lajes	75	1996	2026
Pereira Passos(4)	Ribeirão das Lajes	20	1996	2026
Ilha dos Pombos(4)	Rio Paraíba do Sul	36	1996	2026
Outras (2)	Diversas	115	Diversas	Diversas
		6.507		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131	08/1974	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	13	01/2002	04/2023
		184		
Total Geração		**6.692**		

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Emissora nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada.

(2) A CEMIG requereu junto à ANEEL a prorrogação por mais vinte anos do prazo da concessão para geração de energia elétrica das seguintes usinas: UHE Emborcação, UHE Nova Ponte, PCH São Bernardo, PCH Poço Fundo, PCHSanta Luzia, PCH Luiz Dias, PCH Rio de Pedras, PCH Xicão e PCH Pandeiros. A ANEEL, após instruir o processo, encaminhou-o, em 11 de novembro de 2006, para Ministério das Minas e Energia que ainda não se pronunciou.

(3) A capacidade instalada demonstrada refere-se à participação da CEMIG Capim Branco S.A. no empreendimento em consórcio com a iniciativa privada.

(4) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da CEMIG Controladora na Light S.A. de 19,85%

Subsidiárias Operacionais de Geração

Segue breve descrição das subsidiárias operacionais da CEMIG que atuam na geração de energia elétrica, exceto a Emissora, cujas atividades estão descritas na Seção “Negócios da Emissora”.

Usina Térmica de Ipatinga S.A.

A CEMIG, por meio de sua subsidiária integral Usina Térmica de Ipatinga S.A., opera, em conjunto com a Usiminas, a UTE Ipatinga, cujo objeto é a produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica. A UTE Ipatinga está localizada nas instalações da Usiminas e fornece energia a uma importante usina siderúrgica de propriedade daquela empresa no leste de Minas Gerais. A CEMIG adquiriu a UTE Ipatinga da Usiminas como pagamento de dívidas pendentes relativas a fornecimento de eletricidade pela CEMIG à Usiminas. A aquisição teve o valor de R$90 milhões. Concomitantemente à aquisição da UTE Ipatinga, foi assinado um contrato de compra e venda de energia com a Usiminas referente à energia produzida na UTE Ipatinga. A usina atualmente apresenta capacidade instalada de 40 MW, gerada por duas unidades que iniciaram operação em 1984 e que utilizam gás de alto-forno como combustível.

CEMIG PCH

O objeto desta subsidiária integral da CEMIG é a produção e comercialização de energia gerada por PCHs, em regime de produção independente. Os ativos da PCH Pai Joaquim estão sendo contabilizados nessa empresa. A PCH Pai Joaquim, com capacidade instalada de 23 MW, está localizada no rio Araguari, na região do Triângulo Mineiro, entre os municípios de Santa Juliana e Sacramento. As obras de relocação e ampliação da casa de força foram iniciadas em abril de 2002 e a geração comercial iniciou-se em 31 de março de 2004.

Horizontes Energia S.A.

Trata-se de subsidiária da CEMIG anteriormente denominada Veredas Energética S.A. Seu objeto social é a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, mediante a exploração das Usinas Machado Mineiro, Salto de Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão, Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, bem como outros empreendimentos de geração que venham a ser adquiridos ou construídos com a participação da CEMIG. A Horizontes Energia S.A. entrou em operação no 1º trimestre de 2003.

Sá Carvalho S.A.

O objetivo desta empresa, subsidiária integral da CEMIG, é a produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, através da UHE Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Rosal Energia

Em novembro de 2004, a CEMIG comprou a UHE Rosal, com capacidade instalada de 55 MW, da empresa Caiuá Serviços de Eletricidade S.A., por R$134 milhões. A UHE Rosal, único ativo da Rosal Energia S.A., está localizada no rio Itabapoana, entre a divisa dos estados do Espírito Santo (município de Guaçuí) e Rio de Janeiro (município de Bom Jesus de Itabapoana). A operação comercial das unidades 1 e 2 ocorreram em dezembro de 1999 e janeiro de 2000, respectivamente.

O contrato de concessão, firmado com a Aneel por um período de 35 anos, vence em 2032. A ANEEL aprovou a transferência de controle em dezembro de 2004.

Usina Termelétirca Barreiro S.A.

A Usina Termelétrica Barreiro S.A., subsidiária integral da CEMIG, foi criada com o objetivo de desenvolver a construção de uma usina de cogeração térmica, utilizando gás de alto forno e alcatrão, localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na área industrial da Vallourec & Mannesmann do Brasil - VMB.

A construção da UTE Barreiro foi iniciada em abril de 2002 e o início de suas operações comerciais ocorreu em 21 de fevereiro de 2004. A UTE Barreiro tem potência instalada de 12,9 MW, sendo 11,5 MW de disponibilidade energética.

A UTE Barreiro S.A. obteve autorização da ANEEL, válida até 30 de abril de 2023, a qual pode ser prorrogada de acordo com os critérios lá estipulados. A autorização para exploração da explorar a UTE Barreiro foi concedida originalmente para a Central Termelétrica de Cogeração S.A., tendo sido transferida para a Usina Termelétrica Barreiro S.A., nos termos da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 432 de 30 de janeiro de 2006.

Central Termelétrica de Cogeração S.A.

Criada em 2003 para desenvolver a construção da UTE Barreiro, tendo como acionistas a CEMIG com 48,5%, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa com 50,6% e outros com 0,9%. Tendo em vista a transferência da UTE Barreiro para a UTE Barreiro S.A., a Central Termelétrica de Cogeração S.A. encontra-se em fase de extinção.

CEMIG Capim Branco Energia S.A

A composição do Consórcio Capim Branco Energia atualmente é a seguinte: (i) 21,0526% pela CEMIG, (ii) 48,4211% pela CVRD, (iii) 17,8947% pela Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e (iv) 12,6316% pela Votorantin Metais e Zinco (CMM). A participação da CEMIG no empreendimento se dá por meio da assunção dos gastos já realizados em estudos e projetos constantes do edital de leilão da concessão, aporte de recursos, supervisão da qualidade na implantação das obras e por serviços de operação e manutenção das usinas durante o prazo da concessão.

O orçamento total do Complexo é de R$945 milhões, valor atualizado pelo IGP-M até junho de 2006. As construções das UHEs Capim Branco I e II se iniciaram em setembro de 2003 e março de 2004, respectivamente. Ambas têm três unidades. A geração de energia pela primeira, segunda e terceira unidade da UHE Capim Branco I ocorreu em fevereiro, março e maio de 2006, respectivamente. O início da geração de energia pela primeira, segunda e terceira unidades da UHE Capim Branco II está previsto para fevereiro, março e maio de 2007, respectivamente. A UHE Capim Branco I tem uma potência instalada de 240 MW, sendo 1.357.800 MWh/ano de energia assegurada.

A UHE Capim Branco II terá uma potência instalada de 210 MW, sendo 1.147.560 MWh/ano de energia assegurada.

Ampliação da Capacidade de Geração

Estima-se que os novos projetos de ampliação da capacidade de geração serão desenvolvidos, preferencialmente, pela Emissora. Para mais informações vide Seção “Negócios da Emissora”.

Contratos de Concessão relativos à Geração de Energia Elétrica

Os contratos de concessão relativos à geração da CEMIG têm, de uma maneira geral, as mesmar características dos contratos de concessão relativos à geração da Emissora. Para mais informações, vide Seção “Negócios da Emissora”.

TRANSMISSÃO

A CEMIG, por meio da Emissora, Companhia Transleste de Transmissão, Companhia Transirapé de Transmissão, Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, Companhia Transudeste de Transmissão, Transchile Charrua Transmisón S.A., Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. e Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A., realiza também a atividade de transmissão de energia elétrica, que consiste no transporte de energia elétrica das instalações geradoras às redes de distribuição para entrega a consumidores finais e concessionárias distribuidoras. A CEMIG transporta a energia produzida em suas próprias instalações de geração bem como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras concessionárias.

O sistema de transmissão da CEMIG é composto por redes de transmissão de energia elétrica com capacidade de voltagem igual ou maior que 230 kV, que são responsáveis pelo transporte dos grandes blocos de energia desde os grandes centros geradores até os centros consumidores, viabilizando, através das subestações de transmissão espalhadas pelas diversas regiões da área de concessão, o atendimento aos sistemas de subtransmissão e distribuição.

A rede de transmissão de energia elétrica da CEMIG integra a rede básica de transmissão nacional regulamentada pela ANEEL. Em 31 de dezembro de 2006 a rede de transmissão da CEMIG, incluindo os ativos de suas controladas e coligadas, consistia de em 5.364 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.592 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.969 quilômetros de 345 kV e 803 quilômetros de 230kV, bem como 33 subestações de transmissão e 63 subestações de geração, com total 22.751 MVA instalados.

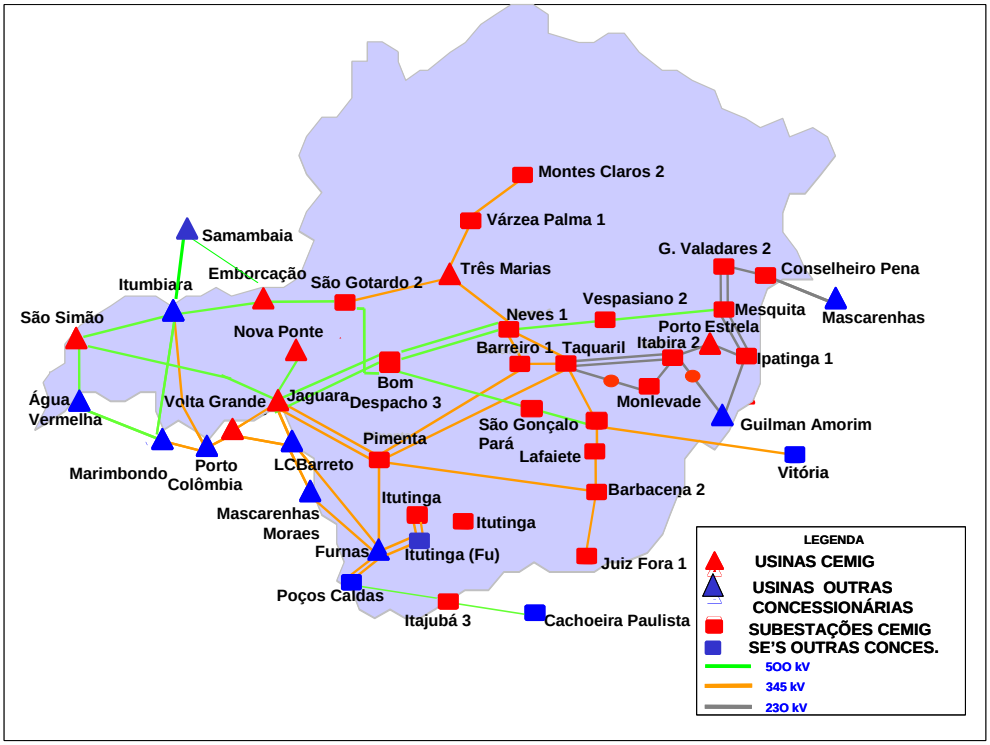
A CEMIG transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes. Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG possuía 189 clientes industriais aos quais fornecia diretamente eletricidade de alta voltagem (69kV a 230kV) por meio das ligações desses clientes com as suas redes de transmissão. A CEMIG também transmite energia a sistemas de distribuição por meio da divisão Sul/Sudeste do Sistema Interligado.

As tabelas a seguir apresentam certas informações operacionais relativas à capacidade de transmissão da CEMIG nas datas indicadas:

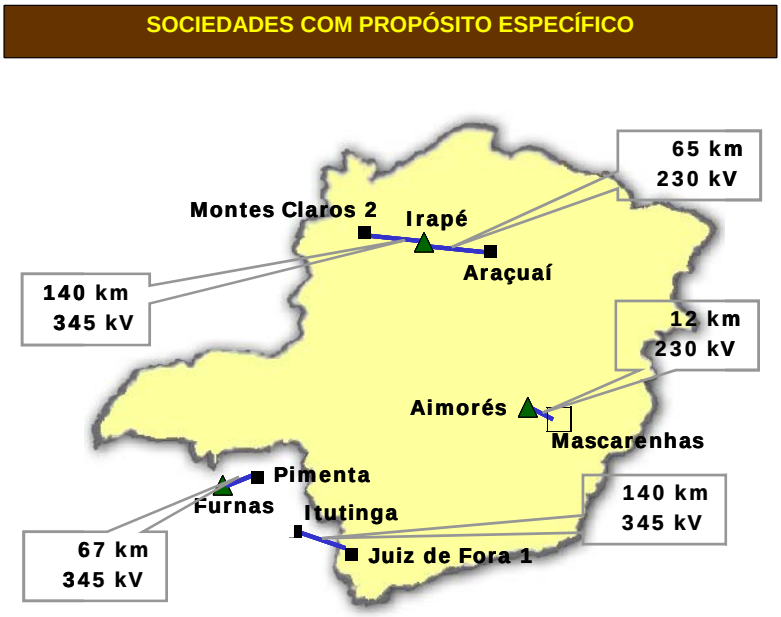
	Extensão da Rede de Transmissão em Quilômetros		
	31 de dezembro de		
Capacidade da Rede de Transmissão	**2004**	**2005**	**2006**
500 kV	2.163	2.165	2.592
345 kV	1.942	1.976	1.969
230 kV	751	751	803
Total	4.856	4.892	5.364

	31 de dezembro de			
	2003	**2004**	**2005**	**2006**
Número de subestações da transmissão	31	32	32	33
MVA	15.169	15.393	15.393	15.483

O mapa a seguir mostra a localização da Rede Básica da CEMIG:







Linhas de Transmissão da TBE, coligada da CEMIG

AMPLIAÇÃO DE REDE DE TRANSMISSÃO

Linha de Transmissão Montes Claros 2 – Irapé

Em dezembro de 2005, foi concluída pela Companhia Transleste de Transmissão a obra da Linha de Transmissão Montes Claros 2 – Irapé, 345 kV, com 150 km de extensão, conectando o Usina Hidrelétrica de Irapé ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A Companhia Transleste de Transmissão é formada pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica – Alusa, com 41% de participação, Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., com 10%, Furnas Centrais Elétricas, com 24%, e CEMIG, com 25%.

Estão em fase final de implantação os seguintes empreendimentos de transmissão:

- *Linha de Transmissão Itutinga* **–** Juiz de Fora 1, 345 kV, com 145 km de extensão, pela Companhia Transudeste de Transmissão, sendo uma obra de reforço do SIN. Além da LT, faz parte da concessão a implantação dos terminais da Subestação (SE) Itutinga e SE Juiz de Fora 1. A entrada em operação comercial está prevista para janeiro de 2007. A Companhia Transudeste de Transmissão é formada pela Alusa, com 41% de participação, Orteng, com 10%, Furnas, com 25%, e CEMIG, com 24%.

- *Linha de Transmissão Irapé* – Araçuaí 2, 230 kV, com 61 km de extensão e SE Araçuaí 2, pela Companhia Transirapé de Transmissão, para interligação do UHE Irapé à SE Araçuaí 2. Também faz parte da concessão a implantação do terminal da SE Irapé. A entrada em operação comercial está prevista para janeiro de 2007. A Companhia Transirapé de Transmissão é composta pela Alusa, com 41% de participação, Orteng, com 10%, Furnas, com 24,5%, e CEMIG, com 24,5%.

Além dessas Linhas de Transmissão, encontra-se em implantação, pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, a Linha de Transmissão Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, para reforço do SIN. Além de referida Linha de Transmissão, faz parte da concessão a implantação dos terminais das SEs Furnas e Pimenta. A entrada em operação comercial está prevista para maio de 2008. A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas é tem a participação de Furnas, com 49%, e CEMIG, com 51%.

A CEMIG acredita que seu sistema de transmissão precisará ser ampliado por meio da construção de novas subestações e redes de transmissão dentro dos próximos cinco anos.

Investimentos no Chile

A CEMIG e a Alusa foram declaradas vencedoras da concorrência internacional realizada pelo Centro de Despacho Econômico de Carga do Sistema Interconectado Central – CDEC – SIC do Chile, para implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

Contratos de Concessão relativos à Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão relativos à transmissão da CEMIG têm, de uma maneira geral, as mesmas características dos contratos de concessão relativos à transmissão da Emissora. Para mais informações, vide Seção “Negócios da Emissora”.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEMIG, por meio da CEMIG D, atua no mercado de distribuição de energia elétrica. A CEMIG D é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. Atualmente, é a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística, etc.

O negócio da CEMIG D envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A CEMIG D detém concessões para distribuição de eletricidade em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais, desenvolvendo atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 17 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2000. A CEMIG D acredita possuir a maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina e uma das quatro maiores do mundo, com mais de 394 mil quilômetros de extensão, a qual se encontra em posição estratégica e de vital importância dentro do Sistema Interligado do Sudeste.

A CEMIG D atende 99,4% da população urbana do Estado de Minas Gerais e 84,4% da população rural do Estado de Minas Gerais. A CEMIG D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores de baixa renda do Brasil, qual seja, 44,4% do total de consumidores da classe residencial, representando aproximadamente 2,2 milhões de consumidores de baixa renda. Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG D contava com 6,2 milhões de consumidores, sendo 5,06 milhões de consumidores residenciais.

O mapa a seguir representa a área de atuação da CEMIG D:

ÁREA DE CONCESSÃO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.



Sistema de Distribuição

O sistema de distribuição da CEMIG D está dividido em 7 malhas regionais, todas operando de forma satisfatória, descritas abaixo:

Malha Centro

Esta malha é responsável por 33% do mercado da CEMIG D, atendendo a toda a região metropolitana de Belo Horizonte. O consumo do setor industrial corresponde a 8,3% do total de energia fornecida pela CEMIG D. A região possui 21 consumidores ligados à malha de alta tensão. Esta região possui participação relevante das classes residencial, industrial e comercial, tanto na demanda quanto no consumo de energia elétrica, cujo atendimento, em alguns pontos do sistema, necessita de reforços de transmissão e distribuição nos próximos anos, permitindo, assim, o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade.

Malha Leste

Esta região possui 7 consumidores industriais. Para esta região estão previstas, para os próximos anos, obras de expansão para os sistemas de transmissão e distribuição, sendo que para o sistema de distribuição está previsto, aproximadamente, a extensão de 423 km de rede urbana, atendendo a 18000 consumidores, extensão de 23.000 km de rede rural, atendendo a 65000 consumidores e reforço em 960 km de rede, beneficiando 135.000 consumidores. Essas obras possibilitarão o crescimento do mercado regional e melhorarão a qualidade do fornecimento da energia ofertada.

Malha Mantiqueira

Esta região possui 20 consumidores atendidos em alta tensão. Para atender o crescimento do mercado nesta região, influenciado especialmente pelo desempenho do setor industrial, estão previstas novas obras de distribuição para os próximos anos. Para dar suporte a esses reforços de distribuição também estão previstos reforços de transmissão, garantindo o atendimento a esses novos projetos industriais e ao mercado em geral, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.

Malha Norte

É a região do estado de maior extensão territorial, e atende a 15 consumidores de alta tensão. Para permitir a expansão do mercado regional, cuja influência das classes industrial e rural (irrigação) tem sido relevante, estão definidos diversos reforços de transmissão e distribuição, para os próximos anos, permitindo o atendimento à expansão do mercado e a manutenção dos índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Oeste

O consumo do setor industrial nesta região corresponde a 4,4% do total de energia fornecida pela CEMIG D. Esta região possui 11 consumidores atendidos em alta tensão. Destacam-se na participação do mercado desta região as classes industrial e residencial, cujo atendimento e manutenção da qualidade da energia, nos próximos anos, vai requerer reforços de transmissão e distribuição.

Malha Sul

A região da malha sul conta com 3 usinas hidrelétricas e 5 pequenas centrais hidrelétricas. Esta região possui 6 consumidores servidos em alta tensão. Os principais reforços regionais planejados, para os próximos anos, estão voltados especialmente para viabilizar o crescimento vegetativo do mercado, cuja participação da classe residencial é predominante. Adicionalmente, esses reforços de distribuição visam manter os índices de qualidade, conforme legislação.

Malha Triângulo

O Triângulo Mineiro é a região do estado de Minas Gerais que detém a maior concentração da geração hidrelétrica. Esta região possui 11 consumidores servidos em alta tensão. Destacam-se nesta região, além das classes residencial, comercial e industrial, a classe rural, onde o agronegócio exerce importante influência na economia regional e no consumo e demanda de energia elétrica. Para sustentar o crescimento de todo este mercado, estão planejadas para os próximos anos diversas obras de expansão do sistema, com ênfase principal no sistema de distribuição.

As tabelas a seguir fornecem informações operacionais do sistema de distribuição da CEMIG D, nas datas indicadas:

Extensão de Linhas de Subtransmissão em Quilômetros
(a partir das estações de transmissão às subestações de distribuição)

Capacidade da rede de distribuição	Em 31 de dezembro de 2006
161 kV	55
138 kV	10.842
69 kV	4.513
34.5 kV + Outras	966
Total	16.376

Extensão da Rede de Distribuição em Quilômetros
(a partir das subestações da distribuição aos consumidores finais)

Tipo de Redes de Distribuição	Em 31 de dezembro de 2006
Redes de distribuição urbanas aéreas	84.721
Redes de distribuição urbanas subterrâneas	759
Redes de distribuição rurais aéreas	308.689
Total	394.169

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a CEMIG D comprou de Itaipu 12.144 GWh de eletricidade, representando aproximadamente 60% da eletricidade vendida pela CEMIG D a consumidores finais. No mesmo ano de 2005, a CEMIG D comprou 7.587 GWh de eletricidade da Emissora e 6.082 GWh de produtores independentes, de Cogeração e de outras concessionárias. Na liquidação de curto prazo na CCEE, a CEMIG D comprou 1.020 GWh e vendeu 2.518 GWh de eletricidade.

Já no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG D comprou de Itaipu 12.109 GWh de eletricidade, representando aproximadamente 60,6% da eletricidade vendida pela CEMIG D a consumidores finais, e comprou 12.188 GWh de eletricidade do Ambiente de Contratação Regulada e 1.734 GWh do Sistema Interligado, de Cogeração e de outras concessionárias. Na liquidação de curto prazo na CCEE, a CEMIG D comprou 4.025 GWh e vendeu 4.650 GWh de eletricidade.

Tendo em vista que a CEMIG D compra eletricidade de Itaipu e de outras companhias elétricas, o uso da rede de transmissão exige o pagamento de tarifas programadas ao ONS e demais agentes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a CEMIG D efetuou pagamentos que totalizaram R$411 milhões e R$ 352,7 milhões, respectivamente.

Itaipu

Itaipu é a maior usina hidrelétrica em operação do mundo, com capacidade instalada de 12.600 MW. A Eletrobrás, uma *holding* controlada pelo Governo Federal, detém participação de 50% em Itaipu, e os restantes 50% são detidos pelo Governo do Paraguai. O Brasil é obrigado, de acordo com um tratado de 1973 celebrado com o governo do Paraguai, a comprar a totalidade da eletricidade gerada por Itaipu que não for consumida pelo Paraguai. Na prática, o Brasil, em geral, compra mais de 95% da eletricidade de Itaipu.

A CEMIG D é uma das 19 companhias elétricas que operam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil obrigadas a comprar, em conjunto, a totalidade da eletricidade gerada por Itaipu que cabe ao Brasil. O Governo Federal aloca a parcela do Brasil de eletricidade de Itaipu entre referidas companhias elétricas em montantes proporcionais à sua respectiva participação histórica de mercado nas vendas de eletricidade totais. Até dezembro de 2007, a CEMIG D será obrigada a comprar aproximadamente 17% da totalidade da eletricidade comprada pelo Brasil de Itaipu. Certas concessionárias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, incluindo a CEMIG D, são obrigadas a comprar a energia de Itaipu a tarifas fixas de forma a custear as despesas operacionais de Itaipu e os pagamentos de principal e juros sobre os empréstimos em Dólares de Itaipu, bem como o custo de transmissão dessa energia ao Sistema Interligado. Essas tarifas estão acima da média nacional para fornecimento de eletricidade de grandes volumes, sendo calculadas em Dólares. Dessa forma, as flutuações da taxa de câmbio do Dólar para o real afetará o custo, em termos reais, da eletricidade que a CEMIG D é obrigada a comprar de Itaipu. Historicamente, a CEMIG D tem sido capaz de recuperar o custo dessa eletricidade repassando as tarifas de fornecimento aos consumidores finais. De acordo com o contrato de concessão, os aumentos das tarifas poderão ser repassados ao consumidor final mediante aprovação da ANEEL.

Nos exercícios de 2005 e 2006, a CEMIG D reconheceu no seu resultado as despesas de R$825 milhões e R$888 milhões respectivamente, referentes a pagamentos a Furnas/Eletrobrás para o suprimento de energia elétrica e transporte de potência de Itaipu.

Compras na Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE) e Contratos Iniciais

Em agosto de 1998, a ANEEL emitiu uma deliberação instituindo um sistema por meio do qual a compra e venda de energia pelos distribuidores no atacado seriam regidas por contratos de fornecimento inicial. Esses contratos de fornecimento inicial são negociados a tarifas e volumes predeterminados aprovados pela ANEEL, que estabeleceu os volumes e voltagens a serem fornecidos nos termos de contratos de fornecimento inicial em 2000 e 2001. Em 2003 a eletricidade objeto de contratos de fornecimento inicial aprovados pela ANEEL foi reduzida em 25% e em 2005 mais 50%. Os contratos iniciais da CEMIG D venceram no fim de 2005, de maneira que a CEMIG D passou a comprar energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, através de leilões de energia organizado pelo CCEE.

A CEMIG D em 2005, comprou 8.307 GWh de energia através desses contratos iniciais. Em 2005 e 2006, a CEMIG D comprou, respectivamente, 4.644 GWh e 11.132 GWh dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Ampliação da Capacidade de Distribuição

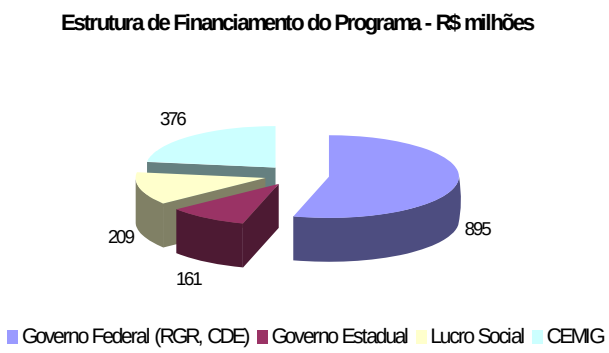
O plano de expansão da capacidade de distribuição da CEMIG D para os próximos cinco anos baseia-se em projeções de crescimento de mercado. Segundo previsões da CEMIG D, esse crescimento será aumentado por ligações de novos clientes, aumentos da utilização de eletricidade entre os clientes existentes e necessidades adicionais de distribuição de eletricidade decorrentes dos novos projetos de Produtor Independente de Energia – PIE. De acordo com a legislação aplicável, os PIEs têm direito de utilizar a rede de distribuição da CEMIG D mediante pagamento de certas taxas. Nos próximos cinco anos, segundo as previsões da CEMIG D, serão ligados 805.000 novos clientes urbanos e 177.000 novos clientes rurais. Em decorrência desse crescimento, a CEMIG D deverá acrescentar mais 696.000 postes de rede de distribuição de média voltagem, 25 subestações abaixadoras à sua rede de distribuição, aumentando a capacidade instalada da rede em 2.112 MVA. Nos próximos cinco anos, a CEMIG D pretende investir aproximadamente R$3,16 bilhões na ampliação de sua capacidade de distribuição.

Projetos Relativos à Distribuição

Dentre os principais projetos de distribuição da CEMIG D destaca-se o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Governo Federal, em 2003, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, que visa completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem ônus para o consumidor. Esse programa tem por meta levar eletricidade em aproximadamente 2,5 milhões de domicílios não atendidos pelo serviço, que correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, sendo que 90% destes domicílios possuem renda familiar inferior a três salários mínimos e cerca de 80% estão localizados em áreas rurais.

A CEMIG D pretende utilizar o Programa Luz para Todos para atingir sua meta de fornecimento de eletricidade a 100% dos consumidores rurais de Minas Gerais até 2007, num total de 176.000 clientes.

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de Lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.



O Programa tem um orçamento estimado pela CEMIG D em R$1.641 milhões.

Os recursos do Governo Federal são a fundo perdido ou com custos subsidiados e devem ser aportados pela Eletrobrás.

Conforme estabelecido na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2002, 5,00% do lucro líquido anual deve ser destinado à viabilização de projetos de grande alcance social e de rentabilidade reduzida. A CEMIG D utilizará parte destes recursos no Programa "Luz para Todos".

Em junho de 2005, a CEMIG D assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado na sua área de concessão, em regime de empreitada parcial. Essa medida possibilitará o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos em 2006. Para mais informações sobre estes contratos vide seção "Contratos Relevantes – Contratos Relacionados ao Programa Luz para Todos".

No dia 24 de outubro, foi assinado o 2º contrato de financiamento de aproximadamente R$376 milhões com a Eletrobrás, referente à parcela de participação do Governo Federal nas obras do Programa Luz para Todos. Até 31 de dezembro de 2006, já haviam sido ligados cerca de 120 mil clientes rurais.

A CEMIG D repassa aos municípios do Estado, financiamentos da Eletrobrás, através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – *Reluz*. Criado em 2001, ele visa complementar ou possibilitar projetos maiores para as cidades que desejam investir em eficiência energética na iluminação pública.

O *Reluz* se diferencia dos projetos de eficiência energética da CEMIG D, que são aprovados pela ANEEL, pois nele, os empréstimos são liberados somente para iluminação pública, abrindo um leque de opções para esses investimentos. O financiamento, que pode ser pago em 36 parcelas fixas, com juros de 6% ao ano, pode ser obtido para diversos tipos de obras e, não apenas para a troca de lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio.

Em 2005, no Programa Reluz, foram modernizados 16.000 pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R$6 milhões, propiciando uma redução anual de 1.400 MWh no consumo.

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, o "Programa Cresce Minas", a ser executado em 3 anos a partir de 2007, no valor global de R$686,1 milhões, visa à recuperação das condições do sistema elétrico para atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada de crescimento, o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição e a manutenção os níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados de níveis tensão e continuidade.

DESEMPENHO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DA CEMIG D

O desempenho das concessionárias em relação à continuidade do serviço prestado de energia elétrica é medido pela ANEEL por meio de indicadores específicos, denominados Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC. As metas de DEC e FEC a serem observadas pelas concessionárias são definidas pela ANEEL, e publicadas nas contas enviadas a seus consumidores.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, o valor DEC (duração média das interrupções, medido em horas por consumidor por ano) foi de 10,93, 12,21 e 13,03, respectivamente, e o valor FEC (freqüência das interrupções, medido em número de interrupções por consumidor por ano) foi de 6,58, 6,78 e 6,43, respectivamente.

Tarifas

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 087, de 6 de abril de 2005, a ANEEL reajustou as tarifas da CEMIG D em 23,88%, sendo 12,4% relativo ao reajuste tarifário anual e 11,48% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual. Os valores relativos aos pagamentos da Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica e da Conexão com a Transmissão foram reajustados na data base do reajuste tarifário, em abril, conforme ocorrido em 2001 com a energia comprada para revenda. Isso possibilitou o repasse imediato da variação de tais custos para a tarifa de fornecimento.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL n° 310, de 6 de abril de 2006, a ANEEL reajustou as tarifas da CEMIG D em 16,19%, sendo 11,13% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,06% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual. Alguns componentes financeiros foram incluídos e outros retirados (9,49%), por terem sido pagos no ciclo anterior (doze meses entre abril de 2005 e março de 2006). Desta forma, o impacto líquido na receita foi de cerca de 6,7%.

O período de vigência da Recomposição Tarifária Extraordinária para cobrir as perdas de receita com o racionamento, variação da Parcela A e pagamento das transações com energia no CCEE é de 82 meses, contados a partir de dezembro de 2001, conforme Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002. Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1 alterando o prazo de duração máxima da RTE da CEMIG D de 82 para 74 meses, passando a vigorar no período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2008.

Os clientes de alta tensão são classificados de acordo com o nível de tensão em que a energia é fornecida e, na baixa tensão, em subgrupos de acordo com classes de atendimento. Os clientes da baixa tensão tendem a ter preços maiores do que os da alta tensão, em conformidade com seus custos de fornecimento. Há clientes subsidiados por outros, como os clientes residenciais de baixa renda e consumidores rurais.

Para que os consumidores residenciais sejam classificados e faturados com a tarifa de baixa renda, a unidade consumidora deve ser obrigatoriamente monofásica, sendo ainda necessário cumprir um dos dois critérios a seguir: apresentar média móvel mensal de consumo inferior à 80 KWh, não podendo superar 120KWh em dois meses; ou apresentar média móvel mensal de consumo entre 80 e 220 KWh, mas neste caso, ele deve estar cadastrado em um dos programas sociais do Governo Federal: Cartão Cidadão, Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação.

Os clientes industriais, atendidos nas tensões de A1, A2, A3, são, geralmente, consumidores com contratos de grande volume e com pequena variação sazonal de demanda. Há também clientes nos grupos A4 e AS, respectivamente aqueles atendidos na tensão de fornecimento de 2,3 kV, atendidas a partir de sistemas subterrâneos de distribuição e faturados neste grupo em caráter opcional.

A tabela a seguir demonstra a média de tarifas por classe de consumidor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006:

Média de Tarifas da CEMIG D (R$/MWh)			
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2004	**2005**	**2006**
Residencial	297,30	349,61	389,92
Comercial	293,65	343,14	385,57
Industrial	134,33	219,75	260,95
Rural	175,80	207,60	236,60
Iluminação Pública	175,17	205,44	227,47
Poder Público	295,17	347,97	389,72
Serviço Público	167,93	201,30	238,48
Consumo Próprio	281,69	326,64	367,53
Suprimento a outros concessionários	108,07	120,04	
Média Ponderada - Fornecimento	173,86	285,96	326,77

Os subgrupos tarifários são definidos em função da tensão e no caso de clientes atendidos em baixa tensão também em função da classe de consumo. Com referência ao fator tensão os subgrupos dividem-se em alta, média e baixa tensão. Os subgrupos tarifários classificados como alta tensão são os seguintes:

- A1 – clientes atendidos na tensão de 230 kV;
- A2 – clientes atendidos em tensões entre 88 e 138 kV;
- A3 – clientes atendidos na tensão de 69 kV;
- A3A – clientes atendidos em tensões entre 30 e 44 kV, basicamente a tensão de 34,5 kV (não há clientes deste subgrupo na CEMIG D);
- A4 – clientes atendidos em tensões entre 2,3 kV e 25 kV; e
- AS – clientes atendidos em tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, atendidas a partir de sistemas subterrâneos de distribuição e faturados neste grupo em caráter opcional.

Na baixa tensão (tensões inferiores a 2,3kV) os subgrupos tarifários estão classificados conforme as classes de consumo, quais sejam:

- B1 – classe residencial;
- B1BR – uma subclasse da classe B1, específica a clientes baixa renda, cujas tarifas têm descontos por faixa de consumo e progressivos;
- B2 – classe de consumidores rurais com descontos para irrigantes e cooperativas;
- B3 – demais classes, onde as mais representativas são as classes comercial e industrial;
- B4 – subgrupo referente aos consumos da iluminação pública;

Além da diferenciação das tarifas em subgrupos tarifários há modalidades tarifárias distintas na alta e média tensão. As atualmente em vigência são as seguintes: (i) tarifas convencionais binômias, tarifa de energia composta por um preço para a energia consumida (kWh) e outro para a demanda de potência (kW) contratada e/ou medida; e (ii) tarifas horosazonais binômias, compostas por quatro preços para a energia consumida (kWh) com preços diferenciados em períodos do ano e horas do dia e dois preços para a demanda de potência (kW) contratada e/ou medida – a maior delas, conforme as horas do dia (caso da tarifa azul) ou um preço para a demanda da potência (kW) contratada ou medida em qualquer horário do dia – tarifa verde, oferecida apenas aos clientes A3A, A4 e AS. A diferenciação em períodos do ano e horas do dia é em função da diferença de custos. Por esse motivo os períodos do ano foram divididos em seco – maio a novembro, meses correspondentes à seca nas regiões com maior quantidade de reservatório de usinas, apresentando os maiores preços, e úmido – demais meses do ano. Também em função dos custos o dia foi dividido em horas de ponta – horários de maior utilização dos sistemas elétricos (transmissão e distribuição), e fora de ponta – demais horas.

Na baixa tensão as tarifas são monômias, um único preço de energia consumida (kWh), diferenciadas pela classe de atendimento.

Os custos da CEMIG D estão integralmente cobertos por suas tarifas.

Reajustes Ordinários de Tarifa

O reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento de energia elétrica cobradas pela CEMIG D desde 1998 é resultado de uma fórmula paramétrica, descrita abaixo. Para os anos de 2004, 2005 e 2006 esse reajuste foi de 14,01%, 23,88%, e 16,19%, respectivamente.

Fórmula para Ajuste de Tarifas

Os contratos de concessão da CEMIG D lhe conferem o direito de utilizar as concessões por vinte anos e contêm cláusula de aumento de tarifas com base em Fórmula Paramétrica. O reajuste das tarifas de fornecimento e suprimento de energia elétrica cobradas pela CEMIG D desde 1998 foi realizado de acordo com a fórmula a seguir:

$$IRT = \frac{VPA + VPB\ (IVI \pm X)}{RA}$$

Onde:

IRT	*índice de ajuste de tarifa;*
VPA	*custos não controlados da companhia, como o custo de eletricidade adquirida para revenda, combustível, contribuições ao Fundo RGR, ESS, P&D, ONS, etc.;*
VPB	*custos controlados da companhia, como o custo de funcionários, materiais, serviços, etc.;*
IVI	*corrige os custos controlados da companhia de acordo com a taxa de inflação tomando por base o IGP-M, índice similar ao índice de preços do varejo,*
X	*fator utilizado para mensurar a produtividade da concessionária. Dependendo do desempenho da concessionária, este fator poderá aumentar ou diminuir o IVI. Este fator é calculado a cada cinco anos;*
RA	*receita anual da companhia.*

Revisão Tarifária Periódica

O processo de revisão tarifária da CEMIG D ocorre a cada cinco anos, modificando os valores das tarifas das empresas que detém concessão pública para serviço de distribuição de energia elétrica. Este processo visa o equilíbrio financeiro da concessão, sendo denominado de revisão tarifária periódica. Para definir as novas tarifas, são consideradas as mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das concessionárias e a taxa adequada de retorno sobre os investimentos realizados e a base de remuneração regulatória. São ainda considerados os ganhos futuros de eficiência que são obtidos pelas distribuidoras de energia elétrica, denominado fator X. O fator X objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, podendo ser aplicado como possível redutor nos reajustes anuais das distribuidoras, até a próxima revisão tarifária periódica. O fator X é um mecanismo que visa capturar o ganho de escala que as distribuidoras obtêm ao atender uma maior demanda com custos incrementais menores.

Foi definido pela ANEEL que a base de remuneração das concessionárias, para fins de revisão tarifária, será o montante dos investimentos realizados pelas distribuidoras, avaliado pelo custo de reposição, na prestação dos serviços para o consumidor, sendo comparados com modelos de referência desenvolvidos pela ANEEL.

O processo de revisão tarifária da CEMIG D para o ano de 2003, teve o seu início no dia 5 de abril de 2002, com a divulgação do cronograma do evento, o qual previa a apresentação na internet, pela ANEEL, da proposta de revisão, bem como a promoção de consulta pública dos valores envolvidos.

Em abril de 2005, a ANEEL homologou a tarifa a ser aplicada a partir de 8 de abril do referido ano no percentual médio aplicado de 23,88%.

A CEMIG D já tem garantido pela ANEEL uma complementação da sua revisão tarifária periódica, conforme Resolução Homologatória nº 71, de 07 de abril de 2004. O reajuste médio aplicado às tarifas de distribuição da CEMIG D, em 08 de abril de 2003, foi de 31,53%. Entretanto, conforme a Resolução acima mencionada, o reposicionamento tarifário fixado para a CEMIG D e que deveria ter sido aplicado era de 37,86%. Em abril de 2005 a ANEEL finalizou o processo de Revisão Tarifária da CEMIG com um percentual de 44,41%. A diferença percentual apurada já foi compensada pela ANEEL nos reajustes tarifários em 2004, 2005 e 2006, com acréscimos na receita de R$344 milhões, R$349 milhões e R$357 milhões, respectivamente e cumulativamente, e será compensada no ano de 2007, com um acréscimo na receita seguindo a mesma tendência dos anos anteriores.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União encaminhou à ANEEL solicitação para revisão da metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica das empresas do setor, por entender que ela não considera o benefício fiscal do juro sobre capital próprio na formação da tarifa, e que, dessa forma, o reajuste tarifário concedido deveria ter sido menor. Essa situação afeta não somente a CEMIG D, mas também todas as empresas concessionárias. A ANEEL, por outro lado, contratou os serviços da Fundação Universitária de Brasília para avaliar a metodologia, no intuito de questionar a posição do Tribunal de Contas. O desfecho dessa pendência, entretanto, não é esperado para breve e caso seja desfavorável para a CEMIG D, o impacto poderá afetar adversamente seu resultado operacional e sua condição financeira.

FONTES DE RECEITA

As principais receitas da CEMIG com relação à geração de energia elétrica são auferidas (i) da venda de energia para os consumidores livres, conforme preços livremente estipulados por meio de contratos bilaterais indexados substancialmente à variação do IGP-M e, em menor parte, do dólar norte-americano, e (ii) do suprimento a outras concessionárias, que consiste na venda de energia elétrica para distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela CCEE, .

A atividade de transmissão é remunerada com base na Receita Anual Permitida determinada pela ANEEL que corresponde ao pagamento recebido pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões, sendo o ONS responsável pelo cálculo dos valores devidos

mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às transmissoras. Os contratos de uso da rede básica se referem ao transporte de energia cobrado pela Emissora dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Emissora, associada ao sistema interligado brasileiro.

As receitas da atividade de distribuição originam-se (i) da venda de energia para seus consumidores finais, sendo que os preços são definidos pelo órgão regulador; (ii) do pagamento de TUSD por concessionárias e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da CEMIG D a que estão conectados; e (iii) da subvenção para consumidores de baixa renda, que sonsiste no reembolso, pelo Governo Federa, da perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica .

A tabela a seguir apresenta, de forma segregada, as receitas da CEMIG D decorrentes de suas atividades, nos períodos indicados:

(Em R$ Milhões) **Receitas Operacionais**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro**	
	2005	**2006**
Fornecimento a Consumidores Finais	7.335	7.906
Suprimento a Outras Concessionárias e Transações com energia na CCEE/MAE	95	60
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	7.430	7.966
Reajuste Tarifário Diferido	591	0
Receita de Uso da Rede	1.201	1.260
Outras Receitas Operacionais	53	57
Total	9.275	9.283

VENDAS DE ENERGIA

Clientes e Comercialização

Os clientes da CEMIG D estão todos localizados em sua área de concessão e são classificados em cinco categorias principais: (i) industriais (que incluem atividades de mineração, manufatura e transformação); (ii) residenciais; (iii) comerciais (que incluem empresas de prestação de serviços, universidades e hospitais); (iv) rurais; e (v) outros (que incluem instituições governamentais e públicas).

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a CEMIG D vendeu, respectivamente, 20.280 GWh e 19.940 GWh de energia (excluindo consumo próprio), representando uma receita de R$7.430,0 milhões e R$7.965,7 milhões. A tabela abaixo apresenta o volume de vendas de energia para clientes industriais nos períodos indicados:

Clientes Industriais	**Volume de Vendas de Energia em GWh**		**Consumo como porcentagem do volume de vendas de energia industrial total**	
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2005	**2006**	**2005**	**2006**
Indústria automotiva	211	202	3,9	4,2
Indústria de cimento	102	10	1,9	0,2
Indústria mineradora	574	272	10,8	5,6
Indústria de ferroligas	86	189	1,6	3,9
Indústria de metais não-ferrosos	85	119	1,6	2,5
Siderurgia	694	587	13,0	12,1
Outros	3.581	3.460	67,2	71,5
Total de clientes industriais	5.333	4.839	100,0	100,0

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e de 2006, a CEMIG D faturou 135.007 e 230.188 novos consumidores, respectivamente.

Número de Consumidores	
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005	6.009.860
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006	6.240.048

A maior parte da eletricidade vendida pela CEMIG D é comprada por clientes residenciais, que participaram com 32,4% do consumo total da CEMIG D em 2005 e com 33,3% em 2006.

Contribuindo para o aumento de produção de seus clientes e utilizando-se de capacidade ainda disponível de seu sistema de distribuição e de sobras de energia de seu mercado, a CEMIG D ofertou energias especiais a seus clientes cativos, minimizando perdas decorrentes de venda no mercado atacadista, em que, atualmente, as tarifas para venda de energia são menores, garantido a competitividade aos seus clientes.

A tabela a seguir fornece informações adicionais relativas às dez maiores unidades consumidoras da CEMIG D no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006:

Dez Maiores Clientes	**Indústria**
1 - Celulose Nipo-Brasileira S.A.	Celulose, Papel e Papelão
2 – Fertilizantes Mitsui S.A. Ind. Comércio	Química
3 - Belgo Siderurgia S.A.	Siderurgia
4 - Votorantim Metais Zinco S.A.	Não-Ferrosos
5 - Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio - CBCC	Ferroligas
6 Companhia Ferro Ligas Minas Gerais	Ferroligas
7 - Sada Forjas Ltda.	Automotivo
8 - Ligas de Alumínio S.A.	Ferroligas
9 - Domingos Costa Indústrias	Alimentício
10 - Companhia Tec. Santanense	Vestuário

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, os dez maiores clientes industriais da CEMIG D responderam por 2,7% da eletricidade total consumida e 1,4% da receita. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, esses percentuais foram de 1,9% e 1,1%, respectivamente. A maioria dos contratos celebrados pela CEMIG D e seus dez maiores clientes industriais possui prazo de vigência até 2010.

ANÁLISE DE DEMANDA

As tabelas abaixo apresentam o volume total de energia vendida pela CEMIG D nos períodos indicados:

	(Não revisado pelos Auditores Independentes) Em 31 de dezembro de 2005		
	Nº de Consumidores	**MWh**	**R$ Mil**
Residencial	4.927.966	6.589.664	3.125.036
Industrial	69.084	5.333.436	1.432.137
Comércio, Serviços e Outros	537.656	3.754.005	1.542.184
Rural	417.026	1.940.701	483.493
Poder Público	47.731	570.536	224.308
Iluminação Pública	2.224	1.022.433	250.656
Serviço Público	7.400	981.016	236.980
Sub-Total	6.009.087	20.191.791	7.294.794
Consumo Próprio	769	28.897	
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	116.359
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(76.545)
	6.009.856	20.220.688	7.334.608
Suprimento a Outras Concessionárias	4	88.115	54.195
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	41.225
	6.009.860	**20.308.803**	**7.430.028**

	(Não revisado pelos Auditores Independentes) Em 31 de dezembro de 2006		
	Nº de Consumidores	**MWh**	**R$ mil**
Residencial	5.064.556	6.647.041	3.301.486
Industrial	70.668	4.838.856	1.421.587
Comércio, Serviços e Outros	549.378	3.850.688	1.679.834
Rural	495.067	1.937.504	513.827
Poder Público	49.381	598.730	252.223
Iluminação Pública	2.548	1.051.169	268.857
Serviço Público	7.654	1.015.619	263.186
Sub-Total	6.239.252	19.939.607	7.701.000
Consumo Próprio	796	30.309	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	132.186
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	72.845
	6.240.048	19.969.916	7.906.031
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	-
Transações com energia na CCEE/MAE	-	-	59.635
	6.240.048	**19.969.916**	**7.965.666**

O faturamento total da CEMIG D em 2005 foi de aproximadamente R$7.430 milhões. No referido período, os clientes residenciais responderam por 32,45% do total de energia vendida, os clientes industriais responderam por 26,26% do total de energia vendida, os clientes comerciais responderam por 18,48% do total de energia vendida, os clientes rurais responderam por 9,56% do total de energia vendida e os demais clientes responderam por 13,25% do total de energia vendida.

Já em 2006, o faturamento total da CEMIG D foi de aproximadamente R$7.966 milhões, sendo que os clientes residenciais responderam por 33,3% do total de energia vendida, os clientes industriais responderam por 24,2% do total de energia vendida, os clientes comerciais responderam por 19,3% do total de energia vendida, os clientes rurais responderam por 9,7% do total de energia vendida e os demais clientes responderam por 13,5% do total de energia vendida.

A análise do desempenho do mercado faturado da CEMIG D comparando-se os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 com 2005, está apresentada a seguir.

A energia total comercializada pela CEMIG D, para atendimento a 6,2 milhões de consumidores cativos, atingiu o montante de 19.970 GWh, com decréscimo de consumo de 1,7%, no ano de 2006.

A classe Residencial, com participação de 33,3% no mercado cativo de 2006, consumiu 6.647 GWh registrando crescimento de 0,9%, em relação a 2005. O número de consumidores faturados cresceu 2,8%, com a incorporação de 136.590 consumidores. O consumo médio por consumidor em 2006, foi de 109,4 KWh/mês, representando um decréscimo de 1,8% em relação ao consumo doconsumidor de 2005, de 111,4 KWh/mês.

O pequeno crescimento desta classe deveu-se a mudanças no comportamento do consumidor após o período de racionamento, com o monitoramento do valor mensal da conta de energia, mudanças de hábitos de consumo e utilização de equipamentos mais eficientes.

A classe Industrial com 24,2% das vendas no mercado cativo em 2006 e consumo de 4.839 GWh apresentou decréscimo no consumo de 9,3%, apesar do crescimento no número de consumidores em 2,3% (acréscimo de 1.584 consumidores em 2006). O comportamento dessa classe foi fortemente influenciado pela saída de clientes que exerceram a opção de se tornarem clientes livres.

Os ramos de atividade com maior crescimento de consumo foram: Mecânica (49,3%), Não Ferrosos (39,9%), Produtos Farmacêuticos e Veterinários (29,9%), Produtos de Material Plástico (12,5%) e Editoria e Gráfica (12,3%), embora tenham pequena participação em relação ao consumo total da classe industrial.

A classe Comercial, com participação de 19,3% no mercado cativo de 2006 e consumo de 3.851 GWh, registrou crescimento de 2,6% em relação a 2005, destacando-se os ramos de Serviços de Comunicação e o Comércio Varejista com incremento, respectivamente, de 8,8% e 2,9%. O número de consumidores faturados cresceu 2,2%, com acréscimo de 11.722 consumidores, perfazendo um total de 549.378, em 2006.

A classe Rural, com 9,7% das vendas do mercado cativo de 2006 consumiu 1.938 GWh, com decréscimo de 0,2%. Os consumidores irrigantes, com 26,2% do mercado da classe, reduziram o consumo anual em 12,3% devido, principalmente, ao elevado regime de chuvas a partir de setembro de 2006. O consumo dos demais consumidores rurais cresceu 5,0% em função das ligações do Programa Luz para Todos, que resultou em incremento de 18,7% na quantidade de consumidores faturados em 2006.

As Outras Classes de consumo (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), com montante de 2.696 GWh, corresponderam a 13,5% do mercado cativo de 2006, com crescimento de 0,2% em 2006. Destacou-se no Poder Público, a ligação de novos consumidores de Unidades de Saúde, Escolas Municipais, Estaduais, Federais e Penitenciárias. O número total de consumidores faturados cresceu 3,9%, com acréscimo de 2.251 consumidores em 2006.

Alguns contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre a CEMIG D e grandes consumidores, dispõe sobre a realização de obras para viabilização desse fornecimento, as quais são financiadas pelos próprios consumidores. Referidos financiamentos são pagos parceladamente pela CEMIG D de acordo com cada contrato e, sobre o valor principal, incidem juros a uma taxa de 6% ao ano. O valor total do saldo devedor de tais contratos em 31 de dezembro de 2006, era de R$6,7 milhões.

FATURAMENTO E COBRANÇA

O faturamento e os procedimentos de cobrança utilizados na geração, transmissão e distribuição das controladas da CEMIG com relação aos clientes que recebem eletricidade em média e alta tensão são semelhantes aos da Emissora, exceto para os clientes de serviço público (água esgoto e saneamento) em que o prazo para pagamento é de 10 dias úteis, conforme legislação aplicável. Para mais informações, vide Seção “Negócios da Emissora – Faturamento e Cobrança”.

Os demais clientes (baixa tensão) da CEMIG D são faturados em intervalos médios de sete dias a partir da leitura de seus medidores, devendo o pagamento ser efetuado dentro de 10 dias da entrega da fatura ou de 15 dias, no caso de instituições do setor público. As faturas são elaboradas a partir da leitura dos medidores.

Procedimentos de Cobrança

A Emissora e a CEMIG D possuem um eficiente procedimento de cobrança de suas faturas o que resulta em uma arrecadação anual equivalente a, aproximadamente, 95% de seu faturamento no mesmo período.

O procedimento de cobrança de clientes inadimplentes é realizado de duas formas. Para aqueles consumidores diretamente conectados com as linhas de transmissão, os agentes de negócio entram em contato imediato com o consumidor inadimplente para negociar as condições de pagamento do débito. Já para aqueles consumidores de serviços de baixa tensão, a CEMIG D comunica a existência de débito, através de mensagem na fatura subseqüente à vencida.

Em ambos os casos, a interrupção do fornecimento de energia elétrica será efetivada após 15 dias, contados do conhecimento do cliente.

Inadimplência

A inadimplência mensal da CEMIG D se mantém, em patamares históricos, com variações mensais nunca superiores a 25%. A CEMIG D vem adotando medidas para diminuir o nível considerável de inadimplência por parte de seus consumidores.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG D possuía aproximadamente R$616,7milhões devidos em faturas vencidas, o que representou 6,6% da receita operacional bruta da CEMIG D no referido ano. Desse valor, R$278,0 milhões correspondiam a faturas vencidas em um período menor ou igual a 90 dias.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da CEMIG D nos períodos indicados:

(R$ mil)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**			
Idade dos débitos	**2005**	***(%)***	**2006**	***(%)***
Valores a vencer	811.420	63,90	981.489	61,41
Vencidos até 90 dias	103.140	8,12	278.047	17,40
Vencidos acima de 90 dias	355.356	27,98	338.627	21,19
Total	**1.269.916**	**100,00**	**1.598.163**	**100,00**

A maioria dos clientes inadimplentes da CEMIG D realiza o pagamento de suas faturas vencidas antes do corte de fornecimento de eletricidade. A CEMIG D geralmente negocia a dívida antes de efetuar os cortes de energia elétrica em seus clientes de alta tensão. Já para os clientes de média tensão a CEMIG D também negocia a dívida e, caso não obtenha êxito, a energia elétrica é cortada em 15 dias após o reaviso. Finalmente, para os clientes de baixa tensão, os cortes de energia elétrica são realizados em prazos distintos, dependendo da região da área de concessão. Nesse último caso, a CEMIG D realiza o provisionamento de 100% dos débitos em atraso há mais de 180 dias.

Os 5 maiores devedores do setor privado da CEMIG D, em 31 de dezembro de 2006, deviam à CEMIG D o valor de aproximadamente R$130,3milhões, incluindo-se nesse montante débitos com pendências judiciais.

O valor da dívida do Poder Público com a CEMIG D, em 31 de dezembro de 2006, era de R$12,5 milhões.

Contratos de Concessão relativos à Distribuição de Energia Elétrica

Em 10 de julho de 1997, a CEMIG, com a interveniência do Governo Estadual de Minas Gerais e da SEB, firmou quatro contratos de concessão com a União Federal, com o objetivo de regular a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica de que a CEMIG D é titular em cada uma das quatro principais regiões geográficas da área de concessão (norte, sul, leste e oeste). Em virtude da Desverticalização, referidos contratos foram aditados em 18 de outubro de 2005, de forma a transferir as concessões anteriormente detidas pela CEMIG para a CEMIG D. As concessões reguladas pelos contratos não conferem à CEMIG D direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica, porém a CEMIG D é obrigada a atender a todos os consumidores localizados na área de concessão, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais. Os prazos dessas concessões vencem em 18 de fevereiro de 2016, podendo ser prorrogados pelo Governo Federal por um período adicional de 20 anos, mediante requisição da CEMIG D.

Nos termos das concessões detidas pela CEMIG D, esta se obriga, dentre outras a manter um nível mínimo de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na prestação de seus serviços, devendo satisfazer a demanda do mercado de energia elétrica. Caso haja inobservância dos índices de continuidade de fornecimento de energia elétrica, bem como violação dos índices de qualidade de serviço relativos à tensão de fornecimento ou outros aspectos estabelecidos em regulamentos específicos que afetem a qualidade do serviço de energia elétrica, a CEMIG D estará sujeita a multas pecuniárias.

A CEMIG D obriga-se também a estabelecer novas instalações e a ampliar e modificar as existentes, de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica. Adicionalmente, a CEMIG D deverá implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subseqüente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica que contemple a aplicação de recursos.

Os contratos estabelecem também as tarifas que deverão ser cobradas dos consumidores pelos serviços prestados pela CEMIG D, bem como a fórmula pela qual as tarifas deverão ser anualmente reajustadas. Os contratos concedem à CEMIG D acesso livre a propriedades de domínio público, direito de passagem, e o direito de promover desapropriações e instituir servidões administrativas sobre bens declarados de utilidade pública para que possa prestar adequadamente os serviços de distribuição de energia elétrica, podendo inclusive oferecê-los em garantia.

Nos termos dos contratos, os serviços de distribuição de energia elétrica poderão ser interrompidos em situação de emergência ou após o prévio aviso por motivo de ordem técnica ou falta de pagamento. Além disso, a CEMIG D poderá fornecer energia elétrica, em caráter provisório, a consumidores localizados fora de sua área de concessão, mediante condições previamente ajustadas com o concessionário local. Os contratos estipulam ainda os direitos dos consumidores, as condições dos contratos de fornecimento de energia elétrica entre a CEMIG D e os usuários finais e a obrigatoriedade de a CEMIG D manter registros das solicitações e reclamações dos consumidores, devendo a CEMIG D ainda organizar e manter um Conselho de Consumidores.

PERDAS

Tendo em vista a topologia do sistema interligado nacional, no que tange às usinas de geração de energia elétrica e ao sistema de transmissão em alta tensão (rede básica, com tensão acima de 230 kV), o planejamento da operação eletroenergética calcula as perdas técnicas cujo valor é contabilizado, sendo que o custo associado é repartido igualmente para os agentes de geração e para os agentes de distribuição.

Já os resultados financeiros da CEMIG D são afetados por perdas de energia elétrica, uma vez que essa energia poderia de outra forma ter sido distribuída a consumidores finais ou outras concessionárias. As perdas de energia estão divididas em duas categorias básicas: perdas técnicas, que são inerentes ao fluxo de energia elétrica através do sistema de distribuição e, perdas comerciais, que são as que resultam de conexões ilegais e fraudes.

Cabe salientar que as perdas técnicas são intrínsecas ao transporte de energia, podendo ocorrer tanto na transmissão quanto na distribuição de energia, na medida em que estão associadas à dissipação da energia ocorrida na rede elétrica. Portanto, trata-se de quantidade de energia não consumida pelos clientes.

As perdas comerciais consistem na quantidade de energia efetivamente consumida pelos clientes, mas não convertida em receita de vendas de energia, em decorrência de ligações clandestinas, medidores fraudados ou medidores defeituosos, entre outros.

As perdas médias totais da CEMIG D em 2005 e em 2006 foram de 8,93% e 11,8%, respectivamente, sendo 8,03% e 8,75% de perdas técnicas e 0,90% e 3,05% de perdas comerciais.

Para minimizar perdas comerciais, regularmente, são tomadas ações preventivas, incluindo:

- Modernização dos procedimentos de inspeção em medidores e conexões de consumidores;
- Treinamento de pessoal de leitura de medidores;
- Modernização de sistemas de medição;
- Padronização de procedimentos de instalação de medidores;
- Instalação de medidores com garantias de controle de qualidade etc.

Tendo em vista a topologia do sistema interligado nacional, no que tange às usinas de geração de energia elétrica e ao sistema de transmissão em alta tensão (rede básica, com tensão acima de 230 kV), o planejamento da operação eletroenergética calcula as perdas técnicas cujo valor é contabilizado, sendo que o custo associado é repartido igualmente para os agentes de geração e para os agentes de distribuição.

OUTRAS ATIVIDADES

Embora o principal negócio da CEMIG consista na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG atua também no negócio de distribuição de gás natural em Minas Gerais por intermédio da Gasmig. Ademais, a CEMIG controla a Infovias, companhia criada para prestação de serviços de rede de fibra óptica e de cabos coaxiais instalada ao longo de sua rede de transmissão e distribuição, por meio das quais os serviços de telecomunicações, Internet e televisão a cabo podem ser prestados. A CEMIG realiza, ademais, atividades de consultoria internacional e possui como clientes várias companhias elétricas em países estrangeiros.

Gás

A Gasmig, que é responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Minas Gerais, foi constituída em 1986 com a finalidade de desenvolver e implementar a distribuição de gás natural canalizado naquele Estado. A CEMIG detém participação de, aproximadamente, 55,19% do capital social da Gasmig. As ações restantes são detidas pela Petrobras, MGI - Minas Gerais Participações S.A., o órgão de investimentos do Governo Estadual de Minas Gerais, e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Em janeiro de 1993, o Governo Estadual de Minas Gerais outorgou à Gasmig a concessão de distribuição exclusiva de gás em todo Estado de Minas Gerais e a todos os tipos de consumidores, durante 30 anos. Os esforços de marketing da Gasmig concentram-se em sua capacidade de fornecer uma alternativa mais eficiente em termos econômicos e não agressora ao meio ambiente como os derivados de petróleo, madeira e carvão.

A Gasmig forneceu, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, respectivamente, cerca de 1,5 e 1,5 milhão (m^3/d), a 153 e 160 empresas e a 74 e 83 postos de gás natural veicular. Em 31 de dezembro de 2006, a Gasmig possuía uma rede de distribuição com extensão de, aproximadamente, 343,6 quilômetros. A Gasmig também fornece gás natural a seis bases de compressão de gás natural – GNC e a duas usinas de geração de eletricidade. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e em 2006, respectivamente, a Gasmig distribuiu aproximadamente 5% e 5% de todo o gás natural distribuído no Brasil e vendeu 701,4 e 741,3 milhões de m^3.

Muitas indústrias com alto consumo de energia elétrica, como as de cimento, siderurgia, ferroligas e metalurgia operam no Estado de Minas Gerais. A Gasmig estima que a demanda total de gás natural em Minas Gerais chegará a quase 7,5 milhões de m^3/d até 2010..

Em razão desse aumento estimado no consumo de gás natural, a Gasmig iniciou a implementação de projetos de expansão de sua rede de distribuição, como, por exemplo, a construção do gasoduto Vale do Aço, iniciada em 2005, com investimentos da ordem de R$361 milhões e potencial de acrescentar 2,0 milhão m^3/d no consumo de gás natural no estado, prevista para encerrar em 2008.

Em 2006 foi concluída construção da rede de distribuição no município de Andradas e Poços de Caldas no Sul de Minas, região onde o consumo de gás natural foi antecipado pelo suprimento à Gasmig de Gás Natural Liquefeito – GNL. O projeto conta com a participação do consórcio GasLocal (Petrobras/White Martins) que fornece o GNL para a Gasmig, que por sua vez o vaporiza, injeta-o em suas redes convencionais de distribuição, entregando-o aos seus clientes.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a Gasmig apresentou receita total de R$480,3 milhões, e R$536,9 milhões, respectivamente, e lucro líquido depois de impostos de R$51,7 milhões e R$79,6 milhões, respectivamente.

Associação com a Petrobras

Em 25 de agosto de 2004, a CEMIG, a Gasmig, a Gaspetro e a Petrobras firmaram Acordo de Associação, segundo o qual a CEMIG aceitou vender participação societária de 40% na Gasmig à Gaspetro, uma subsidiária da Petrobras. Nos termos do Acordo de Associação, a Petrobras comprometeu-se a efetuar investimentos para expansão da capacidade dos atuais dutos conectados à rede de distribuição da Gasmig, bem como investimentos na construção de novos dutos, tendo a CEMIG e a Gaspetro se comprometido a custear o plano de gastos de capital da Gasmig para expansão de sua rede de distribuição.

A operação foi implementada em 15 de dezembro de 2004 quando a Petrobras, por intermédio de suas subsidiárias Gaspetro e TSS, concluiu a aquisição de participação societária de 40% na Gasmig. Como condição para tal investimento, a Petrobras e a CEMIG firmaram Acordo de Acionistas no qual a CEMIG avençou com a Petrobras e suas subsidiárias o compartilhamento da administração da Gasmig.

A CEMIG prevê que a implementação de novos gasodutos de transporte pela Petrobras lhe proporcionará um aumento na capacidade de distribuição da Gasmig, tendo em vista que a sua capacidade de disponibilizar gás natural a seus clientes aumentará

Telecomunicações

Em 13 de janeiro de 1999, a CEMIG constituiu a Infovias, um empreendimento conjunto com a AES Força Empreendimentos Ltda., integrante do grupo AES Corporation e o CLIC - Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG. A época da fundação, a CEMIG detinha 48,97% do capital total da Infovias, a AES Força Empreendimentos Ltda. aproximadamente 49,97% e o CLIC 0,99%. Atualmente, a participação da CEMIG é de 100%. A Infovias iniciou operações comerciais em janeiro de 2001.

A Infovias foi criada com a finalidade de prestar serviço de telecomunicações limitado especializado (sub-modalidade Rede Especializada e Circuito Especializado), em conformidade com as autorizações expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, através dos atos nº 8.209 e nº 8.210, ambos de 05 de maio de 2000. Os serviços são prestados através de uma rede de cabos de fibras ópticas e coaxiais instalada ao longo das redes de transmissão e distribuição de eletricidade da Emissora e a CEMIG D, totalizando 5.800 quilômetros. O modelo de negócio da Infovias é o de "CARRIER's CARRIER", ou seja, ela disponibiliza sua estrutura de rede em fibras ópticas para as operadoras de telecomunicações e concessionárias de televisão a cabo e internet que desejam aumentar sua área de atuação dentro do Estado de Minas Gerais ou simplesmente desejam atender seus clientes finais sem investir em redes próprias, optando por alugá-las. A Emissora e a CEMIG D alugam à Infovias o direito de passagem em sua infraestrutura de transmissão e distribuição de acordo com um contrato de locação de 15 anos celebrado em 31 de março de 2000.

Desde janeiro de 2001, a Infovias presta o serviço de rede transporte de sinais à WAY TV Belo Horizonte S.A., sua controlada, e à Brasil Telecomunicações S.A., concessionárias de TV a Cabo, que exploram comercialmente os serviços de TV a cabo e acesso a internet banda larga via cabo em 12 cidades de Minas Gerais. De acordo com contrato de prestação de serviço de 15 anos celebrado com essas empresas, a Infovias será remunerada de acordo com um percentual incidente sobre os valores faturados e efetivamente recebidos por essas empresas de seus assinantes. A WAY TV Belo Horizonte S.A. explora os serviços nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena, Poços de Caldas e Uberlândia e a Brasil Telecomunicações S.A. nas cidades de Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Ituiutaba, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Uberaba.

A Infovias presta serviços de transporte de dados para a Emissora e a CEMIG D, utilizando suas redes de telecomunicações, através de um contrato celebrado em novembro de 2001, com vigência de 5 anos.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a Infovias apresentou uma receita bruta de R$96,5 milhões e R$70,4 milhões, respectivamente, um lucro líquido de R$0,4 milhões e R$27,0 milhões, respectivamente.

Em 27 de julho de 2006, foi realizado o leilão público relativo à alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais, emitidas pela Way Brasil, operadora de TV a Cabo nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena, Poços de Caldas e Uberlândia, localizadas no Estado de Minas Gerais, e de Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em âmbito nacional. Das ações colocadas em leilão, 69,25% eram de titularidade da Infovias, controlada pela CEMIG. Participaram da fase de habilitação duas empresas privadas, a TNL PCS Participações e NET Belo Horizonte Ltda. No entanto, somente a TNL PCS Participações respondeu ao Edital de Venda e ofereceu proposta de aquisição das referidas ações. A NET Belo Horizonte Ltda. não ofereceu qualquer proposta, retirando-se unilateralmente do leilão. Como resultado do leilão, houve apenas uma empresa classificada, a TNL PCS Participações, com proposta de R$132 milhões, montante 65% superior ao preço mínimo de R$80 milhões.

Em 1º de agosto de 2006, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas entre os vendedores e a TNL PCS Participações, contrato anexo ao Edital. A concretização da operação depende ainda da anuência da ANATEL.

Serviços de Consultoria e Outros Serviços

A CEMIG presta, ainda, serviços de consultoria a governos e prestadoras de serviços públicos do setor de eletricidade com a finalidade de auferir receitas adicionais da tecnologia e expertise desenvolvidas pela CEMIG por meio de suas operações. No decorrer dos últimos oito anos, a CEMIG prestou esse tipo de serviço a órgãos e empresas governamentais em dez países, entre eles Canadá, Paraguai, Honduras e El Salvador e para o Governo do Panamá.

A CEMIG Controladora detém participação de 100% no capital social da Efficientia S.A., cujos principais objetivos sociais são: a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em quase todo o Estado de Minas Gerais, a CEMIG Controladora, a CEMIG D e a Emissora vêm desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre um aumento na rentabilidade e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano qüinqüenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido. Embora esse comitê seja da CEMIG Controladora, ele oriente também a Emissora e a CEMIG D

Os principais investimentos da CEMIG Controladora, CEMIG D e Emissora foram como segue:

(R$ Milhões)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro**		
	2004	**2005**	**2006**
Geração	**687**	**425**	**206**
- Usina de Aimorés	127	58	20
- Usina de Irapé	447	335	63
- Rosal Energia	98	-	-
- Outros empreendimentos de geração	15	32	123
Distribuição	222	845	1.130
Transmissão	65	45	359
Gás	28	17	-
Telecomunicações	17	21	25
Outros	32	3	-
Total	**1.051**	**1.356**	**1.720**

Nos próximos 5 anos, a CEMIG Controladora, a CEMIG D e a Emissora planejam investir R$5,1 bilhões nos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Tais investimentos visam, principalmente: (i) expandir a capacidade de geração; (ii) conectar aproximadamente 160 mil novos clientes urbanos por ano; (iii) atingir 100% das áreas rurais até 2007; (iv) melhorar a confiabilidade da rede de transmissão; (v) reduzir perdas de energia; e (vi) ampliar sua participação no mercado nos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

O quadro a seguir discrimina os valores dos investimentos planejados pela CEMIG Controladora, a CEMIG D e a Emissora para os próximos 5 anos:

Investimentos (R$ milhões)	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Geração	243	225	109	80	79	736
Transmissão	78	90	23	22	24	237
Subtransmissão	184	352	124	128	136	925
Distribuição	941	538	306	326	346	2.457
Outros	43	115	192	201	211	762
Total	**1.489**	**1.320**	**754**	**757**	**796**	**5.117**

Fonte: CEMIG

AQUISIÇÕES RECENTES

Aquisição da Light

Em março de 2006 a Rio Minas Energia Participações S.A., sociedade constituída pela CEMIG, em parceria com Andrade Gutierrez Concessões S.A., a LUCE Brasil Fundo de Investimentos em Participações, com 25% das ações cada, adquiriu 79,57% (setenta e nove virgula cinqüenta e sete porcento) de ações da Light S.A., pertencentes à EDF International S.A., holding controladora que possui 3,8 milhões de consumidores e detém cerca de 6,4% do mercado nacional. A transferência do controle da Light já foi aprovada pela ANEEL, pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, pela French Commision des Participations et des Transferts, e pelo BNDES e demais credores. A transferência das ações ocorreu no dia 10 de agosto de 2006.

Aquisição das Participações da Schahin

Em maio de 2006 a Garantidora em parceria com a MDU Brasil Ltda, e a Brascan Brasil S.A., adquiriram da Schahin Holding S.A. 100% (cem por cento) das suas participações nas seguintes concessionárias de transmissão: 25% (vinte e cinco por cento) da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.; 25% (vinte e cinco por cento) da Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A.; 18,35% (dezoito virgula trinta e cinco por cento) da Empresa Regional de Trasmissão de Energia S.A.; 7,5% (sete e meio por cento) da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., e 18,35% (dezoito virgula trinta e cinco por cento) da Empresa Norte Transmissão de Energia, desta forma a Garantidora amplia suas linhas de transmissão de 5144 km para 5589 km. A transferência das ações foi submetida ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor, e já foi aprovada pela ANEEL, pelo BNDES e outros órgãos financiadores. A transferência das ações ocorreu no dia 16 de agosto de 2006.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado na Seção “Negócios da Emissora”, as geradoras e os produtores independentes, bem como as transmissoras, ficaram obrigadas a aplicar, anualmente, o montante mínimo de 1% de sua Receita Operacional Líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Ademais, as distribuidoras ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a CEMIG aplicou R$211,0 milhões e R$187,7 milhões, respectivamente, em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.

PROPRIEDADES E EQUIPAMENTOS

Os principais ativos de geração de energia elétrica da CEMIG, presentes em 57 usinas hidrelétricas, 4 usinas térmicas e uma eólica, compreendem:

- terrenos
- reservatórios, barragens e adutoras

- edificações, obras civis e benfeitorias
- máquinas e equipamentos, entre eles geradores, turbinas, equipamentos de tomada d'água.

Os principais ativos de transmissão de energia elétrica da CEMIG compreendem 5.364 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 2.592 quilômetros de linhas de transmissão de 500kV, 1.969 quilômetros de 345 kV e 803 quilômetros de 230kV, bem como 33 subestações de transmissão e 63 subestações de geração, com total 22.751 MVA instalados.

Os principais ativos de distribuição de energia elétrica da CEMIG compreendem 16.376 km de linhas de sub-transmissão, 374 subestações de distribuição e 394.169 km de redes de distribuição.

SEGUROS

A CEMIG contrata seus seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil. A CEMIG possui um comitê que decide sobre a contratação de seus seguros e sua administração acredita que a cobertura de seguros é compatível com as suas atividades e está em conformidade com as práticas internacionais.

A CEMIG possui seguro de risco operacional dos principais equipamentos das subestações e usinas . Via de regra, a CEMIG mantém seguro com coberturas específicas junto a companhias de seguro de primeira linha para cobrir perdas e danos em equipamentos das subestações de transmissão e usinas causados por incêndio, por acidentes e riscos operacionais.

A CEMIG não possui cobertura de seguro contra risco de paralisação de suas atividades, contra danos ambientais e de engenharia. As instalações da CEMIG também não estão cobertas por seguro contra catástrofes.

A tabela a seguir apresenta uma descrição sumária das principais apólices de seguro mantidas pela CEMIG em 31 de dezembro de 2006:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG				
Aeronáutico – Aeronaves (*)	Casco	28/04/2006 a 28/04/2007	14.601	229
Almoxarifados, instalações prediais e equipamentos de telecomunicações	Incêndio	10/07/2006 a 10/07/2007	575.998	102
Risco Operacional - Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de geração, transmissão e distribuição de valor acima de R$940 mil.	All Risks	05/05/2006 a 05/05/2007	1.547.953	2.941
Light				
Risco Operacional	Total	31/10/2006 a 31/10/2007	2.138.000	1.762
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2006 a 25/09/2007	21.380	738
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2006 a 10/08/2007	64.140	417

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A CEMIG tem por política proteger suas marcas nos diversos países onde atua ou pretende atuar. A CEMIG mantém um Escritório de Marcas e Patentes, que dá suporte a todas as suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG Controladora e algumas subsidiárias possuíam os seguintes processos depositados no INPI:

Descrição	CEMIG Controladora	Emissora	CEMIG D	GASMIG	Horizontes	Sá Carvalho	Barreiro	UTE Ipatinga
Pedidos de invenção solicitados	-	12	14	-	-	-	-	-
Patentes de invenção concedidos	-	2	6	-	-	-	-	-
Pedidos de modelos de utilidade solicitados	-	5	18	-	-	-	-	-
Pedidos de modelo de utilidade concedidos	-	1	1	-	-	-	-	-
Pedidos de registro de marcas solicitados	25	2	1	-	2	1	1	1
Registros de marcas concedidos	19	1	-	3	-	-	-	-

Suas principais patentes referem-se à utilização de energia fotovoltaica, células a combustível, equipamentos de medição de parâmetros elétricos e ferramentas para utilização na operação ou manutenção de instalações elétricas. Até o momento, nenhuma patente foi licenciada para terceiros.

A marca “CEMIG”, além de registrada no INPI, está registrada inclusive no Paraguai e Uruguai. Outros registros obtidos são relativos a “slogans” ou programas específicos. A tabela abaixo informa as principais marcas registradas (posição em 31 de dezembro de 2006):

MARCA	Nº	CONCESSÃO	EMPRESA
Natal de Luz nas Gerais	824154908	07/11/2006	Controladora
Qualidade CEMIG	823657990	29/08/2006	Controladora
Conheça uma usina da CEMIG	23658015	29/08/2006	Controladora
Qualidade CEMIG - Sistema de Gestão ambiental	823821609	12/12/2006	Controladora
Qualidade CEMIG - Sistema de Gestão da Qualidade	823821595	12/12/2006	Controladora
Qualidade CEMIG - Círculo de Controle da Qualidade	823822419	12/12/2006	Controladora
Terra da Gente - Programa CEMIG de Educação Ambiental nas Escolas	822823055	16/10/2006	Emissora
Fatos & Dados	820940992	26/06/2001	Controladora
CCQ CEMIG - Círculo de Controle da Qualidade	820940933	26/06/2001	Controladora
CEMIG Cine Grátis	820940976	26/06/2001	Controladora
Conexão CEMIG	820940941	26/06/2001	Controladora
Programa Café com Bate-papo CEMIG	820940950	26/06/2001	Controladora
TV CEMIG - O Canal do Consumidor	820940968	26/06/2001	Controladora
Estação CEMIG	820941000	26/06/2001	Controladora
Energia para a Vida	820940984	26/06/2001	Controladora
CEMIG (no Uruguai)	275026	26/12/1996	Controladora
CEMIG (no Paraguai)	225902	23/06/2000	Controladora
Qualidade Total CEMIG - Compromisso de Ser Melhor	817788450	30/04/1996	Controladora
CEMIG	760225699	26/7/1983	Controladora

Além dos registros já mencionados, a CEMIG detém o registro de diversos "*softwares*" que foram desenvolvidos internamente para utilização própria. Em se tratando de direitos autorais, a CEMIG possui diversos domínios na rede mundial de computadores, sendo 8 registros *.com.br* e 6 registros *.com* e 1 registro.*net,* dentre os quais se destaca www.cemig.com.br, sendo que os domínios brasileiros estão registrados na FAPESP, enquanto os domínios nos EUA estão registrados por empresas locais que prestam tal serviço.

CONCORRÊNCIA

A operação da rede de distribuição se dá em ambiente de monopólio legal, sendo os serviços de rede remunerados por meio da TUSD. Dessa forma, os clientes localizados dentro das áreas de concessão das distribuidoras, tanto cativos como livres, utilizam a rede de distribuição para ter acesso à energia elétrica, remunerando as distribuidoras por meio da TUSD. Para informações sobre a concorrência na geração e transmissão de energia elétrica, vide Seção "Negócios da Emissora".

SAZONALIDADE

As vendas da CEMIG D são afetadas pela sazonalidade do mercado. Normalmente, ocorre aumento no consumo dos clientes industriais e comerciais no terceiro trimestre devido ao aumento da atividade industrial e comercial para época de festas de fim de ano. Além disso, há um aumento geral de uso em todas as categorias de clientes durante o verão em razão das temperaturas elevadas, que acarretam, por sua vez, a utilização de equipamentos de refrigeração e resfriamento com maior intensidade e freqüência por todos os setores atendidos pela CEMIG. Certas cifras representativas do consumo trimestral de consumidores finais (não incluindo o consumo da CEMIG) de 2001 a 2005, em GWh, são apresentadas abaixo:

Ano	Primeiro Trimestre	Segundo Trimestre	Terceiro Trimestre	Quarto Trimestre
2001	9.636	9.706	7.879	7.936
2002	8.333	9.164	9.200	9.170
2003	8.869	8.971	9.055	9.634
2004	9.171	9.471	9.542	9.658
2005	8.718	10.142	10.297	10.429
2006	11.764	12.314	13.092	12.605

Nota: A tabela representa o consumo da distribuição direta da CEMIG, excluindo-se o consumo próprio da empresa e incluindo o suprimento a outras concessionárias e a energia entregue às empresas controladas/coligadas.

Para informações sobre a sazonalidade na geração e transmissão de energia elétrica, vide Seção "Negócios da Emissora".

EMPREGADOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D possuíam 10.658 empregados. Adicionalmente, são terceirizados certos serviços tais como: Construção e Manutenção de Linhas e Redes, Limpeza de Faixa, Poda de Árvores, Corte e Ligação, Leitura e Projeto e Topografia. Referidas empresas acreditam que, de modo geral, as relações que mantém com seus empregados são satisfatórias.

A tabela abaixo indica a evolução do quadro de profissionais e da CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D, nas datas indicadas:

Número de funcionários em			
	31 de dezembro de		
	2004	2005	2006
Gerentes	153	153	180
Profissionais	1.293	1.200	1.452
Técnicos operacionais	7.633	7.360	7.449
Funcionários de escritório	1.589	1.558	1.577
Total	**10.668**	**10.271**	**10.658**

A CEMIG é sociedade de economia mista sujeita aos regulamentos da Administração Estadual e, neste sentido, nos termos da Constituição Federal, a admissão de funcionários só pode ser efetuada por meio de concurso público.

Os empregados da CEMIG Controladora, da Emissora e da CEMIG D são tratados como empregados pertencentes a um mesmo grupo. Para tanto, as partes pretendem celebrar um Convênio de Cooperação, que terá por objetivo, dentre outros, otimizar o aproveitamento de recursos humanos utilizados nas atividades de "*holding* e suporte" das três empresas, sem prejuízo da independência e autonomia de cada uma.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, a remuneração básica dos empregados da CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D totalizou, R$356,98 milhões, R$374,35 milhões e R$412,67 milhões, respectivamente. Referidas empresas têm como prática remunerar seus empregados de forma competitiva, compatível com as melhores práticas de mercado e de acordo com as atividades exercidas, o desempenho e competência individual de cada empregado.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, a remuneração global dos empregados da CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D, compreendendo remuneração, encargos sociais e benefícios concedidos aos seus empregados, totalizou, R$987,94 milhões, R$1.202,52 milhões e R$1.457,99 milhões, respectivamente.

Com relação aos serviços terceirizados a CEMIG teve um custo de R$422,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, e de R$504,0 milhões no exercício de 2006.

Relações com Sindicatos

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D mantêm negociações com dez sindicatos que representam seus funcionários a seguir: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais, Sindicato Intermunicipal dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIETRO/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Minas Gerais – SINDSUL/MG, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont, Sindicato das Secretárias no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais.

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D possuem um bom relacionamento com seus sindicatos. Embora nem todos os funcionários sejam filiados aos sindicatos, todos gozam dos benefícios previstos nos instrumentos coletivos por força da legislação trabalhista vigente. Os acordos coletivos são negociados com os sindicatos anualmente, estabelecendo a reposição salarial e outros benefícios, sendo que a data base da categoria é novembro, ocasião em que novas condições de trabalho começam a vigorar. O acordo coletivo atualmente em vigor foi assinado em 30 de novembro de 2006, e tem vigência até 31 de outubro de 2007. Esse novo acordo prevê um aumento salarial de 3,98% em relação ao exercício anterior, sendo 2,71% relativos a reajuste salarial e 1,24% relativos a ganho de produtividade, e a participação nos lucros em conformidade com a legislação trabalhista brasileira.

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D consideram boa a relação que mantêm com seus empregados e respectivos sindicatos. Tendo em vista que os serviços por ela prestados são considerados essenciais, seus empregados, em caso de greve, são obrigados a manter níveis mínimos de atividades para garantir a prestação de serviços à população. Não houve qualquer tipo de greve ou paralisação das atividades da CEMIG nos últimos três anos.

Participação nos Lucros

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D possuem um Programa de Participação nos Lucros para seus funcionários em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável. Nos âmbito do referido programa, a CEMIG não pode contribuir ao plano de participação nos lucros com valor superior a 25% da totalidade dos dividendos propostos do exercício em questão. As metas para o pagamento da participação nos lucros são estabelecidas anualmente por meio de acordos coletivos específicos.

As participações dos empregados nos resultados do exercício de 2004, 2005 e 2006 foram definidas por meio de acordos coletivos específicos. Em conformidade com referidos acordos, as participações nos resultados, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a, aproximadamente, R$110,1 milhões, R$259,8 milhões e R$210,0 milhões, respectivamente.

Planos de Opção de Compra de Ações

Não há planos de opção de compra de ações destinados aos empregados da CEMIG Controladora, da Emissora e da CEMIG D.

Plano de Desligamento Incentivado - PDI

Em dezembro de 2003, a CEMIG implementou um Plano de Desligamento Incentivado - PDI, visando uma melhor adequação de seu quadro de pessoal às suas necessidades atuais e futuras. O incentivo financeiro para os empregados que aderiram ao PDI correspondeu a uma indenização que varia de 0 a 17 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos, entre os quais o principal é o tempo de contribuição ao INSS. Com base nos critérios estabelecidos, o maior incentivo financeiro, correspondente a 17 vezes a remuneração, foi concedido aos empregados do sexo masculino e feminino com 30 e 25 anos de contribuição ao INSS, respectivamente, decrescendo gradativamente para os empregados com tempo inferior ou superior ao mencionado. Adicionalmente, a CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses, a partir da data do desligamento do empregado.

O PDI demonstrou o compromisso da CEMIG de proporcionar relações trabalhistas mais modernas e eficientes, ao mesmo tempo em que buscou atenuar os efeitos sociais do desligamento dos empregados. Durante o período do PDI, 842 funcionários aderiram ao plano, sendo que o período de desligamento foi de janeiro a junho de 2004, conforme os critérios previstos no PDI.

Previdência Privada

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D patrocinam três planos de previdência privada administrados pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social de seus empregados, a seguir:

- Plano Saldado (A): inclui os participantes aposentados e ativos que optaram por migrar do Plano de Benefício Definido, descrito abaixo, para este plano nas datas em que esteve aberta essa opção. O benefício deste plano corresponde, no caso dos aposentados, ao valor líquido que era recebido do plano antigo e, para os ativos, ao valor proporcional saldado na data de início do plano. Este plano não recebe novas contribuições e está fechado para novos participantes.

- Plano Misto (B): é um plano de contribuição variável segundo a definição das autoridades brasileiras. Tem característica de contribuição definida para benefícios programáveis de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para benefícios de risco (cobertura de invalidez e morte de participante ativo). A contribuição das empresas é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes; e

- Plano de Benefício Definido (BD): plano original, na modalidade de benefício definido para todos os benefícios, fechado para novos participantes, por meio do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado nas empresas em relação ao valor hipotético do benefício da Previdência Social Oficial. A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D pretendem encerrar o referido plano até o final de 2006, migrando seus participantes para o Plano Saldado, o que depende de aprovação das autoridades competentes.

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D registraram em seu balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2005 e em 31 de dezembro de 2006, obrigações no valor de R$1.455,7 milhões e R$1.590,0 milhões, respectivamente, relativas às contribuições dos referidos planos. Em 31 de dezembro de 2006, a FORLUZ possuía 21.311participantes e pensionistas, patrocinados pela CEMIG Controladora, pela Emissora e pela CEMIG D inscritos em seus planos, conforme mostra a tabela a seguir.

Número de Participantes por Planos - FORLUZ

Item	Benefício Definido - BD	Saldado - A	Misto - B
Ativos	23	2.571	10.600
Aposentados	196	7.951	1.568
Pensões	59	1.421	122

Obs: O somatório dos números da tabela não corresponde ao total de participantes ativos e assistidos, tendo em vista que vários deles participam dos planos A e B (o somatório é sempre maior).

O número de empregados da CEMIG Controladora, da Emissora e da CEMIG D filiados aos planos de previdência privada é 10.625, equivalente a 99,69%, em 31 de dezembro de 2006.

Ademais, as empresas mantêm, de modo independente, aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Outros Benefícios

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D fornecem ainda aos seus empregados, seguro saúde, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche, programa de apoio ao menor eficiente especial.

FORLUZ

Por meio de deliberações de sua Diretoria, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D reconheceram diferentes débitos em relação à Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade de previdência privada dos funcionários dessas empresas. Esses débitos são relacionados ao passivo atuarial e outros benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadorias e pensões, seguro de vida e plano de saúde. Em 31 de dezembro de 2005 e 2006, esses débitos totalizavam R$1.524,5 milhões (sendo que R$345,0 milhões referem-se à Emissora e R$1.104,5 milhões, à CEMIG D) e R$1.317,4 (sendo que R$298,1 milhões referem-se à Emissora e R$954,5 milhões, à CEMIG D). Esses débitos deverão ser amortizados progressivamente até junho de 2024.

Os superávits técnicos que a FORLUZ venha a apresentar pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas pela Emissora, conforme previsto contratualmente.

Em 1º de janeiro de 2001, a CEMIG reconheceu a dívida com a Forluz por meio de diversas deliberações de sua Diretoria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, referente à contabilização dos benefícios de funcionários. Dessa forma, foi alterado o modo de reconhecimento dos débitos em relação à Forluz. O critério de reconhecimento das despesas com benefícios pós-emprego anteriormente adotado pelas empresas considerava no resultado as contribuições efetivamente pagas referente a benefícios a aposentados. Considerando os novos procedimentos adotados, foram reconhecidos no resultado os encargos incidentes sobre a dívida com a Forluz e a variação atuarial nas obrigações pós-emprego.

Treinamento

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D fornecem extenso programa de treinamento para seus aprendizes e funcionários. Os aprendizes são menores selecionados para participarem de programa de formação técnico-profissional para as carreiras de eletricista de linhas de rede, eletricista de manutenção, dentre outras. Para seus funcionários, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D mantêm uma Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, destinado à formação de eletricistas, aperfeiçoamento e reciclagem, e um Programa de Educação Básica, destinado à complementação do ensino fundamental. Adicionalmente, as empresas possuem cursos de Formação Profissional ministrados em seu próprio campus - a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D investiram aproximadamente R$13,5 milhões e R$16,6 milhões, respectivamente em seus programas de treinamento, comparado com aproximadamente R$10,5 milhões em 2004. Referidas empresas possuem também um programa de *trainees* para jovens matriculados em cursos superiores ou recém formados para ocuparem funções técnicas ou gerenciais.

Segurança no Trabalho

A CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D possuem uma Política de Segurança que prevê a proteção de seus empregados próprios, contratados, de empresas contratadas, bem como a comunidade direta ou indiretamente afetada por seu sistema operacional, através da identificação, avaliação e controle dos riscos decorrentes de suas atividades. De acordo com a sua política de segurança do trabalho, todo empregado tem o direito de questionar a realização de tarefa em que as medidas de segurança no trabalho não estejam devidamente satisfeitas. Em 2006, ocorreram 117 acidentes, sendo 34 com afastamento do trabalho. Em 2005, ocorreram 151 acidentes, sendo 49 com afastamento do trabalho. Em 2004 e 2003, ocorreram 185 e 207 acidentes, respectivamente.

Para garantir o cumprimento desta Política de Segurança a CEMIG possui um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, 81 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e está implantando o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na Especificação OHSAS 18001, em todas as áreas que interagem com o Sistema Elétrico de Potência.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Para informações gerais sobre os aspectos ambientais que afetam a CEMIG, vide Seções “Negócios da Emissora e “O Setor de Energia Elétrica no Brasil”. Ademais, para informações sobre os aspectos ambientais da Emissora, vide “Negócios da Emissora”.

Política Ambiental

A CEMIG D, de uma maneira geral, adota a mesma política ambiental da Emissora.

Licenciamento Ambiental

A CEMIG tem obtido todas as licenças ambientais necessárias à implantação de seus novos empreendimentos.

Atendimento às Exigências Ambientais

De uma maneira geral, a CEMIG acredita estar em total cumprimento com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Durante os anos de 2005 e 2006, a CEMIG Controladora, a Emissora e a CEMIG D investiram aproximadamente R$62,8 milhões e R$39,7 milhões, respectivamente, em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos, e na implantação de novos empreendimentos. Nos mesmos períodos, a CEMIG gastou R$22,6 milhões e R$18,4 milhões, respectivamente, em despesas de operação e manutenção no desempenho de suas atividades, tais como destinação final de resíduos, implantação de sistemas de gestão ambiental, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores e óleo, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Licença de Operação Ambiental Corretiva

A Emissora e a CEMIG D estão negociando com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a FEAM a obtenção de licença de operação ambiental corretiva para todos os seus empreendimentos que tenham iniciado operação antes de fevereiro de 1986. Até o momento, a elas obtiveram referida licença para diversos empreendimentos, restando pendentes ainda a obtenção do Licenciamento Corretivo para cerca de 40% da capacidade instalada de geração da emissora.

Os empreendimentos de transmissão da Emissora, que não foram licenciados à época da sua construção, encontram-se em processo de licenciamento corretivo na FEAM ou no IBAMA (aqueles que estão interligados com as Usinas Hidrelétricas de Jaguara e Volta Grande, cujas subestações estão localizadas no estado de São Paulo), com estudos ambientais elaborados e protocolizados naquele Instituto.

Todos os demais empreendimentos de transmissão foram agrupados por Sistemas Regionais (Sudeste, Leste, Centro e Triângulo) e encontram-se em licenciamento junto à FEAM.

Termos de Ajuste de Conduta – TACs e outros

- Termo de Ajuste de Conduta assinado com o Ministério Público, FEAM, Associação dos Atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé e Governo do Estado de Minas Gerais, estabelecendo condicionantes socioambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A 21ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais extinguiu, no último dia 19 de outubro, o TAC, considerando cumpridas as condicionantes socioambientais, definidas em ação ajuizada pelo Ministério Publico Federal, durante a construção da usina.

Ofício nº 2551/05 de 04/11/05: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, requisitou à CEMIG D que adotasse providências para sanar irregularidades encontradas em algumas de suas subestações localizadas em Belo Horizonte. Em atendimento ao requerimento, a CEMIG D informou à Promotoria, que já estavam sendo adotadas as medidas cabíveis no sentido de regularizar as questões apontadas no ofício em referência. A fim de averiguar a existência de referidas irregularidades, as subestações estão sendo objeto de vistoria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG A CEMIG, vem realizando as atualizaçãoe dentro dos prazos pactuados com o Ministério Público.

Termo de Compromisso entre o Ministério Público de Minas Gerais e CEMIG de 09 de agosto de 2002: A CEMIG D se comprometeu a não realizar novas ligações de energia elétrica em parcelamentos irregulares do solo urbano que estejam localizados, total ou parcialmente, em áreas consideradas de proteção ambiental.

Os principais termos e condições do termo de compromisso são:

- O descumprimento de qualquer das obrigações previstas importará na aplicação de multa correspondente ao valor do investimento da CEMIG na respectiva obra, porém nunca inferior a R$100.000,00 (cem mil reais) por infração verificada, valor que será corrigido pelo índice IGPm da Fundação Getúlio Vargas – FGV;

- A CEMIG não será responsabilizada pelas informações prestadas pelo Poder Executivo Municipal aos interessados ou consumidores quanto aos pedidos de ligação, cabendo a ela, havendo dúvidas sobre a veracidade das informações ou das declarações recebidas, comunicar o fato ao órgão local do Ministério Público.

- A CEMIG não poderá ser responsabilizada pela execução de obras de rede elétrica realizada por terceiros em novos parcelamentos e para os quais o fornecimento de energia elétrica não tenha sido efetuado, salvo quando realizadas por pessoas físicas ou jurídicas contratadas por ela, não podendo também ser responsabilizada se efetuar a eletrificação de novos parcelamentos irregulares do solo urbano em cumprimento a determinação legal do Órgão Regulador ou por ordem judicial;

- Havendo indícios de irregularidade do empreendimento, detectado pela CEMIG ou seus prepostos, deverá esta cientificar a Promotoria de Justiça Local e o Centro de apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio ambiente, Patrimônio cultural, Urbanismo e Habitação – CAO – MA para as providências cabíveis, deixando de iniciar o fornecimento de energia elétrica ao parcelamento do solo proposto em caso de dúvida.

Para informações sobre os TACs da Emissora, vide Seção “Negócios da Emissora”.

Custos de Preservação e Recuperação Ambiental

A CEMIG, de uma maneira geral, adota os mesmos critérios de preservação ambiental utilizados pela Emissora.

Outros Projetos

A CEMIG investe, dentre outros, em projetos de pesquisa e desenvolvimento ambiental e participa de programas de reflorestamento ciliar, arborização urbana, educação ambiental e diversas outras ações

Padrões Internacionais Ambientais

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte que foi certificada com reconhecimento internacional, no ano 2000, em conformidade com a NBR ISO 14001 Sistema de Gestão Ambiental, foi a primeira usina hidrelétrica de grande porte da América Latina a obter a certificação na ISO 14001. Atualmente, as Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e de Itutinga possuem certificações no Sistema de Gestão Integrado (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001).

A Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental de Galheiros é parte do escopo certificado de Nova Ponte. São 2,8 mil hectares, cujo objetivo é preservar a biodiversidade da região e desenvolver pesquisa e estudo da fauna e flora do local.

No entanto, embora a CEMIG não siga formalmente algum padrão internacional relativo à proteção ambiental, foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (“DJSI World”), pelo sétimo ano consecutivo, sendo que em 2005, foi considerada a Líder Mundial em Sustentabilidade no Setor Elétrico.

O DJSI World é composto por ações de empresas de reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por conseguirem aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. A seleção leva em conta não apenas a performance financeira, mas principalmente a qualidade e a melhoria contínua da gestão da empresa, que deve integrar a atuação ambiental e social como forma de sustentabilidade em longo prazo.

O DJSI World tornou-se, desde sua criação, em 1999, uma referência importante para investidores e administradores de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar suas decisões de investimentos.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO À CULTURA

A busca de novas formas para colaborar com as comunidades em que a CEMIG atua é uma preocupação constante.

A CEMIG possui forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial e participa de diversos programas sociais e possui um comitê de responsabilidade social empresarial que estabelece sua política de responsabilidade social e cidadania. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, a CEMIG investiu aproximadamente R$18,4 milhões, R$23,7 milhões e R$35,0 milhões, respectivamente, em programas sociais. Dentre seus principais projetos sócio-culturais destacam-se:

- Programa Luz do Saber - o objetivo desse programa é garantir energia elétrica a todas as escolas rurais das redes estadual e municipal de Minas Gerais;
- Programa Campos de Luz - com a iluminação de cerca de 300 campos de futebol de várzea, esse programa leva mais segurança e melhores condições de lazer para comunidades de baixa renda em todo o Estado;
- Projeto Galpão Cine Horto - patrocínio de um dos destaques do teatro brasileiro atual, Grupo Galpão;
- Festival Internacional de Teatro Palco e Rua - FIT - um dos mais importantes eventos de artes cênicas do Brasil contribuindo para a popularização do teatro;
- Projeto Palácio das Artes/Fundação Clóvis Salgado - mantenedora de uma instituição com presença marcante no cenário cultural brasileiro e patrocinadora de grandes espetáculos;
- Projeto Ações Sociais Integradas - ASIN - programa de voluntariado empresarial que conta com a participação de mais de 1000 empregados da empresa, atuando em educação,cultura,meio ambiente,saúde e apoio comunitário atendendo cerca de 30 mil pessoas entre crianças,adolescentes e idosos; e
- Programa AI6% - que arrecada em doações 6% do Imposto de Renda devido por empregados da empresa,destinando os recursos a instituições cadastradas no ASIN e nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

SISTEMA DE GESTÃO CERTIFICADOS

A CEMIG trabalha com Sistemas de Gestão da Qualidade – SGQ (NBR ISO 9001:2000), Ambiental – SGA (NBR ISO 14001:2004 e Sistema Interno - SGA Nível 1) e de Saúde e Segurança – SGS (conforme a especificação OHSAS 18001), cuja abrangência vem se ampliando significativamente na Empresa. Foram implantados em 2006 os Sistemas Integrados de Gestão – SIG (Qualidade, Ambiental e Saúde e Segurança) na Gerência das Usinas Oeste e Estação Ambiental de Volta Grande, nos Serviços de Segurança da Superintendência de Geração, nas Usinas Hidrelétricas de Três Marias, de Jaguara e de Volta Grande e na Usina Termelétrica de Igarapé.

Foram certificados em Sistema de Gestão da Qualidade no ano de 2006 os seguintes processos: Gestão da Superintendência de Geração; Engenharia de operação e manutenção da Geração; Consistência e divulgação de informações de Medição da Energia Gerada; Folha de Pagamento dos empregados da CEMIG; e a Efficientia (empresa controlada pela CEMIG voltada para trabalhos de eficiência energética). Foi certificada também em 2006 a Gerência de Operação e Manutenção da Transmissão Triângulo e a Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica de São Simão, maior usina da Cemig, no Sistema de Saúde e Segurança.

Número de empregados trabalhando com Sistemas de Gestão

Sistemas	2006
SGQ	4.296
SGA	1.694
SGS	785

A CEMIG faz parte do grupo de trabalho para a criação da ISO – 26000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization (ISO), do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As áreas da CEMIG podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

São certificadas, conforme a Norma NBR ISO 14001:2004, as Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Itutinga, as Estações Ambientais de Galheiro, a Gerência de Usinas do Oeste e a Assessoria da Superintendência de Geração.

Possuem certificação conforme o SGA Nível 1 da CEMIG as seguintes áreas:

- Geração: Usinas Hidrelétricas de Camargos, de Três Marias, de Volta Grande e de Jaguara e Usina Termelétrica de Igarapé;

- Transmissão: Operação e Manutenção da Transmissão Leste; Operação e Manutenção de Transmissão Sudeste;

- Distribuição: Planejamento e Expansão Sul; Operação e Manutenção Sul; Relacionamento Comercial e Serviços de Ipatinga; Relacionamento Comercial e Serviços de João Monlevade; Relacionamento Comercial e Serviços de Pouso Alegre; Planejamento e Expansão Norte; Operação e Manutenção Norte; Relacionamento Comercial e Serviços de Montes Claros; Relacionamento Comercial e Serviços de Divinópolis; Planejamento e Expansão Oeste; Operação e Manutenção Oeste; Relacionamento Comercial e Serviços de Uberlândia;

- Materiais, Logística e Serviços: Logística e Armazenamento; Qualidade de Material e de Fornecedores.

Todas as áreas da CEMIG, independente da implantação do Sistema de Gestão Ambiental, têm como obrigação atender a um conjunto de Requisitos Mínimos estabelecidos para o controle e a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de seus impactos e planos de ação para correção das questões identificadas.

TECNOLOGIA

A CEMIG possui sistemas informatizados e georreferenciados para projeto automatizado de instalações, sistemas e softwares proprietários para gerenciamento e controle e operação instalações de seu sistema elétrico e de telecomunicações, sistemas de monitoramento e alarme meteorológicos, sistema de comunicação próprio utilizando diferentes tecnologias, aí incluídas PLC - Power Line Communication, OPGW - Optical Fiber Groundwire, RF - Radiofrequência, Autotrack - Sistema de localização por satélites, dentre outras, sistemas de automação, proteção, controle e manutenção preventiva e corretiva para minimizar interrupções, localizar faltas e agilizar o restabelecimento em caso de falha, sistema de padronização e especificação para construção e aquisição de material e serviço.

A CEMIG possui um sistema de gerenciamento da SAP, empresa alemã de *softwares* de administração, o qual fornece suporte nas áreas de contabilidade, custos, orçamento, investimentos, projetos, estoques, manutenção, ativos fixos, recursos humanos, tesouraria, gerência de riscos (corporativo e financeiro), gestão de indicadores de desempenho, dentre outros.

A CEMIG possui também (i) Sistema de Gerenciamento de Riscos Corporativos, destinado a propiciar o desenvolvimento sustentável e a criação de valor via crescimento do preço das ações negociadas e atender aos requisitos definidos pela Lei *Sarbanes Oxley;* e (ii) Sistema de Gerenciamento de Riscos Financeiros destinado a monitorar os riscos associados à realização de operações nos mercados financeiros.

PRÊMIOS

Pelo sétimo ano consecutivo, a CEMIG foi selecionada pelo *Dow Jones Sustainability World Indexes* (2006/2007), juntamente com outras empresas no mundo. O *Dow Jones Sustainability World Indexes* é composto por 318 empresas de 24 países, sendo que o levantamente para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 58 ramos industriais. O referido índice leva em conta principalmente a qualidade e a melhoria contínua de gestão da empresa, que deve ingegrar a atuação ambiental e social como forma de sustentabilidade no longo prazo.

Ademais, disputando com mais de 500 empresas brasileiras, a CEMIG foi classificada entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, pelo Guia Você S/A – Exame, de 2006, a testando a excelência de suas práticas de gestão.

ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA

A Emissora é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva que atuam em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social.

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, é vedada remuneração aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal que integrem os órgãos de administração da CEMIG.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emissora é composto por 14 membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro seu Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração da Emissora são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

Os membros do Conselho de Administração da Emissora são, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração da CEMIG.

O Conselho de Administração da Emissora se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

As responsabilidades do Conselho de Administração da Emissora incluem, entre outras, a fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, eleição, destituição e fiscalização dos Diretores.

Os atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração foram indicados pela acionista única CEMIG. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira em 13 de dezembro de 2007.

O Presidente do Conselho de Administração da Emissora é o Sr. Wilson Nélio Brumer, e o Vice-Presidente é o Sr. Djalma Bastos de Morais.

Para mais informações sobre os membros do Conselho de Administração da Emissora vide Seção “Administração da CEMIG – Conselho de Administração” deste Prospecto.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por sete diretores que têm suas respectivas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Emissora, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Geração e Transmissão, um Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão Empresarial, um Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Adminstração da Emissora para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

Os membros da Diretoria Executiva da Emissora são os mesmos das respectivas Diretorias da CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada pelo Diretor de Distribuição e Comercialização da CEMIG.

A Diretoria se reúne, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores.

A Diretoria é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora e pela gestão corrente dos negócios da Emissora em conformidade com o plano plurianual e estratégico, bem como com o orçamento anual da Companhia.

O mandato dos atuais Diretores expira em 08 de setembro de 2007.

Para mais informações sobre os membros da Diretoria Executiva da Emissora vide Seção "Administração da CEMIG – Diretoria Executiva" deste Prospecto.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Emissora funciona de modo permanente é composto por três a cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

Os membros do Conselho Fiscal da Emissora são os mesmos do Conselho Fiscal da CEMIG, sendo presidido também pelo presidente do Conselho Fiscal da CEMIG.

O Conselho Fiscal é responsável, dentre outras funções, por fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos da administração, analisar balancetes e demais demonstrações finenceiras elaboradas periodicamente pela Emissora, examinar as demonstrações financeiras de exercício social e opinar sobre elas.

Os membros do Conselho Fiscal da Emissora têm mandato até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2007.

Para mais informações sobre os membros do Conselho Fiscal da Emissora vide Seção "Administração da CEMIG – Conselho Fiscal" deste Prospecto.

PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Emissora não possui atualmente planos de opção de compra de ações.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há Contratos firmados entre a Emissora e seus administradores.

DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA EMISSORA

Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, Santo Agostinho
Belo Horizonte, Minas Gerais 30161-970
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail:lrolla@cemig.com.br

ADMINISTRAÇÃO DA CEMIG

A CEMIG é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Em razão de sua participação acionária majoritária, o acionista Estado de Minas Gerais tem direito de eleger a maior parte do Conselho de Administração.

Cada detentor de ação ordinária tem o direito de votar para eleger os membros do Conselho de Administração. Mediante o sistema de votação cumulativa estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, e nos regulamentos da CVM, qualquer acionista detentor de, pelo menos, 10% de ações ordinárias em circulação podem cumular votos para um ou mais de um nomeado como membro de Conselho de Administração.

A estrutura e a composição do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da CEMIG são idênticas às da Emissora, com exceção da Diretoria de Distribuição e Comercialização a qual existe somente na CEMIG. Na Emissora, esta Diretoria não tem designação específica.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Emissora é composto por 14 membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro seu Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração da Emissora são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. Os conselheiros suplentes atuam como substitutos de seus respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

De acordo com o Estauto Social da CEMIG, a Emissora e a CEMIG D terão seus Conselhos de Administração compostos, obrigatoriamente, pelos mesmos membros do Conselho de Administração da CEMIG.

O Conselho de Administração da CEMIG se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, de seu Vice Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

As responsabilidades do Conselho de Administração da CEMIG incluem, entre outras, a fixação da orientação geral dos negócios da CEMIG, eleição, destituição e fiscalização dos Diretores.

Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração da CEMIG, oito foram indicados pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil Participações S.A. - SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009. A remuneração dos membros do Conselho é fixada pela Assembléia Geral Ordinária e não inclui plano de opções de compra de ações, ou está ligada ao desempenho da CEMIG.

Os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e os acionistas titulares de ações preferenciais têm o direito de elegerem cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos conselheiros e respectivos suplentes são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Wilson Nélio Brumer[1] [5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Djalma Bastos de Morais[4] [5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Francelino Pereira dos Santos[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Antônio Adriano Silva[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Nilo Barroso Neto[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Haroldo Guimarães Brasil [2]	Efetivo	28 de abril de 2006
Carlos Augusto Leite Brandão[2]	Efetivo	28 de abril de 2006
Andréa Paula Fernandes Pansa[2]	Efetivo	28 de abril de 2006
Evandro Veiga Negrão de Lima [2]	Efetivo	28 de abril de 2006
Wilton de Medeiros Daher [3]	Efetivo	28 de abril de 2006
Aécio Ferreira da Cunha[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
José Augusto Pimentel Pessôa[2]	Efetivo	28 de abril de 2006
Maria Estela Kubitschek Lopes[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Alexandre Heringer Lisboa[5]	Efetivo	28 de abril de 2006
Fernando Lage de Melo[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Marco Antônio Rodrígues da Cunha[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Lauro Sérgio Vasconcelos David [5]	Suplente	28 de abril de 2006
Guilherme Horta Gonçalves Júnior[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Antônio Renato do Nascimento[2]	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Leite Hoffmann [2]	Suplente	28 de abril de 2006
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim [2]	Suplente	28 de abril de 2006
Andréa Leandro Silva[2]	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Aníbal de Lima Fernandes [3]	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Lery Vieira[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Eduardo Castilho de Vasconcellos Costa [2]	Suplente	28 de abril de 2006
Luiz Henrique de Castro Carvalho[5]	Suplente	28 de abril de 2006
Franklin Moreira Gonçalves[5]	Suplente	28 de abril de 2006

(1) Presidente do Conselho de Administração;
(2) Eleitos pela SEB;
(3) Eleitos por representantes de ações preferenciais;
(4) Vice-Presidente do Conselho de Administração;
(5) Eleitos pelo Estado de Minas Gerais; e
(*) O mandato dos membros do Conselho de Administração será até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009.

Seguem abaixo breves informações biográficas dos membros efetivos do Conselho de Administração:

Wilson Nélio Brumer - O Sr. Brumer formou-se em administração de empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FUMEC - BH em 1975 e completou diversos cursos de administração financeira, planejamento e desenvolvimento gerencial no Brasil e no exterior. É Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde janeiro de 2003 e conselheiro da Valepar S.A. desde janeiro de 2001. Foi presidente do conselho das seguintes empresas: BHP Billiton Brasil, de novembro de 1998 a dezembro de 2002; Grupo Paranapanema, de fevereiro de 1996 a outubro de 1998; Aço Minas Gerais - Açominas, de maio de 1995 a junho de 1997; Eletrometal Metais Especiais S.A., de 1994 a 1996; Brasifco S.A., de 1993 a 1996; Rio Doce Finance Ltd. - RDF, de 1990 a 1992; Itabira International Company Ltd. - ITACO, de 1990 a 1992; e Navegação Rio Doce S.A. - DOCENAVE de 1990 a 1991. Foi vice-presidente do conselho de administração das seguintes companhias: Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1996; Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1996; CVRD, de 1990 a 1992, e Grupo Villares, que inclui as Indústrias Villares, Aços Villares S.A. e Elevadores Atlas S.A., de fevereiro de 1995 a outubro de 1998. Foi conselheiro da: Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, de julho de 1996 a abril de 1999; Varig de novembro de 1994 a fevereiro de 1996; Usiminas, de outubro de 1991 a novembro de 1992; Companhia Siderúrgica Tubarão, de agosto de 1992 a novembro de 1992; Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO, de 1988 a 1990: Florestas Rio Doce S.A., de 1988 a 1990; e Ferritas Magnéticas S.A. - FERMAG, de 1984 a 1986. O Sr. Brumer foi também diretor presidente da Acesita, de novembro de 1992 a outubro de 1998; Companhia Siderúrgica de Tubarão, de julho de 1996 a abril de 1999; CVRD, de abril de 1990 a novembro de 1992; Acesita Energética S.A., de 1992 a 1993; e Forjas Acesita S.A., de 1992 a 1993. Foi diretor financeiro da CVRD, de fevereiro de 1988 a abril de 1990. Fez parte também do conselho fiscal de Navegação Rio Doce S.A. - DOCENAVE, de

1983 a 1987 (presidente); Urucum Mineração S.A., de 1983 a 1984; e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, de 1982 a 1983. Foi também presidente do Instituto Brasileiro de Siderúrgicas de agosto de 1997 a maio de 1999, presidente do Conselho de Política Industrial da Federação das Indústrias de Minas Gerais, de 1994 a 1999, presidente do comitê financeiro da Valesul Alumínio S.A., de 1984 a 1988, diretor executivo da Associação Brasileira de Comércio Exterior - AEB, de 1994 a 1997, e membro de diversos conselhos e comitês.

Djalma Bastos de Morais - O Sr. Morais é formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia, tendo concluído estudos de pós-graduação em telefonia e informática no mesmo instituto. Desde janeiro de 1999 é o Diretor Presidente da CEMIG e desde julho de 2002 é Diretor Presidente da Empresa de Infovias S.A.. De maio de 1999 a agosto de 2001, foi Diretor Presidente da Empresa de Infovias S.A.. De janeiro de 1999 a dezembro de 2004 foi Diretor Presidente da Gasmig. De 1995 a 1998, foi vice-presidente da Petrobras Distribuidora S.A. De 1993 a 1994, o Sr. Morais atuou como Ministro das Comunicações do Brasil; ocupou também vários outros cargos, como diretor presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A. -Telemig; gerente da Telecomunicações Brasileiras S.A. -Telebrás; diretor de operações da Telecomunicações de Mato Grosso - Telemat; diretor de operações da Telecomunicações do Amazonas - Telemazon; e gerente da Telefônica Municipal S.A. - Telemusa.

Francelino Pereira dos Santos - O Sr. Santos formou-se em direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1949. Foi também senador por Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979, e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2° Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959.

Antônio Adriano Silva – O Sr. Silva é formado em administração de empresas com especialização em marketing. Trabalhou para várias empresas privadas, entre elas Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas.

Nilo Barroso Neto - O Sr. Barroso graduou-se em Economia pela Universidade de Brasília no ano de 1979. Ingressou no Curso de preparação à carreira de diplomata em 1977 tendo concluído o mesmo no ano de 1982. Ingressou no curso de Mestrado em "Liberal Studies", em Georgetown University, Washington, com especialização no campo da Filosofia Política. No período de 1983 e 1984 foi Assistente do Chefe da Divisão Consular e, nos anos subseqüentes ocupou os cargos de Assistente do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa de Mercado e Assessoria do Secretário das Relações com o Congresso. Em 1993 foi Oficial de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi Cônsul-adjunto, em Houston-USA, no período de 1991 a 1993. Assessorou, também, as Conferências Anuais da União Interparlamentar em Bangkok (1987) e no México (1986). Participou, como Assessor, das reuniões com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial no período de 1989 a 1991. Foi integrante da Delegação de Parlamentares Brasileiros à Convenção do Partido Republicano Norte-Americano, em Houston-USA, em 1992. É membro da cúpula presidencial do mecanismo de concentração e consulta política, em Santiago, Chile, desde 1993.

Haroldo Guimarães Brasil – O Sr. Guimarães nasceu em 13 de julho de 1962. Formou-se em engenharia elétrica pela PUC de Minas Gerais, e obteve doutorado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997. Obteve Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1991, e concluiu o Curso de Graduação Técnica do Banco Central (São Paulo, 1994), bem como estudos de pós-graduação em Políticas Públicas pela ENAP de Brasília (1990), e especialização em engenharia econômica pela Fundação Dom Cabral em 1986. É Diretor da Strategor Ltda - Consultoria e Treinamento, Consultor da Fundação de Desenvolvimento de Administração, Professor do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Fundação Pedro Leopoldo, Professor do IBMEC Educacional S.A. e professor convidado do Programa de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Carlos Augusto Leite Brandão - *O* Sr. Brandão nasceu em 3 de janeiro de 1956. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1978, tendo subseqüentemente concluído os estudos de pós-graduação em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral concluindo o curso em 1980. Em 2000 cursou MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais). Atualmente é o Diretor de Coordenação Empresarial da AES Eletropaulo, respondendo pelas ações regulatórias, institucionais e de coordenação gerencial das empresas do grupo no Brasil. Cumulativamente, preside o Conselho Fiscal da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Foi membro do Comitê Executivo de Mercado do MAE e é membro do Conselho de Administração e Diretor da ASMAE. É membro do *IEEE- The Institute of Electrical Engineers,* Inc.- desde 1980 e Membro Sênior desde 1990. Foi presidente das Seções Rio de Janeiro de 1990 a 1992 e Minas Gerais (do qual é fundador) de 1993 a 1996. Foi presidente do Conselho Brasil de 1999 a 2001. É Membro do Conselho Editorial da *Power Computer Society,* ocupou diversos cargos na *Power Engineering Society* e é o único representante estrangeiro a ocupar cargo no *United States Activities Board,* com sede em Washington D.C. Ex-professor do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, do Centro de Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, de vários cursos da Eletrobrás e PUC-MG, tem mais de 50 trabalhos publicados no Brasil e exterior, tendo publicado livro e CD-ROM em conjunto com Fundação João Pinheiro sobre Modelos do Setor Elétrico em 1995. Coordenou o curso de Regulamentação do Setor Elétrico promovido pela Fundação João Pinheiro em 1997, primeiro curso do gênero no Brasil. Iniciou sua carreira na CEMIG em 15 de março de 1979, tendo atuado como Engenheiro, Gerente da Divisão de Engenharia de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Operação e Manutenção, Gerente do Departamento de Planejamento e Automação, Consultor de Comercialização de Grandes Clientes, Gerente do Departamento de Transmissão. O Sr. Brandão é assessor da Vice Presidência e consultor do Diretor Financeiro.

Andréa Paula Fernandes Pansa - A Sra. Fernandes nasceu em 19 de outubro de 1969. Em 1992, formou-se em Administração de Empresas pela FIRP- Faculdades Integradas Rio-Pretense, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV no ano de 1995. Foi aluna do *Extension Business Course* pela Universidade de Berkeley em 1996, e realizou o *"Banking Extension Course"* - GVPEC pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 1998. Fez MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) com conclusão no ano de 2001. É Assessora da Diretoria de Coordenação Empresarial das empresas do Grupo AES Brasil. Anteriormente, atuou na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. como Analista Financeira e de Relações com Investidores no período de 2000 a 2003. Foi Analista de Portfólio do Banco Santander Brasil S.A nos anos de 1998 a 2000. Atuou na Área de Marketing da Tyson Foods nos Estados Unidos em 1996 e trabalhou no Citibank N.A no período de 1990 a 1991.

Antônio Luiz Barros de Salles. O Sr. Salles nasceu em 23 de fevereiro de 1946 e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP em 1970. Tem curso de Pós Graduação em Direito Penal e Especialização em Direito Processual ambos pela PUC de São Paulo. É Diretor de Negócios Jurídicos da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Foi funcionário de carreira da CESP, onde entrou em 1967, tendo sido professor do IDORT- Instituto de Desenvolvimento e Organização do Trabalho e Professor do Instituto de Administração da Faculdade de Economia da USP. Atuou como chefe de Gabinete da Presidência de 1987 a 1991, Vice Presidente da ABRAPP- Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada, de 1993 a 1995 e Diretor Superintendente da Fundação CESP, de 1993 a 1995. Foi chefe da Assessoria Técnica do Governo de Estado de São Paulo, entre 1971 e 1975 e Chefe de Gabinete da Chefia da Casa Civil na mesma gestão. Foi Secretário de Vias Públicas da Prefeitura Municipal da Capital de São Paulo (2000).

Evandro Veiga Negrão de Lima - O Sr. Veiga nasceu em 1 de julho de 1939, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, portador da Carteira de Identidade nº M 1342795 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 000761126-91. Graduou-se em Medicina em 1964 pela Faculdade de Medicina da UFMG com especialização em Psiquiatria sendo monitor da Cadeira de Medicina Legal pela citada Faculdade. Como experiência profissional, o Sr. Veiga participou de congressos em Miami, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte. Fez estágios nas Universidades do Colorado, Denver e Estados Unidos. Obteve treinamento no Hospital Psiquiátrico Estadual do Colorado, em Pueblo, Estados Unidos. É professor assistente na Faculdade de Medicina da UFMG e médico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Foi Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, vice-presidente do CDEI - Clube dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias, vice-Presidente do América Futebol Cube, Diretor da Cobraço - Comercial Brasileira de Aço, Diretor da Cobrafer - Comercial Brasileira de Ferro. Atualmente, exerce as funções de Presidente da Sancruza - Companhia de Engenharia, Agricultura e Urbanização, Presidente do Pampulha Iate Clube, desde 2002, Sócio proprietário da NL Construções e Incorporações Ltda, LL Administradora de Imóveis e proprietário da Veiga e Lima Administradora de Imóveis.

Wilton de Medeiros Daher - O Sr. Medeiros nasceu em 05 de fevereiro de 1945, em Natal (RN), é casado, economista, residente e domiciliado em Fortaleza (CE), portador da Carteira de Identidade 823.372, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - DF e do CPF nº 003.534.355-34. É graduado em Ciências Econômicas (1972 -UERN) e Administração de Empresas (1975 - UERN. CRA/CE-PI, nº 4759). É pós-graduado em Comércio Exterior, Latu Sensu, (1984 - UDF) e BB/MBA - Management Business Administration, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP - 1994. Concluiu o seu curso de Mestrado em Administração (com concentração em negócios internacionais) pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) - 2005 (Dissertação defendida em 22 JUN 2005). Suas principais atividades acadêmicas foram as seguintes:proferiu palestras como "A Influência da Ética e da Responsabilidade Social na Reputação Corporativa", no Auditório da Bolsa Regional de Valores, em 19 NOV 2004, "Aspecto Histórico da Globalização Econômica"- Universidade Federal do Ceará, em 06 AGO 2004, "Governança Corporativa: Panacéia para os males da empresa?" para alunos do Mestrado em Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 24 MAR 2006; foi Professor de Matemática Comercial e Financeira na Universidade Estadual Vale do Acaraú - 2005/2006. No Banco do Brasil, o Sr. Medeiros foi Assessor da Presidência para assuntos da Área Internacional - 1979/1985, Gerente adjunto da Agência em Lisboa (Portugal) - 1986, Gerente Interino da Agência na cidade de Porto (Portugal) - 1987, Superintendente Estadual Adjunto no Ceará - 1988/1992, Superintendente Estadual no Ceará - 1992/1995. Em sua vivência empresarial o Sr. Medeiros foi Diretor Executivo da Intercredit Fomento Mercantil Ltda, Ex-membro titular do Conselho Fiscal da Neoenergia S.A.(ex-Guaraniana S.A.), controladora de seis empresas do setor elétrico, com atuação no RN, PE e BA, representando a PREVI (2003), Membro titular do Conselho Fiscal da DURATEX S.A., pertencente ao Grupo Econômico ITAÚSA, representando a PREVI (2004/2006), Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em São Paulo, Vice-presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária do Ceará – FACIC (2006/2009).

José Augusto Pimentel Pessôa - O Sr. Pimentel nasceu em 27 de maio de 1937 e se formou em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em1961 com curso de especialização em hidráulica e saneamento. Atuou como chefe do escritório de obras da REDUC, pela Tenenge, como engenheiro autônomo (1963 - 1964), engenheiro da CEMIG (1974 – 1974), onde atuou nas áreas de construção de linhas de transmissão e engenheiro de reconhecimento de campo de locais barráveis, responsável pelo setor de estruturas da usina de Jaguara. Foi chefe do departamento de Estudos e Projetos da ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil SIA, de 1974 a 1978 e diretor da ENGEVIX de 1978 a 1994, sendo consultor independente desde 1994. Foi Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (em 1994), Diretor Administrativo e Diretor da Área de Energia da AMEC- Associação Mineira das Empresas de Engenharia Consultiva (em 1992). Atualmente é Engenheiro Consultor da Amec. Foi membro e Conselheiro do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens entre 1977 e 1996 e em 1977 foi Coordenador do GTCN- Grupo de Trabalho para Custos do Norte.

Aécio Ferreira da Cunha - O Sr. Cunha formou-se em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1951. Foi diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1973. Hoje é empresário do setor agropecuário do norte do Estado de Minas Gerais. Desde 1993, integra o Conselho de Administração de Furnas. Foi presidente do Conselho de Administração do BNDES em 1993. Foi eleito Deputado Estadual, por duas legislaturas, no período compreendido de 1955 a 1962. Foi eleito Deputado Federal, por seis legislaturas, no período de 1963 a 1987 e Deputado Estadual, por duas legislaturas, de 1955 a 1962. Antes disso, o Sr. Cunha foi Chefe do Gabinete da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. Em 1988 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, após a aprovação do seu nome pelo Senado Federal, mas, invocando razões de ordem pessoal, desistiu do cargo às vésperas da posse.

Maria Estela Kubitschek Lopes - A Sra. Lopes formou-se em arquitetura e é decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também assessora do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Jucelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho

do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Alexandre Heringer Lisboa - O Sr. Lisboa formou-se em engenharia no Instituto Politécnico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e recebeu o grau de mestre em engenharia mecânica, com ênfase em energia solar, da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa (Estado da Paraíba). Recebeu também treinamento especializado em usina eólica na *Deutsches Windenergie – Institut - DEWI* e da *Summer School on Wind Energy Technology* na Universidade de Oldenburg, na Alemanha. Trabalha como engenheiro da CEMIG desde maio de 1985 e é conselheiro do SENGE, assim como conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Foi suplente do conselho de administração da CEMIG de janeiro de 1999 a dezembro de 2000. Foi pesquisador e consultor do Centro da Fundação Tecnológica de Minas Gerais - CETEC, de novembro de 1983 a abril de 1985. De janeiro de 1977 a maio de 1979, foi estagiário na Usiminas, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Delle Alstom S.A. - DASA.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por sete diretores que têm suas respectivas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Emissora, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores, um Diretor de Distribuição e Comercialização, um Diretor de Gestão Empresarial, um Diretor de Planejamento, Projetos e Construções e um Diretor de Geração e Transmissão, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Adminstração da Emissora para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

Ademais, é permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da CEMIG, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Emissora e na CEMIG D.

A Diretoria se reúne, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores.

A Diretoria é responsável, dentre outras funções, pela execução das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora e pela gestão corrente dos negócios da CEMIG em conformidade com o plano plurianual e estratégico, bem como com o orçamento anual da CEMIG.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

Os nomes, cargos e datas da nomeação original dos diretores da CEMIG são os seguintes:

Nome	Cargo Atual	Data da Nomeação
Djalma Bastos de Morais	Diretor-Presidente	03 de maio de 2006
Djalma Bastos de Morais(cumulativamente)	Diretor Vice-Presidente	03 de maio de 2006
José Carlos de Mattos	Diretor de Planejamento, Projetos e Construções	09 de janeiro de 2007
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores	09 de janeiro de 2007
Fernando Henrique Schuffner Neto	Diretor de Geração e Transmissão*	09 de janeiro de 2007
José Maria de Macedo	Diretor de Distribuição e Comercialização	09 de janeiro de 2007
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	Diretor de Gestão Empresarial	09 de janeiro de 2007

(*) Os membros da Diretoria Executiva da Emissora são os mesmos da Diretoria da CEMIG, sendo que o cargo de diretor sem designação específica da Emissora será ocupado pelo Diretor de Distribuição e Comercialização da CEMIG.

Seguem abaixo breves informações biográficas sobre cada membro da Diretoria.

Djalma Bastos de Morais – Para obter informações biográficas sobre o Sr. Morais vide Seção "Administração da CEMIG - Conselho de Administração" acima.

José Carlos de Mattos: O Sr. Mattos formou-se em Letras pela Universidade Uni-BH (Centro Universitário de Belo Horizonte), em 1972. Atualmente é Diretor-Presidente da GASMIG, exerceu função de Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais – PREVIMINAS, de 2004 a 2007. Nos anos de 2003 a 2004 atuou no cargo de Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG, foi Superintendente Regional (MG/SP/RJ) na Caixa Econômica Federal nos anos de 1983 a 1992,, onde também exerceu cargo de Diretor Financeiro de 1992 a 1994, e no mesmo período foi Diretor do BIAPE - Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo. De 1995 a 1996 foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE.

Luiz Fernando Rolla: O Sr. Rolla formou-se em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1974, onde também cursou pós-graduação em engenharia econômica e processamento de dados. Iniciou sua carreira na CEMIG em 1975, aposentou-se em 2006, durante esses período ocupou diversos cargos, dentre os quais se destacam os de Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e "*Project Finance*", atuou como Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADRs nível I e II na *New York Stock Exchange* e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de Relações com Investidores pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC. No ano de 2006 foi eleito o Melhor Executivo de Relações com Investidores pela "*IR Magazine"*.

Fernando Henrique Schuffner Neto: O Sr. Schuffner formou-se em engenharia elétrica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1982, tendo curso de mestrado pela UNICAMP de Campinas e de Gestão de Negócios - Master Business Administration – MBA, no IBMEC Business School. Trabalha na CEMIG desde 1985, ocupando diversos cargos, tais como de Gerente Regional de Teófilo Otoni, Superintendente da Coordenação de Planejamento e Gestão da Distribuição, Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição, Superintendente de Planejamento da Expansão da Distribuição e Mercado. Durante os anos de 2002 e 2004, foi Membro do Conselho de Administração da CEMIG, entre 2002 e 2005, foi Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC e de 2004 a 2006, foi Superintendente da Coordenação Executiva do Programa "Luz para Todos" da CEMIG.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha: O Sr. Cunha é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1978, com especialização em Estrutura e Transporte e formado em engenharia econômica pelo Instituto de Engenharia Economia e Administração – Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Christiano Ottoni. Cursou MBA no IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais) no período de junho de 2002 a junho de 2003. De 1978 até 1991, atuou em diversos cargos no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, dentre eles o de Presidente da Associação dos Funcionários, e o de Gerente de Divisão Financeira. Foi Presidente da Federação Nacional das Associações e Conselhos de Representantes de Bancos Oficiais em 1989 e 1990. Atuou como Presidente da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG de 1991 até 1995, e como Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI no período de 1995 até 1999. No ano de 2006, assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura de Minas Gerais.

José Maria de Macedo - O Sr. Macedo formou-se em engenharia elétrica na Universidade Federal de Minas Gerais em 1967 e completou diversos cursos de especialização em eletricidade e administração. Foi estagiário na Bonneville Power Administration em Portland, Texas, e na Tennnessee Valley Authority no Bureau of Reclamation em Denver, Colorado, e na Southern California Edison na Califórnia. Trabalhou na CEMIG de setembro de 1969 a maio de 1994, quando se aposentou como superintendente de transmissão de eletricidade. Após sua aposentadoria na CEMIG, constituiu a Cooperativa de Prestação de Serviços de Engenharia Ltda., onde atualmente exerce o cargo de presidente. Antes de trabalhar na CEMIG, foi engenheiro na Sociedade de Instalações Técnicas – SIT. Realizou diversos estudos e seminários no campo de eletricidade no Brasil. Atualmente é Diretor da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG e UTE Barreiro.

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006, o valor total da remuneração paga aos conselheiros e diretores totalizou aproximadamente R$5,55 milhões e R$4,9, respectivamente.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEMIG funciona de modo permanente é composto por três a cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal é responsável, dentre outras funções, por fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos da administração, analisar balancetes e demais demonstrações finenceiras elaboradas periodicamente pela Emissora, examinar as demonstrações financeiras de exercício social e opinar sobre elas.

Os atuais membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, cujo mandato expira até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2007, são os seguintes:

Nome	Cargo	Data da Nomeação
Luiz Guaritá Neto(1)	Efetivo	28 de abril de 2006
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond(1) (2)	Efetivo	28 de abril de 2006
Luiz Otávio Nunes West (3)	Efetivo	28 de abril de 2006
Ari Barcelos da Silva (4)	Efetivo	28 de abril de 2006
Thales de Souza Ramos Filho(1)	Efetivo	28 de abril de 2006
Ronald Gastão Andrade Reis(1)	Suplente	28 de abril de 2006
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho(1)	Suplente	28 de abril de 2006
Augusto Cesar Calazans Lopes(3)	Suplente	28 de abril de 2006
Carlos Volpe de Paiva (4)	Suplente	28 de abril de 2006
Aliomar Silva Lima(1)	Suplente	28 de abril de 2006

(1) Eleitos pelo acionista majoritário;
(2) Presidente do Conselho Fiscal
(3) Eleitos pela SEB;
(4) Eleitos por representantes de ações preferenciais
(*) O mandato dos membros do Conselho Fiscal será até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2007.

PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A CEMIG não possui atualmente planos de opção de compra de ações.

CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não há Contratos firmados entre a CEMIG e seus administradores.

DIRETOR DE FINANÇAS, PARTICIPAÇÕES E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA CEMIG

Sr. Luiz Fernando Rolla
Avenida Barbacena, 1200, 12ºandar, Ala B1, Santo Agostinho
Belo Horizonte, Minas Gerais 30161-970
Tel: (31) 3299-4903
Fax: (31) 3299-3832
E-mail: lrolla@cemig.com.br

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data desse Prospecto, o valor do capital social da Emissora totalmente subscrito e integralizado era de R$2.896.785.358,90, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 2.896.785.330 de titularidade da CEMIG e 28 de titularidade dos membros do Conselho de Administração. Não há previsão de aumento do capital social autorizado no Estatuto Social da Emissora.

A tabela abaixo mostra a evolução do capital social da Emissora desde sua constituição:

Data	Valor
08/09/2004	R$1.000,00
31/01/2005	R$2.259.019.390,00
A partir de 29/07/2005	R$2.896.785.358,90

Para mais informações sobre os acionistas da CEMIG, vide seção “Principais Acionistas” deste Prospecto.

Conforme previsão estatutária, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Emissora. A CEMIG, na qualidade de único acionista da Emissora, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

A Emissora atualmente não possui ações em tesouraria.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA EMISSORA

Conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, os dividendos de um determinado exercício social somente serão distribuídos depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) 50% distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Emissora, observadas as demais disposições de seu Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Emissora, com observância do Plano Diretor da Emissora e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, observado o disposto abaixo, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a Emissora utilizará a reserva de lucros citada acima para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Emissora e da política de dividendos nele prevista.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, serão imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Emissora, para todos os efeitos legais.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Emissora.

Até 31 de dezembro de 2006, foi provisionado o pagamento de dividendos no montante total de R$583 milhões a serem pagos em 2007 correspondentes a destinação de 95,00% do lucro líquido do exercício.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS DA CEMIG E DA CEMIG D

As políticas de dividendos da CEMIG Controladora e da CEMIG D obedecem aos mesmos critérios política de dividendos da Emissora conforme descrita acima. Ademais, conforme previsto no Estatuto Social da CEMIG, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado assegurará às ações do capital da CEMIG emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade particular, um dividendo mínimo de 6% ao ano, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 828/51 e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796/85.

Outrossim, as ações preferenciais de emissão da CEMIG, fazem jus a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (a) 10%, calculado sobre o seu valor nominal; e (b) 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

Na CEMIG Controladora, até 31 de dezembro de 2006, foi provisionado o pagamento de dividendos no montante total de R$1.382 milhões a serem pagos em 2007 sendo, R$885 milhões correspondentes a destinação de 52% do lucro líquido do exercício e R$497 milhões correspondentes a dividendos extraordinários. Em 2006 foi pago um montante de R$2.070 milhões referente ao lucro apurado em 2005.

Na CEMIG D, até 31 de dezembro de 2006, foi provisionado o pagamento de dividendos no montante total de R$731 milhões a serem pagos em 2007 correspondentes a destinação de 95,00% do lucro líquido do exercício.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Emissora e a CEMIG sempre buscam aprimorar o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, por meio de uma política de Governança Corporativa, que consiste na absorção das melhores práticas de governança, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas.

Desde 2001, a CEMIG integra o Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos seus acionistas melhores práticas de relacionamento. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), a CEMIG também está sujeita à regulamentação da *Securities and Exchange Commission* e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). A CEMIG também tem ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Por ser uma subsidiária integral da CEMIG, a Emissora busca se nortear nos critérios de política de governança corporativa adotados pela CEMIG, conforme aplicável.

CÓDIGO DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO IBGC

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, a Emissora e a CEMIG, conforme o caso, respeitam e adotam em todas as suas relações:

- *a transparência*, que a administração deve aplicar e cultivar principalmente de forma franca e rápida, gerando uma boa comunicação interna e externa e maior confiança dentro da companhia e nas suas relações com terceiros;

- *a eqüidade*, no tratamento de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas, como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores;

- *a prestação de contas da atuação* dos agentes da governança corporativa a quem os elegeu, respondendo integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos;

- *a responsabilidade corporativa*, que é uma maior visão da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos sociais, econômicos e ambientais com a comunidade que a companhia atua.

Ademais, dentre as práticas de Governança Corporativa recomendadas pelo IBGC em referido código, a Emissora e pela CEMIG adotam as seguintes:

- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;

- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;

- convocações de assembléia e disponibilização de todos os documentos pertinentes desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;

- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;

- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração; e

- disponibilidade de acesso aos termos do acordo de acionistas a todos os demais sócios da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselhos de Administração da Emissora e da CEMIG são composto por 14 membros efetivos e igual número de suplentes e, de acordo com os Estatutos Sociais dessas sociedades, seus Conselhos de Administração serão compostos pelos mesmos membros. Para mais informações sobre referidos Conselhos de Administração, vide itens "Administração da Emissora – Conselho de Administração" e "Administração da CEMIG – Conselho de Administração".

CONSELHO FISCAL

Nos termos dos Estatutos Sociais da Emissora e da CEMIG, seus Conselhos Fiscais têm caráter permanente e são compostos de, no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes. De acordo com os Estatutos Sociais dessas sociedades, seus Conselhos Fiscais serão compostos pelos mesmos membros. Para mais informações sobre referidos Conselhos de Administração, vide itens "Administração da Emissora – Conselho Fiscal" e "Administração da CEMIG – Conselho Fiscal".

ACORDOS DE ACIONISTAS

Os acionistas da CEMIG possuem um acordo de acionistas que dispõe sobre orientações de voto e que está sendo discutido judicialmente. Para mais informações, vide item "Principais Acionistas – Acordo de Acionistas da CEMIG".

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Emissora e a CEMIG possuem seus manuais de divulgação de informações sobre ato ou fato Relevante, que consistem na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Nos termos da Instrução CVM 358, considera-se relevante qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos da administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM, às bolsas de valores e entidade de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários estejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários estejam admitidos à negociação.

A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da companhia.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS

A Emissora tem um manual de política de negociação com valores mobiliários que determina os procedimentos de comunicação por parte dos administradores e pessoas ligadas sobre negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora ou de sociedades controladas ou controladoras, bem como alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, elaborada nos termos da Instrução CVM 358.

Ademais, a CEMIG também tem uma política de negociação com valores mobiliários elaborada de acordo com a Instrução CVM 358 que veda a negociação com valores mobiliários de sua emissão e de companhias abertas que sejam por ela controladas no período que anteceder a divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da CEMIG, por pessoas que, em virtude de seu cargo, função, emprego ou posição na CEMIG, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relativa ao ato ou fato relevante. Referida política estabelece também que essas pessoas poderão ter planos próprios de negociação de valores mobiliários de emissão da CEMIG, os quais deverão ser submetidos ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, para verificação de sua compatibilidade com a política estabelecida pela CEMIG.

CONDUTA ÉTICA

A CEMIG Controlador, a Emissora e a CEMIG D possuem uma Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, que foi distribuída a todos empregados, cujos principais objetivos são:

- orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores e membros do Conselho Fiscal;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento do Código;
- orientar o Comitê de Ética da CEMIG na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões do Código.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional orienta: (i) compromisso com a saúde e segurança; (ii) compromisso com o cliente; (iii) comprimento da lei e compromisso com as melhores práticas de governança corporativa; (iv) integridade profissional; (v) meio ambiente e responsabilidade social; (vi) obediência a normas e instruções internas; (vii) preservação da imagem institucional e marca da CEMIG; (viii) proteção ao patrimônio; (ix) relacionamento com a sociedade e a imprensa; (x) relacionamento com fornecedores e contratados; e (xi) utilização adequada de informações e dos recursos e meios de informática

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da CEMIG foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), bem como pela apuração de denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta.

Canal de Denúncia Anônima

A CEMIG criou um canal de denúncia anônima para uso exclusivo de seus empregados e colaboradores. Esse canal está alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa, que preconizam, dentre outras coisas, correção e transparência em todas as atitudes e decisões da Empresa. É também um importante instrumento para a obtenção de certificação de controles internos, atendendo às orientações da Lei Sarbanes-Oxley. O canal receberá, exclusivamente, denúncias de práticas irregulares contrárias aos interesses da CEMIG,

compreendendo: (i) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; (ii) apropriação indevida de bens e recursos; (iii) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; (iv) contratações irregulares, favorecimentos a terceiros e outras práticas consideradas ilegais. Para receber as denúncias, a CEMIG disponibilizou em sua rede interna um site que permitirá a qualquer empregado ou colaborador cadastrar anonimamente uma denúncia sobre a prática de irregularidades, desde que se enquadre na descrição acima.

GOVERNANÇA CORPORATIVA - NÍVEL 1

Desde 2001 a CEMIG integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Para listar suas ações neste segmento, a CEMIG é obrigada a cumprir com um número de práticas de Governança Corporativa além daquelas já estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, tais como:

- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do seu capital social;
- Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- Melhoria nas informações relativas a cada exercício social, adicionando às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa;
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs), entre outras, demonstrações financeiras consolidadas e a demonstração dos fluxos de caixa;
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs), entre outras, a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições;
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano;
- Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc;
- Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas; e
- Divulgação das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores.

DESCONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Regulamento de Práticas de Governança Corporativa da BOVESPA – Nível 1, a CEMIG somente poderá descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 1, mediante (i) aprovação prévia em Assembléia Geral, e (ii) comunicação à Bovespa por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Caso essa descontinuidade ocorra em razão de cancelamento de registro de companhia aberta: (a) deverão ser observados todos os procedimentos previstos na legislação; e (b) ficará dispensada a realização da Assembléia Geral mencionada no item (i) acima.

Ademais, caso a descontinuidade ocorra em razão de reorganização societária em que a companhia resultante não seja classificada como detentora desse mesmo Nível de Governança Corporativa (i) a companhia, seus administradores e o acionista controlador deverão observar as formalidades aqui descritas e demais procedimentos previstos na Seção VII do Regulamento de Práticas de Governança Corporativa da BOVESPA – Nível 1.

SANÇÕES

No caso de descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA – Nível 1, a CEMIG, seus administradores e seu acionista controlador, conforme o caso, serão notificados pela BOVESPA, que determinará um prazo para que o descumprimento seja sanado. A CEMIG, seus administradores e seu acionista controlador, conforme o caso, ficarão sujeitos ao pagamento de multas e outras penalidades cabíveis nos termos da legislação vigente. Ademais, caso o descumprimento não seja sanado dentro do prazo previsto, a BOVESPA, além da multa mencionada e de acordo com a gravidade da infração, poderá aplicar também sanções não pecuniárias, como divulgação da cotação dos valores mobiliários da CEMIG em separado ou suspensão da negociação dos mesmos na BOVESPA, e ainda a rescisão do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1.

SARBANES-OXLEY

A CEMIG vem trabalhando para se adequar à lei norte-americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que estabelece novos padrões de governança corporativa para companhias listadas na Bolsa de Valores de Nova York e sujeitas à regulação da SEC.

A CEMIG já se adequou às determinações previstas na Seção 302 da SOX que estabelece que o diretor presidente e o diretor financeiro devem ter responsabilidade pelos controles e procedimentos de divulgação, conhecimento das informações relevantes, avaliar a efetividade dos controles de divulgação, prestar declarações sobre os documentos arquivados na SEC, entre outros. Ademais, a CEMIG está consolidando um processo de adaptação à Seção 404 da SOX, permitindo que, anualmente, o Diretor Presidente e Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores:

- Afirme sua responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção de procedimentos e de uma estrutura de controles internos adequados para elaboração dos relatórios financeiros;

- Conduza a avaliação da efetividade dos procedimentos e controles internos da CEMIG relativos a relatórios financeiros, considerando que a CEMIG deve ter avaliado a efetividade dos controles internos a partir de um modelo padronizado (ex: COSO) e que devem existir evidências que suportem a avaliação efetuada;

- Emita um relatório da Companhia sobre os Controles Internos relativos aos Relatórios Financeiros.

O auditor externo deverá atestar a avaliação do Diretor Presidente e do Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores quanto aos controles internos.

Todos os procedimentos adotados para o mapeamento dos processos que impactem os resultados explicitados nos demonstrativos financeiros, ou seja, que representam mais de 5% do lucro líquido projetado, bem como o levantamento dos controles internos relacionados aos riscos associados à veracidade dos dados dos demonstrativos financeiros se aplicarão à CEMIG, Emissora e à CEMIG D, bem como a eventuais subsidiarias

PRINCIPAIS ACIONISTAS

A Emissora tem como único acionista a CEMIG. A tabela abaixo apresenta a estrutura acionária da CEMIG em 31 de dezembro de 2006:

Composição Acionária em 31 de dezembro de 2006		
Tipo	**Quantidade de Ações Nominativas e Escriturais**	**Valor Nominal (R$) das Ações**
Ordinárias	70.874.167.923	708.741.679,23
Preferenciais	91.279.651.102	912.796.511,02
Total	**162.153.819.025**	**1.621.538.190,25**

A CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Emissora e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento.

O Governo Estadual de Minas Gerais é titular de 36.116.304.884 ações ordinárias da CEMIG, correspondentes a 50,96% do capital votante, e de 102 ações preferenciais. A SEB é o segundo maior acionista da CEMIG, titular de 23.362.956.173 ações ordinárias, correspondentes a 32,96% do capital votante da CEMIG. A Minas Gerais Participações S.A - MGI é titular de 1.625.279.753 ações preferenciais, correspondentes a 1,78% do capital preferencial da CEMIG.

Seguem, no quadro abaixo, as informações referentes à titularidade das ações ordinárias e ações preferenciais da CEMIG, em 31 de dezembro de 2006:

	Quantidade de ações					
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**%**
Setor Público	36.160.753.479	51,02	1.816.956.081	1,99	37.977.709.560	23,42
Área Federal	28.828.941	0,04	34.959.199	0,04	63.788.140	0,04
FINOR	28.697.431	0,04	34.825.204	0,04	63.522.635	0,04
Caixa Econômica Federal	131.510	0,00	131.510	0,00	263.020	0,00
DNIT	-	-	2.485	0,00	2.485	0,00
Área Estadual	36.125.857.399	50,97	1.776.588.408	1,95	37.902.445.807	23,37
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	50,96	102	0,00	36.116.304.986	22,27
MGI Minas Gerais Participações	-	-	1.625.279.753	1,78	1.625.279.753	1,00
RURALMINAS	6.200.000	0,01	-	-	6.200.000	0,00
Cia. Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	201.105	0,00	151.308.553	0,17	151.509.658	0,09
COPASA - Cia. Saneamento MG	3.151.410	0,00	-	-	3.151.410	0,00
Municípios	6.067.139	0,01	5.408.474	0,01	11.475.613	0,01
Setor Privado	34.711.481.386	48,98	89.344.591.617	97,88	124.056.073.003	76,51
Interno	30.160.364.249	42,55	25.932.461.837	28,41	56.092.826.086	34,59
Southern e Br Part Ltda	23.362.956.173	32,96	-	-	23.362.956.173	14,41
Demais Acionistas	6.797.408.076	9,59	25.932.461.837	28,41	32.729.869.913	20,18
Externo	4.551.117.137	6,42	63.412.129.780	69,47	67.963.246.917	41,91
ADR's	-	-	22.264.439.788	24,39	22.264.439.788	13,73
Demais Acionistas (Incluindo LATIBEX)	4.551.117.137	6,42	41.147.689.992	45,08	45.698.807.129	28,18
Ações em Tesouraria	-	-	69.128.403	0,08	69.128.403	0,04
Ações a identificar (ao portador)	-	-	48.846.642	0,05	48.846.642	0,03
Conselhos (CA e CF) e Diretoria Executiva	1.933.058	0,00	128.359	0,00	2.061.417	0,00
Total do Capital	70.874.167.923	100,00	91.279.651.102	100,00	162.153.819.025	100,00
Ações de Livre Negociação (FREE FLOAT)	34.746.377.466	49,03	89.433.805.932	97,98	124.180.183.398	76,58

Em 31 de dezembro de 2006, os investidores privados detinham, aproximadamente, 76,51% do capital total da CEMIG, existindo, ainda, uma grande participação de investidores com foco no crescimento e retorno de longo prazo.

Nesta mesma data, aproximadamente, 69,47% das ações preferenciais da CEMIG eram detidas por investidores estrangeiros. No passado esse número já chegou a atingir o máximo de 62,54% e o mínimo de 55,17%.

O Conselho de Administração da CEMIG, em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2007, deliberou propor à Assembléia Geral de Acionistas a realizar até 30 de abril de 2007 um aumento do capital social e bonificação no valor de R$ 810.769.089,75, correspondente a um acréscimo de 50% do capital atual, com utilização de recursos da reserva de lucros, que resultará na bonificação de 500 novas ações da mesma espécie e direitos das antigas e de valor nominal de R$0,01 para cada grupo de mil ações existentes. Uma vez homologada pela referida Assembléia na data de sua realização, serão beneficiados todos os acionistas que estiverem com seus nomes inscritos no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da CEMIG naquela data. Dessa forma, as ações serão negociadas com direito a bonificação até a realização da Assembléia, inclusive, passando a ser negociadas ex-direitos à bonificação a partir do dia imediatamente posterior à citada realização da aludida Assembléia.

Após o evento societário, serão agrupadas as ações já bonificadas conforme, na proporção de 500 (quinhentas) ações do valor nominal de R$0,01 (um centavo), para 1 (uma) ação da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R$5,00 (cinco reais).

O referido grupamento está condicionado à homologação pelas Assembléias Gerais Ordinária/Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30 de abril de /2007.

ACORDO DE ACIONISTAS DA CEMIG

Em 1997, o Governo Estadual de Minas Gerais, controlador da CEMIG, vendeu 32,96% das ações ordinárias da CEMIG para um grupo de investidores estratégicos liderados pela SEB. Como parte da venda, conduzida através de leilão público, o Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB firmaram, em 18 de junho de 1997, um acordo de acionistas, estabelecendo um quorum mínimo para a aprovação de determinadas matérias.

Nos termos do acordo de acionistas, as partes votarão em bloco em relação a determinadas alterações ao estatuto social da CEMIG, emissão de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, criação de partes beneficiárias, resgate e amortização de ações, fusão, cisão, incorporação, dissolução ou liquidação da CEMIG e distribuição de dividendos em percentual diverso do obrigatório previsto no estatuto social da CEMIG. Ademais, o Governo Estadual de Minas Gerais, a SEB e os acionistas minoritários poderiam indicar seis, quatro e um membro, respectivamente, para o Conselho de Administração da CEMIG, assim como o mesmo número de suplentes. O Governo Estadual de Minas Gerais e a SEB também poderiam indicar três e dois membros, respectivamente, para o Conselho Fiscal da CEMIG. Ainda nos termos desse acordo de acionistas, a SEB também terá o direito de nomear três dos oito membros da Diretoria. O acordo de acionistas também estabelece os princípios gerais de condução dos negócios sociais e disposições relativas a cessão e oneração de ações da CEMIG.

Em 1999, após as eleições, o Governo Estadual de Minas Gerais entrou com uma ação para anular o acordo de acionistas fundamentando que esse acordo violava as Constituições Federal e Estadual porque o quorum mínimo para aprovação de determinadas matérias constituiria uma transferência de controle ilegal da Emissora para a SEB. De acordo com essa ação, somente uma lei estadual específica poderia transferir o controle da CEMIG para a SEB.

Após algumas decisões preliminares desfavoráveis ao Governo Estadual de Minas Gerais em instância inferior, em 1999 o Governo Estadual de Minas Gerais obteve uma liminar da segunda instância estadual que suspendeu os efeitos do acordo de acionistas, aguardando a decisão final de segunda instância.

Em agosto de 2001, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu que o acordo de acionistas é nulo e inválido por violar as Constituições Federal e Estadual. Em dezembro de 2003, esta decisão foi objeto de recurso para o Superior Tribunal de Justiça que manteve a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A decisão do Superior Tribunal de Justiça está sujeita a pedido de reforma, estando o controle efetivo da CEMIG, dessa forma, sujeito à contestação judicial ulterior perante o Supremo Tribunal Federal.

Os direitos de voto são exercidos conforme estabelecido no estatuto social da CEMIG, e não conforme o acordo de acionistas. Nos termos do estatuto social da CEMIG, cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembléias gerais de acionistas. O estatuto social da CEMIG não estabelece nenhum direito extraordinário ou privilégios à SEB, além daqueles previstos em virtude de ser detentora de ações ordinárias.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA EMISSORA

Exceto pelas notas promissórias descritas abaixo e pelas Debêntures da presente Oferta, a Emissora nunca emitiu de forma pública quaisquer outros títulos ou valores mobiliários. Todas as ações ordinárias da Emissora são todas detidas pela CEMIG e não são negociadas na bolsa de valores.

Emissão de notas promissórias (*commercial papers*)

A Emissora emitiu, em 26 de julho de 2006, notas promissórias (*commercial papers*) no valor total de R$900 milhões, com prazo de vencimento de 90 dias. Sobre o principal destas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 103% da Taxa DI. As Notas Promissórias eram garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram utilizados para recomposição de caixa referente às dívidas vencidas e liquidadas desde janeiro de 2006. As obrigações decorrentes destas notas promissórias foram integralmente quitadas com os recursos provenientes das cédulas de crédito bancário emitidas pela Emissora em favor do Banco do Brasil S.A. Para mais informações sobre as cédulas de crédito bancário vide Seção "Contratos Relevantes – Contratos Financeiros Relevantes da Emissora".

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG

Ações

As ações ordinárias e preferenciais da CEMIG são negociadas na BOVESPA (códigos CMIG3 – ordinárias e CMIG4 – preferenciais). Ademais, a CEMIG tem ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*) (código CIG) e ações preferenciais negociadas na LATIBEX, um mercado europeu para negociação de ações de empresas latino-americanas, em Euro (código MIGAC).

O número total de ações em circulação da CEMIG, em 31 de dezembro, era de 124.180.183.398 ações, representativas de 76,58% do capital social total da CEMIG, sendo 34.746.377.466 ações ordinárias representativas de 49,03% do capital social votante e 89.433.805.932 ações preferenciais representativas de 97,98% do capital social preferencial.

As ações ordinárias e preferenciais da CEMIG, negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova Iorque e de Madri apresentaram valorização de 14% e 11%, respectivamente, em 2006, índices muito superiores às taxas de inflação verificadas no período.

Ações ao Portador

A CEMIG emitiu ações preferenciais ao portador. No entanto, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.021/90, tais ações ao portador foram extintas e convertidas em ações nominativas da CEMIG. A CEMIG ainda possui 0,03%do seu capital social em ações ao portador em poder de acionistas que ainda não exerceram sua conversão para a forma nominativa.

ADRs

Em 13 de agosto de 2001, a CEMIG obteve junto à SEC dos Estados Únicos o registro de seu programa de ADRs Nível II para negociação de seus ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque. A negociação dos ADRs foi iniciada em setembro de 2001.

A CEMIG possui um programa de *American Depositary Receipt – ADR* lastreado por ações preferenciais negociado na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o qual, em 31 de dezembro de 2006, possuía, aproximadamente, US$476 milhões em ADRs em circulação. Em 31 de dezembro de 2006 tais ADRs representavam 24,39% das ações preferenciais e 13,73% do total do capital social.

O Conselho de Administração da CEMIG, em reunião realizada dia 28/02/2007, deliberou autorizar a constituição de um programa de American Depositary Receipts-ADR, lastreado em ações ordinárias, a ser registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Securities and Exchange Commission - SEC e listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). Tal medida assegura às ações ordinárias o mesmo acesso ao mercado investidor americano já garantido às ações preferenciais através do programa existente. A efetiva operacionalização do mencionado programa dar-se-á após a conclusão dos trâmites legais relacionados.

Debêntures

Em dezembro de 2001, a CEMIG realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 62.500 debêntures, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$10,0 mil, em duas séries, sendo cada série no montante total de 31.250 debêntures, e o valor total da emissão de R$625,0 milhões. Referidas debêntures têm data de emissão em 1º de novembro de 2001, sendo o vencimento das debêntures da 1ª série em 1º de novembro de 2009 e da 2ª série em 1º novembro de 2011. As debêntures da 1ª série tiveram repactuação em 1º de novembro de 2005, quando os juros remuneratórios foram alterados de IGP-M + 12,7% a.a. para CDI + 1,2% a.a. Após a repactuação 71,5% das debêntures continuaram em circulação (equivalente a R$349,6 milhões) e o restante 28,5% (equivalente a R$139,2 milhões) foi resgatado pela CEMIG com recursos oriundos de empréstimo bancário. As debêntures da 2ª série tiveram repactuação em 1º de novembro de 2006, quando os juros remuneratórios foram alterados de IGP-M + 12,7% a.a. para 104% do CDI . Após a repactuação 47,4% das debêntures continuaram em circulação (equivalente a R$238,8 milhões) e o restante 52,6% (equivalente a R$265,3 milhões) foi resgatado pela CEMIG com recursos oriundos de empréstimo bancário. Todas as debêntures objeto desta 1ª Emissão foram subscritas e integralizadas. A escritura de emissão relativa à 1ª emissão de debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Em virtude do processo de Desverticalização da CEMIG, essas debêntures serão obrigatoriamente permutadas pelas Debêntures da presente Oferta. Após a realização da presente Oferta as debêntures da 1ª emissão da CEMIG serão canceladas. Para mais informações vide Seções “Desverticalização” e “Informações Relativas à Oferta” deste Prospecto.

Em julho 2002, a CEMIG realizou sua 2ª emissão de debêntures, para distribuição privada, para subscrição pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01. Por meio desta emissão foram emitidas 9.000 debêntures simples, da espécie subordinada, em número indeterminado de séries até o limite de R$90,0 milhões. O prazo de vencimento é de 25 anos após a data de emissão de cada série, e a atualização é calculada pelo IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros. Em 30 setembro de 2002, foi emitida a 1ª série de 2.250 debêntures e, em 22 dezembro de 2003, a CEMIG emitiu a 2ª série, cada uma no valor de R$22,5 milhões, totalizando 4.500 debêntures e R$45,0 milhões. Em março de 2004, a CEMIG cancelou as séries ainda não colocadas da emissão privada para realizar sua 3ª Emissão pública de debêntures. Os recursos dessa 2ª emissão foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação do AHE Irapé, conforme previsto no Instrumento Particular de Promessa de Subscrição de Debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001.

Em julho de 2004, a CEMIG arquivou na CVM um Programa de Emissão Pública de Debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária) ou subordinada, com prazo de até dois anos, no valor total de R$1,5 bilhões (“Programa”).

No âmbito do Programa, em 19 de julho de 2004, a CEMIG realizou sua 3ª emissão de debêntures, para distribuição pública, por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$10,0 mil, em série única, no valor total de R$230,4 milhões, com data de emissão de 1º de junho de 2004 e vencimento previsto para 1º de junho de 2014. As debêntures serão atualizadas pelo IGP-M e fazem jus ao pagamento de juros anuais correspondentes a uma taxa fixa de 10,5% ao ano. A escritura de emissão relativa a essas debêntures apresenta previsão de hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. Tendo em vista a Desverticalização da CEMIG, as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG foram permutadas pelas debêntures da 1ª Emissão da CEMIG D. Para mais informações vide Seção “Desverticalização”.

Em dezembro de 2004, a CEMIG realizou sua 4ª emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, em série única, com valor nominal unitário de R$10,0 mil, totalizando R$22,5 milhões, com data de emissão em 28 de dezembro de 2004 e prazo de vencimento de 25 anos. As debêntures desta emissão são atualizadas de acordo com a variação do IGMP e não fazem jus a pagamento de juros. As debêntures desta emissão foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01, cujos recursos foram aplicados pela CEMIG na construção e implantação da AHE Irapé, nos termos do Instrumento Particular de Promessa de Subscrição de Debêntures, assinado entre o Estado e a CEMIG em 10 de setembro de 2001.

Ainda para fins da construção e implantação da AHE Irapé, em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG realizou sua 5ª Emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$10,0 mil, totalizando R$22,5 milhões, com prazo de vencimento de 25 anos e atualização de acordo com o IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros e foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais.

Também visando a conclusão da implantação da AHE Irapé, a CEMIG Controladora realizou, em 28 de dezembro de 2006, sua 6ª Emissão de Debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 3.000 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$10,0 mil, totalizando R$30,0 milhões, com prazo de 25 anos e atualização de acordo com o IGP-M. As debêntures desta emissão não fazem jus a pagamento de juros e foram subscritas unicamente pelo Estado de Minas Gerais. Tendo em vista que os recursos deveriam ser aplicados na AHE Irapé, em 28 de fevereiro de 2007, CEMIG celebrou com a Emissora uminstrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da 6ª Emissão de Debêntures, visando à transferência dos recursos obtidos com referida emissão. Para mais informações vide a Seção de “Contratos Relevantes - Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG”.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

Em 26 de janeiro de 2006, a CEMIG constituiu o CEMIG – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC (“Fundo”), formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC. Este fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, por meio do qual foram ofertados 900.000.000 de quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R$1,00, no valor total de R$900,0 milhões e data de resgate prevista para 31 de dezembro de 2015. A totalidade das quotas seniores foi subscrita e integralizada pelo Banco Itaú S.A. e pelo Banco Bradesco S.A. O parâmetro de rentabilidade das quotas seniores corresponde à 100% da variação da Taxa do CDI, acrescida de cupom prefixado de juros de 1,70% ao ano base 252 dias úteis. Tais quotas serão amortizadas em 20 pagamentos semestrais durante um período de 10 anos. Ademais, tendo em vista que (i) as datas dos pagamentos semestrais das quotas seniores coincidem com as datas em que a CEMIG paga seus dividendos semestrais; e (ii) que o quarto aditamento do Contrato CRC prevê que 65% dos dividendos devidos pela CEMIG ao Governo do Estado em cada pagamento de dividendos são retidos pela CEMIG e transferidos automaticamente para o Fundo, as quotas são automaticamente reembolsadas em referidas datas. Caso esses dividendos não sejam suficientes para promover um sistema de pagamento fixo às quotas seniores, a CEMIG, como co-obrigada, deverá contribuir com o valor necessário para efetuar tal pagamento.

Adicionalmente às quotas seniores, foram emitidas, pelo Fundo, 760.125.012 quotas subordinadas não transferíveis, com valor unitário de emissão de R$1,00 por quota, no valor total de, aproximadamente, R$760,1 milhões e data de resgate prevista para 30 de junho de 2035. Tais quotas foram subscritas e integralizadas exclusivamente pela CEMIG. As quotas subordinadas serão amortizadas com qualquer excesso de caixa disponível no Fundo ou com sua liquidação

O Fundo foi estruturado e distribuído pelo Banco Itaú BBA S.A., coordenador líder, e pelo Banco Bradesco S.A., e é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., coligada ao Banco Itaú S.A.

O valor, em 31 de dezembro de 2006, dos recebíveis transferidos para o Fundo era de R$1.726 milhões.

Para mais informações sobre o Contrato CRC vide seção “Contratos Relevantes – Contratos Relevantes da CEMIG”.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CEMIG D

Notas Promissórias

A CEMIG D emitiu, em 26 de julho de 2006, Notas Promissórias (*Commercial Paper*) para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor total R$300,0 milhões a juros remuneratórios de 103% da Taxa DI tendo como garantia o aval da CEMIG e com vencimento em 90 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização. As obrigações decorrentes destas notas promissórias foram integralmente quitadas com os recursos provenientes das cédulas de crédito bancário emitidas pela Emissora em favor do Banco do Brasil S.A. Para mais informações sobre as cédulas de crédito bancário vide Seção "Contratos Relevantes – Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG D".

Em 02 de janeiro de 2007, a CEMIG D emitiu, em favor do *Banco Citybank S.A.*, notas promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200,0 milhões, com vencimento de 180 dias. Sobre o principal destas notas promissórias incidirão juros correspondentes à taxa de 102% da Taxa DI.. Para mais informações sobre as cédulas de crédito bancário vide Seção "Contratos Relevantes – Contratos Financeiros Relevantes da CEMIG D".

Debêntures

Em novembro de 2006, a CEMID D a fim de cumprir com a Permuta Obrigatória estabelecida na. Escritura da 3ª Emissão da CEMIG, realizou a 1ª Emissão de Debêntures Pública, por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$10,8 mil, totalizando R$250,5 milhões, com vencimento final em junho de 2014. A CEMIG D não recebeu os recursos líquidos desta Oferta, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as Debêntures da 3ª Emissão da CEMIG.

CONTRATOS RELEVANTES

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA EMISSORA

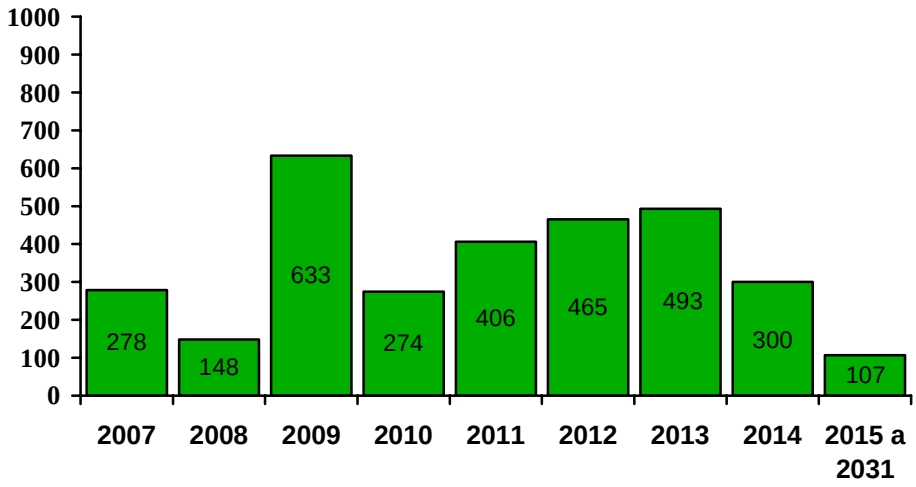
A Emissora celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Com exceção dos contratos de financiamento mediante abertura de crédito celebrados pela CEMIG com o BNDES, e os contratos de Repasse de FINAME firmados com o Unibanco e Itaú BBA, os quais foram cedidos para a Emissora, em virtude da Desverticalização da CEMIG, não há quaisquer limitações para emissão de debêntures pela Emissora. A autorização do BNDES para a 1ª Emissão de Debêntures Simples da Emissora foi concedida em 07 de março de 2007. Já as autorizações do Unibanco e do Itaú BBA foram concedidas em 28 de março de 2007.

O endividamento da Emissora, posição em 31 de dezembro de 2006, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, conforme gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida

Valores em R$ milhões
Posição de dezembro/2006 (*)



(*) Obs: A amortização das debêntures em tesouraria não compõe o cronograma acima, por não se constituírem obrigações para com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor da Emissora com relação aos contratos financeiros era de R$3,1 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos (valores expressos em R$ mil):

(em R$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006					
Financiadores	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros Anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
MOEDA ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A	2009	3,90	JPY	38	69.640	69.678
Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID	2006	7,67	US$ +UC	0	0	0
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	592	35.879	36.471
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	3.557	14.135	17.692
UNIBANCO S.A	2009	6,50	US$	136	9.965	10.101
UNIBANCO S.A	2007	6,50	US$	46.604	-	46.604
UNIBANCO S.A	2009	5,00	US$	32	7.484	7.516
Dívida referente a Moeda Estrangeira				50.959	137.103	188.062
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R$	0	0	0
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R$	156	75.000	75.156
Banco do Brasil S.A	2009	111,00 do CDI	R$	1.041	62.644	63.685
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R$	3.579	89.276	92.855
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R$	3.023	30.000	33.023
Banco do Brasil S.A	2006	103,00 do CDI	R$	0	0	0
Banco do Brasil S.A	2014	104,10 do CDI	R$	21.293	900.000	921.293
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R$	1.191	49.560	50.751
Banco Itaú – BBA S.A	2008	CDI + 2,00	R$	961	40.000	40.961
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R$	6.451	168.431	174.882
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	1.364	25.124	26.488
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R$	143.985	25.842	169.827
Bradesco S.A	2013	CDI + 1,70	R$	3.909	136.384	140.293
Bradesco S.A	2014	CDI + 1,70	R$	307	1.820	2.127
Obrigações com Debêntures	2006	IGP-M + 12,70	R$	0	0	0
Obrigações com Debêntures	2009	CDI + 1,20	R$	7.515	349.556	357.071
Obrigações com Debêntures	2011	104,00 do CDI	R$	4.874	238.816	243.690
Obrigações com Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais	2030	IGP-M	R$	0	106.479	106.479
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 e 8,50	R$	13.511	70.731	84.242
ELETROBRÁS	2006	IGP-M + 12,00	R$	0	0	0
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	1.359	29.715	31.074
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98	R$	2.877	104.095	106.972
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R$	5.903	179.061	184.964
Banco Votorantim S.A	2013	CDI + 1,70	R$	123	3.102	3.225
Itaú Finame	2008	URTJ + 8,50	R$	3.469	3.442	6.911
Dívida referente a Moeda Nacional				226.891	2.689.078	2.915.969
Total Geral				**277.850**	**2.826.181**	**3.104.031**

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Emissora, em 31 de dezembro de 2006:

Banco do Brasil – Abertura de Crédito

Em 23 de dezembro de 2004, a CEMIG celebrou com o Banco do Brasil S.A., um contrato de abertura de crédito no valor de R$100,0 milhões, correspondente a JPY3.878.825.492,00. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi totalmente alocado na emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. O principal será pago em uma parcela única, com vencimento em 22 de dezembro de 2009. O saldo devedor deste contrato será vinculado ao iene e sobre ele incidirão juros e comissão à taxa de 3,9% ao ano. Foi emitida nota promissória pela CEMIG no valor total do contrato. Este contrato possui as hipóteses de vencimento antecipado usuais para esse tipo de operação. O saldo devedor deste empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$69,8 milhões.

Unibanco

Em 15 de outubro e 23 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Unibanco firmaram dois contratos de repasse de empréstimo externo, na modalidade de *Fixed Rate Notes* destinados à rolagem de dívida, no valor total de R$72,1 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o Unibanco. O valor do principal deverá ser pago em uma parcela única ao final do contrato e sobre o saldo devedor incidirão variação cambial mais juros de 6,5% a.a. Esse contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2006 era de R$56,7 milhões.

Banco BNP Paribás

Em abril de 2004 a Emissora e o Banco BNP Paribás celebram 2 contratos de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo no valor total de US$17,4 milhões destinados à rolagem de dívida à taxa de 1,825% ao ano, acima da LIBOR para 6 meses. O valor principal desses contratos será pago em 5 parcelas semestrais a partir do 36º mês do desembolso, vencendo a última parcela em 2010. Esses contratos foram garantidos por Nota Promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor da Emissora com relação a este empréstimo em 31 de dezembro de 2006 era de R$36,5 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Emissora, em 31 de dezembro de 2006:

Credit Suisse First Boston

A Emissora emitiu em 22 de abril de 2005, a favor do Banco Credit Suisse First Boston diversas Cédulas de Crédito Bancário totalizando R$75,0 milhões, com vencimento previsto para 22 de abril de 2010. Sobre o saldo devedor,incidirão juros mensais de 106% da variação do CDI. Foi associada a essa operação, uma operação de Swap de duplo indexador, alterando o custo para variação cambial + 0% ou 48% da variação do CDI, o que for maior. O saldo devedor dessas cédulas, em 31 de dezembro de 2006, era de R$75,2 milhões.

Banco do Brasil

Em 11 de novembro e 7 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram dois contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R$104,8 e R$14,0 milhões, respectivamente, conforme descrito acima no Item “Contratos Relevantes da Emissora”. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 52,7% do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio do Instrumento Particular de

Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG D e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005. Sobre o saldo devedor desses contratos incidirão juros de 111% da variação do CDI e o respectivosaldo devedor em 31 de dezembro de 2006, era de R$ 63,7 milhões.

Banco do Brasil

Em 15 de junho, 21 de julho, 26 de agosto, 22 de setembro, 17 e 31 de outubro e 30 de novembro de 2005, a Emissora e o Banco do Brasil S.A. firmaram 7 contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida, no valor total de R$89,3 milhões, cujos termos e condições são os mesmos. Sobre o valor principal incidirá a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O prazo total desses contratos é de oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Por meio destes contratos a CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalizou as notas promissórias dadas em garantia. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$92,8milhões.

Banco do Brasil

Em 2 de maio de 2005, a Emissora e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R$30,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidirão juros de 107,6% da variação do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedora solidária a CEMIG, que também avalizou a nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desse empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$33,0 milhões.

Banco Itaú BBA

Em 20 de outubro de 2004, a CEMIG emitiu, a favor do Banco Itaú BBA, uma cédula de crédito bancário, no valor de R$100,0 milhões, com vencimento em 08 de outubro de 2008. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 89,56% do saldo devedor desse contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG, a CEMIG D e o Banco Itaú S.A., em 10 de janeiro de 2005. Sobre o valor principal dessa cédula de crédito bancário incidirão juros de 100% do CDI mais *spread* de 2% a.a., calculados de forma exponencial *pro-rata temporis* com base em um ano de 360 dias Essa cédula possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, a CEMIG obrigou-se como avalista da cédula até a liquidação de suas obrigações. O Banco Itaú em 31 de outubro de 2005 desmembrou-aem 6 novas CCBs, duas das quais cedeu ao HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo. A CCB emitida pela CEMIG GT para o HSBC foi de R$49.560.000,00, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R$50,7 milhões.

Itaú BBA

Entre junho e dezembro de 2005, a Emissora emitiu a favor do Banco Itaú BBA 16 cédulas de crédito bancário destinadas à rolagem de dívida, no valor total de R$168,4 milhões, cujos termos e condições são os mesmos. Sobre o valor principal, incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. e o vencimento está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Essas cédulas possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a Emissora obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$174,9 milhões.

BNDES

Em 07 de fevereiro de 2003, a CEMIG celebrou um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com o BNDES e interveniência da ANEEL e do Banco Itaú S.A., por meio do qual, no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio financeiro às concessionárias de serviços públicos de geração de energia elétrica e produtores independentes de energia elétrica, o BNDES abriu à CEMIG um crédito no valor de R$396,7 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esse contrato foi alocado na Emissora por meio de Aditivo ao Contrato de Financiamento celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o BNDES, com interveniência da ANEEL e do Citibank, em 18 de janeiro de 2005. O crédito teve como destino o suprimento de parte da insuficiência de recursos da CEMIG decorrente da obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 1% ao ano, acima da SELIC, a título de spread, que serão pagos juntamente com as prestações do principal. O principal da dívida deve ser pago em 60 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2003 e a última em 15 de fevereiro de 2008. Esse contrato é garantido por meio de vinculação de receitas e apresenta as hipóteses usuais de vencimento antecipado. O respectivo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2006, era de R$109,3 milhões.

BNDES

Em 01 de julho de 2003, a CEMIG celebrou um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, com o BNDES e interveniência da ANEEL e da Caixa Econômica Federal, por meio do qual, no âmbito do programa emergencial e excepcional de apoio financeiro às concessionárias de serviços públicos de geração de energia elétrica e produtores independentes de energia elétrica, o BNDES abriu à CEMIG um crédito no valor de R$176,5 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esse contrato foi alocado na Emissora por meio de Aditivo ao Contrato de Financiamento celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o BNDES, com interveniência da ANEEL e do Citibank, em 18 de janeiro de 2005. O crédito teve como destino o suprimento de parte da insuficiência de recursos da CEMIG decorrente da obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 1% ao ano, acima da SELIC, a título de spread, que serão pagos juntamente com as prestações do principal. Esse contrato cancela o saldo não utilizado de R$61,3 milhões, relativo ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito descrito acima. O principal da dívida deve ser pago em 55 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2003 e a última em 15 de fevereiro de 2008. Esse contrato é garantido por meio de vinculação de receitas, e apresenta as hipóteses usuais de vencimento antecipado. O respectivo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2006, era de R$ 60,5 milhões.

Unibanco

Em 2 de julho de 2003, a CEMIG e o Unibanco celebraram um contrato de promessa de concessão de empréstimo no valor de R$100,0 milhões, aditado em 26 de junho e 25 de outubro de 2004, com vencimento previsto para 29 de setembro de 2009, com o valor de R$104,1 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esee contrato foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e o Unibanco. Através desse Instrumento, a CEMIG obrigou-se como fiadora mercantil do contrato. Sobre o principal incidirá juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 2,98% a.a. O saldo devedor desse empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$106,9 milhões.

Unibanco

Entre junho e agosto de 2005, a Emissora firmou com o Unibanco diversos contratos de empréstimo destinados à rolagem da dívida, no valor total de R$99,2 milhões, cujos termos e condições são os mesmos. Sobre o valor principal desses contratos,incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. e o respectivo vencimento está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$184,9 milhões.

Banco Santander S.A.

Entre junho e outubro de 2005, a Emissora emitiu a favor do Banco Santander Brasil S.A. diversas cédulas de crédito bancário destinadas ao pré-pagamento de dívidas de maior custo, no valor total de R$29,79 milhões. Sobre o principal dessas cédulas incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O respectivo vencimento está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Possuem as hipóteses usuais de vencimento antecipado e têm como avalista a CEMIG. O saldo devedor dessas cédulas, em 31 de dezembro de 2006, era de R$31,0 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco Votorantim S.A. firmaram quatro contratos de mútuo, destinados à rolagem de dívida, totalizando R$54,3 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 45,77% do saldo devedor foi alocado na Emissora por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Emissora, a CEMIG e a CEMIG D em 03 de janeiro de 2005. O saldo devedor dessas cédulas, em 31 de dezembro de 2006, era de R$26,5 milhões.

Bradesco

Entre junho e dezembro de 2005, a Emissora firmou com o Bradesco S.A. diversos contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida, no valor de R$136,4 milhões, cujos termos e condições são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. A CEMIG obrigou-se como devedora solidária, bem como avalista da nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$142,4 milhões.

Eletrobrás

A CEMIG firmou diversos contratos de financiamento com a Eletrobrás no período de 1992 a 1994, destinados ao financiamento da construção de usinas hidrelétricas e ampliação de sua rede de transmissão. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, a totalidade do saldo devedor desses contratos foram alocados na Emissora por meio de aditivos aos contratos de financiamento celebrados entra a Emissora e a CEMIG. Os contratos são garantidos por meio de vinculação de receitas da própria Emissora. Os termos dos referidos contratos variam somente quanto ao valor do financiamento, a taxa de juros contratada e o prazo de pagamento. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$84,2 milhões.

Banco do Brasil – Commercial Paper e Cédulas de Crédito Bancário

A Emissora emitiu Notas Promissórias (*Commercial Paper*) para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor unitário de R$10.000.000,00, totalizando R$900,0 milhões a juros remuneratórios de 103% taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, tendo como garantia o aval da CEMIG e com vencimento em 90 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização. O BB Banco de Investimento S.A. foi o responsável pela estruturação e colocação das Notas Promissórias, cujo vencimento se deu em 24 de outubro de 2006., quando o o Banco do Brasil concedeu um empréstimo à Emissora, no valor de R$900,0 milhões, visando à liquidação do respectivo saldo devedor. Assim, naquela mesma data, a Emissora emitiu 14 (quatorze) Cédulas de Crédito Bancário em favor daquele Banco., no valor total de 900,0 milhões, com vencimento em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas em 2012, 2013 e 2014, com juros correspondentes à taxa de 104,1% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. Essas Cédulas foram garantidas por aval da CEMIG. O saldo total em dezembro de 2006 era de R$921,3 milhões.

Obrigações com Debêntures emitidas pela CEMIG e subscritas pelo Estado de Minas Gerais

Em julho 2002, a CEMIG realizou sua 2ª Emissão de debêntures privadas, por meio da qual foram emitidas 4.500 debêntures em duas séries, respectivamente, em 30 setembro de 2002 e em 22 dezembro de 2003, de 2.250 debêntures, totalizando R$45,0 milhões. O vencimento é no final de 25 anos após a data de emissão de cada série e não há a incidência de juros.

Em dezembro de 2004, a CEMIG realizou sua 4ª Emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, em série única, com valor total de R$22,5 milhões. O vencimento é no final de 25 anos após a data de emissão e não há a incidência de juros.

Em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG realizou sua 5ª Emissão de debêntures, para distribuição privada, por meio da qual foram emitidas 2.250 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, totalizando R$22,5 milhões. O vencimento é no final de 25 anos após a data de emissão e não há a incidência de juros.

Por ocasião da Desverticalização da CEMIG, todas as obrigações referentes às debêntures acima foram transferidas para a Emissora.

Ainda em de dezembro de 2006, a CEMIG realizou sua 6ª Emissão de debêntures privada, por meio da qual foram emitidas 3.000 debêntures simples, da espécie subordinada, da forma nominativa e escritural não conversíveis em ações, totalizando R$30,0 milhões. O vencimento é no final de 25 anos após a data de emissão e não há a incidência de juros. Em 28/02/2007, CEMIG celebrou com a Emissora um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da 6ª Emissão de Debêntures, visando à transferência dos recursos obtidos com referida emissão.

Para mais informações sobre as debêntures referidas acima, vide Secção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” - “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG” – “Debêntures”.

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG

Unibanco

Em 03 de junho de 2005, a CEMIG firmou com o Unibanco contrato de empréstimo destinado à liquidação antecipada do contrato de compra e venda de ações da Sá Carvalho S.A. Sobre o principal incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento final está previsto para oito anos sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2010 a última em 2013. O saldo devedor deste empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$80,4 milhões.

Contrato CRC

Até 1993, o marco regulatório do setor elétrico, a que estavam sujeitas as concessionárias de energia do país, estabelecia o regime de equalização tarifária, ou seja, tarifas uniformes para todo o país, onde a União garantia às concessionárias uma remuneração mínima legal entre 10% e 12% sobre seus investimentos. Para implantação deste regime, foi criada a Conta de Resultados a Compensar – CRC, que tinha como objetivo registrar nas empresas a insuficiência de remuneração gerada pela defasagem nos níveis tarifários estabelecidos pelo Governo Federal. Com a extinção desse regime, o Tesouro Nacional realizou um encontro de contas, empresa por empresa, entre o saldo líquido da CRC e as dívidas que cada empresa podia compensar junto ao Governo Federal e junto ao sistema Eletrobrás. A CEMIG, por ser uma concessionária adimplente com o setor e com o Governo Federal, após todas as compensações permitidas pela Lei 8727/93, ficou com um saldo positivo no valor de, aproximadamente, US$665 milhões.

Este saldo credor remanescente da CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, por meio do Contrato CRC, de acordo com a Lei nº 8.724/93, celebrado em 31 de maio de 1995, conforme aditado em 24 de fevereiro de 2001, 14 de outubro de 2002, 24 de outubro de 2002 e 23 de janeiro de 2006.

O quarto aditivo ao Contrato CRC estabeleceu a atualização monetária pela variação do IGP-DI e juros de 8,18% ao ano e a retenção, pela CEMIG, dos dividendos devidos ao Governo do Estado até o montante de 65%. Caso o valor dos dividendos retidos não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso; (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre; (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e (iv) amortização do saldo devedor.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R$29,4 milhões e a 61ª no valor de R$76,5 milhões, a valores de 31 de dezembro de 2004.

Ademais, excepcionalmente em 2006, R$30,0 milhões dos dividendos retidos foram utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

Em 26 de janeiro de 2006, a CEMIG constituiu o CEMIG – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC, formado por direitos de crédito decorrentes do Contrato CRC, por meio do qual foram ofertadas 900.000.000 quotas seniores, no valor total de R$900,0 milhões e data de resgate prevista para 31 de dezembro de 2015. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2006, era de R$1.726 milhões. Para mais informações sobre referido FIDC, vide Seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” - “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG” – “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC”.

Debêntures

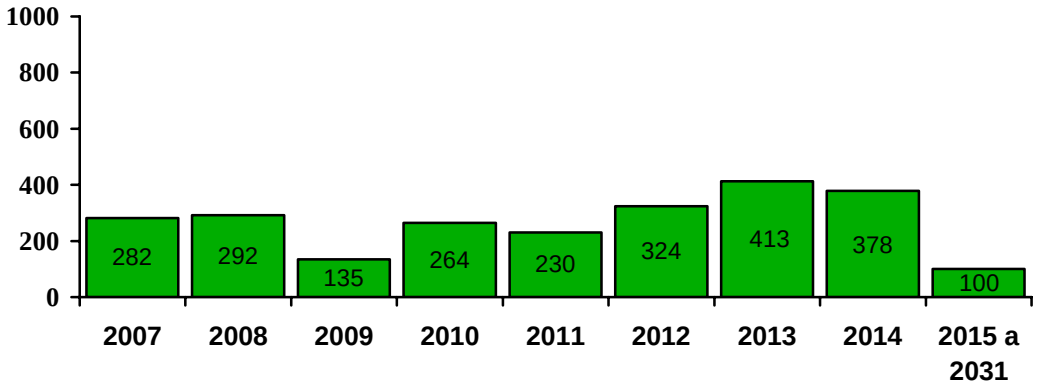
Em julho de 2002, dezembro de 2004, dezembro de 2005 e dezembro de 2006, a CEMIG realizou suas 2ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures privadas, todas subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Todas as obrigações referentes a essas debêntures foram transferidas para a Emissora, sendo que as debêntures da 6ª emissão foram transferidas em 28 de fevereiro de 2007. Para mais informações sobre as debêntures referidas acima, vide Secção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” - “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG” – “Debêntures” e Seção “Contratos Financeiros Relevantes da Emissora – Contratos em Moeda Nacional”

CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES DA CEMIG D

A CEMIG D firmou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão e ampliação de suas redes de distribuição, para rolagem de dívida e para atender ao crescimento da demanda.

O endividamento da CEMIG D tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonados ao longo dos anos, com pagamentos de até R$400,0 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela CEMIG D no alongamento de seu perfil da dívida, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Valores em R$ milhões
Posição de dezembro/2006



Em 31 de dezembro de 2006, o saldo devedor da CEMIG D nos contratos financeiros era de R$2,4 bilhões. Segue a seguir tabela e um resumo dos principais contratos nos quais a CEMIG D figurava como parte em 31 de dezembro de 2006.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembo de 2006					
FINANCIADORES	**Vencimento Principal**	**Encargos Financeiros anuais (%)**	**Moedas**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N.	2013	6,00	US$	89	106.900	106.989
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US$	3.492	6.717	10.209
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US$	9.539	18.344	27.883
ABN AMRO Real S.A.	2009	6,35	US$	3.069	5.940	9.009
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	15.352	117.366	132.718
Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	2006	7,67	US$+UC	-	-	-
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	US$	450	26.193	26.643
KFW	2016	4,50	EURO	1.860	16.741	18.601
UNIBANCO S.A	2007	6,50	US$	96.729	-	96.729
UNIBANCO S.A	2009	5,50	US$	30	4.359	4.389
UNIBANCO S.A	2009	5,00	US$	46	10.866	10.912
Outros	2007	Diversas	Diversas	1.294	-	1.294
Dívida em Moeda Estrangeira				**131.950**	**313.426**	**445.376**
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2006	100,00 do CDI	R$	0	0	0
Banco do Brasil S.A	2009	111,00 do CDI	R$	982	56.178	57.160
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R$	1.443	20.001	21.444
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R$	9.675	96.000	105.675
Banco do Brasil S.A	2006	103% do CDI	R$	0	0	0
Banco do Brasil S.A	2014	104,1% do CDI	R$	7.098	300.000	307.098
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R$	9.091	165.057	174.148
Banco Itaú – BBA	2006	CDI + 2,00	R$	0	0	0
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R$	9.719	132.434	142.153
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R$	588	3.473	4.061
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R$	251	10.440	10.691
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R$	2.000	29.248	31.248
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	6.180	98.214	104.394
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	18.015	240.869	258.884
Obrigações com Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R$	15.279	258.380	273.659
ELETROBRÁS	2008	FINEL + 8,50	R$	5.538	5.043	10.581
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R$	35.477	177.561	213.038
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R$	2.953	1.877	4.830
Grandes Consumidores	2007	IGPM+6,00	R$	1.866	0	1.866
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	3.666	49.958	53.624
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R$	5.864	130.224	136.088
Banco WestLB do Brasil	2008	IGPM +10,48	R$	2.280	41.264	43.544
Outros	2010	Diversas	R$	12.345	6.004	18.349
Dívida em Moeda Nacional				**150.310**	**1.822.225**	**1.972.535**
Total Geral				**282.260**	**2.135.651**	**2.417.911**

Contratos Relacionados ao programa "Luz para Todos"

Em função da meta ousada estabelecida para o Programa Luz para Todos da CEMIG D, bem superior à média histórica da empresa (28 mil ligações rurais por ano), a CEMIG D contratou, em 27 de junho de 2005, quatro empreiteiras (Integradoras) com comprovada experiência na execução e integração de grandes empreendimentos, para fornecimento de materiais e execução de serviços em regime de empreitada parcial a preço unitário e prazo determinado. A contratação foi formatada em 4 lotes, divididos em função da quantidade de quilômetros de redes, número de beneficiados e logística de execução, conforme quadro abaixo:

Lote	Integradora	N° Beneficiados	Km de Rede (x mil)	Valor (R$)
1	CBPO Engenharia LTDA	26.952	14,4	324.249.698
2	Construtora Andrade Gutierrez SA	36.984	11,2	288.099.425
3	Construtora Queiroz Galvão SA	39.192	13,9	321.003.417
4	CBPO Engenharia LTDA	37.608	14,6	321.964.261
	Total	**140.736**	**54,1**	**1.255.316.801**

Cada contrato, cujo prazo final é maio de 2007, tem como objeto a implantação, pelos contratados, de lotes do Programa de Eletrificação Rural "Luz Para Todos" na área de concessão da CEMIG D para atendimento elétrico de um total de, aproximadamente, 140 mil consumidores beneficiados.

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da CEMIG D, em 31de dezembrode 2006:

ABN Amro Bank

Em 30 de junho de 2005, a CEMIG D e o ABN Amro Bank firmaram contrato de repasse de empréstimo externo no valor total de US$50,0 milhões. O valor principal deste empréstimo será pago em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 de junho de 2010 e a última em 17 de junho de 2013. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 6% a.a. que deverão ser pagos semestralmente. Esse contrato possui hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a CEMIG D e a CEMIG, na qualidade de avalista, obrigaram-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) Dívida Total/EBITDA menor ou igual a 2,5; e (ii) EBITDA/Juros sobre Empréstimos maior ou igual a 3,0. Este contrato é garantido por aval da CEMIG. Foi associada a esse empréstimo uma operação de swap alterando o custo para CDI + 1,5% a.a. O saldo devedor do empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$106,9 milhões.

ABN Amro Bank

Em 29 de setembro de 2004, a CEMIG e o ABN Amro Bank firmaram três contratos de repasse de empréstimo externo destinados à rolagem de dívida, no valor total de US$29,0 milhões, equivalentes a R$82,3 milhões na data da contratação. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esses contratos foram alocados na CEMIG D por meio de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações celebrados entre a CEMIG D, a CEMIG e o ABN Amro Bank, em 27 de dezembro de 2004. O valor principal desses contratos deverá ser amortizado em dez parcelas semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em abril de 2006 e a última em outubro de 2009. Sobre o saldo devedor, incidirão juros de 6,35% a.a. Esses contratos possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado e são garantidos por notas promissórias avalizadas pela CEMIG.. Adicionalmente, a CEMIG D obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) Dívida Total/EBITDA menor ou igual a 2,5; e (ii) EBITDA/Juros sobre Empréstimos maior ou igual a 3,0. Foi associada a esse empréstimo uma operação de *swap* alterando o custo para CDI + 2,12% a.a. O saldo devedor total desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$47,1 milhões.

Banco do Brasil (Plano Brady)

Em 30 de julho de 1998, a CEMIG firmou um contrato de confissão e consolidação de dívida com a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de reestruturação da dívida externa brasileira (Plano Brady), com a interveniência do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esse contrato foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão Direitos e Obrigações celebradas entre a CEMIG D e a CEMIG, em 30 de março de 2005. Por meio do referido contrato, a CEMIG confessou ser devedora da União da quantia de R$121,2 milhões, correspondente a obrigações decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositadas no Banco Central do Brasil. A dívida confessada deverá ser paga por intermédio do Banco do Brasil, acrescida dos seguintes encargos financeiros: (i) atualização monetária segundo a variação do dólar norte-americano à taxa de venda do dia; (ii) juros remuneratórios calculados sobre os saldos devedores diários previamente corrigidos, a taxas variáveis conforme o tipo de bônus atribuído. A totalidade da dívida confessada e respectivos encargos serão pagos da seguinte forma: (i) principal - três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e 15 de outubro, respeitados os vencimentos iniciais, finais e únicos definidos para cada tipo de bônus: (a) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (b) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (c) 13 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2003 e a última em 10 de abril de 2009; (d) 21 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 10 de abril de 2014; (e) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 12 de abril de 2012; (f) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 11 de abril de 2001 e a última em 10 de abril de 2009; (g) 19 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 1997 e a última em 12 de abril de 2006, observados os seguintes percentuais calculados sobre o principal: 1% na 1a à 7a parcelas, 5% na 8a parcela e 8% na 9a à 19a parcelas; (ii) garantias de principal, em forma de caução em dinheiro, dos bônus de desconto e bônus ao par: equivalentes a 16.91252686% e 16,54122697% dos totais dos bônus de desconto e bônus ao par, respectivamente, objeto deste financiamento, calculada em 15 de outubro de 1995 e exigível em 30 de novembro de 1995 (valor equivalente a US$3,1 milhões e US$4,3 milhões, respectivamente); (iii) juros remuneratórios - semestralmente, três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e a 15 de outubro de cada ano, vencida a primeira prestação em 12 de outubro de 1994 e vincenda a última prestação juntamente com a última parcela de principal do respectivo bônus (a União reconhece os pagamentos efetuados pela CEMIG e declara quitadas as obrigações referentes ao somatório das oito prestações iniciais de juros remuneratórios vencidas no período de 12 de outubro de 1994 a 8 de abril de 1998). O contrato tem vigência até 15 de abril de 2024, ou até que seja satisfeita toda a dívida. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações a CEMIG obrigou-se como fiadora desse contrato até a liquidação de suas obrigações. O saldo devedor do empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$132,7 milhões.

KfW

Em 2 de setembro de 1996, a CEMIG firmou com a Kreditanstalt Für Wiederaufbau ("KfW") um contrato de empréstimo no montante de DM20.000.000,00, com o objetivo de financiar bens e serviços destinados ao melhoramento do abastecimento de energia elétrica na região do Vale do Jequitinhonha. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações desse contrato foram transferidos contabilmente para a CEMIG D, no entanto ainda não foi celebrado Instrumento de Cessão, uma vez que o contrato envolve a garantia da União e a contragarantia do Estado, para a qual é necessária uma legislação específica já emitida na forma da Lei Estadual 16078/2006, de 26/04/2006 A elaboração dos Instrumentos relativos à referida cessão está sob a responsabilidade da PGFN, que já disponibilizou as respectivas minutas para análise das partes. O valor do empréstimo deverá ser totalmente amortizado até 30 de dezembro de 2016, mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais a partir de 30 de dezembro de 2001. Sobre o saldo devedor do empréstimo incidirão juros à taxa de 6,5% a.a., que deverão ser pagos semestralmente. O contrato de empréstimo é garantido pelo Governo Federal, que se compromete como devedor solidário a garantir todas as obrigações da CEMIG no contrato de empréstimo, nos termos de um contrato de garantia firmado entre o Governo Federal e a KfW. O saldo devedor desee empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$18,6 milhões.

Unibanco

Entre 23 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Unibanco firmaram um contrato de repasse de empréstimo externo, na modalidade de *Fixed Rate Notes* destinado à rolagem de dívida, no valor total de R$122,0 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, o saldo devedor desse contrato foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D e a CEMIG em 24 de janeiro de 2005. O valor do principal desee contrato deverá ser pago em uma parcela única ao final e sobre o saldo devedor incidirão variação cambial mais juros de 6,5% a.a. Foi associada a esses empréstimos a operação de swap alterando o custo, para CDI + 2,65% a.a.. Esse contrato é garantido por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor do empréstimo em 31 de dezembro de 2006, era de R$96,7 milhões.

Banco BNP Paribás

Em abril de 2004, a CEMIG D e o Banco BNP Paribás celebram 2 contratos de Mútuo para Repasse de Empréstimo Externo no valor total de US$12,3 milhões destinados à rolagem de dívida à taxa de 1,825% a,a, acima da LIBOR para 6 meses. O valor principal desses contratos será pago em 5 parcelas semestrais a partir do 36º mês do desembolso, vencendo a última parcela em 2010. Esses contratos foram garantidos por Nota Promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor do empréstimo em 31 de dezembro de 2006 era de R$26,6 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da CEMIG D, em 30 de dezembro de 2006:

Banco do Brasil

Em 11 de novembro e 7 de dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram dois contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R$104,8 e R$14,0 milhões, respectivamente. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 47,3% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG, a Emissora e o Banco do Brasil S.A., em 11 de abril de 2005, cujos termos e condições são os mesmos. Sobre o valor principal desses contratos incidirão juros de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento está previsto para 10 de novembro de 2009, sendo a amortização da dívida prevista para o final do período, em uma única parcela. Esses contratos possuem hipóteses usuais de vencimento antecipado e são garantidos por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembrode 2006, era de R$57,2 milhões.

Banco do Brasil

Entre junho e setembro de 2005, a CEMIG D e o Banco do Brasil S.A. firmaram quatro contratos de empréstimo destinados à rolagem de dívida, no valor total de R$20,0 milhões. Esses contratos, cujostermos e condições são os mesmos, são garantidos por nota promissória com aval da CEMIG. Sobre o valor principal incidirá variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. e prazo dos contratos é de oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013.. O saldo devedor total desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$21,4 milhões.

Banco do Brasil

Em 2 de maio de 2005, a CEMIG D e o Banco do Brasil firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R$96,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidirão juros de 107,6% da variação do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado, tem como devedor solidário a CEMIG, que também avalizou a nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desse contrato, em 31 de dezembro de 2006, era de R$105,7 milhões.

Itaú BBA

A CEMIG emitiu, em 14 de junho de 2004, uma cédula de crédito bancário em favor do Banco Itaú BBA S.A., no valor de R$200,0 milhões, com vencimento final em 16 de junho de 2008. Esta cédula visava à liquidação do saldo devedor relativo às notas promissórias emitidas pela CEMIG, com vencimento em 16 de junho de 2004, no montante total de R$300,0 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, essa cédula de crédito bancário foi alocada na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG e o Banco Itaú S.A. em 10 de janeiro de 2005. A cédula será atualizada pelo IGPM e também incidirão juros de 10,48% a.a. Essa cédula possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado. Ademais, a CEMIG deverá manter determinados índices financeiros durante a sua vigência. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, a CEMIG obrigou-se como avalista deste contrato até a liquidação de suas obrigações. O saldo devedor deste empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$174,1 milhões. Essas cédulas foram desmembradas, de forma a permitir ao Banco Itaú BBA negociá-las, tendo sido cedida para o Banco WestLB do Brasil uma delas, no valor de R$40,0 milhões. O saldo devedor da CCB cedida para o Banco WestLB em 31de dezembro de 2006 era de R$43,5 milhões.

Itaú BBA

Em 20 de outubro de 2004, a CEMIG emitiu, a favor do Banco Itaú BBA, uma cédula de crédito bancário, no valor de R$100,0 milhões, com vencimento em 8 de outubro de 2008. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 10,44% do saldo devedor desse contrato foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG, a Emissora e o Banco Itaú S.A., em 10 de janeiro de 2005. Sobre o valor principal dessa cédula de crédito bancário incidirão juros de 100% do CDI, mais *spread* de 2,00% a.a., calculado de forma exponencial *pro-rata temporis* com base em um ano de 360 dias. Esta cédula possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a CEMIG D obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. Através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, a CEMIG obrigou-se como avalista desta cédula até a liquidação de suas obrigações. O Banco Itaú em 31 de outubro de 2005 desmembrou a CCB em 6 novas CCBs, duas das quais cedeu ao HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo. A CCB emitida pela CEMIG D a favor do HSBC foi de R$10,4, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R$10,7 milhões

Itaú BBA

Entre junho e dezembro de 2005, a CEMIG D emitiu a favor do Banco Itaú BBA 13 cédulas de crédito bancário destinadas à rolagem de dívida, no valor total de R$132,4 milhões. Os termos e condições dessas cédulas são os mesmos. Sobre o valor principal incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2014. Essas cédulas possuem as hipóteses usuais de vencimento antecipado. Adicionalmente, a CEMIG D obrigou-se a manter os seguintes índices financeiros: (i) LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,8; (ii) Endividamento Total/Capitalização Total menor ou igual a 53%; (iii) Endividamento Total/LAJIDA menor ou igual a 3,36; (iv) Despesas de Capital/LAJIDA menor ou igual a 60%; e (v) Dívida de Curto Prazo/LAJIDA menor ou igual a 90%. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$146,2 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em dezembro de 2004, a CEMIG e o Banco Votorantim S.A. firmaram quatro contratos de mútuo, destinados à rolagem de dívida, totalizando R$54,3 milhões. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 54,23% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG e a Emissora, em 03 de janeiro de 2005. O vencimento desses contratos está previsto para seis anos. Sobre o saldo devedor incidirão juros de 113,50% da variação do CDI. Esses contratos possuem as hipóteses usuais de vencimento antecipado. O saldo devedor dessas cédulas de crédito bancário, em 31 de dezembro de 2006, era de R$31,2 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em 30 de junho, 26 de agosto, 20 de setembro e 04 de outubro de 2005, a CEMIG D emitiu a favor do Banco Votorantim S.A. cédulas de crédito bancário destinadas ao pré-pagamento de dívidas de maior custo, no valor total de R$98,2 milhões. Sobre o valor principal dessas cédulas, incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Essas cédulas são garantidas por aval da CEMIG. O saldo devedor dessas cédulas, em 31 de dezembro de 2006, era de R$104,4 milhões.

Bradesco

Entre junho e dezembro de 2005, a CEMIG D firmou com o Bradesco S.A. diversos contratos de empréstimo destinados a rolagem de dívida, cujos termos e condições foram os mesmos. Sobre o valor principal, incidirão juros compreendendo a variação do CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento desses contratos está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Esses contratos são garantidos por nota promissória avalizada pela CEMIG. O saldo devedor desses empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$258,9 milhões.

Eletrobrás

A CEMIG firmou diversos contratos de financiamento com a Eletrobrás no período de 1992 a 2002, destinados ao financiamento da construção de usinas hidrelétricas, ampliação de sua rede de transmissão e distribuição e eletrificação rural. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, 47,0% do saldo devedor desses contratos foram alocados na CEMIG D por meio de aditivos aos contratos de financiamento celebrados entre a CEMIG D e a CEMIG. Os contratos são garantidos por meio de vinculação de receitas da própria CEMIG D. Os termos dos referidos contratos variam somente quanto ao valor do financiamento, a taxa de juros contratada e o prazo de pagamento.

A CEMIG firmou, ainda, diversos Instrumentos de Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás no período de 1991 a 1998, por meio dos quais, ela se comprometeu a aplicar os recursos oriundos desses instrumento em instalações dos serviços públicos de energia elétrica por ela prestados. Em decorrência da Desverticalização da CEMIG, esses instrumentos foram alocados na CEMIG D por meio de aditivos aos instrumentos celebrados entre a CEMIG D e a CEMIG. O prazo de cada financiamento é de 20 anos a partir da entrega de um determinado certificado emitido pelo DNAEE ou findo o prazo de carência máximo de sete anos contados da data do recebimento dos recursos. O pagamento dos financiamentos será efetuado à Eletrobrás, juntamente com os juros devidos, em 80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas de acordo com o esquema de amortização previamente elaborado pela Eletrobrás e renovado anualmente em virtude da correção monetária. Durante o prazo de carência incidirão juros de 6% a.a. e finda carência os juros se elevarão para 8% a.a. O valor total do saldo devedor de todos os instrumentos de reconhecimento de débito, em 31 de dezembro de 2006, era de R$17,4 milhões.

A Cemig D celebrou ainda 2 contratos com a Eletrobrás, ou seja: um contrato para a implantação do Projeto Luz Para Todos em Minas Gerais, um projeto do governo federal que consiste na universalização de energia elétrica e, em 2005, celebrou o Projeto Reluz, que consiste na iluminação pública urbana.

O valor total do saldo devedor de todos os contratos financeiros celebrados entre a CEMIG e a Eletrobrás, em 31 de dezembro de 2006, era de R$206,2milhões.

Banco Santander S.A.

Entre junho e outubro de 2005, a CEMIG D emitiu a favor do Banco Santander Brasil S.A. diversas cédulas de crédito bancário destinadas ao pré-pagamento de dívidas de maior custo, no valor total de R$49,9 milhões. Sobre o principal dessas cédulas incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. O vencimento dessas cédulas está previsto para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro

parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. Estas cédulas possuem as hipóteses usuais de vencimento antecipado e têm como avalista a CEMIG. O saldo devedor destas cédulas, em 31 de de dezembro de 2006, era de R$53,6 milhões.

Unibanco

Entre junho e agosto de 2005, a CEMIG D firmou com o Unibanco diversos contratos de empréstimo destinados à rolagem da dívida, no valor total de R$130,2 milhões. Os termos e condições desses contratos são os mesmos. Sobre o valor principal, incidirão juros compreendendo a variação de CDI mais *spread* de 1,7% a.a. e o respectivo vencimento está previsto para oito anos, sendo a amortização de dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, no período de 2010 a 2013. O saldo devedor destes empréstimos, em 31 de dezembro de 2006, era de R$136,1 milhões.

Banco do Brasil – Commercial Paper e Cédulas de Crédito Bancário

Em em 26 de julho de 2006, a CEMIG D emitiu Notas Promissórias (*Commercial Paper*) para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor unitário de R$10.000.000,00, totalizando R$300.000.000,00 a juros remuneratórios de 103% taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, tendo como garantia o aval da CEMIG e com vencimento em 90 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização. O BB Banco de Investimento S.A. foi o responsável pela estruturação e colocação das Notas Promissórias.

No vencimento das Notas, 24 de outubro de 2006, o Banco do Brasil concedeu um empréstimo à CEMIG D, no valor de R$300.000.000,00, visando à liquidação do saldo devedor das Notas. Assim, naquela mesma data, a CEMIG D emitiu 6 (seis) Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil S.A., no valor total de 300,0 milhões, com vencimento em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas em 2012, 2013 e 2014, com juros correspondentes à taxa de 104,1% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. Essas Cédulas foram garantidas por aval da CEMIG. O saldo devedor desse empréstimo, em 31 de dezembro de 2006, era de R$307,1 milhões.

Citibank – Commercial Paper

Em 02 de janeiro de 2007, a CEMIG D emitiu, notas promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R$200,0 milhões, com vencimento de 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidirão juros correspondentes à taxa de 102% da Taxa DI. As notas promissórias são garantidas por aval da CEMIG e os recursos captados por meio da sua distribuição foram destinados à recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até a liberação dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano de 2006.

Debêntures

Em novembro de 2006, a CEMID D realizou a 1ª Emissão de Debêntures Pública, por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, totalizando R$250,5 milhões, com vencimento final em junho de 2014, no âmbito de uma permuta obrigatória de debêntures. O saldo devedor das obrigações com debêntures, em 31 de dezembro de 2006, era de R$273,6 milhões .Para mais informações sobre referidas debêntures, vide Secção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” - “Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG D” – “Debêntures”.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA EMISSORA

Em decorrência da Desverticalização, parte dos processos da CEMIG está sendo transferida para a Emissora, que a vem substituindo como parte nos referidos processos perante órgãos judiciais, administrativos e governamentais. A substituição processual vem acontecendo gradativamente, mediante requerimento aos competentes órgãos judicantes, na medida em que se faz necessário, a exemplo de efetivação de depósitos judiciais, recursos e pagamento de honorários e outros.

Atualmente, a Emissora figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo tributos e obrigações trabalhistas, sendo que em alguns processos ela forma litisconsórcio com a CEMIG e a CEMIG D. Em 31 de dezembro de 2006, o valor dos processos em que a Emissora figurava como parte representava aproximadamente R$396,55 milhões, dos quais R$31 mil encontravam-se provisionados.

O cálculo dos valores provisionados é realizado com base nos valores efetivamente envolvidos nos processos, bem como da avaliação de contingência de perda pelos advogados responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos cuja avaliação seja de perda provável, conforme critérios determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

O quadro a seguir apresenta a posição das contingências, provisões e depósitos judiciais da Emissora em 31 de dezembro de 2005 e em 31 de dezembro de 2006, considerando-se as ações relevantes:

(em R$)	**31 de dezembro de 2005**		**31 de dezembro de 2006**	
	Contingência	**Provisão**	**Contingência**	**Provisão**
Trabalhista	1.816.746,08	1.453.396,86	3.867.106,52	31.213,12
Cível	-	-	1.039.699,65	-
Fiscal	4.042.885,36	-	134.036.944,28	-
Ambiental	-	-	574.862,37	-
Outras	-	-	-	-
Total	5.859.631,44	1.453.396,86	139.518.612,82	31.213,12

A seguir é apresentada uma breve descrição dos processos em que a Emissora figura como parte, de acordo com sua natureza.

Processos de Natureza Trabalhista

A Emissora é parte em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, os quais, em 31 de dezembro de 2006, representavam uma contingência total de aproximadamente R$3,87 milhões. De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 13º salário, adicional de periculosidade, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, planos de demissão voluntária e planos de aposentadoria, dentre outros. A Emissora não considera que decisões adversas nesses processos possam afetá-la negativamente. Existem contingências no montante de R$0,31 milhões, cuja avaliação de perda é provável, razão pela qual tal valor foi provisionado.

Processos de Natureza Cível

A Emissora é parte em duas ações judiciais tendo por objeto a desapropriação de imóveis na área da barragem de IRAPÉ, as quais, em 31 de dezembro de 2006, representavam o valor total de, aproximadamente R$1,04 milhões. Apesar de reputar provável a sucumbência em tais demandas, a Emissora não considera que decisões adversas nesses processos possam afetá-la negativamente, razão pela qual tais valores não foram provisionados.

Processos de Natureza Fiscal

A Emissora é parte em alguns processos judiciais de natureza tributária e previdenciária, os quais, em 31 de dezembro de 2006, representavam uma contingência total de aproximadamente R$134,04 milhões. Dentre tais processos, destacam-se dois mandados de segurança em que a Emissora é autora em conjunto com a CEMIG e a CEMIG D. Um deles tem por objeto o reconhecimento da não incidência de Imposto de Renda sobre os anuênios

pagos aos seus empregados e o outro o reconhecimento da não incidência de contribuição previdenciária sobre tais anuênios. O valor das ações, em conjunto, perfaz a quantia aproximada de R$128,3 milhões, dos quais R$25,6 milhões referem-se exclusivamente à Emissora. Tal valor não foi objeto de provisão para eventuais perdas, considerando-se que a contingência de perda é avaliada como possível.a.

Processos de Natureza Ambiental

A Emissora foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas e pelo Conselho Estadual de Política Ambiental por não haver adotado medidas de proteção à fauna ictiológica, o que teria ocasionado mortalidade de peixes na turbina nº 6 na Usina Hidrelétrica de Três Marias, cuja contingência de perda é avaliada como possível. O auto de infração representava, em 31 de dezembro de 2006, uma contingência total de aproximadamente R$0,57 milhões. Por ter sua contingência de perda avaliada como possível , a CEMIG não realizou as respectivas provisões.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DA GARANTIDORA

Atualmente, a CEMIG figura como parte em diversos processos judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas e responsabilidade civil, como também em vários processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por órgãos e entidades da administração pública, inclusive a ANEEL. Em 31 de dezembro de 2006, o valor consolidado dos processos em que a CEMIG figurava como parte representavam aproximadamente R$9.065,46 milhões, dos quais R$472,47 milhões encontravam-se provisionados.

O cálculo das quantias provisionadas é realizado com base nos valores efetivamente envolvidos nos processos, bem como na avaliação de probabilidade de perda pelos advogados responsáveis pela condução dos processos. A CEMIG provisiona apenas as quantias relativas aos processos cuja expectativa de perda seja provável, conforme apurada e segundo os critérios determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

O quadro a seguir apresenta a posição das contingências, provisões e depósitos judiciais da CEMIG em 31 de dezembro de 2005 e 2006:

(em R$)	**31 de dezembro de 2005**		**31 de dezembro de 2006**	
	Contingência	**Provisão**	**Contingência**	**Provisão**
Tributária Judicial	637.411.385,04	-	719.986.872,86	-
Regulatório Judicial	5.762.074.533,45	5.584.323,73	6.759.296.986,19	6.071.539,05
Cível Judicial	597.573.067,67	194.783.520,10	434.938.431,27	147.573.981,00
Ambiental Judicial	-	-	11.788.245,88	-
Trabalhista Judicial	141.885.772,88	97.500.718,30	135.803.011,49	48.837.451,07
Tributário Administrativo	1.881.470.398,81	60.327.361,06	789.302.523,24	269.986.361,06
Ambiental Administrativo	7.817.474,90	-	7.002.573,81	-
Trabalhista Administrativo	-	-	813.245,79	-
Regulatório Administrativo	208.854.646,94	-	206.526.776,14	-
Total	9.237.087.279,69	358.195.923,19	9.065.458.666,67	472.469.332,18

A seguir é apresentada uma breve descrição dos processos em que a CEMIG figura como parte, de acordo com sua natureza.

Processos de Natureza Trabalhista

A CEMIG é parte em diversos processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria trabalhista, os quais, em 31 de dezembro de 2006, representavam uma contingência total de aproximadamente R$135,8 milhões. De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 13º salário, adicional de periculosidade, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, planos de demissão voluntária e planos de aposentadoria, dentre outros. O valor provisionado referente a essas causas, em 31 de dezembro de 2006, é de R$48,84 milhões.

Processos de Natureza Cível

A CEMIG é parte em diversos processos judiciais que versam sobre matéria cível, os quais, em 31 de dezembro de 2006, representavam uma contingência total de, aproximadamente, a R$434,94 milhões. Em geral, os processos cíveis envolvem indenizações decorrentes de acidentes de trabalho ou de acidentes com terceiros, suspensão do fornecimento de energia elétrica, medidas envolvendo o racionamento de energia, furto de energia, indenizações por danos a equipamentos, questionamentos relativos à cobrança de tarifas, dentre outros.

Indenizações

Dentre as diversas demandas indenizatórias em que a CEMIG é ré, destaca-se a ação promovida pela SISTRON – Sistema de Energia Ltda, requerendo indenização em razão do desequilíbrio econômico financeiro de convênio e contratos celebrados com a CEMIG para desenvolvimento de serviços e produtos de telemetria. O valor envolvido na ação, em 31 de dezembro de 2006, era de aproximadamente R$138,2 milhões. Como a CEMIG considera remota a probabilidade de perda, o respectivo valor não foi provisionado.

Portarias 38/86 e 45/86

Foram ajuizadas diversas ações por consumidores industriais contra a CEMIG, pleiteando a restituição dos valores pagos nas faturas de energia elétrica majoradas pelas Portarias 38/86 e 45/86, em suposta inobservância do congelamento de preços determinado pelos Decretos-Leis 2.283/86 e 2.284/86. O valor total dessas ações em 31 de dezembro de 2006 era de, aproximadamente, R$311 milhões, sendo provisionada a quantia aproximada de R$106 milhões, tendo em vista que a CEMIG considera provável a sucumbência em tais demandas.

Dentre tais processos, destaca-se a execução da sentença promovida pela RIMA Industrial S/A, onde foram considerados juros de mora de 2% ao mês, além da correção monetária pela TR, o que majorou significativamente o valor envolvido, o qual perfazia em junho de 2006 aproximadamente R$342 milhões. A CEMIG refutou tais cálculos em liquidação da sentença, obtendo decisão favorável em dezembro de 2006, que reduziu o valor da condenação para aproximadamente R$6,79 milhões, cujo valor a CEMIG provisionou, considerando provável a contingência de perda.

Encargo de Capacidade Emergencial

A CEMIG é ré em alguns processos contestando o Encargo de Capacidade Emergencial. A CEMIG coleta o Encargo de Capacidade Emergencial dos seus consumidores em nome da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, responsável pelo suprimento de energia no caso de deficiências futuras. Não é possível, no momento, estimar o montante envolvido nestas reclamações. Não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito nessas ações, além do fato de que a CEMIG é mera arrecadadora do encargo, repassando sua integralidade à CBEE, cuja probabilidade de perda é avaliada como remota. Atualmente, em razão da extinção da CBEE, ela está sendo substituída processualmente pela União.

Sobre este objeto destaca-se o Processo nº 2002.38.00.005398-0, na qual a ABRASCON contesta a cobrança relativa ao Encargo de Capacidade Emergencial e a RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária, que sofre alteração mês a mês (além da correção monetária), em decorrência da arrecadação de novas importâncias que se dão a cada ciclo de faturamento. O montante envolvido nesta Ação, em 31 de dezembro de 2006, representava R$2,29 milhões.

Ações Cíveis Públicas

Revisão Tarifária

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Movimento das Donas de Casa e dos Consumidores de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis públicas contra a CEMIG discutindo os índices inflacionários utilizados em revisões tarifárias de energia elétrica ocorridas em exercícios anteriores. O montante envolvido nestes processos, em conjunto, perfazia em 31 de dezembro de 2006 a quantia aproximada de R$2,28 bilhões. Como a probabilidade de perda destas demandas é avaliada pela CEMIG como remota, este valor não foi provisionado.

Reajuste de Tarifas

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - ABRASCON e o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais ajuizaram ações civis públicas contra a CEMIG discutindo aumentos de tarifas de energia elétrica ocorridos, respectivamente, em dezembro de 2001e abril de 2005. Os valores desses processos perfaziam em 31 de dezembro de 2006, em conjunto, a quantia aproximada de R$2,39 bilhões. Como a CEMIG considera remota a possibilidade de perda dessas ações, não provisionou os respectivos valores.

Ações Populares

Iluminação Pública

A CEMIG é ré em diversas ações populares tendo por objeto a restituição dos valores relativos aos serviços de iluminação pública prestados a diversos Municípios de sua área de concessão. O autor das ações populares entende que são cobrados indevidamente 52 minutos diários em que os Municípios não utilizam efetivamente a iluminação pública. As ações referem-se a períodos de até 20 (vinte) anos anteriores à propositura de cada uma das ações, perfazendo em 31 de dezembro de 2006 o montante total estimado em R$415,9 milhões, A CEMIG entende ser possível a contingência de perda, mas como suas razões de defesa são consistentes, não provionou a respectiva quantia.

Luz para Todos

A CEMIG é parte em litisconsórcio passivo com 5 outros réus em ação popular que questiona o procedimento licitatório do Programa Luz para Todos, cujo objeto é convalidar o ato de anulação do edital da Concorrência ON-4026 (Luz para Todos), autorizar a republicação do edital e prosseguimento do certame. Em 31 de dezembro de 2006 o valor de contingência era de aproximadamente R$166,15 milhões. A CEMIG reputava a probabilidade de perda possível. Em dezembro de 2006, o valor de contingência foi alterado para R$18,2 milhões, sendo que a probabilidade de perda passou a ser considerada remonta. A eventual perda se limita a honorários advocatícios que, na hipótese de sucumbência, deverão ser suportado por todos os réus.

Contingências Ambientais

A CEMIG é parte em processos de natureza ambiental que discutem as licenças para operação e/ou funcionamento das usinas, danos ambientais e desapropriações. Dentre esses processos destaca-se o processo judicial nº 200553800044549-0. Trata-se de execução de TAC relativo à implantação da Usina de Irapé, onde foram executados pelo Ministério Público Federal, a CEMIG, ANEEL, Estado de Minas Gerais e FEAM. A CEMIG entende que cumpriu em sua integralidade as responsabilidades sócio-ambientais, estabelecidas no "Termo de Acordo". Foi, então, reconhecido e declarado o adimplemento aos termos objeto da execução e julgado extinto o feito pelo cumprimento da prestação exeqüenda. O exeqüente apresentou apelação, a qual foi recebida em ambos os efeitos. A executada apresentou as contra-razões e o processo subiu para o Tribunal Regional Federal. Valor da causa em 31 de dezembro de 2006 R$5,24 milhões, cuja avaliação de contingência de perda é possível, sem provisão.

Destaca-se também o Processo Administrativo nº 530201055/1991-1 Auto de Infração nº 003/2000 - Processo nº 530201055/1991-1, através do qual a CEMIG foi autuada pela Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais por operar a Usina de São Simão sem a emissão da respectiva licença de funcionamento pelo órgão ambiental competente. Houve apresentação de recurso administrativo contra o referido Auto de Infração. A defesa da CEMIG alegou em preliminar a incompetência da Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais para autuar esta Companhia no presente caso. A preliminar foi acatada e o processo encaminhado ao IBAMA, em 2001. Até a presente data não houve pronunciamento daquele órgão ambiental. O valor da multa atualizado em 31/12/06 era R$6.2milhões. O empreendimento já foi licenciado. A Emissora considera a probabilidade de perda como remota, não tendo constituído provisão.

A CEMIG e outros são réus no Processo nº 20023803005573-2 de autoria do Ministério Público Federal e Ministério Público de Minas Gerais. Trata-se de Ação Civil Pública na qual os autores pedem a condenação dos réus ao pagamento de R$10,0 milhões por danos morais e patrimoniais, bem como a declaração de nulidade das licenças ambientais concedidas ou, subsidiariamente, a condenação ao pagamento do valor de R$10,58 milhões a título de compensação pelas perdas de recursos minerais e ambientais, além de obrigações de implantação de programas ambientais. Os autores postularam provimento judicial liminar consistente na suspensão dos efeitos das licenças ambientais concedidas e a conseqüente determinação para a abstenção do início de qualquer obra que visasse a implantação das Usinas Capim Branco I e II. Não houve suspensão das licenças ambientais e nem paralisação das obras de implementação das Usinas. A Emissora considera a probabilidade de perda como remota, não tendo constituído provisão.

A CEMIG e outros são réus no Processo nº 20033803008042-8 de autoria de Alex Maciel da Silva e outros. Trata-se de Ação Popular que visa a suspensão das licenças prévia e de instalação das Usinas Capim Branco I e II, assim como a decretação da nulidade de todo o processo de outorga e concessão de uso de bem de domínio público, condenando os réus a indenizarem as perdas e danos já causados. O processo aguarda a sentença e o valor envolvido é de R$ 23,74 milhões. A Emissora considera a probabilidade de perda como remota, não tendo constituído provisão.

A CEMIG e outros são réus no Processo nº 20023803004312-8 de autoria de Ana Cláudia Peixoto de Melo e outros. Trata-se de Ação Popular que visa cassar licenças ambientais expedidas pelo COPAM, a fim de impedir a prática de qualquer ato tendente à edificação do complexo hidrelétrico de Capim Branco I e II. O processo encontra-se na fase instrutória. As licenças exigidas para a instalação das usinas hidrelétricas foram consideradas íntegras na decisão proferida nos autos do agravo de instrumento interposto pela autora. O valor da causa é de R$ 23,74 milhões. O consórcio é que suportaria os efeitos de uma eventual condenação e não especificamente a CEMIG. A Emissora considera a probabilidade de perda como remota, não tendo constituído provisão.

Contingências Regulatórias

A CEMIG é parte em diversos processos administrativos que versam sobre matéria regulatória, os quais, em 31 de dezembro de 2006, tinham por objeto contingência total de aproximadamente R$206,5 milhões, para os quais a provisão constituída é de R$0,93 milhões. Em geral, os processos de natureza regulatória consistem em notificações e autos de infração lavrados pela ANEEL e outras entidades e órgãos reguladores, relativos a descumprimento de regulamentação em vigor. Dentre esses processos, destacam-se os seguintes:

Qualidade de Atendimento aos Consumidores

A CEMIG foi autuada pela ANEEL por supostas inadequações dos índices de qualidade no atendimento aos consumidores, dentre outras cominações. As autuações, em conjunto, implicaram multas no valor total aproximado de R$3,81 milhões. Relativamente à ação, cujo objeto é a transgressão dos índices, a CEMIG recorreu na esfera administrativa, onde não obteve êxito. Diante disso, ingressou com ação judicial, sendo-lhe deferido provimento de tutela antecipada mediante depósito do valor total da multa, requerendo obter a suspensão da exigibilidade do pagamento da multa imposta pela ANEEL à CEMIG, pelo descumprimento das metas do DEC e do FEC, afastando-se o óbice à emissão do Certificado de Adimplemento pela ANEEL, bem como a determinação para que a Agência não insira o nome da CEMIG no CADIN e nem encaminhe o débito para a inscrição na Dívida Ativa da União.. A CEMIG considera a possibilidade de perda nesta demanda como possível, não tendo sido feita provisão.

Conta de Resultados a Compensar

Após a conclusão do Processo Administrativo ANEEL nº 48500.000.880/98, em que se discutiu a pretensão da ANEEL de devolução de parte dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, recebidos em 1994 pela CEMIG. Notificada pela STN em janeiro de 2004 para ressarcir a União do montante de R$516,20 milhões, a CEMIG não efetuou o pagamento, razão pela qual teve seus dados inscritos no CADIN. Contra tal registro, a CEMIG impetrou Mandado de Segurança, cuja decisão em primeiro grau foi desfavorável. A CEMIG recorreu, interpondo, ainda, uma ação cautelar para suspensão da inclusão da CEMIG no CADIN, bem como da inscrição do débito na Dívida Ativa da União, até o julgamento final da apelação. O valor de contingência da demanda é de R$628,8 milhões. Considerando a atual fase processual, a probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foi constituída a respectiva provisão.

Processos de Natureza Fiscal

COFINS

A CEMIG questionava judicialmente, o pagamento da COFINS, quando foi editada a Medida Provisória 1.856, que concedeu anistia dos encargos moratórios aos contribuintes que desistissem das ações judiciais e efetuassem o recolhimento das respectivas contribuições em atraso. Entendendo preencher os requisitos legais para fazer jus ao benefício, a CEMIG efetuou em julho de 1999 o pagamento do tributo com dedução da multa e dos juros de mora. Entretanto, considerando que os débitos da CEMIG não teriam sido alcançados pela anistia fiscal objeto da Medida Provisória 1.856, a União Federal ajuizou duas execuções fiscais contra a CEMIG, objetivando receber o valor da multa e dos juros de mora, perfazendo o total de R$288,5milhões atualizados em 30 de julho de 2006. A CEMIG não constituiu provisão para contingência em relação a estas ações, por considerar remota a probabilidade de perda. De fato, os embargos apresentados contra a execução de maior valor (R$230milhões) foram julgados favoravelmente à CEMIG em primeira instância e encontra-se em fase de recurso. O outro processo ainda não foi julgado.

Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A constituição da provisão de R$40,1 milhões refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da CSLL paga desde janeiro de 1998 até setembro de 2005. A CEMIG obteve decisão favorável, a qual confirmou liminar que lhe foi concedida em abril de 1998 para não recolhimento deste tributo até o julgamento final do processo. O valor da demanda é de R$42,14 milhões. A União Federal interpôs recurso contra a decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A probabilidade de perda é avaliada como provável.

Taxa de Ocupação do Solo

Alguns Municípios do Estado de Minas Gerais estão exigindo da CEMIG o pagamento da Taxa de Ocupação do Solo (taxa cobrada por Municípios pela instalação de postes e redes logradouros públicos e preço público pelo uso de vias públicas). O montante total envolvendo essa questão representava R$11,19 milhões. Não foi contabilizada provisão relacionada a essas demandas, uma vez que a CEMIG acredita que possui argumentos de mérito para obtenção de êxito nas demandas e avalia a probabilidade de perda nestas ações como remota.

ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais ajuizou execuções fiscais contra a CEMIG pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, relativo às doações que foram feitas à CEMIG a título de Participação do Consumidor, no montante aproximado de R$118,7 milhões. A provisão para essas demandas eram, em 31 de dezembro de 2006, de aproximadamente R$118,4 milhões uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cujas contingências de perda são avaliadas como possível, não tendo sido constituída provisão.

Imposto de Renda/Contribuição Social – Dívida FORLUZ

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu auto de infração no montante atualizado em 31 de dezembro de 2006 de R$259,66 milhões, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria a redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, no montante histórico de R$26,6 milhões. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo

em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional.. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Desta forma, não foi constituída provisão para esta contingência para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

IRPJ e INSS sobre Anuênios

A CEMIG é autora em conjunto com a Emissora e a CEMIG D em dois mandados de segurança. Um deles tem por objeto o reconhecimento da não incidência de Imposto de Renda sobre os anuênios pagos aos seus empregados e o outro o reconhecimento da não incidência de contribuição previdenciária sobre tais anuênios. O valor das ações, em conjunto, perfaz a quantia de R$123,02 milhões, dos quais R$12,3 referem-se exclusivamente à CEMIG. Tal valor não foi provisionado para eventuais perdas, tendo em vista a Emissora considerar possível a probabilidade de êxito.

INSS Incidente sobre Participação nos Resultados

A CEMIG foi autuada por não haver recolhido crédito correspondente às contribuições devidas à Seguridade Social incidentes sobre pagamentos realizados aos segurados empregados, aos diretores não-empregados e aos Conselheiros a título de participação nos resultados. O valor do crédito previdenciário é de aproximadamente R$91 milhões. Apesar de reputar provável a probabilidade de perda, a CEMIG não realizou a respectiva provisão tendo em vista a possibilidade de discussão judicial de uma eventual sucumbência administrativa.

ITR/1999

A CEMIG foi autuada por não haver recolhido o ITR/1999, relativo às Usinas de Miranda, Emborcação e São Simão. O valor do crédito tributário perfaz, em conjunto, a quantia aproximada de R$235,89 milhões. Por considerar remota a hipótese de perda, a CEMIG não procedeu à provisão dos respectivos valores.

ICMS/TUSD

A CEMIG é autora de ação judicial contra o a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais pleiteando afastar a exigibilidade de lançamentos tributários relativos a supostas transferências indevidas de crédito de ICMS. O valor da contingência é de aproximadamente R$407,98 milhões. Nessa ação, a CEMIG requer o reconhecimento da não-incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Dsitribuição TUSD/CUSD paga pelos consumidores livres conectados ao sistema de rede da Autora, bem como a restituição dos valores pagos pela CEMIG, a título de juros e multa de mora, bem como os valores do principal (ICMS) não pagos/recebidos pelos consumidores. A CEMIG reputa remota a probabilidade de perda, razão pela qual não constituiu provisão de tais valores.

ICMS sobre Transferência de Excedente de Energia

A CEMIG foi autuada diversas vezes por não haver recolhido ICMS supostamente incidente sobre transferência de excedente de energia elétrica, no período de racionamento de energia elétrica, quando outras empresas foram autuadas pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, sendo a CEMIG apenas coobrigada. Os créditos tributários representavam um montante de R$49,20 milhões. Nas autuações, cuja matéria é o ICMS cobrado sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia, a SEF/MG requer pagamento de multa em razão do não recolhoimento de ICMS devido por substituição tributária, por promover entradas de energia elétrica, provenientes do mercado interno, desacobertadas de documento fiscal,

irregularidades essas ocorridas no período de julho a dezembro de 2001. Apesar de reputar provável a probabilidade de perda, a CEMIG não realizou a provisão dos respectivos valores, tendo em vista a possibilidade de discussão judicial de uma eventual sucumbência administrativa.

Destaca-se o Processo nº 01.000145897-43, autuação lavrada pela Secretaria de Fazenda Estadual contra a CEMIG, em 2005, por entender que houve transferência indevida de crédito de ICMS, para a CEMIG, por consumidor industrial (RIMA), para quitação de nota fiscal/conta de energia elétrica e do próprio ICMS. A CEMIG apresentou impugnação, sendo que o Conselho de Contribuintes decidiu pela procedência do lançamento tributário. Não foi constituída provisão, uma vez que a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para obtenção de êxito na demanda, cuja contingência de perda é avaliada como remota.

ICMS sobre Fornecimento de Energia a Consumidores de Baixa Renda

A CEMIG foi autuada por não haver recolhido parte do ICMS incidente sobre operações de fornecimento de energia a consumidores de baixa renda no período compreendido entre maio de 2002 e dezembro de 2005. O valor aproximado da contingência é de R$78,98 milhões. Trata-se de cobrança de ICMS não recolhido, parcialmente, nas operações de fornecimento de energia a consumidores de baixa renda, referente ao período maio/02 a dez/05 - tendo suprimido da base de cálculo do imposto a parcela recebida a título de subvenção. Apesar de reputar provável a probabilidade de perda, a CEMIG não realizou a provisão do respectivo valor, tendo em vista a possibilidade de discussão judicial de uma eventual sucumbência administrativa.

Autuações do Tribunal de Contas da União

A CEMIG recebeu duas autuações do TCU. A primeira, referente a auditoria para avaliar a regulamentação e a implementação, por parte da ANEEL, dos encargos tarifários relativos à aquisição de energia elétrica e a contratação de capacidade de geração emergencial (seguro apagão) e da recomposição tarifária extraordinária, cuja contingência de perda é avaliada como "remota". A segunda é uma determinação do TCU à ANEEL para que esta refaça alguns cálculos que culminaram com a definição do índice pertinente ao reposicionamento das tarifas de energia elétrica aplicável aos consumidores da CEMIG, com vigência a partir de 8 de abril de 2003, inclusive no que se refere à determinação do "Fator x", que objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, cuja contingência de perda é avaliada como possível. O valor das contingências, em conjunto, perfaz a quantia de R$193,51 milhões. A CEMIG considera ter bons argumentos de defesa do mérito, razão pela qual não foi feita a provisão dos respectivos valores.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS COM A LIGHT

PIS-COFIN

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Foram obtidas liminares e sentença favorável. Em 4 de outubro de 2005, o TRF julgou procedente a apelação interposta pela União Federal, tendo a Light interposto petição de Embargos de Declaração, ainda não julgados.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até dezembro de 2006 são como segue:

- ·R$99.093 mil em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar o STF favorável aos contribuintes; e
- R$48.000 mil referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, baseado na decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão relativa à expansão da base.

ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R$19.098 mil.

INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R$ 33.224 mil.

Processo Fiscal - RME – Light

O Banco Central, baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light entre 1997 e 1998, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada uma iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos itens I e II abaixo.

Deve ser ressaltado que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

I) No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18 de maio de 2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro. A Light espera que o MPF, e tudo indica assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento.

II) Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light no valor total de R$481.834 mil, referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR) (empresas não controladas pela RME), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. Em 12 de janeiro de 2005, a Light apresentou sua impugnação ao Auto de Infração. Apesar de a decisão de Primeira Instância Administrativa, proferida em 15 de julho de 2005 pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, haver julgado procedente o lançamento, a Light considera, baseada na opinião legal de seus advogados, que são prováveis as chances de êxito na discussão dessa questão. Em 11 de agosto de 2005, a Light interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Emissora possui diversas operações com a CEMIG, a CEMIG D e seu acionista controlador, o Estado de Minas Gerais. A tabela abaixo apresenta os saldos e operações com partes relacionadas mais relevantes das Emissora, em 31 de dezembro de 2006:

(em R$ mil)

Empresas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
CEMIG				
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	379.054	-	229.880
Coligadas e Controladora	3.903	5.099	-	-
CEMIG D				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	77.585	-
Coligadas e Controladora	5.760	3.256	-	-
LIGHT				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	-	22.459	-
Governo do Estado de Minas Gerais				
Tributos – ICMS	-	23.812	(271.504)	-
Tributos Compensáveis ICMS	64.606	-	-	-
Obrigações com Debêntures	-	106.479	-	(3.736)
FORLUZ				
Obrigações Pós-Emprego – Circulante	-	27.290	-	(36.331)
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante	-	277.394	-	-
Despesa com Pessoal	-	-	-	(12.650)
Custeio Administrativo	-	-	-	(2.911)
Outros	-	15.977	-	-
OUTROS				
Coligadas e Controladas ou Controladores	10	-	-	-

Segue abaixo descrição dos principais contratos celebrados entre a Emissora e a CEMIG e partes relacionadas.

Instrumento de Cessão de Direitos e Obrigações – UHE Irapé

Em 28 de fevereiro de 2007, CEMIG celebrou com a Emissora um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da 6ª Emissão de Debêntures, visando à transferência dos recursos obtidos com referida emissão, para serem utilizados na conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé. O valor das obrigações é de R$30 milhões, com vencimento no final de 25 anos e atualização com base no IGPM. Para mais informações sobre a 6ª Emissão de Debêntures da CEMIG, vide seção "Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela CEMIG – Debêntures".

FORLUZ

A Emissora é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A partir de 1º de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, os planos de previdência da FORLUZ passaram a ser patrocinados pela Emissora e pela CEMIG D através de uma participação percentual nos ativos e obrigações do plano, no percentual de 72,45% e 22,63%, respectivamente, determinado em função da alocação dos empregados na Emissora e na CEMIG D em dezembro de 2004.

A Emissora mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Em 01 de março de 2004 foi celebrado contrato entre a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ e a CEMIG, conforme alterado, com o objetivo de locação do imóvel de propriedade da FORLUZ, situado na Avenida Barbacena n.° 1200, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, com prazo de 12 meses, prorrogável por 60 meses, com valor anual de R$6,8 milhões. Em 01 de janeiro de 2005 foi assinado Termo de Cessão transferindo para a Emissora e para a CEMIG D 47% e 53%, respectivamente, de todos os direitos e obrigações decorrentes desse contrato. Atualmente, a Emissora e a CEMIG D são responsáveis pelo desembolso mensal de R$306 mil e 346 mil, respectivamente, e foi alterado o prazo de vigência do contrato para 36 meses podendo ser prorrogado por mais 24 meses, no limite máximo de 60 meses. A prorrogação do referido contrato está sendo negociada com os seguintes percentuais nas empresas, em função de determinação da ANEEL: CEMIG D com 54% e valor de R$370 mil, Emissora com 42% e valor de R$288 mil e CEMIG Controladora com 4% e valor de R$27 mil (valores mensais).

A Emissora como vendedora

Em dezembro de 2004, no 1º leilão de energia existente, a Emissora vendeu 86,764 MW para a Light, hoje Light Sesa, em um produto com início de suprimento em 2006 e com prazo de duração de oito anos a R$ 69,58/MWh (base: jan/2005).

No 2º leilão de energia existente, realizado em abril de 2005, a Emissora vendeu 5,363 MW médios foram vendidos para a Light em contratos de 8 anos de duração com início de suprimento em janeiro de 2008 a R$ 83,50/MWh (base: Mai/2005).

No 1º leilão de energia nova, realizado em dezembro de 2005, a Emissora arrematou, através de um consórcio, a concessão da UHE Baguari. O volume vendido pela Emissora para a Light é 4% do volume total, ou 1,047 MW médio ao preço de R$ 115,68 (base: jan/2006), em contratos de 30 anos de duração com início de suprimento em 2010.

No 2º leilão de energia nova, realizado em junho de 2006, a Emissora vendeu 6,852 MW médios para a Light em contratos de 30 anos com início de suprimento em 2009 a um preço médio de R$ 125,48/MWh (base: Jul/2006).

Em dezembro de 2004, no 1º leilão de energia existente promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 8 anos, sendo o ano inicial 2006 e o montante contratado de 120,61 MW-médios, ao preço de R$69,58/MWh (base janeiro/05);

Em abril de 2005, no 2º leilão de energia existente promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 8 anos, sendo o ano inicial 2008 e o montante contratado de 8,35 MW-médios, ao preço de R$83,50/MWh (base maio/05);

Em dezembro de 2005, no 1º leilão de energia nova promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Emissora, por meio da UHE Baguari celebrou com a CEMIG D um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2010 e o montante contratado de 2,70 MW-médios, ao preço de R$115,68/MWh (base dezembro/05).

Em junho de 2006, no 2º leilão de energia nova promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2009 e o montante contratado de 20,86 MW-médios, ao preço de R$125,48/MWh (base julho/06).

Uso e Conexão

A CEMIG D tem diversos contratos firmados com as empresas da CEMIG, incluindo a Emissora, que regulam o acesso e o uso, pelas empresas, do seu sistema de distribuição, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tipo de contrato	Objeto do Contrato	Valor mensal	Empreendimento	Empresa	Data da Contratação	Prazo	Reajuste preço
CCD	Estabelecimento das condiçoes, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de distribuição da CEMIG D	R$4.278,98	UHE Funil	CEMIG GT/Consórcio Funil	1/11/2003	Concessão	IGPM
Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição		R$1.242,56	UHE Capim Branco 1	CEMIG Capim Branco Energia	28/12/2005	Concessão	IGPM
		R$2.723,96	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	18/3/2004	Concessão	IGPM
		R$701,05	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2004	Concessão	IGPM
		R$660,00	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	IGPM
		R$500,00	UHE Queimado	CEMIG GT/Consórcio CEB	27/2/2004	Concessão	IGPM
		R$2.981,37	CEMIG GT	Usinas geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	IGPM
	Total mensal	R$13.087,92					
CUSD- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição	Estabelecimento das condiçoes, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do uso do sistema de distribuição da CEMIG D	R$348.390,00	UHE Funil	CEMIG GT	1/11/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R$191.928,13	UHE Capim Branco 1	CEMIG GT	28/12/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R$90.850,00	PCH Pai Joaquim	Central Hidrelétrica Pai Joaquim	30/3/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R$9.717,00	PCH Salto do Paraopeba	Horizontes Energia	30/8/2003	Concessão	Resolução ANEEL
		R$128.476	PCH Machado Mineiro	Horizontes Energia	1/1/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R$342.168	UHE Queimado	CEMIG GT	27/2/2004	Concessão	Resolução ANEEL
		R$3.384.798,45	CEMIG GT	Usinas geradoras da CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
	Total mensal	R$4.496.327,58					
CCT	Estabelecimento das condiçoes, procedimentos e responsabilidades que regulam a contratação do acesso ao sistema de transmissão pela CEMIG D	R$1.702.087,02	Sistema de Transmissão	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão		R$85.285,15	Subestação	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
		R$13.321,18	Subestação	CEMIG GT	1/1/2005	Concessão	Resolução ANEEL
	Total mensal	R$1.800.693,35					

CONTRATOS ENTRE A CEMIG D E PARTES RELACIONADAS

Infovias

Em 20 de dezembro de 2000, a CEMIG celebrou com a Infovias um Contrato de Prestação de Serviços cujo objeto é a prestação, pela CEMIG, dos serviços de gerência e manutenção, compreendendo a gerência da rede de Multi-Serviços, a gerência da rede de acesso de telecomunicações, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dos headends e hubs, a manutenção corretiva dos equipamentos da rede de acesso, a manutenção preventiva dos equipamentos de energia dedicados à rede de acesso, a manutenção preventiva e corretiva das redes de supervisão principal e back-up, e a manutenção preventiva e gerenciamento da manutenção corretiva dos equipamentos de ar condicionado instalados no centro de gerencia de rede e nos demais headends instalados nas localidades. O valor mensal do contrato é de R$87 mil e a sua vigência é até 2010. Esse contrato foi cedido para a Emissora em 01 de março de 2005.

Em 05 de novembro de 2001, a Infovias celebrou com a CEMIG um Contrato de Compra de Capacidade de Transporte de Sinais de Telecomunicação em Circuito Especializado e um aditamento a este. O objeto deste contrato é a prestação pela Infovias à CEMIG de serviços de telecomunicações limitado especializado, que consiste no fornecimento de acesso à rede da Infovias e serviços de valor adicionado. Os serviços serão contratados caso a caso, por meio de ordens de serviço, a qual deverá conter as características de cada serviço, incluindo o prazo de duração. A Infovias emitirá mensalmente faturas com base nas referidas ordens de serviço. Este contrato tinha vigência até 5 de novembro de 2006, sendo que sua renovação está sendo negociada, e tem valor de R$29.607.360,00. Em 01 janeiro de 2005, 80% deste contrato foi cedido para a CEMIG D em caráter irrevogável e irretratável.

Em junho de 2006, no 2º leilão de energia nova promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Emissora como vendedora, e a CEMIG D como compradora, firmaram um contrato de compra e venda de energia com prazo de 30 anos, sendo o ano inicial 2009 e o montante contratado de 20,86 MW-médios, ao preço de R$125,48/MWh (base julho/06).

OPERAÇÕES COM O COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

O Coordenador Líder da Oferta e instituições financeiras a eles relacionadas prestaram no passado, e podem vir a prestar novamente no futuro, serviços de banco comercial, banco de investimento, corretagem, assessoria e/ou intermediação financeira, bem como concessão de financiamento, pelos quais receberam e devem receber remuneração de mercado.

Além da presente Oferta, o Unibanco ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem relacionamento com a Emissora e a CEMIG D em operações financeiras em geral, inclusive voltadas a atividades de financiamento de projetos e mercado de capitais, em operações de empréstimo de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2006, as operações da Emissora e da CEMIG com o Coordenador Líder totalizavam aproximadamente R$396,9 milhões e R$324,5 milhões, respectivamente.

Abaixo segue tabela indicando os saldos dos valores dessas operações, em 31 de dezembro de 2006:

Modalidade	Valor do Contrato (em R$ milhões)	Vencimento
Emissora		
Empréstimo Moeda Nacional	291,9	2013
Empréstimo Moeda Estrangeira	64,2	2009
Operações de Swap/Hedge para CDI	40,8	2009
CEMIG D		
Empréstimo Moeda Nacional	142,3	2013
Empréstimo Moeda Estrangeira	112,8	2009
Operações de Swap/Hedge para CDI	69,4	2009

Para mais informações a respeito dos contratos relevantes celebrados pela Emissora e pela CEMIG com o Coordenador Líder desta Oferta vide Seção “Contratos Relevantes” deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexos

Anexo A – Escritura Emissão

Anexo B – Estatuto Social da Emissora

Anexo C – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2006

Anexo D – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de novembro de 2006

Anexo E – Ata da reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006

Anexo F – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes

Anexo G – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes

Anexo H – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes

Anexo I – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes

Anexo J – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e Parecer dos Auditores Independentes

Anexo L – Informações Anuais - IAN da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)

Anexo M – Informações Anuais - IAN da CEMIG relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)

Anexo N – Súmulas de Rating

Anexo O – Declaração do artigo 56 da Emissora e do Cordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A – Escritura Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo B – Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de fevereiro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo D – Ata da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de novembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo E – Ata da reunião do Conselho de Administração da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo F – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G – Demonstrações Financeiras da Emissora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo H – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo J – Demonstrações Financeiras da CEMIG, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo L – Informações Anuais - IAN da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)

Anexo M – Informações Anuais - IAN da CEMIG relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 (somente informações não incluídas neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo N – Súmulas de Rating

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo O – Declaração do artigo 56 da Emissora e do Cordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EMISSORA

CEMIG Geração eTransmissão S.A.
Avenida Barbacena, 1.200, 12º andar, ala B1
Belo Horizonte - MG

GARANTIDORA

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Avenida Barbacena, 1.200
Belo Horizonte - MG

COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, 891
São Paulo - SP

CONSULTOR JURÍDICO DA OFERTA

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados
Rua Funchal, 263, 11º andar
São Paulo - SP

AUDITORES

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Paraíba, 1.122 - 20º andar
Belo Horizonte - MG